

Kathleen Kate Dominguez Aguirre

**GÊNERO E COLONIALIDADE:
feminicídio e masculinidades na América Latina**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Linha de Pesquisa: Atores sociais, políticas públicas e cidadania

Orientadora: Profa. Dra. Laura Cecília Lopez

São Leopoldo/RS

2023

KATHLEEN KATE DOMINGUEZ AGUIRRE

**GÊNERO E COLONIALIDADE:
feminicídio e masculinidades na América Latina**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 14 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Laura Cecília López – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Tonantzin Ribeiro – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Cassiane de Freitas Paixão – Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Profa. Dra. Rochele Fellini Fachineto – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A284g Aguirre, Kathleen Kate Dominguez.
Gênero e colonialidade : feminicídio e masculinidades
na América Latina / Kathleen Kate Dominguez Aguirre. –
2023.
213 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
2023.

“Orientadora: Profa. Dra. Laura Cecília Lopez.”

1. Feminicídio. 2. Masculinidades. 3. Redes comunitárias.
4. Transfeminicídio. 5. Violência de gênero. I. Título.

CDU 303

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Para Lia, meu pequeno raio de luz;
Para todas aquelas que compartilharam comigo
sua existência e suas memórias;
E para todas aquelas que tiveram seu direito à
vida interrompido.*

AGRADECIMENTOS

À classe trabalhadora brasileira que é a verdadeira financiadora desta pesquisa.

À minha filha Lia por ter literalmente me acompanhado no mundo acadêmico desde que veio ao mundo com paciência e amorosidade, apesar destes espaços não serem pensados para mães e crianças.

À minha mãe, Luciane Dominguez, que sempre me nomeou uma mulher forte e capaz de estar em qualquer lugar. Ao meu pai, João Batista Aguirre, que me acolheu quando pensei que ninguém mais iria. Ao meu irmão, Jonathan Aguirre, que acompanhou todo este trajeto e esteve comigo na atuação comunitária.

Ao pai da Lia, Eron Rodrigues, por ter sido a primeira pessoa a me incentivar a escrever o anteprojeto para este programa e por todas as vezes que me lembrou da minha capacidade de ocupar este espaço.

À minha avó Vera Terezinha Dominguez que na casa dos setenta anos sentou ao chão para brincar com Lia enquanto eu escrevia a tese.

A Sara Costa Fialho e Eronita Silva, mulheres que vi criarem suas filhas sozinhas e que me acolheram como filha dos seus corações quando me vi na mesma situação.

À avó paterna de Lia, Mara Rodrigues, pelo incentivo incondicional à minha capacidade acadêmica.

À UNISINOS e ao PPGCS pelo acolhimento e reconhecimento do meu trabalho.

À Camila Botelho Schuck, amiga que o doutorado me deu e a quem escolhi manter na minha vida.

À Laura Cecília López, minha amiga mais que orientadora, por seu exercício de escuta permanente e acolhedor e pelos projetos de mundo partilhados.

À Cristian Jobi Salaini pelas longas discussões sobre a vida e a pesquisa, totalmente relevantes para o amadurecimento da tese.

À Cassiane de Freitas Paixão por ter me aberto janelas para o universo das Ciências Sociais, pela amizade que construímos e pelas boas risadas todas as vezes que nos encontramos.

Às demais professoras que tangenciaram toda a minha formação, desde o ensino básico. Em especial Monica Uriarte que me incentiva há mais de vinte anos a explorar a leitura e a escrita, por sua prática afetuosa e mobilizadora na escola pública e pelo seu diferencial potencializador na vida de crianças periféricas; e à Miriam Steffen Vieira pelo

acolhimento anterior ao doutorado, seu olhar atípico para as violências de gênero e por ter me reconhecido como pesquisadora do campo.

À Salete Souza que me introduziu no movimento feminista e nos espaços de discussão política de São Leopoldo/RS. Obrigada, amiga, pela referência que és e pela atuação feminista comunitária.

Ao Seu Nilson Lopes, pessoa extraordinária que a pesquisa e a defesa dos direitos me trouxe.

A todos e todas que estiveram presentes nesta trajetória, aos quais se eu fosse nomear teria de escrever outra tese. Os/as amigos mais íntimos sabem quem são.

A todos/as que participaram desta pesquisa disponibilizando suas vidas, seu tempo e sua energia. Em especial as mulheres impedidas de escrever, de falar ou de viver.

RESUMO

Há cerca de 30 anos a experiência moderna/colonial da América Latina e região do Caribe vem sendo marcada por uma crescente de violências letais contra pessoas do gênero feminino. A este fenômeno denomina-se feminicídio, compreendido aqui como o assassinato de mulheres cis, trans e travestis, cometido por razões de gênero refletindo as estruturas de Estado na América Latina numa interação entre economia, política, gênero e raça. A partir deste cenário, apresenta-se uma pesquisa de abordagem qualitativa etnográfica que analisa feminicídio articulando conexões do nível local ao global a partir da experiência de sujeitos em situação de violência de gênero, mais especificamente que envolvam homicídio ou tentativa de homicídio de mulheres cis, trans e travestis por razões de gênero, no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. A tese caracteriza feminicídio como mecanismo de controle e terror dos Estados inseridos na lógica do mercado mundial e do capitalismo desenfreado. Para tanto, teoriza-se feminicídio a partir de conceitos como modernidade/colonialidade, interseccionalidade, gênero/masculinidades, raça/branquitude, neoliberalismo e necropolítica, baseando-se na produção de intelectuais predominantemente situados/as nas Teorias do Sul Global. É proposto o constructo teórico de um *continuum de violência patriarcal moderno-colonial*, para conceituar um esquema lógico de conexão entre o ciclo de violência contra o gênero feminino a nível interpessoal, institucional e a reprodução histórica/global de um *continuum* de violência patriarcal de origem colonial que alcança seu pico na etapa neoliberal, colecionando mortes sistemáticas de mulheres cis, trans e travestis na América Latina. Sendo este um tópico de pesquisa delicado e angustiante, debatem-se também implicações e procedimentos éticos para pesquisadoras e participantes, buscando procedimentos éticos e metodológicos que prezem pela segurança e minimização de danos, assim como promovam benefícios a todos/as participantes. Neste sentido, lança-se mão de técnicas de produção de dados qualitativos como observação participante, entrevistas, diários solicitados e autoetnografia. A partir das narrativas de mulheres cis e trans com experiência ou em situação de violência de gênero, aborda-se o tema desde dinâmicas interpessoais e em relação aos serviços estatais de enfrentamento à violência contra mulheres. Sob a perspectiva de que o sistema moderno-colonial de gênero produz agentes da morte entre os homens colonizados busca-se ainda evidenciar a impessoalidade violenta dos crimes de feminicídio que transcende a pessoalidade jurídica do ato e referenciar no campo etnográfico masculinidades contrastantes. Por fim, buscam-se horizontes de enfrentamento ao feminicídio desde baixo, ou seja, desde a atuação de redes comunitárias de solidariedade entre os gêneros,

com vistas aos direitos de todos e todas, e a defesa da vida das mulheres cis, trans e travestis especificamente.

Palavras-Chave: feminicídio; transfeminicídio; violência de gênero; masculinidades; redes comunitárias.

ABSTRACT

About 30 years ago the modern/colonial experience of Latin America and the Caribbean region has been marked by an increase in lethal violence against females. This phenomenon is called femicide, understood here as the murder of cis, trans and transvestite women, committed for reasons of gender, reflecting the structures of the State in Latin America in an interaction between economy, politics, gender and race. Based on this scenario, a research with a qualitative ethnographic approach is presented that analyzes femicide, articulating connections from the local to the global level, based on the experience of subjects in situations of gender violence, more specifically involving the homicide or attempted homicide of cis women, trans and transvestites for reasons of gender, in the municipality of São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brazil. The thesis characterizes femicide as a mechanism of control and terror of States inserted in the logic of the world market and unbridled capitalism. Therefore, femicide is theorized based on concepts such as modernity/coloniality, intersectionality, gender/masculinities, race/whiteness, neoliberalism and necropolitics, based on the production of intellectuals predominantly situated in the Theories of the Global South. The theoretical construct of a continuum of modern-colonial patriarchal violence is proposed, in order to conceptualize a logical scheme of connection between the cycle of violence against the female gender at an interpersonal, institutional level and the historical/global reproduction of a continuum of patriarchal violence of origin colonial that reaches its peak in the neoliberal stage, collecting systematic deaths of cis, trans and transvestite women in Latin America. Since this is a delicate and distressing research topic, implications and ethical procedures for researchers and participants are also discussed, seeking ethical and methodological procedures that value safety and minimization of harm, as well as promoting benefits to all participants. In this sense, qualitative data production techniques are used, such as participant observation, interviews, requested diaries and self-ethnography. Based on the narratives of cis and trans women with experience or in a situation of gender violence, the theme is approached from interpersonal dynamics and in relation to state services to combat violence against women. From the perspective that the modern-colonial gender system produces agents of death among colonized men, it also seeks to highlight the violent impersonality of femicide crimes that transcends the legal personality of the act and to reference contrasting masculinities in the ethnographic field. Finally, horizons are sought to confront femicide from below, that is, from the action of community networks of solidarity between genders, with a view to the

rights of all men and women, and the defense of the lives of cis, trans and transvestite women. specifically.

Key words: femicide; transfemicide; gender violence; masculinities; community networks.

LISTA DE SIGLAS

BM – Brigada Militar

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS/AD – Centro de Atenção Psicossocial / Álcool e Drogas

COMDIM – Conselho Municipal do Direito das Mulheres

CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher

CSSP – Comissão de Segurança e Serviços Públicos

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

e-PROC – Sistema de Processos Eletrônicos

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

LMP – Lei Maria da Penha

MPF – Ministério Público Federal

NAFTA – North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)

ONU – Organização das Nações Unidas

PAAS – Projeto de Atenção Ampliada à Saúde

PLP – Promotoras Legais Populares

PMP – Patrulha Maria da Penha

PRASJUR – Programa de Práticas Sociojurídicas

SEPOM – Secretaria de Políticas para Mulheres

TMM – Trans Murder Monitoring (Observatório de Pessoas Trans Assassinadas)

UBM – União Brasileira de Mulheres

Sumário

| | |
|--|-----|
| DIÁRIO DAQUELA QUE (NÃO) DEIXOU ACONTECER | 11 |
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1. FEMINICÍDIO/FEMICÍDIO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL | 23 |
| 1.1. Femicídio, feminicídio ou feminogenocídio..... | 45 |
| 2. AUTOETNOGRAFIA E DIÁRIOS SOLICITADOS – Histórias de mulheres que sobreviveram | 62 |
| 2.1. Aquelas que a vida – e a violência – impediu de escrever suas histórias | 70 |
| 2.2. Casos limítrofes: à sombra do feminicídio | 78 |
| 2.3. “ <i>Não foi o fim do mundo, mas acabou comigo</i> ” – etnografando feminicídio através dos diários solicitados e da autoetnografia | 88 |
| 3. NENHUMA DE NÓS DEIXOU ACONTECER | 108 |
| 3.1. Outras masculinidades e redes comunitárias | 122 |
| CONCLUSÃO..... | 133 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 139 |
| ANEXO | 147 |
| Anexo 1. Artigos sobre feminicídio | 147 |
| Anexo 2. Teses sobre feminicídio/femicídio disponíveis na Capes/Sucupira..... | 190 |

DIÁRIO DAQUELA QUE (NÃO) DEIXOU ACONTECER

Quase morreu duas vezes. Uma por suas próprias mãos, outra pelas dele. Tinha tanta vida, tanto brilho, tanto amor – próprio e pelos outros – quando passou a sentir como se estivesse boiando em água morna, onde tudo isso se diluiu. Assim como o couro, a vida foi enrugada. Tanto quanto a pele, os dias perderam cor. As bolsas dos olhos acinzentaram junto com a memória. O cérebro se aquietou tanto quanto um corpo em pânico exige paz pra não afundar. E morreu. Pela primeira vez, morreu. Aos 27 anos, morreu. Perdeu a todos, todos a perderam. No fundo d'água agarrou-se a uma folhagem morta e ficou. Sufocada. Calada. Os olhos mirando a vida fora d'água. Não soltou. Não quis ficar só. Aquela espécie daninha dentro d'água se alimentou. E pela primeira vez cresceu. Tomou vida. Tomou cor. Tocou o oxigênio. Sem explicação biológica, psíquica ou espiritual, tomou pra si o que restava daquele corpo ao fundo. E lá a deixou. Fez um nome para si. Diz-se aquele que fazia por ela, que veria por ela, que diria por ela, a quem ela pertencia. Este era ele. Ela se jogou. Ele a sufocou. Como se um raio de luz ao sol alcançasse seu corpo – um raio de luz nomeado, infante, vulnerável – começou a sentir impulsos que pediam pelo ar. Os sentidos por vezes se aguçavam. Ouviu vozes amáveis, buscavam a ela enquanto também a si. Mas ainda estava atada. Seu corpo frio, calejado, arranhado... só. E puxava pela planta... Leva-me à superfície? Deixa-me ir? Me solta! Demorou. Não reconhecia mais a si. Não lembrava o que foi, do que fez. Não se via fora d'água. Não sabia mais respirar. Os olhos ardiam. Pedia socorro. Para a direção errada. É difícil explicar. Mas os próprios dentes foram rebentando os caules. Foi buscando o raio de sol – que não apenas a iluminava, ansiava por ela. Foi batendo as pernas. Suportando as dores na cabeça. Lutava contra algo em si. Não era a mesma. Mas estava viva. E seguiu acima. E emergiu seu corpo em direção ao barulho, à luz, ao movimento. Sentiu na ponta das mãos o frio. O peito doendo. A cabeça ardendo. O sopro nos pulmões. E urrou. Ergueu-se. Enxergou-se no espelho d'água. Arrancou de si cada resquício dele. Encheu os pulmões de ar e deu um basta. E gritou 'chega!'. E gritou 'corra, porque já não ando só!'. E tuas marcas são janelas da minha memória. O sol me aquece. As vozes me acolhem. Meu corpo se reconhece. Fuja, covarde! Ainda treme, a cada ruído. Tranca a respiração no próprio silêncio. O coração dispara. As costelas doem. Porque se ama, se quer, se protege, se defende. A si e a quem mais precisa. Não vai se afogar de novo. Porque está viva. Porque apesar do medo, está feliz. Porque apesar dele, é ela. É ela e é livre. Aquela que deixou acontecer morreu aos 27. E antes que fosse tarde, tornou-se sobrevivente aos 28. Eu não ando

só. Esta não é a história de uma mulher que deixou acontecer. Esta é a história da mulher que sobreviveu a um intenso e violento relacionamento abusivo. Este é o final da história e assino-o com um soco bem dado e meu batom vermelho.

A sobrevivente sou eu que escrevo esta tese como um produto científico, um manifesto político e um processo de cura.

Kathleen Aguirre

Setembro de 2022

INTRODUÇÃO

Sombra é a “obscuridade produzida pela interceptação dos raios luminosos por um corpo opaco¹”. Uma sombra de terror vem assolando a América Latina nas últimas décadas, anulando vidas, ocultando corpos. Mas se a escuridão é precedida de um obstáculo, esta que paira sobre nosso território é vinda do Norte e se espalha, disseminando ódio, medo e morte, alcançando becos, vielas, prédios, casas e o interior das pessoas, produzindo vítimas incontáveis, exibidas como troféus, e marcadas por pactos insanos e cruéis na própria carne com suas lágrimas, sangue e gritos de dor silenciados na penumbra. Essa penumbra tem lastro no *continuum de violência moderno-colonial*. Se a sombra muda de posição conforme a localização do obstáculo, na América Latina apenas multiplicaram-se as barreiras que nos bloqueiam. O corpo-território que nos trouxe sombra através dos mares se expandiu e hoje construiu muros e arranha-céus em terra que só tem livre passagem para quem os constrói (não com seus braços, mas com poder e dinheiro).

A violência disseminada por esta sombra faz vítimas letais e tem alvos nos corpos femininos, feminizados e marcados racialmente. A partir deste cenário, enfocamos o fenômeno do feminicídio, compreendido como o assassinato de mulheres cis, mulheres trans e travestis², cometido por razões de gênero e que reflete as estruturas de Estado na América Latina numa interação entre economia, política, gênero e raça. Argumentamos que práticas moderno-coloniais de submissão e extermínio do *outro*, são reivindicadas na contemporaneidade neoliberal também através do assassinato de mulheres, mulheres trans e travestis como forma de reestabelecer e conservar os pilares do patriarcado moderno-colonial, evidenciando a impessoalidade violenta dos crimes de gênero diretamente relacionada ao nível macrossocial.

Ao longo da tese abordamos³ este fenômeno a partir de três dimensões: *macro*, considerando o *continuum* de violência moderno-colonial, que estende seu braço da morte ao entrelaçar patriarcado e capitalismo na acelerada crescente de feminicídios no contexto

¹ Definição do Google.

² Cisgênero é a pessoa que se identifica com o gênero identificado no seu nascimento. Pessoas transexuais e transgênero são as que não se identificam com o sexo e/ou gênero designado a si quando do seu nascimento. Em geral, a mulher *transexual* ou *transgênero* se identifica, expressa e age conforme os padrões de feminilidades construídas socialmente. Já as travestis são pessoas que não se reconhecem dentro do sistema binário mulher/homem, sendo assim membros de um terceiro-gênero. Contudo, travestis vivenciam papéis de gênero feminino e devem ser sempre adjetivadas no feminino: *as travestis*, embora mantenham o sexo biológico designado como masculino (Nogueira; Aquino; Cabral, 2017).

³ A textualização da tese varia entre a primeira e terceira pessoa, porque resulta de muitos movimentos e pessoas participantes, mas às vezes se faz necessário identificar a pesquisadora no universo etnográfico.

neoliberal na América Latina; *meso*, ao abordar políticas públicas e a atuação do Estado referente a este tipo de crime, e *micro*, ao investigar a experiência mulheres cis, mulheres trans, travestis e homens periféricos em situação de violência de gênero usuárias de políticas públicas gerenciadas pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de São Leopoldo/RS, Brasil.

Para tanto, num primeiro momento propomos uma pesquisa de abordagem etnográfica multilocalizada, buscando identificar através do estranhamento, da observação e do registro atento ao conjunto de elementos e detalhes estruturantes do universo investigado, problemáticas destacadas junto às comunidades locais e o fio que as produz no interior das ordens de gênero, conectando-as aos níveis institucionais do Estado e das relações político-econômicas internacionais (MARCUS, 2001; MAGNANI, 2009).

Chegar ao tema do feminicídio, no doutorado em Ciências Sociais e na metodologia etnográfica tem raízes na trajetória acadêmica e social anterior ao acesso a este programa de pós-graduação. Licenciada e mestra em História, durante minha formação me aproximei e fiz parte do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde tive a oportunidade de observar criticamente minha existência como parte dos meus projetos de vida desde a infância e do quanto fui beneficiária das políticas públicas promovidas pelos governos Lula e Dilma neste país de raízes e estruturas tão desiguais e excludentes. Reconhecer no mundo aquilo e aqueles que produzem há séculos a violência que homens e mulheres pobres, de maioria negros/as e indígenas, vivenciam no corpo e enxergar a mim neste meio desde que me reconheço gente, mulher, periférica, professora e branca, foi um processo que desde esteve presente na minha produção científica, mas que contempla uma trajetória identitária e de amadurecimento político que fez de mim a cientista que sou hoje. Nesta experiência de vida, seria impossível produzir ciência que não carregue revolta, dor e luta.

Durante minha pesquisa de mestrado (AGUIRRE, 2017) analisei representações excludentes reproduzidas em espaços escolares sobre as categorias raça, pobreza, perspectivas de mundo e perspectivas de futuro. Os dados foram produzidos a partir de perspectivas de crianças pobres e negras, destacadas em atividades de contação de histórias de temática afrobrasileira e conversações mediadas por mulheres negras militantes, estudantes universitárias e professoras do município de Rio Grande/RS. Baseamo-nos na perspectiva de que as condições sociais de existência de pobres e negros são fruto de um processo histórico de exclusão e igualmente da reprodução de representações hegemônicas, perpetuando as estruturas raciais no Brasil. A partir destas perspectivas nos apropriamos de uma discussão

teórica sobre exclusão, processos de representação social e educação etnicorracial, para então realizar as práticas investigativas no espaço escolar e analisar as representações de crianças pobres e negras.

Nesta etapa acadêmica, concluímos que não é suficiente acreditar numa transformação social através da Escola, uma vez que ela serve a ordem dominante e reproduz representações sociais e raciais com vistas à sua manutenção. Contudo, consideramos que é possível que agentes sociais produzam uma reeducação das relações etnicorraciais, fomentada a partir da desconstrução dos privilégios, reconhecimento dos grupos excluídos na história, denúncia da sociedade classista e racista, e no protagonismo de crianças através de suas experiências do cotidiano escolar e do ensino de História.

Foi durante esta pesquisa que se evidenciou uma categoria que, quando ignorada, deixava a análise incompleta. O gênero, marcadamente como a raça, entretencia as relações do grupo participante das atividades, orientando suas formas de ver a si e ao mundo, assim como suas práticas. Concluí o mestrado identificando que as categorias destacadas na investigação feita no bairro Getúlio Vargas, periférico e predominantemente negro na cidade de Rio Grande/RS, poderiam ser traduzidas em muitos contextos e níveis, devido a sua constituição estrutural. Mas estas estruturas não se constroem isoladamente e o Gênero, como foi possível identificar, é elemento fundante do tecido social.

Neste contexto, ajustei minhas lentes para os índices que ilustram as condições das mulheres no Brasil (UNICEF, 2011; MARCONDES et al, 2013; GOES, 2015; WAISELFISZ, 2015). E dentre estes, despontou o abismo entre a vitimização letal de mulheres brancas e negras. O cenário cruel apontado pelo Mapa da Violência de 2015 – Homicídios de Mulheres (WAISELFISZ, 2015) instigou a buscar respostas sobre este fenômeno que ilustrava também as desigualdades raciais e de gênero nas demais esferas da vida social – educação, mercado de trabalho, violência sexual, saúde etc. E quanto mais se ajustavam estas lentes, mais elas apontavam para um complexo sistema de violência de origem colonial. O foco não estava mais na diferença entre as vítimas, mas em como essa diferença se produz e em por que avançam os índices de assassinatos de mulheres por razões de gênero nos últimos 30 anos ao longo da América Latina.

A região da América Latina e do Caribe possui a segunda maior taxa global de feminicídio, sendo considerada pela Organização das Nações Unidas – ONU (UNODOC, 2017) a região mais letal do mundo para mulheres, fora das zonas de guerra. E segundo o Observatório de Pessoas Trans Assassinadas – TMM, esta região também é responsável por quase 80% da violência letal contra pessoas trans no mundo (LAGATA; BALZER;

BERREDO, 2016), sendo que metade dessas mortes ocorre no Brasil e quase 98% das vítimas pertencem ao gênero feminino (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a).

O Brasil também ocupa o quinto lugar dos países que mais matam mulheres no mundo (WAISELFISZ, 2015). Em seguida o Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2019) mostrou que em 2017 foi registrado o maior número de homicídios de mulheres no Brasil em uma década, com um aumento de 30,7% no decênio. Estas pesquisas também ilustram não só a permanência do abismo da vitimização entre mulheres e travestis negras e não-negras, como sua acentuação nos últimos anos.

No Rio Grande do Sul, o Atlas do Femicídio (MARTINS; GONÇALVES, 2019) registrou em 2019 um aumento de quase 17% de registros de tentativas de feminicídio em relação à média anual do quinquênio 2014-2018. Neste mesmo ano consumaram-se 8,3 feminicídios por mês no estado. A maior concentração de feminicídios consumados e tentativas de feminicídios no período de 2014-2018 foi na Região Metropolitana de Porto Alegre e Noroeste do Rio Grande do Sul, sendo a maioria das tentativas de feminicídio em áreas de maior intensidade de urbanização.

Na cidade de São Leopoldo, município onde estamos desenvolvendo a pesquisa, conforme os registros oficiais, no ano de 2019, início desta pesquisa, não houve nenhum caso de feminicídio consumado. Nesta cidade, há uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher, de abrangência municipal e constituída por um grupo de servidores da assistência social, da justiça, da segurança pública, de pesquisadores universitários, e de representantes da Secretaria de Políticas para Mulheres – SEPOM, do Conselho Municipal do Direito das Mulheres – COMDIM, da União Brasileira de Mulheres – UBM, das Promotoras Legais Populares – PLP's e outras representantes de sociedade civil. A rede se reúne mensalmente para avaliar os serviços de atendimento à mulher e arquitetar estratégias de combate e prevenção à violência de gênero no município – especialmente a doméstica cometida contra mulheres por ex-companheiros.

Em dezembro de 2019, representantes da rede participaram da reunião técnica da Força Tarefa de Combates ao Femicídio. A força tarefa consiste em um trabalho interinstitucional instituído pela Comissão de Segurança e Serviços Públicos – CSSP do Rio Grande do Sul que articula o Poder Público, movimentos sociais e entidades civis em diferentes territórios do estado para diagnosticar o problema do feminicídio neste estado e propor alternativas conforme as demandas destacadas pelo grupo de trabalho. No encontro de São Leopoldo, representantes da rede municipal afirmaram que os índices de feminicídio em 2019 nesta cidade são uma resposta às políticas públicas para mulheres e ao trabalho dos

servidores e órgãos vinculados a este trabalho de enfrentamento em rede. Embora esta rede se pretenda descentralizada, durante estudo exploratório identificamos alguns obstáculos no combate ao feminicídio que aparentam estar diretamente vinculados à deficitária representação comunitária nesta rede, o que foi ainda mais impactado pelo contexto de pandemia por Covid-19.

Levando em conta este cenário e também o histórico brasileiro de alienação intelectual e feminista na compreensão e combate ao feminicídio como fenômeno amplo – não concentrado no âmbito da violência doméstica e íntima –, assim como os financiamentos de pesquisas gerenciados por agências internacionais igualmente atuantes na manutenção imperialista e capitalista na América Latina (SEGATO, 2013; GOMES, 2014; MENEGHEL; LOZANO-LERMA, 2017), não restaram dúvidas sobre a demanda científica e social de pesquisas comprometidas ética e politicamente com a análise e enfrentamento ao assassinato de mulheres cis, trans e travestis por razões de gênero (que são também razões políticas e econômicas).

Contemplando este cenário e convergindo estudos sobre violência contra a mulher e trans/feminicídios na América Latina, Teorias do Sul Global e as demandas registradas nos diários solicitados, propomos brevemente o constructo *continuum de violência patriarcal moderno-colonial*. Havendo demanda de aprofundamento antropológico sobre o fenômeno, apostamos na metodologia etnográfica e em técnicas qualitativas na busca de entendimento e alternativas aos mecanismos generificados deste sistema. Sob esta perspectiva, analisamos este terror feminicida que assola mulheres cis, trans e travestis brasileiras e latinoamericanas, tendo como fio condutor as seguintes questões:

1. As estruturas de poder geopolítico global se beneficiam dos feminicídios na América Latina? Como?
2. De que forma se conectam as motivações íntimas de homens autores de violência contra mulheres cis, trans e travestis à colonialidade do Gênero?
3. Como atuam os serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher de São Leopoldo/RS pode criar pontes seguras com a periferia?
4. Como a representação comunitária poderia se organizar no combate ao feminicídio sem que isso conforme o projeto de isenção do Estado Social e implique risco para mulheres em condição de lideranças comunitárias?

As próprias indagações contemplam também a relevância social desta pesquisa, buscando analisar feminicídio como mecanismo moderno-colonial, articulando conexões do nível local ao global a partir da experiência de sujeitos/as em situação de violência de gênero, mais especificamente que envolvam o assassinato ou tentativa de assassinato de mulheres cis, trans e travestis por razões de gênero, no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

Ao longo da tese, busca-se: contemplar e compreender de que forma as estruturas moderno-coloniais de gênero produzem e se mantêm através do assassinato de mulheres cis, trans e travestis na etapa neoliberal latinoamericana; iniciar teoricamente o constructo *continuum de violência patriarcal moderno-colonial*, contemplando uma sistematização histórica que conecte fatores de ordem global, econômica e política a motivações subjetivas que resultam em feminicídios; identificar e avaliar as políticas e serviços públicos de enfrentamento à violência de gênero contra mulheres cis, trans e travestis e de prevenção ao feminicídio no estado do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, no município de São Leopoldo; conhecer e analisar as experiências de sujeitos periféricos com a violência de gênero (respectivamente homens ou mulheres cis, mulheres trans e travestis) e com os serviços da rede municipal de enfrentamento a violência contra a mulher de São Leopoldo/RS; elaborar alternativas de enfrentamento ao feminicídio que engendrem políticas públicas e redes comunitárias.

Desde estas inclinações, minha trajetória social e acadêmica, como mulher, militante e pesquisadora periférica, branca, natural e residente em São Leopoldo, implicaram afetações do campo etnográfico na minha ação social. Isso fica evidente especialmente desde que inicio o trabalho de campo da pesquisa, há mais de três anos. Em novembro de 2019 iniciei minhas incursões etnográficas. Até março de 2020 desenvolvi uma observação participante junto ao trabalho da Força-Tarefa de Combate aos Feminicídios no RS, de espaços de ativismo no Fórum Social Mundial e nas atividades educativas descentralizadas promovidas pela DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher), na época recém-inaugurada em São Leopoldo/RS. Meses depois, em agosto de 2020, fui apresentada à coordenadora municipal da União Brasileira de Mulheres de São Leopoldo, Salete Santos, uma importante liderança comunitária que me abre as portas para as reuniões online da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Passo a acompanhar e participar das reuniões mensais como pesquisadora. Em seguida, como militante e representante filiada à UBM. No verão deste ano de 2021, passo a fazer parte da equipe diretiva da UBM. Em abril sou eleita

conselheira titular da UBM no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e passo a ocupar o cargo de primeira secretária neste conselho.

Neste meio tempo, inicio a coleta de dados através de diários solicitados e do trabalho etnográfico, me aproximo de homens e mulheres em situação de violência de gênero, incluindo homens agressores em medida educativa por determinação judicial, ex-encarcerados, pessoas em situação de rua, usuários/as do albergue municipal, prostitutas, amigos de mulheres assassinadas por questões de gênero, transexuais, lideranças comunitárias das principais favelas da cidade e membros da rede de enfrentamento. Ou seja, em resumo, conheci muita gente que já vinha na luta contra as opressões há décadas, me tornei militante já no final do doutorado. Passei a fazer parte da proposição e fiscalização de políticas para mulheres, em especial no que tange a violência de gênero. Atuei em cursos de formação de servidores da rede pública, especialmente na temática de violência psicológica contra a mulher. Mas, pra mim, o essencial: atuei junto às comunidades. E foi assim que, mais do que defender a descentralização da rede através da participação comunitária, pude observar de dentro a violência praticada pelo Estado contra as mulheres. Assumida não só simbolicamente, mas praticada pelos agentes e burocraticamente.

Aliando fazeres teóricos e políticos, busquei e defendi meios e ferramentas mais imediatos de defesa dos direitos humanos, em especial, da vida das mulheres. Em agosto de 2021, fechando o mês de comemoração dos 15 anos da Lei Maria da Penha, organizei junto à UBM, a ONG Isaura Maira e ao mestre de Taekwondo Cezar Nunes uma oficina de defesa pessoal para mulheres, apresentando técnicas para situações específicas da violência doméstica. Houve um empenho em tornar a defesa pessoal uma política pública de prevenção ao feminicídio, mas também um caminho de emancipação da classe trabalhadora. Ou seja, me dediquei integralmente ao tema, buscando não apenas horizontes utópicos de extinção ao feminicídio e à violência praticada contra o gênero feminino, mas também a produção de fazeres cotidianos de políticas de cuidado com foco em mulheres cis, trans e travestis.

Mergulhada em produções teóricas, dados e no método etnográfico e envolvida junto ao movimento feminista e à sociedade civil no combate à violência de gênero, deu-se um deslocamento na minha vida. Como quando uma tempestade se aproxima e você não tem tempo de chegar a casa para proteger suas coisas ou a si mesma, me confundi entre a pesquisadora e a observada. Encaminhava-me para a finalização do doutorado quando me vi presa a um relacionamento abusivo, de intensa violência psicológica e moral que irrompeu em agressões físicas e ameaças a minha vida. Eu, pesquisadora, me tornei uma agente social

*altamente visível*⁴ dentro da pesquisa, de tal forma que não foi difícil me incorporar aos dados e ao mundo observado, porque já fazia parte dele. A experiência como usuária dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de São Leopoldo, fez com que eu observasse minha própria existência no campo para além do fazer de pesquisadora e militante feminista, mas como agente entranhada no fenômeno estudado, em situação de violência de gênero e à sombra do feminicídio.

Neste cenário, ocupei os bancos de espera da Delegacia da Mulher, da Defensoria Pública e do Centro Jacobina⁵ como usuária destes serviços. Troquei mensagens com policiais da Patrulha Maria da Penha, investigadoras da Polícia Civil, oficiais de justiça, advogadas feministas e Vara da Violência Doméstica. Reivindiquei incessantemente meu direito à vida em todos os espaços e círculos de pessoas que frequentei. Trouxe à tona minha dor, tornei pública minha experiência como uma mulher que não se cala e que não aceitaria procedimentos levianos em relação à violência vivida.

A esta altura surge, dentre todas as técnicas lançadas no universo etnográfico que se delineou ao longo da pesquisa, a autoetnografia. Minha experiência como autora rompeu os limites da observação participante e se tornou relevante na medida em que, em pleno trabalho de campo, minha vida íntima se confundiu com as demais participantes da pesquisa, endossando estatísticas, reverberando teorias e interrogando técnicas. As marcas da violência de gênero na minha vida não trazem algo inédito para a pesquisa, mas sustentam e corroboram argumentos analíticos, especialmente aqueles defendidos no último capítulo da tese. Em verdade, a autoetnografia eclode como parte do universo etnográfico que já vinha se constituindo, sendo mais uma das faces de minha interação social que percorreu as instituições sociais na (re)produção reflexiva da violência de gênero. Aqui, a autoetnografia se tornou uma ferramenta para fazer algo significativo para mim mesma e para o mundo (BOCHNER; ELLIS, 2000, p.738 *apud* SANTOS, 2017, p.18).

Santos (2017) argumentou que sua autoetnografia o sensibilizaria para a análise de entrevistas biográficas colhidas durante sua pesquisa de doutorado junto a trabalhadores do comércio varejista da moda, posição que ele, um jovem trabalhador negro, já havia ocupado no passado. Eu venho dizer que não foi meu trajeto biográfico que se tornou objeto desta pesquisa, mas o aspecto analítico do tema que orienta essa pesquisa e das técnicas que foram utilizadas, em especial o uso dos diários solicitados. Ao vivenciar o tema da pesquisa no próprio corpo e escrever meu próprio diário sobre minha situação com a violência de gênero,

⁴ Expressão que faz referência ao artigo de Santos (2017), onde apresenta o método autoetnográfico.

⁵ Centro Especializado de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência de Gênero

ficaram latentes as dificuldades do método experienciadas por outras mulheres que participaram da pesquisa escrevendo sobre si mesmas. Houve, neste processo, um salto catártico, epistemológico e metodológico. Este salto vem para complementar, especialmente, o segundo e terceiro capítulo desta tese que será organizado como a seguir:

No primeiro capítulo, a partir de pesquisa bibliográfica, parto de três territórios latinoamericanos em que os assassinatos de mulheres, mulheres trans e travestis contrariam a tentativa constante das instituições estatais e de perspectivas teóricas liberais de concentrar o enfrentamento e a definição de feminicídio como um crime perpetrado por indivíduos-agressores, ocultando as configurações econômicas e políticas deste tipo de violência. Corpos de mulheres cis, mulheres trans e travestis estão sendo marcados com altos níveis de crueldade, em formato de múltiplas agressões, como espancamentos, tiros, facadas, apedrejamentos, decepamentos, dilaceramentos, degolamentos, estupros, linchamentos, carbonização, desaparecimento ou exposição pública dos seus corpos. Há um ritual de feminicídios e transfeminicídios e as vítimas representam o território colonizado latinoamericano, especialmente entre as mulheres marcadamente racializadas, negras e indígenas.

Sob esta perspectiva, aborda-se brevemente o panorama dos feminicídios na América Latina, apresentando o contexto da produção acadêmica sobre o tema nesta região e no Brasil, através de um levantamento bibliográfico de teses e artigos. Articulam-se então as demandas destacadas nesta revisão com o posicionamento teórico, epistemológico e político da pesquisa a partir das teorias do Sul Global e da conceituação de gênero, masculinidade e raça. Sobre estes conceitos, temos como principais referências Raweyn Connell, Rita Segato, Mara Viveros Vigoya e Sílvia Almeida.

Ainda neste tópico, entendendo que há uma teia de condições vulneráveis decorrente da falta de acesso a direitos básicos, bens e serviços públicos e distribuição desigual da riqueza que culminam no feminicídio, edificando e sustentando masculinidades violentas, violência urbana, tráfico e corporações criminosas a nível intra e transnacional, evidenciamos que há uma relação direta entre capital e morte (SEGATO, 2006), o que é problematizado em relação a neoliberalismo e necropolítica, especialmente com base em Wendy Brown, Achille Mbembe e Sayak Valencia.

No terceiro tópico, discutimos diferentes abordagens teóricas sobre feminicídio e transfeminicídio, em torno das autoras Izabel Solisko Gomes, Betty Lozano-Lerma, Rita Segato, Montserrat Sagot e Stela Meneghel. A partir destes debates abordamos padrões especiais de trans/feminicídios na América Latina que podem iluminar a compreensão deste

tipo de violência neste território em geral. Destacamos os fenômenos de *Ciudad Juárez*, no México, *Buenaventura*, na Colômbia e de transfeminicídios no Brasil. Por fim, propomos o constructo de *continuum de violência patriarcal moderno-colonial*, conectando os conceitos e cenários abordados.

No segundo capítulo, abordamos o campo etnográfico e metodologias de investigação, com atenção especial à experiência com a técnica de diários solicitados. A partir de algumas considerações observadas durante nossas incursões etnográficas, introduzimos a técnica de diários solicitados, comentando benefícios, procedimentos e limitações deste método, principalmente a partir das experiências da geógrafa Paula Meth (2003; 2019). Também são abordadas considerações éticas de investigações com sujeitos em situação de violência de gênero, especialmente mulheres vítimas de tentativa de feminicídio ou com experiência próxima de feminicídio, suas implicações para participantes e pesquisadores/as. Refletimos sobre as condições de execução da pesquisa e os princípios éticos e políticos que vem nos orientando para esta produção, uma vez que este tema de pesquisa pode ser exaustivo, angustiante e implicar danos para participantes e pesquisadoras, embora seja de relevância ímpar. Em seguida, trazemos a experiência crítica da pesquisa com a técnica, desde sua abordagem e as participantes em potencial, os casos limítrofes e, por fim, os diários produzidos.

No terceiro e último capítulo abordamos as experiências com as violências de gênero vivenciadas por homens e mulheres participantes da pesquisa à luz da Análise Crítica do Discurso (ROJO, 2004), tendo por foco a linha que costura essas histórias sob a sombra do feminicídio – como risco potencial, prática social e fenômeno a ser combatido. No mesmo capítulo, abordamos com maior atenção as masculinidades presentes no universo etnográfico, desde autores de violência, até o que chamaremos de *outras masculinidades*, porque conflitantes com as práticas predominantes dentre os homens, assim como as demandas comunitárias surgidas durante as incursões etnográficas junto à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de São Leopoldo/RS. Se ao longo da tese buscamos costurar os objetivos aqui apresentados, na conclusão buscaremos responder às questões problematizadoras da pesquisa, apontadas mais acima nesta introdução.

1. FEMINICÍDIO/FEMICIDIO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

O feminicídio como problema social emergiu na América Latina mediante atuação dos movimentos de mulheres em resposta aos altos índices de assassinatos de mulheres, em especial na América Central. No início dos anos 2000, a bibliografia sobre o tema era quase inexistente, mas, mesmo que principiante, havia um embate e dúvidas sobre o fenômeno e sua denominação (SEGATO, 2006). Este debate surgiu na América Latina na década de 1990 a partir do cenário de *Ciudad Juárez*, fronteira com a texana *El Paso* (EUA), que foi se disseminando aceleradamente durante as próximas décadas pelo estado de Chihuahua, chegando à fronteira sul do México com a Guatemala. Os tipos de crimes ocorridos nesta região estavam sendo chamados por autoras como Ana Carcedo, Montserrat Sagot e Suely Almeida de *femicídio*, como tradução literal do conceito *femicide* disseminado por Diana Russel, Jane Caputi e Jill Radford para nomear a morte violenta de mulheres por serem mulheres, numa abordagem genérica e, em seguida, de *feminicídio*, por autoras como Marcela Lagarde e Julia Monarrez afirmando que semântica e politicamente, seria o termo correto ao especificar o fator gênero no homicídio de mulheres (GOMES, 2014; SEGATO, 2006; MENEGHEL; LOZANO-LERMA, 2017).

Embora ambos os termos sejam usados para definir o mesmo fenômeno, semanticamente, a melhor tradução seria *feminicídio* por levar em conta as raízes latinas, para evitar uma feminização confusa da palavra homicídio, visibilizar a especificidade deste tipo de crime e marcar também uma interpretação e contribuição linguísticas, teórica e política dos países do Sul (BEJARANO, 2011 *apud* GOMES, 2014). Por estas mesmas razões e levando em conta que no Brasil este crime foi recentemente tipificado como feminicídio, sendo o termo usualmente utilizado por pesquisadores/as deste país, optamos por fazer uso do mesmo nesta tese. Por outro lado, como nos interessa o fenômeno e não a diferença semântica entre os termos, buscamos ambas as abordagens (*feminicídio* e *femicídio*) para a revisão bibliográfica do estudo.

Antes de expor o quadro científico encontrado nesta busca, é relevante salientar que a incipiência de produção sobre feminicídio na América Latina, apontada por Rita Segato há quase 20 anos, se acentua no Brasil, onde a discussão e pressão por respostas do Estado sobre este problema ocorreu mais por via jurídica, ao contrário do restante da América Latina, onde, na maioria dos países que apresentaram debate e políticas de enfrentamento ao problema, isso ocorreu como resposta aos movimentos de mulheres (GOMES, 2014).

Enquanto no México, que também demorou a desenvolver políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio, a resposta aos movimentos sociais era o silêncio e a impunidade do Estado, no Brasil este atraso tem também como fator a menor presença deste problema na agenda política dos movimentos feministas e da produção intelectual, que estavam mais centrados no combate às violências de gênero não-letais. Sendo assim, a alta taxa de incidência de feminicídios não implica necessariamente na visibilidade do fenômeno (GOMES, 2014; SAFIOTTI, 1999; SEGATO, 2005; 2006). Isso também pode ser ilustrado pelas produções científicas sobre o tema catalogadas pela CAPES⁶ e/ou disponíveis na Scielo⁷.

No catálogo da CAPES, órgão responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação de universidades brasileiras, optamos por analisar as teses disponíveis, levando em conta os critérios de ineditismo e originalidade para obtenção de título de doutorado e estendendo-os para o objeto de pesquisa (feminicídio/femicídio), uma vez que os artigos analisados já ilustram um panorama geral do que vem sendo produzido e divulgado sobre o tema no Brasil e na América Latina.

Vimos, portanto, que das 17 teses identificadas pela busca, apenas onze constam o tema⁸, e em sete trabalhos o fenômeno aqui estudado também é objeto de pesquisa. De todos os trabalhos citados que constam nos catálogos da Scielo e da Capes, destacamos 24 artigos e 2 teses para uma análise mais aprofundada sobre seus referenciais teóricos e metodológicos de investigação e análise⁹. Priorizamos aqueles que fizessem referência ao feminicídio e sua relação com o Estado e à ordem social, econômica e política; e/ou com abordagens interseccionais que tratassem sobre gênero, raça, classe ou masculinidades; e/ou que analisassem as políticas públicas de combate ao feminicídio; e/ou que resultam de investigações qualitativas junto a comunidades; e/ou que pensassem estratégias de enfrentamento ao feminicídio.

Contudo, a análise previamente já evidenciou que o marco teórico dos textos analisados é predominantemente produzido pelo e sob a ótica do Norte Global, embora algumas delas recorram a autoras latinoamericanas na compreensão do feminicídio. A partir deste panorama, posicionamos esta pesquisa sob a perspectiva do Sul Global.

⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁷ Scientific Electronic Library Online. Considerada uma das principais bibliotecas online da América Latina.

⁸ Do total excluimos uma tese que por erro do sistema consta no catálogo, uma que consta, mas não apresenta demais informações e quatro que faziam referência à violência contra a mulher, mas não abordavam feminicídio como tema.

⁹ Esta análise ainda está em processo. Porém, nas tabelas em anexo é possível verificar os textos destacados do total disponível. São os artigos de número 5, 6, 10, 13, 18, 21, 26, 38, 39, 46, 52, 54, 56, 61, 64, 67, 69, 74, 75, 76, 78, 79 e 80, disponível no Anexo 1, e as teses de números 1 e 3 na tabela, disponível no Anexo 2.

O processo de produção do conhecimento e teoria tem uma condição geopolítica que, em geral, pressupõe uma divisão social do trabalho, onde as metrópoles (ou Norte Global) produzem teorias a serem aplicadas na periferia colonizada (CONNELL, 2012). A ideia cientificista e nortecentrada de que os modelos europeu e norte-americano são os únicos legítimos na compreensão dos diferentes âmbitos da vida tem um pertencimento geopolítico particular. Sob este paradigma, as Ciências Sociais foram pensadas, a princípio, a partir de uma inspiração nas leis da natureza, forjando bases universalizantes da sociedade. Esse modelo é exportado para o Sul Global em forma de uma *bomba cultural* (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019). E, desta forma, a inclusão do que é “diferente” nas teorias atuais depende de um confronto do aparato conceitual das Ciências Sociais, o que implica a desestabilização e realocização do centro geopolítico a partir das produções da periferia global (CONNELL, 2012).

Neste contexto, temos como principais referências teóricas intelectuais que produzem desde o Sul Global e/ou sob a ótica do Sul, com vistas a uma resistência emancipatória (SIBAI, 2016). Neste sentido, o conjunto de autores/as com os quais dialogamos na conceituação de modernidade/colonialidade, interseccionalidade, gênero/masculinidades, raça/branquitude, neoliberalismo e necropolítica nos próximos tópicos são predominantemente situados nas Teorias do Sul Global (GROSGOUEL, 2008; CONNELL, 2012), pois uma vez que a decolonialidade é entendida como projeto político-epistêmico, sua produção deve estar integrada à experiência intelectual e política do colonizado.

A *descoberta do Novo Mundo* é, para os decoloniais, o marcador antropoceno da modernidade devido a sua relação mundial de “descoberta” e colonização que fundou um sistema-mundo moderno (QUIJANO, 2005; MALDONADO-TORRES, 2019). Neste processo, as ideias e pressupostos do que é modernidade foram concebidas e legitimadas de forma eurocentrada, hierarquizando culturas, temporalidades e espaços de formas essencialistas e dicotômicas. A experiência colonial iniciada neste período também implicou lutas descolonizadoras nos territórios dominados. Posteriormente, essas lutas se converteram em teorias fundamentais para os impactos deste encontro nas sociedades modernas (CONNELL, 2012; CURIEL, 2019).

Contudo, assim como “[...] em quase todos os lugares, a luta anticolonial também foi liderada por homens, valorizando masculinidades violentas” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 284), por extensão, as estruturas de gênero foram ignoradas ou naturalizadas por teóricos críticos. A combinação entre a Teoria Decolonial e pensamento contra-hegemônico de feministas do Sul, somada à crítica destas a alguns pensadores decoloniais (LUGONES,

2020), constitui o chamado feminismo decolonial. Esta perspectiva feminista por um lado revisa e problematiza as produções feministas hegemônicas (ESPINOSA MIÑOSO, 2020) e por outro amplia conceitos da Teoria Decolonial (LUGONES, 2020; CURIEL, 2020).

A modernidade forjou o significado de humanidade de forma a legitimar o colonialismo e o imperialismo europeus fundados na “[...] diferença entre os seres e aqueles abaixo dos seres” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 37). Os europeus romperam com a ideia de que todos os seres estariam ligados ao Divino (cristão) e, a partir desta concepção, classificaram a humanidade dos seres, ou a sua inexistência, justificando a guerra permanente contra aqueles que estão na ordem abaixo do colonizador, em um cenário dualista de bom/colonizador *versus* mau/colonizado. Desta forma, “[...] a principal diferenciação entre os sujeitos será menos uma questão de crença e mais de essência nesta nova ordem mundial” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 37). Modernidade e colonialismo, nestes termos, coproduziram-se.

Por sua vez, a descolonização é a luta por libertação a partir da organização do colonizado. Porém, este processo não necessariamente é capaz de romper com a lógica e as estruturas coloniais, pois há uma continuação da dominação colonial mesmo após o fim da administração direta de territórios coloniais pelas Metrôpoles, produzidas por novas formas culturais e econômicas de domínio e controle através das estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial (GROSFOGUEL, 2008). Este aparato de manutenção do poder moderno/colonial chama-se *colonialidade* e é constituído de “[...] hierarquias globais, linguísticas, étnico-raciais, econômicas, epistêmicas, sexuais, humanas, etc., que se entrelaçam umas com as outras e se articulam em torno ao mercado capitalista global, à ideia de raça e ao sistema sexo-gênero” (SIBAI, 2016, p. 23, tradução nossa). Portanto, *modernidade* e *colonialidade* são intrínsecos e constituem um projeto civilizatório planetário e ocidentalocêntrico (GROSFOGUEL, 2019).

Este sistema-mundo fundado com a invasão da América “[...] tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: *a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo*” (QUIJANO, 2005, p. 124). Neste esquema, a modernidade/colonialidade é constitutiva do sistema capitalista, e não o contrário. O capitalismo como modo de produção dominante e de configuração global “[...] constitui-se na história apenas com a emergência da América” (QUIJANO, 2005, p. 126) e seu mercado é tanto o mínimo quanto o limite da igualdade social entre as pessoas.

Por sua vez, a decolonialidade “[...] refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36),

sem romper com a modernidade, mas buscando superá-la, podendo manter ou ressignificar alguns de seus elementos em um mundo onde coexistam e se relacionem diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividades. Contudo, esta resposta à colonialidade só estará apta quando, de fato, houver rompido a relação de assimilação local colonizador/colonizado. Isso nos traz a alguns conceitos-chave desta pesquisa. Os dois primeiro deles são a *interseccionalidade* como ferramenta analítica e a *identidade* como ferramenta política: esta pesquisa está em embate com a cooptação e disseminação liberal destes conceitos.

Com base em autores/as marxistas e decoloniais, entendemos que o reconhecimento da diferença através de um multiculturalismo liberal não questiona a matriz destas diferenças (VIVEROS-VIGOYA, 2018; BROWN, 2019; HAIDER, 2019; CURIEL, 2020), devido inclusive à aplicação essencialista e individual destes conceitos por parcelas dos movimentos sociais. A jurista afroamericana Kimberlé Crenshaw (2002; 2012) definiu interseccionalidade como um cruzamento de opressões “[...] que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 7). Crenshaw cunhou este conceito com finalidade de aplicação nos tribunais, disseminando sua abordagem como um somatório de opressões nas trajetórias individuais.

Esta abordagem esbarra em nossa concepção de que os testemunhos individuais são úteis para a compreensão das dinâmicas históricas dos grupos, mas não encarnam em si de forma determinante as estruturas globais. Aura Estela Cumes apontou os problemas que implicam esta perspectiva no Foro Internacional Femicídios em Grupos Étnicos e Racializados, ocorrido em 2016 na Colômbia, afirmando que

Os sujeitos sociais, mulheres, indígenas, negros, ou classes populares em vez de se perceberem como sujeitos construídos por processos históricos se convertem em sujeitos essenciais reivindicando características culturais, sociais ou biológicas como naturalmente dadas. Assim o racismo, o sexismo ou a pobreza são percebidos de modo individualizado e desconectado, e perde-se a potência de explicar a realidade em sua complexidade. (MENEGHEL; LOZANO-LERMA, 2017, p. 121)

A antropóloga Mara Viveros Vigoya (2018) também alerta para as armadilhas do multiculturalismo em que se perde a leitura/compreensão do sistema de dominação que produz (e depois celebra) as diferenças. Para Viveros (2018) interseccionalidade diz respeito às “[...] relações de dominação em escala societal para mostrar como se modelam mutuamente” (VIVEROS-VIGOYA, 2018, p. 179) e não sobre como diferentes formas de opressão atingem indivíduos. Segundo ela, as abordagens multiculturalistas colidiram com o

neoliberalismo, mascarando as desigualdades e a multiplicidade das opressões e essa perspectiva faz com que as demandas políticas foquem em direitos neste sistema e não ataquem sua matriz de dominação. Isso fez com que o avanço da esquerda na América Latina representasse mais reconhecimento de diversidade étnica do que transformações das relações sociais, como redistribuição de riqueza, defesa dos direitos das mulheres e diversidade sexual ou o combate aos genocídios das populações negra e indígena.

Pontuamos, contudo, que não orientamos esta crítica à organização comunitária identitária em si, mas àquelas incapazes de diálogo, interhistoricidade (SEGATO, 2012) e tradução/conexão de seus elementos estruturais a outros eixos de opressão, tornando-se culturalistas, essencialistas e fundamentalistas (que viemos chamando *identitaristas* porque presas ao cárcere da modernidade/colonialidade). Se modernidade eurocentrada, capitalismo mundial e colonialismo são uma trilogia inseparável (DUSSEL *apud* CURIEL, 2020, p. 126), movimentos identitaristas são incapazes de superar este sistema. A condição identitária, por si só, não garante uma proposta emancipatória e transformativa epistemológica e política.

É por isso que esta pesquisa se localiza em uma perspectiva decolonial, feminista, interseccional e multicentrada. Isso implica uma pesquisa politicamente engajada na articulação dos marcadores da diferença sociogenicamente gerados pela matriz moderna/colonial (MALDONADO-TORRES, 2019). Nestes termos, este projeto de pesquisa foi amadurecido a partir da compreensão de que existe uma matriz colonial e global que forja identidades e as formas como elas são violentadas ou privilegiadas conforme os interesses dos grupos hegemônicos. É por isso que se tornou ineficiente uma análise que considerasse o abismo da vitimização de feminicídios de mulheres brancas e negras com base somente em representações racistas das últimas. Se a interseccionalidade e os feminismos decoloniais tentam dar conta da materialidade e da realidade das mulheres da América Latina e do Caribe (VIVEROS-VIGOYA, 2019) abandonamos a marcação culturalista da diferença de raça, gênero e classe, e passamos a focar em como ela se produz e com qual finalidade.

Neste sentido, inspiradas pelas teóricas feministas Sirin Sibai, Rita Segato e Mara Viveros, mas especialmente debruçando-nos para as demandas emergentes nas falas de mulheres e lideranças periféricas, esta pesquisa se compromete com a emancipação de homens e mulheres latinoamericanos e caribenhos da matriz violentogênica de dominação moderna-colonial e, em especial, das suas comunidades e famílias que têm vidas interrompidas e marcas cruelmente registradas destas violências nos corpos e memórias de suas mulheres e travestis. Esta análise decolonial, interseccional e multicentrada do

feminicídio será realizada conectando, portanto, várias categorias. O acesso a elas parte da compreensão das estruturas de gênero no sistema moderno/colonial.

Para tanto, é necessário transformar a análise de gênero, descortinando sua colonialidade, através de alguns pontos: **1)** a compreensão das vozes na política de gênero que, na periferia global, está entrelaçada às dinâmicas de colonização e globalização (CONNELL, 2016, p. 31); **2)** articula-se ao primeiro ponto o pressuposto de que a violência colonial foi um ato generificado¹⁰. O poder colonial intencionalmente estruturou a ordem de gênero nas sociedades colonizadas (através do trabalho, do estupro, das hierarquias etc). Houve uma resposta ativa dos homens colonizados pelos “novos” padrões coloniais de masculinidade. Dessa forma, há uma diversidade de masculinidades e sua produção está intimamente relacionada às estruturas, suas instituições e relações de poder; **3)** por fim, o entendimento basilar de que os processos generificados são coletivos e, dessa forma, as dinâmicas de gênero não podem ser reduzidas ao indivíduo (CONNELL, 2016).

Neste esquema, entendemos gênero enquanto uma estrutura multidimensional que padroniza os arranjos pelos quais grupos e indivíduos atuam socialmente, mas que é mutável, se adapta e reconstrói conforme demandas e crises sociais, políticas e econômicas. Gênero, para além da reprodução, se reinventa. E nestes termos, as Ciências Sociais contribuiriam parando de focar no gênero e em diferenças e dicotomias vulneráveis e duvidosas e passando a focar nas relações que o produzem (CONNELL & PEARSE, 2015).

Estas estruturas históricas forjam ordens de gênero em constante produção e disputa e viemos vivenciando este conflito através de manifestações públicas nas últimas décadas da América Latina, desde o nível discursivo e sua amplificação através da internet e outras mídias, até sua expressão e inscrição nos corpos, reivindicadas através da vida e da morte. Por exemplo, se por um lado as Conferências Mundiais sobre as Mulheres, organizadas pela ONU na década de 1990, redimensionaram de forma geral a política de gênero, explicitando o caráter estrutural da desigualdade e levantando debates sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, por outro, delegações católicas e marroquinas uniram-se fortemente contra a adoção da categoria gênero nos documentos de orientação para políticas públicas promovidas por estas conferências, sob argumentos conservadores de que esta categoria seria um código para feminismo, além dos posicionamentos severos contra aborto, contracepção e lesbianidade. Estes conflitos implicaram no encerramento destas conferências e na retardação de uma década da publicação de um acordo amplo internacional sobre o tema (CONNELL &

¹⁰ Aquilo que foi tocado pelo gênero (CONNEL & PEARSE, 2015).

PEARSE, 2015; MACHADO, 2018; SOUZA, 2018). Este foi o embate que germinou a expressão *ideologia de gênero*, suposto projeto que visa destruir a família tradicional e a heterossexualidade, muito presente nos conflitos, discursos e projetos de políticos conservadores e bolsonaristas (MISKOLCI & CAMPANA, 2017).

Isso significa que as demandas por reformas e até mesmo movimentos anticoloniais estão presentes e ganhando visibilidade. Mas que também estão campanhas e ações de contrarreforma e resistência a mudanças. Por um lado, sujeitos e grupos reivindicando o direito às suas vidas e identidades que frustram normas sociais, por outro a manutenção da ordem através da morte, não apenas da morte em vida (MBEMBE, 2018), mas do assassinato daqueles/as que ousam fugir aos padrões hegemônicos (SEGATO, 2013; MENEGHEL; LOZANO-LERMA, 2017; BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a).

Neste cenário, abordar as discussões de gênero na América Latina e mais especificamente no Brasil, depende também de compreender não apenas as construções históricas e sociais que se produziram em relação aos padrões hegemônicos de ser/tornar-se mulher e homem, mas como isso se produz enquanto sistema moderno/colonial de gênero e, em razão do nosso objeto de pesquisa, de que forma causa efeitos nas condições de vida (e de morte) das mulheres com o intuito de manter estas estruturas.

Níveis micro, meso e macro das estruturas se relacionam na produção de sistemas de gênero, com vistas a uma ordem global. A colonialidade enquanto eixo do sistema de poder “[...] atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas” (LUGONES, 2020, p. 57). Lugones (2020) discute como esse sistema instrumentaliza a submissão de todos e todas, ao mesmo tempo em que dissolve forçadamente os laços de solidariedade entre as vítimas da dominação da colonialidade, de forma que se tornam leais a esse sistema. Nestes termos, a indiferença dos homens colonizados, seja cotidiana ou epistemológica, à opressão das mulheres colonizadas, é uma das barreiras para o enfrentamento das estruturas coloniais e de suas transformações radicais.

Sendo o feminicídio hegemonicamente perpetrado por homens, é fundamental que desvendemos essa indiferença para seu combate. Para tanto, partimos de teorias não essencialistas sobre homens e masculinidades (PAREDES-CARVAJAL, 2012; VIVEROS-VIGOYA, 2018; CONNELL, 2016). Contudo, em termos estatísticos e estruturais, entendemos que a violência de gênero contra mulheres é um problema *para* elas, mas *dos* homens, uma vez que eles são os principais agressores. Destacamos então, a constituição dos

homens como seres sexuados e não como referência universal e a masculinidade hegemônica como uma construção histórica, portanto, um processo em mutação. Além disso, frisamos que, embora os homens continuem com vantagens em relação às mulheres, mesmo com a inclusão destas no mercado de trabalho, isso também depende de outros vetores de hierarquização (VIVEROS-VIGOYA, 2018).

Produzidas pelas ordens de gênero, masculinidades são heterogêneas, relacionais e condicionadas pelas relações de poder e estruturas econômicas, políticas e culturais. Contudo, “a maioria dos trabalhos que descrevem as normas que oprimem os homens adotam uma perspectiva muito subjetiva, sem identificar com clareza a origem social do mal-estar identitário que alguns homens não conformes às normas podem experimentar” (VIVEROS-VIGOYA, 2018, p. 16). Por isso é necessário compreender a produção das masculinidades historicamente, conectando “[...] as histórias das diferentes zonas geopolíticas, com os processos coloniais e neocoloniais e com aqueles do liberalismo econômico mundial” (VIVEROS-VIGOYA, 2018, p. 185).

Uma vez que a perpetuação de hierarquias de marco colonial sobre as mulheres, brancas e negras, e sobre os homens marcadamente racializados, são elementos-chave na configuração e manutenção de um *continuum* de violência, estas discussões sobre masculinidade e gênero nos encaminham pautas político-epistêmicas sobre raça e branquitude. Na perspectiva decolonial, raça e racismo constituem a lógica através da qual se configuram as relações de dominação da modernidade (GROSFOGUEL, 2019). A raça fundada pela modernidade situou conquistadores e conquistados em hierarquias de superioridade e inferioridade supostamente naturais de estruturas biológicas. Os povos colonizados passaram a serem considerados raças inferiores e anteriores aos europeus (QUIJANO, 2005). Com o tempo os colonizadores passaram a caracterizar identidades raciais também a partir da cor com bases nos traços fenotípicos dos colonizados, alargando o conceito como forma de legitimar a violência colonial. Nestes termos, a raça constituiu o “modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 118) e um eixo essencial do colonialismo e das relações de dominação globais.

Na perspectiva fanoniana, este modo de classificação distribui as pessoas entre “[...] seres humanos com subjetividade e com acesso a direitos humanos, cidadãos, civis e trabalhistas” (FANON, 2010 *apud* GROSFOGUEL, 2012, p.93) – que vivem na zona do ser – e pessoas que estão abaixo da linha do humano, ou seja, que tem sua humanidade negada e vivem na zona do não-ser. A linha que divide estas duas zonas é a raça. Esta definição de raça é relacional e concebe diversos tipos de racismo, a depender das histórias coloniais em

diferentes regiões do mundo. Os marcadores de racismo podem ser religiosos, étnicos, linguísticos, culturais ou de cor, embora este último predomine em diversos territórios (GROSFUGUEL, 2012).

Há prévias deste conceito de raça no discurso cristão de discriminação religiosa presente na Península Ibérica entre os séculos XIII e XV. No final do século XV, o conflito religioso e territorial entre cristãos, judeus e muçulmanos fez com que os primeiros impusessem “estatutos de pureza de sangue”, proibindo o acesso de mouros e judeus a cargos militares, públicos ou eclesiásticos, assim como a casamentos interraciais. A pureza de sangue seria uma característica própria da aristocracia cristã, como forma de submeter aos demais. Neste contexto, iniciou-se a conversão forçada dos não-cristãos e a guetização e vigilância dos novos cristãos através de estatutos que obrigavam a marcação dos grupos étnicos por meio de sinais visíveis. A raça tem origem, portanto, em um conceito religioso, pensado por cristãos sobre não-cristãos, mas sem questionar a humanidade destes últimos (GROSFUGUEL, 2012; BETHENCOURT, 2015).

O discurso da pureza de sangue só se fez “universal” com a conquista espanhola e, desta forma, o etnocentrismo surgiu em 1492 (SIBAI, 2016). Porém, foi ressignificado a nível global, uma vez que os indígenas da América passaram a ser entendidos como povos sem religião e, portanto, mais próximos da natureza, animalizados. A humanidade do *outro* passa a ser questionada a partir das categorias “povos com religião” *versus* “povos sem religião”. O embate entre Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginés Sepúlveda em torno da humanidade dos povos indígenas é um marco emblemático desta definição. Enquanto Sepúlveda defendia que índios não teriam alma e, portanto, não seria pecado aos olhos de Deus escravizá-los, Bartolomeu argumentava que índios tinham alma e que a tarefa da Corte Espanhola era cristianizá-los e não os escravizar, ou seja, tirá-los da condição de barbárie. Ambos os posicionamentos inauguraram os discursos racistas coloniais e imperialistas, embora o primeiro tenha por base uma abordagem biológica e o segundo culturalista. A primeira forma de racismo deste sistema moderno-colonial foi, portanto, o racismo religioso (GROSFUGUEL, 2012).

Embora o júri da Escola de Salamanca tenha decidido em 1552 a favor da tese de Bartolomeu, isso não impediu que os povos indígenas não fossem submetidos à coerção. Pelo contrário, os expôs ao sistema de trabalho chamado *encomienda* que implicava a exploração forçada de sua mão-de-obra em “troca” de sua cristianização. Este processo espelhou também na discriminação dos judeus e muçulmanos, que antes tinham seu Deus questionado e agora passam a ter sua humanidade também questionada, mesmo quando convertidos ao

cristianismo. Este marco que transmutou povos sem alma em povos sem humanidade propiciou também o alargamento da noção de raça e sua aplicação na legitimação do imperialismo e da escravização de povos africanos, considerados abaixo da linha do humano e transformando o discurso racista religioso em discurso racista de cor (GROSGOUEL, 2012). E esta divisão entre povos humanos e não-humanos também deu bases para o ideal iluminista, sendo que do século XVIII para o XX o europeu produziu a si mesmo como o *homem universal*, classificando outros povos, culturas, gêneros e raças como inferiores (BETHENCOURT, 2015; ALMEIDA, 2019).

A partir deste ideal, a ciência ocidental começou a sistematizar um conceito de raça “natural”, consolidando uma hierarquia fundada pelos europeus, na qual na ponta da pirâmide estariam eles próprios, humanos civilizados, e na base, os povos mais próximos dos animais selvagens, incivilizados. As ciências filhas do pensamento positivista, como a biologia e a física, racializaram características morais, psicológicas e intelectuais de grupos não-brancos, tendo como critérios supostos determinantes biológicos e geográficos.

No Brasil, os grupos dominantes ressignificaram estas teorias racialistas (SCHWARCZ, 1993) relacionando-as às características físicas, psicológicas e culturais de grupos inteiros. O que, para os grupos marcadamente racializados, significava serem considerados inferiores aos brancos. O Estado, insistente em ser reconhecido pela construção de uma pátria à semelhança europeia, promoveu e coadunou com teorias científicas racistas de embranquecimento e, já na década de 1930, produziu o mito da democracia racial no Brasil (FERNANDES, 2007), supostamente constituída pela miscigenação e cordialidade entre brancos, indígenas e negros, consolidando as figuras do mulato e do pardo (DOMINGUES, 2005; FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009). Sendo a raça uma construção social e não biológica, estas diferenças, no Brasil, têm como critério de classificação o fenótipo e hierarquizam a população brasileira no que Figueiredo e Grosfoguel (2009) denominam mestiços claros (brancos ou quase brancos) e mestiços escuros (negros, pardos e indígenas). Este mito da democracia por via da miscigenação, nada mais tem do que a função de ocultar o conflito e desigualdade racial e suas estruturas de dominação, assim como de desmobilizar organizações políticas (DOMINGUES, 2005; MELLO, 2018).

Isso fica evidente na segunda metade do século XX, quando começam a ser engendradas outras justificativas para legitimar a exclusão racial, que relacionem as formas de ser e agir às características físicas de determinados grupos. Embora, em tese, não seja mais possível forjar argumentos científicos que legitimem a manutenção da exclusão racial, faz-se uma ressignificação dessas perspectivas como forma de manter o *status quo*. Portanto, quando

cientificamente consolida-se a recusa do conceito de raça biológica no Brasil (por volta dos anos 1970), surgem (ou se expõem) suas variáveis na tentativa de legitimar a exclusão e hierarquia racial (MUNANGA, 2004), da mesma forma que se utiliza o multiculturalismo como forma de manutenção do racismo.

Almeida (2019) afirma que o processo de desumanização que precede o racismo é basilar de práticas discriminatórias e do genocídio contemporâneo. É a forma sistemática dessas práticas que culmina em prejuízo ou privilégios para determinados grupos raciais. O preconceito racial é o juízo sobre estes grupos baseado em estereótipos, culminando ou não em práticas discriminatórias. E as práticas discriminatórias são fundamentadas no uso de poder, com possibilidade do uso da força, com a finalidade de distribuir vantagens ou desvantagens entre os grupos raciais através do tratamento diferenciado a membros de grupos marcadamente racializados.

Este autor classificou e diferenciou três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural (ALMEIDA, 2019). Para Almeida (2019), a definição individualista é problemática por reduzir o fenômeno do racismo a práticas e comportamentos individuais e interpessoais de natureza ética e/ou psicológica, que seriam combatidas efetivamente através da educação e conscientização. Já a definição institucionalista por si só entra em conflito com a perspectiva de combate anterior, além de dar um salto sobre a natureza política do racismo. Uma vez que as instituições são responsáveis pela normalização e estabilização da vida social, constituem a materialização dos conflitos e disputas de poder estatal e social, sendo hegemônicas pelos grupos dominantes com finalidade de impor e manter seus privilégios e interesses econômicos e políticos. O racismo, nessa perspectiva, seria uma questão de poder e não de comportamento, sendo pouco condenado em relação à discriminação direta evidenciada pelo racismo individual. Sendo as instituições a materialização das disputas por poder, seus conflitos internos (constituídos de lutas entre indivíduos e grupos antagônicos) podem implicar a manutenção ou a reforma das relações raciais de forma interna e com impactos externos.

Por fim, se o racismo individual e o racismo institucional operam no estabelecimento e manutenção do poder hegemônico de uma ordem social, isso significa que dependem da existência prévia de estruturas sociais racistas que configuram essas relações. Estas estruturas sistematizam e normalizam o racismo, o preconceito e a discriminação racial através dos mecanismos de socialização destas relações, fazendo disso a regra de configuração política, social, econômica e jurídica da sociedade (ALMEIDA, 2019) que privilegia os grupos

hegemônicos em detrimento daqueles que não atendem ou não se adequam ao ideal do *homem universal*.

Este privilégio, retomando a perspectiva fanoniana, depende também de como a linha do humano atravessa opressões de classe, gênero e sexualidade em ambas as zonas descritas por Fanon (FANON, 2010 *apud* GROSGOUEL, 2012). Estas zonas são também heterogêneas, implicando diversas qualidades de viver abaixo ou acima da linha do humano reproduzidas por relações coloniais internas. Neste cenário, das abordagens sobre as categorias gênero e masculinidades discutidas, especialmente de Connell & Pearse (2016) e de Viveros-Vigoya (2018), algumas lógicas podem ser traduzidas e comparadas em termos raciais. Se raça e gênero são eixos constitutivos do sistema moderno/colonial, para entender a violência contra as mulheres e o feminicídio como parte desta ordem, tanto quanto compreender as masculinidades é necessário analisarmos como se produz a identidade racial hegemônica na América Latina e qual o impacto dela nestas violências, uma vez que a branquitude se autorepresenta como identidade humana.

A branquitude/branquidade, enquanto identidade racial hegemônica depende da racialização dos “outros”. Segundo Viveros-Vigoya (2018), os estudos sobre branquidade/branquitude na América Latina são quase inexistentes e sua produção está concentrada no Brasil. Dentre os distintos interesses e perspectivas disciplinares há em comum a ideia de que a branquitude constitui uma identidade privilegiada, inominada e não marcada. Como produto colonial e eurocêntrico essa é uma autorepresentação e autodefinição, já que a identidade branca só não é marcada para aqueles que a habitam. Esta invisibilidade autoprojeta da branquitude/branquidade seria, portanto, um mecanismo de sua reprodução (VIVEROS-VIGOYA, 2018).

Sendo o racismo um processo histórico vinculado a mecanismos políticos, econômicos e ideológicos (ALMEIDA, 2019), as mulheres e homens negros/as foram representados como o oposto de um ideal moderno e civilizado da branquitude, e estereotipados “[...] como seres animalescos, cujos desejos sexuais transbordantes deviam ser controlados para o bem da moral branca” (VIVEROS-VIGOYA, 2018, p. 106). Contudo, reafirmamos raça como categoria política, social e histórica e não como traço ontológico da organização humana. Para tanto, “[...] deve-se levar em conta que todas essas categorias – branco, branco-mestiço, negro – são relacionais e não constituem grupos socialmente homogêneos” (VIVEROS, 2018, p. 110). Sob este pressuposto, Mara Viveros evidencia os riscos de essencializar e reificar a branquidade como uma categoria fixa e monolítica, “[...] negligenciando a análise dos

mecanismos sociais e institucionais concretos nas quais se fundam as experiências das pessoas categorizadas” (VIVEROS, 2018, p. 130-131).

Se raça é uma categoria relacional, branquitude também o é, e isso significa que essa identidade não pode ser vista enquanto um conjunto de representações encarnadas naturalmente por indivíduos brancos e/ou branco-mestiços. Estes mesmos riscos são compartilhados nas pesquisas sobre gênero e sexualidade (VIVEROS-VIGOYA, 2018). A essencialização da branquitude, além de ignorar o fato de que esta é uma identidade forjada pelo colonialismo e fundamental na manutenção do sistema moderno-colonial, faz com que seja reduzida a “[...] um pretenso prazer dos brancos no sofrimento dos negros – ‘como se o principal negócio da escravidão [...] fosse a produção da supremacia branca e não a produção de algodão, açúcar, arroz e tabaco’” (FIELDS & FIELDS, 2014 *apud* HAIDER, 2019, p. 64).

Por outro lado, também há de se tomar cuidado com as expectativas de uma inclinação desconstrutiva. Os marcadores destas diferenças impactam a vida, a morte e a distribuição de poder entre estes grupos. As consequências alarmantes deste esquema na intersecção entre gênero, raça e sexualidade podem ser ilustradas pelas altas taxas de violência entre mulheres negras¹¹, como a obstétrica (LEAL, 2017), feminicídios¹² (IPEA; FBSP, 2019) e transfeminicídios (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), especialmente entre as mulheres negras. Já os homens marcadamente racializados são as principais vítimas de violência urbana (IPEA, 2020), violência policial¹³ e encarceramento (BRASIL, 2015b), considerados mais perigosos (CERQUEIRA; MOURA, 2013) em oposição à razão, modernidade, benevolência e branquura do colonizador.

Além disso, atos performativos de *novas masculinidades*, de uma *branquitude crítica*, ou de *aliados da comunidade LGBTT* não necessariamente conferem um rompimento concreto com as estruturas de dominação. Especialmente porque para que essas estruturas se mantenham, tanto projetos identitários de gênero e sexualidade, quanto campanhas antirracistas estão em constante cooptação do poder hegemônico e neoliberal, buscando forjar e adaptar essas pautas conforme suas agendas políticas. Intervenção neoliberal e consolidação

¹¹IPEA. **Violência contra a Mulher.** Dispo//nível em https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em 11.11.2020.

¹²VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro. **G1**, 16 de set. de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em 11.11.2020.

¹³GRELLET, Fábio. Negros são 75% dos mortos pela polícia no Brasil, aponta relatório. **UOL**, 15 de jul. de 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm>. Acesso em 11.11.2020.

de ideologias do multiculturalismo são processos que se dão em paralelo e interdependência, desmantelando e evitando organizações políticas que ataquem o sistema de dominação.

Neste contexto, analisar feminicídio a partir da esfera local depende de compreender suas relações e políticas em escala global, entendendo como economias, territórios e Estados são generificados “[...] na era das empresas transnacionais, da internet e da política global neoliberal” (CONNELL, 2016, p. 42). Por exemplo, a América Latina integra o eixo periférico da política e economia internacionais. Suas pequenas e médias nações “possuem recursos humanos, agrícolas ou minerais abundantes (inclusive energia), mas não detém capacidade militar de articulação diplomática, tendendo a agir de maneira fragmentada e constituindo uma zona em disputa pelos demais eixos” (VISENTINI, 2019, p. 16-17). Ou seja, sendo território em potencial para investimentos lucrativos na área da infraestrutura, mineração, serviços, agronegócios e Defesa, frágil e debilitado política, social, militar e economicamente, a América Latina torna-se palco de crescente “[...] competição intercapitalista, o qual opõe, principalmente, as antigas potências industriais e as emergentes da semiperiferia” (VISENTINI, 2019, p. 17), conflito protagonizado especialmente por EUA e China (o primeiro tentando interromper o avanço e influência do segundo).

Esta fragilidade dos países periféricos implica que suas agendas internacionais se resumam “[...] à manutenção de sua existência como nação e das elites locais no poder” (VISENTINI, 2019, p. 17). Por sua vez, o Brasil, integrante do BRICS¹⁴ desde 2006, está oscilando devido às crises governamentais e econômicas e correndo o risco de ser rebaixado definitivamente para o eixo periférico e tornar-se um dos seus membros gigantes na América Latina.

Neste cenário, a feminista indígena boliviana Julieta Paredes Carvajal afirma que pensar em modos de mudar a realidade das mulheres latinoamericanas depende de situarmos as políticas neoliberais como produto do colonialismo histórico e elementares na reação de grupos de extrema direita às demandas por igualdade das minorias. Para Paredes “o pretexto que expressavam estes capitalistas, para ditos ajustes estruturais, era ‘solucionar’, em nossos países, os problemas econômicos, que eles mesmos, os capitalistas-imperialistas, causaram, como por exemplo, a hiperinflação e o endividamento externo” (PAREDES-CARVAJAL, 2010, tradução nossa). Nitidamente este desenvolvimento neoliberal não era para todos, mas com vistas ao mercado global, gerando e sustentando nos países do Sul a riqueza do Norte através da submissão às empresas transnacionais (PAREDES-CARVAJAL, 2010).

¹⁴Grupo de países considerados emergentes ou semiperiféricos, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O neoliberalismo funda, portanto, um novo capítulo da tríade colonialismo, imperialismo e capitalismo e, portanto, da modernidade/colonialidade. Esta etapa está focada tanto materialmente na acumulação de capital a nível global que submete classes, povos e populações inteiras aos poderosos capitalistas do Norte Global, quanto em uma transformação de valores e condutas a nível subjetivo e governamental nos termos de uma racionalidade neoliberal (BROWN, 2019). A constituição multifacetada deste sistema neoliberal evidencia aspectos morais do seu ataque à democracia. Mais do que um projeto de expansão e competitividade do mercado financeiro, as origens do neoliberalismo também se centraram em normas patriarcais, visando

[...] proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação. O ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal, e não se limita aos assim chamados “conservadores”. (BROWN, 2019, p. 23)

Este projeto de dismantelamento do Estado e ataque à justiça social se legitima na ideia de liberdade e responsabilização de indivíduos, ocultando as estruturas excludentes que a precedem e se produzem nas suas relações a diferentes níveis. Isso ocorre através de um processo de desmassificação neoliberal que busca reindividualizar a classe trabalhadora através dos princípios de empreendedorismo e responsabilidade de autoinvestimento e autoprovisão moral e econômica, capitalizando e terceirizando a vida e os “eus” com o objetivo de sobrevivência¹⁵. Para Wendy Brown “[...] as versões neoliberais das unidades individuais e familiares podem acabar se mostrando mais fortes do que quaisquer interações anteriores” (BROWN, 2019, p. 51). Mas como isso impactou nas relações de gênero, raça e na vida/morte das mulheres latinoamericanas?

Na América Latina está concentrado o crescimento demográfico mundial, representando tanto uma mão de obra reserva e mercado consumidor, quanto crises migratórias como a ilustrada pela fronteira EUA-México (VISENTINI, 2019). Na lógica do mercado neoliberal, isso exige o manuseio e controle das formas de viver e morrer neste eixo periférico, sob a configuração e conforme as demandas das grandes potências do poder

¹⁵ Isso ficou bastante evidente na pandemia quando mulheres, de maioria negra, além de serem vitimadas pela Covid-19, chefiavam famílias em plena crescente de desemprego, fome e violência doméstica. Estas mulheres ainda tiveram intensificado para si o cuidado para com as demais pessoas à sua volta com uma sobrecarga exacerbada, cumprindo papel provedor nas esferas da economia, da saúde, da educação e do trabalho doméstico de forma exaustiva, adoecedora e, por vezes, desumana (atuantes no âmbito do próprio lar e de outras famílias, quando empregadas domésticas).

internacional. Neste mesmo quadro, com uma mão o Estado neoliberal aplicou políticas multiculturais de equidade e inclusão, e com a outra disseminou ódio aos grupos supostamente beneficiários destas políticas que acinzentavam o ideal hegemônico de identidade nacional branca e cristã. Oportunamente, líderes populistas de direita instrumentalizaram este ressentimento e constituíram sua imagem, discurso, trajetória e slogans, prometendo restaurar estas perdas e reconstruir nações com base em narrativas racistas de um ideal identitário que conecta cristãos católicos e evangélicos e a frustração das classes média e trabalhadora (BROWN, 2019).

É por isso que algumas conquistas legais de grupos minoritários nos últimos vinte anos decorrentes das lutas dos movimentos sociais e no contexto histórico de virada à esquerda na América Latina, foram também concessões de grupos hegemônicos como estratégia de estabilidade para que “[...] questões essenciais como o controle da economia e das decisões fundamentais da política” permanecessem sob seu domínio (ALMEIDA, 2019, p. 31). A manipulação destas políticas combinada à segunda onda neoliberal evidencia uma conexão direta entre as reações masculinistas e seus ataques explícitos aos direitos humanos e à política neoliberal disseminada em escala global. A manutenção ou valorização da vida, neste projeto, está diretamente ligada à produção e reprodução da economia capitalista e não à dignidade humana.

Este projeto está assentado, portanto, na desintegração do tecido social responsabilizando e reduzindo dilemas e investimentos sociais à esfera privada e interpessoal, buscando reestabelecer e fortalecer os princípios ordinários da moralidade tradicional e dos mercados competitivos. Esse processo se dá através da alegação de que “a sociedade não existe”, tornando “[...] invisíveis as normas e as desigualdades sociais geradas pelos legados da escravidão, do colonialismo e do patriarcado” (BROWN, 2019, p. 55).

Neste contexto, a violência contra as mulheres é uma violência política e econômica. Sendo o isolamento moral, social e econômico uma das fases do que chamaremos de *continuum de violência patriarcal moderno-colonial*, argumentamos que o avanço do feminicídio na América Latina está diretamente ligado à ascensão neoliberal antidemocrática nesta região e à oposição liberal entre o público e o privado (fortalecida pela negação da sociedade). A presença da mulher na esfera pública através do acesso, mesmo que precário, ao mercado de trabalho, educação, política, independência financeira etc, não rompeu com seu valor privado, apenas adaptou seu sentido: as mulheres que não pertencem a um homem em específico, passaram a pertencer a todos em geral (SEGATO, 2003).

Por exemplo, agências internacionais como a ONU na segunda metade do século XX fomentaram projetos de “*desenvolvimento*” de mulheres do “*Terceiro Mundo*”, semeando parte da política de gênero que o neoliberalismo exigia. Na década de 1980, Mohanty (2017) já apontava o problema destas categorias enquanto manutenção do colonialismo através do feminismo branco produzido pelas potências imperialistas. Contudo, mais do que isso, salientamos a dualidade desses projetos que, financiados por poderosas corporações transnacionais – lideradas por ninguém mais, ninguém menos, que homens brancos da elite internacional –, por um lado afirmavam promover acesso à educação e ao mercado de trabalho para mulheres, por outro financiavam a indústria e o mercado que viria a explorar massivamente a mão-de-obra das mulheres pobres e não-brancas. Na periferia, as mulheres trabalham. Como dizem as feministas negras, estas mulheres sempre trabalharam. Mulheres economicamente independentes não deixaram de morrer (de serem mortas). Então, se por um lado a dependência econômica é um fator de impedimento pra mulheres romperem com o ciclo da violência doméstica, por outro, o acesso ao mercado de trabalho ocorreu paralelo à crescente de feminicídios na América Latina.

Atualmente, o sistema neoliberal faz com que “[...] empresas menores, que suprem as maiores ou operam nos nichos que estas deixam abertos, *operem* em mercados informais de trabalho e *somem* a maioria dos empregos industriais das mulheres”¹⁶ (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 277). Neste contexto, a inclusão de mulheres no mercado de trabalho não necessariamente atende a projetos de equidade de gênero. O salvacionismo colonizador se adaptou às demandas do mercado, das economias e políticas globais através de fachadas humanitárias nomeadas de *cooperação internacional para o desenvolvimento*, perpetuando as relações de dependência e reverência política, econômica, intelectual e cultural entre países do Norte (metrópoles) e do Sul (ex-colônias) (SIBAI, 2016). Ou seja, continuam lucrando os mesmos grupos dos dividendos patriarcais revigorados pelos projetos desenvolvimentistas de gênero (CONNELL & PEARSE, 2015).

Paredes Carvajal (2010) chamou esse processo de *imaginário esquizofrênico de democracia e participação popular* em que, com a colaboração de intelectuais e movimentos de esquerda criou-se um senso comum ilusório de inclusão e meritocracia em detrimento do povo, em constante empobrecimento e exploração do livre mercado. Para esta autora, os direitos humanos, neste processo, beneficiaram apenas os cidadãos pertencentes às classes

¹⁶ As adaptações nas palavras grifadas são nossas, para fins de concordância.

média e alta, ou ao seu pensamento político. Ou seja, àqueles em que a diversidade coadunava com as políticas econômicas e políticas hegemônicas.

Este cenário ainda se vincula à capacidade das organizações internacionais de, no antetempo dos movimentos feministas, regularem o combate da violência às mulheres na América Latina desde suas agendas políticas e econômicas – leia-se desde as agendas das potências dominantes. Ou seja, no mesmo período em que ocorre a crescente feminicida na região e em alguns de seus países começam a germinar movimentos civis organizados de combate à violência letal contra mulheres (SAGOT, 2000; SEGATO, 2006; GOMES, 2014; MENEGHEL; LOZANO-LERMA, 2017), manifestam-se de forma dominante declarações, investigações e projetos de organismos internacionais, financiados por países do Norte Global e com participação de investigadoras feministas que vinculam a violência de gênero e seu combate à esfera íntima e à ação prioritariamente individual, quase que de forma ahistórica e essencialista. Este processo é uma resposta aos movimentos de mulheres, mas uma resposta adaptada às necessidades do mercado internacional.

Em relação ao debate em torno das desigualdades de gênero, os feminismos escandinavos¹⁷ sugerem a interrupção do pessimismo feminista sobre o Estado, mostrando que a combinação entre os movimentos feministas de base e leis estatais propiciaram políticas públicas e regimes favoráveis à igualdade de gênero nos seus países de origem (CONNELL & PEARSE, 2015; MOTTA; CAMPOS, 2020). Contudo, problematizando esta alternativa na América Latina, é importante reconhecermos que esta perspectiva tem um posicionamento geopolítico antagônico às experiências de mulheres latinoamericanas.

Por exemplo, a Dinamarca, está entre os países associados ao grupo dominante da política mundial (formado por EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia)¹⁸. Neste contexto, embora a Dinamarca e outros países nórdicos como a Noruega, a Suécia e a

¹⁷ Em países como Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia, que se organizaram em torno de regimes de *welfare states* social-democratas, as pautas de movimentos feministas foram adotadas conforme as demandas do mercado corporativo, e das disputas entre partidos conservadores, cristãos e liberais, aumentando o acesso de mulheres ao mercado de trabalho através da oferta de serviços públicos para o *cuidado*, para além da saúde e educação. Contudo, isso não impactou estruturalmente nas relações e divisões de trabalho em gênero. As mulheres, em geral, passaram a ocupar postos de trabalho em serviços sociais e nas áreas das Ciências Humanas, mantendo a figura e papel da mulher como majoritariamente pertencente ao âmbito da reprodução e do cuidado, enquanto os homens permaneceram nas áreas da economia e das Ciências Exatas (MOTTA; CAMPOS, 2020).

¹⁸ Colômbia e Chile estão entre os países do Sul considerados *aliados regionais* destas potências dominantes, especialmente por sua localização estratégica para a área da Defesa, sendo os EUA a liderança do eixo com controle quase exclusivo das Organizações Internacionais (VISENTINI, 2019). Enquanto a Dinamarca é considerada um país de vanguarda nas políticas de equidade de gênero nos países nórdicos, na América Latina estes mesmos países andinos estão entre os modelos de governança com foco nestas políticas (ONU, 2010; CAF, 2019). Por sua vez, Colômbia também é um dos países latinoamericanos com alto índice de assassinatos de mulheres e população trans por razões de gênero na América Latina, assim como de impunidade no tratamento destes crimes, como vamos apontar no próximo tópico.

Finlândia, sejam representados como modelo de políticas por equidade de gênero, sustentabilidade ambiental e economia, ainda na primeira década deste milênio eles também estavam entre os países europeus que mais consumiam a cocaína proveniente dos cartéis de drogas situados na América Latina (SANTOS; RINALDI, 2011), que mais importavam mulheres e crianças em situação de tráfico sexual (DIAS, 2005), predominantemente latinoamericanas, e que, mesmo que de forma intermediária entre os países dominantes e periféricos do mercado global, exploram recursos naturais e a mão-de-obra das populações desta região por meio da instalação de empresas transnacionais nos seus territórios¹⁹ (VISENTINI, 2019). Ou seja, se o feminicídio na América Latina é constituinte destes mercados legais e ilegais no contexto neoliberal (SEGATO, 2013), o bem-estar social, ambiental e a paridade de gênero dos países escandinavos se produz em detrimento das condições de vida e de morte que assolam mulheres latinoamericanas. A luz que ilumina o interior das casas e empresas destes países nórdicos se produz às custas da sombra que paira sobre os países do Sul.

Sob este prisma, é irônico que movimentos feministas do Sul inspirem-se nos feminismos escandinavos²⁰, primeiramente porque as mulheres de lá se beneficiam do terror que cerceia a vida e a liberdade das mulheres daqui; em segundo lugar, porque as políticas por equidade de gênero de países como a Suécia estão centradas na unidade familiar que provém do *homem universal*, ou seja, estão ancoradas em valores tradicionais brancos europeus e, portanto, alheios à realidade das mulheres latinoamericanas; disso se depreende a reprodução dos paradigmas do Norte como civilização e dos países do Sul como eternas colônias a serem civilizadas pelos europeus; e, por fim, encobre o fato de que, embora modelos de políticas corretivas de desigualdade de gênero, países como Suécia e Dinamarca e outros nórdicos como a Finlândia, possuem as mais altas taxas de violência de gênero física e sexual da Europa²¹.

Além disso, de Norte a Sul

¹⁹ A América Latina é a nova Unidade de Negócios da Empresa Sueca SCA. **UOL**, 07 de mar. de 2016. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/pr-newswire/2016/03/07/a-america-latina-e-a-nova-unidade-de-negocios-da-empresa-sueca-sca.htm>. Acesso em 25.11.2020.

²⁰ TARDELLI, Breno. Noruega: exemplo de políticas públicas para a igualdade de gênero. **Carta Capital**, 28 de jan. de 2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/justica/noruega-exemplo-de-politicas-publicas-para-a-igualdade-de-genero/>. Acesso em 11.11.2020.

²¹ BLANCO, Silvia. O paradoxo da Suécia, um paraíso da igualdade com uma enorme taxa de violência machista. **El País**, 11 de mar. de 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/09/eps/1489066869_454079.html. Acesso em 11.11.2020.

[...] o Estado tem se transformado recentemente, de maneira a tornar o poder menos acessível às mulheres. “Reformas” neoliberais privatizaram muitos serviços estatais e tornam o funcionalismo dos serviços públicos remanescentes cada vez mais parecidos com o de uma empresa. (...) As políticas centrais do neoliberalismo – ausência de regulação dos mercados, redução de impostos e de serviços estatais, transferência de recursos para empresas privadas – transferem o poder para instituições dominadas por homens. Tanto na metrópole quanto na periferia, o Estado cada vez mais orientado ao capitalismo global. (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 267-268)

Neste contexto, o status de cidadania dos homens de “primeira classe” só foi estendido às mulheres das classes média e alta de Norte a Sul (o que não anula seu caráter de *coisa* e *posse* que pode ser reivindicado em contextos de crises – como durante a pandemia por Covid-19, em que a taxa de violência contra as mulheres dispara tanto nos países dominantes quanto periféricos). Ou seja, o patriarcado aplicou uma variável conforme demanda neoliberal e a hierarquia dos “restos” do mundo em classes inferiores permaneceu a mesma (PAREDES-CARJAVAL, 2010). Para aquelas que sempre trabalharam e sempre correram maior risco de vida, mulheres pobres e não-brancas latinoamericanas, isso significou ônus e morte de forma ainda mais intensa.

As dominações moral e psíquica de práticas de foro íntimo e privado passam a “[...] ser ostensivamente proscritas por razões que se ocultam por trás de enunciados pseudo-doutrinários: para que a coletividade apresente ao mundo sua imagem e poder através de sua capacidade de controle de um território – o corpo das mulheres” (SEGATO, 2006, p. 6, tradução nossa). E quando o “fazer viver” normativamente através da subordinação simbólica não é efetivo ou não é mais necessário, o soberano no ápice de um *continuum* de violência exerce seu poder de morte. A violação ao corpo da mulher, compartilhada entre crimes sexuais e feminicídio, provém deste processo e da sua constituição como coisa e como posse baseada na dualidade corpo/natureza *versus* alma/razão que a desumaniza e se reproduz pelo educativo/formativo do senso comum sobre as relações de gênero.

A filósofa transfeminista mexicana Sayak Valencia denominou essa fase do liberalismo de *capitalismo gore*²², ou seja, de um processo econômico que se empodera através da violência radical e da política de morte. O capitalismo gore subverte o corpo em mercadoria e a morte em acumulação de corpos. Nestes termos, a morte constitui um negócio rentável: uma economia ilegal que sustenta as demandas da economia legal, globalizada e neoliberal. Porque não é sustentável para este novo modelo o marco da liberdade de ação do Estado de Direito, o capitalismo gore, projeto de manutenção da soberania das superpotências

²² *Gore* é um gênero cinematográfico com cenas extremamente violentas e cruentas.

do Norte sobre os países do Sul, inscreve os termos desta economia naqueles corpos considerados incivilizados, inferiores e descartáveis, mas também potencialmente ameaçadores e perigosos para a manutenção capitalista (VALENCIA, 2010).

A italiana Silvia Federici é outra autora fundamental para entendermos a constituição moderna e capitalista deste *continuum* de violência contra o gênero feminino. Federici afirma que o capitalismo sempre esteve acompanhado de uma dinâmica mútua entre o legal e o ilegal e o genocídio de mulheres começou com a caça às bruxas na Europa do século XVI, promovendo “[...] a expulsão dos camponeses da terra e a obrigação de trabalhar por um salário; a construção de um novo papel feminino para a nova disciplina do trabalho capitalista, dando uma serviçal aos camponeses expulsos das terras” (MENEGHEL; LOZANO, 2017, p.121).

Para Federici, a violência extrema contra mulheres no contexto neoliberal seria uma nova “caça às bruxas” a nível global “[...] com ajuda das religiões neopentecostais, uma invenção dos capitalistas americanos para submeter as mulheres e supervalorizar o lucro e o individualismo” (MENEGHEL; LERMA, 2017, p.121). Para os países do Sul, isso significa uma resposta imperialista para “[...] uma nova ordem da exploração capitalista, com o propósito de reverter as derrotas sofridas com a luta anticolonial e controlar as riquezas do mundo” (MENEGHEL; LERMA, 2017, p.121).

O corpo e a vida da mulher passam a ser não apenas objeto de posse e desejo, mas também produto descartável²³. Neste *continuum* de violência as mulheres têm sua vida ameaçada pela perpetuação do patriarcado moderno-colonial em exercício neoliberal. As políticas de Gênero, que fazem do feminicídio um projeto específico nos territórios colonizados, se produzem da/na relação inextricável entre as macrocolonialidades²⁴ (estruturas de nível global e estatal de poder) e as microcolonialidades (no nível da subjetividade).

Este exercício de soberania marcado nos corpos femininos e feminizados evidencia porque “[...] a violação dos corpos e a conquista territorial tem andado e andam sempre mão a mão, ao largo das épocas mais variadas, das sociedades tribais às mais modernizadas” (SEGATO, 2006, p. 5, tradução nossa). Desta forma, o fenômeno do feminicídio e sua crescente na etapa neoliberal do capitalismo, com tipos diversos desta violência, podem ser entendidos como instrumento do projeto de colonização permanente da

²³ O que vêm sendo experienciado por mulheres marcadamente racializadas há séculos (DAVIS, 2016; LUGONES, 2020).

²⁴ Conceitos utilizados por Sibai (2016).

modernidade/colonialidade em que “[...] alguns estão destinados à morte para que em seu corpo o poder soberano grave sua marca; neste sentido, a morte destes eleitos para representar o darma da dominação é uma morte expressiva, não uma morte utilitária” (SEGATO, 2013, p. 21-22, tradução nossa).

Sob esta perspectiva, no próximo tópico, abordaremos o avanço feminicida na América Latina, aprofundaremos o conceito de feminicídio como mecanismo de manutenção moderno-colonial, e lançaremos questões sobre o fenômeno a serem investigadas a partir do universo etnográfico.

1.1. Femicídio, feminicídio ou feminogenocídio

No Brasil, a maior parte do debate sobre o fenômeno aqui estudado concentrou-se na compreensão dos feminicídios íntimos (GOMES, 2014), devido não só a sua incidência, mas também pelo histórico de engajamento teórico-político feminista do país em torno da violência doméstica. Gomes (2014) evidenciou este cenário através de um estado da arte sobre o tema, em que teve acesso a 34 pesquisas sobre feminicídio no restante da América Latina, produzidas entre 2000 e 2013. Estas pesquisas foram predominantemente elaboradas e realizadas por organizações feministas e concentradas em publicações a partir de 2008. Do total, apenas três tiveram financiamento estatal e outras três tiveram participação de universidades. Ou seja, em outros países da região, o debate foi encabeçado e protagonizado por movimentos de mulheres. No Brasil, quando os movimentos feministas não pautaram prioritariamente a violência letal de gênero na sua agenda levando em conta todos os seus cenários, conformou-se este problema como privado, retardando o avanço do debate na frente política pública e coletiva.

Gomes (2014) categorizou os estudos então existentes na região da América Latina em três vertentes. Nomeou *genérica* a vertente que reconhece feminicídio enquanto um conjunto de mortes violentas e evitáveis de mulheres, ou seja, desde seu assassinato até aquelas em decorrência de outros tipos de violência de gênero, como aborto inseguro, câncer de mama ou colo do útero, mutilação genital, suicídio em contexto de extrema opressão de gênero etc; chamou de *específica* a vertente que restringe feminicídio aos crimes de assassinatos de mulheres por razões de gênero; e *judicializadora* a corrente que debate uma modalidade de enfrentamento ao fenômeno, aproximando feminismo e direito penal. Esta autora situou seu trabalho em defesa desta última corrente, defendendo que combinação entre a totalidade do fenômeno e dos descritores específicos é fundamental para seu combate efetivo e uma das

formas que isso deveria ser feito é através da aplicação de perspectivas teórico-políticas, sociológicas e antropológicas de gênero na instrumentalização e operacionalização das redes de combate à violência de gênero (GOMES, 2014).

Por sua vez, para Betty Lozano (2016) o feminicídio deve ser entendido além do tipo específico, por englobar o extremo de um *continuum* de terror patriarcal contra as mulheres, que inclui violação, tortura, escravidão sexual, abuso sexual, verbal, psicológico e físico, mutilação genital, operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade, esterilização e/ou maternidade forçada, cirurgias estéticas etc. Para esta autora, o feminicídio é mais do que um meio de normatização e reprodução de gênero, mas uma estratégia de guerra dos projetos de acumulação global do capital, convertendo o corpo das mulheres a um instrumento de intimidação contra as comunidades que ousam defender seus territórios da expropriação capitalistas.

As contribuições de Lozano são importantes para este trabalho porque, embora nosso problema de estudo seja o feminicídio enquanto assassinato, também entendemos este crime dentro do *continuum* de terror que engloba várias violências com risco letal para as mulheres. Por outro lado, questionamos uma noção genérica da vertente específica sobre violência feminicida que, embora evidencie a evitabilidade das principais causas de morte de mulheres e, portanto, da violação dos seus direitos humanos através de políticas públicas, implica a falta de instrumentos funcionais de combate a este crime.

Precursora deste debate, Segato (2006) aborda a noção de feminicídio como crime de ódio que, intencionalmente ou não, configura uma resposta patriarcal às mulheres dissidentes de suas normas de controle, posse e inferioridade das mulheres pelos homens. Em meados dos anos 2000 Segato já questionava se era útil a definição mais geral de feminicídio que englobe todas as mortes violentas de mulheres perpetradas por homens (como os estupros seguidos de morte, assassinatos de companheiras íntimas etc), ou se deveria haver uma qualificação específica dentre estes crimes, num contexto de crescente assassinato de mulheres no âmbito público, perpetrado por desconhecidos. Para Segato (2006), estes são os tipos de assassinatos de mulheres que não seguem as mesmas características dos padrões hegemônicos dos crimes de gênero e que apresentam particularidades a serem examinadas.

Segato (2012) considera que há dois tipos de violência feminicida: **1)** as de nível pessoal, que decorrem de violência doméstica ou assassinatos em série, sendo reconhecível um fator pessoal para além do gênero; **2)** as que não podem ser personalizadas, decorrendo de assassinatos de mulheres ou corpos feminizados somente por serem quem são em contextos de conflitos bélicos contemporâneos. A este segundo tipo de assassinato, Segato está

propondo denominar *femigenocídios*, uma vez que há um perfil sistemático, impessoal e genérico que se aproxima dos genocídios ou dos crimes de lesa-humanidade (SEGATO, 2012). A diferença entre o genocídio e o femigenocídio é que no primeiro a finalidade é **eliminar** um corpo (que carrega o signo de um corpo-político, um sujeito coletivo) e no segundo a finalidade é **exibir** um troféu, renovar o mandato de masculinidade através do poder de morte.

Esta autora argumenta que a diferenciação criaria condições de levar pelo menos parte destes crimes a Fóruns Internacionais de Direitos Humanos, tornando-os imprescritíveis e vizibilizando a nível supra-estatal o caráter violentogênico das relações de gênero em geral, impactando na “[...] desprivatização de todos os crimes de gênero, contribuído para que o sentido comum os retire da atmosfera íntima [...] do universo das paixões privadas a que sempre são restritos pela imaginação coletiva” (SEGATO, 2012, p. 1-2, tradução nossa).

Alguns elementos desta diferenciação de Segato (2006) entre feminicídio e femigenocídio, pesquisadoras do grupo de estudos *Rotas Críticas: estudando gênero, violência e resistências* no Rio Grande do Sul diferenciam entre feminicídios de esfera íntima ou pública e impessoal. As pesquisas deste grupo foram inspiradas pelo projeto *Ruta Crítica*, desenvolvida na segunda metade da década de 1990 em dez países da América Central e América do Sul sob a coordenação da socióloga costarriquenha Montserrat Sagot, dentre os quais não estava incluso o Brasil.

Com a colaboração de Ana Carcedo, pesquisadora espanhola também especialista em violência contra a mulher, Sagot publicou em 2000 o livro *Ruta Crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina*. O texto resulta de uma investigação das autoras coordenada pelo *Programa Mulher, Saúde e Desenvolvimento*, da Organização Pan America da Saúde (OPS/OMS) e financiada pelos governos da Suécia e da Noruega. Esta pesquisa teve por objetivo analisar e combater a violência doméstica contra as mulheres desde uma perspectiva da saúde pública, enquanto violação dos direitos humanos e obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico, tanto sob a perspectiva da vítima quanto, segundo as autoras, para o Estado, devido aos custos que decorrem deste tipo de violência.

A *Rota Crítica* é o processo trilhado pelas mulheres que decidem romper com a situação de violência de gênero intrafamiliar (de certa forma, uma resposta às demandas e conflitos nacionais e internacionais²⁵ em torno da violência de gênero) com foco nas violências domésticas cometidas por homens contra suas companheiras – incluindo violência

²⁵ Como, por exemplo, resultantes da Conferência de Viena (ONU, 1993); Conferência do Cairo (ONU, 1994) e Convenção do Belém do Pará (OEA, 1994).

física, psicológica, sexual e patrimonial. Este estudo foi realizado entre os anos de 1996 e 1998 em 16 comunidades pertencentes a sete países centroamericanos (Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) e três países andinos (Peru, Bolívia e Equador) com mulheres afetadas pela violência intrafamiliar e agentes de serviços estatais de atendimento a estas mulheres (SAGOT, 2000).

É um trabalho relevante para o tema, devido à abrangência internacional na América Latina, a metodologia qualitativa, a análise da violência de gênero e do seu enfrentamento desde a experiência das mulheres vítimas, assim como dos avanços e obstáculos institucionais no tratamento deste problema social, fornecendo um panorama a níveis micro e mesossocial da violência doméstica que pode culminar no feminicídio íntimo. A pesquisa concluiu que ainda havia um longo caminho a ser trilhado pelos países latinoamericanos no combate da violência doméstica contra a mulher, devido aos contextos de inexistência e/ou ineficiência de leis e serviços específicos de enfrentamento a este problema, sendo necessária uma congruência entre decisão própria e fortalecimento da mulher vítima de violência, apoio solidário da comunidade – famílias, amigas, grupos de mulheres e igrejas –, e intervenções estatais eficientes.

Destacamos também nesta investigação alguns impasses relacionados à matriz moderna-colonial da violência de gênero e, por continuidade, do feminicídio na América Latina e das suas vias de combate estatais. O primeiro problema que emerge desta perspectiva é que, embora discuta as problemáticas institucionais deste caminho trilhado pelas mulheres em situação de violência, também define as fronteiras da Rota Crítica em torno dos casos específicos de violência, ou seja, seus limites começam com a decisão *da vítima* em romper com o ciclo – contribuindo para a responsabilização da própria no combate da violência vivida por ela e seus dependentes –, passam pelo apoio comunitário e institucional *à vítima*, e terminam com a efetiva punição estatal *do agressor* como solução.

Disso deriva o segundo problema, gênese do anterior e a nosso ver próprio desta via internacional de combate às violências de gênero. Está no fato de que os direitos humanos dessas mulheres estão edificados não no bem-viver das latinoamericanas enquanto direito à dignidade humana, mas na lógica da economia do mercado mundial, de ter uma vida saudável *para trabalhar*²⁶. As próprias autoras citam o tempo vital de *trabalho* perdido em contextos de violência de gênero que impede processos de desenvolvimento socioeconômico²⁷

²⁶ E em contextos de reformas trabalhistas e previdenciárias, para trabalhar até morrer e/ou morrer trabalhando.

²⁷ Enquanto nos países nórdicos as políticas estatais de gênero combinaram as demandas feministas de divisão do trabalho doméstico e acesso ao mercado de trabalho aos critérios dos partidos cristãos, conservadores e

(SAGOT, 2000). Embora reconheçam o caráter sistêmico deste tipo de violência, inclusive criticando a reprodução da desigualdade por meio jurídico, a investigação *Ruta Crítica* contribui também para a concentração da violência intrafamiliar no campo de conflitos interpessoais e de empoderamento individual.

Poucos anos após a pesquisa *Ruta Crítica* surge o *Grupo de Estudos Rotas Críticas* na UFRGS, com a colaboração de estudantes e pesquisadores/as do Rio Grande do Sul, mas também de outros estados e países e com pesquisas desenvolvidas na região metropolitana de Porto Alegre, iniciando pela cidade de São Leopoldo com o projeto *Violência intrafamiliar e de gênero – o caminho das mulheres no enfrentamento do sofrimento*. Deste grupo de estudos resultaram duas publicações em livro, dois seminários e, a partir das demandas do tema debatido, os projetos de pesquisa “*Femicídios: assassinatos de mulheres no Rio Grande do Sul*” e “*Assassinatos baseados em gênero no Rio Grande do Sul*”²⁸.

As *Rotas Críticas* no Rio Grande do Sul mostraram que mulheres que tentam romper com o ciclo de violência através do sistema estatal (por meio jurídico, policial ou de saúde), tendem a serem revitimizadas devido a diversos pontos críticos que podem ser destacados desde a conduta operacional dos serviços de acolhimento até a relativização da violência nas decisões judiciais. Argumenta-se, inclusive, que estas mulheres são violentadas pelo próprio Estado, uma vez que passam por constrangimentos, invisibilização e culpabilização por parte dos/as operadores/as dos diferentes serviços disponíveis para o combate a violência (policiais, técnicos/as de saúde, juízes/as, assistentes sociais etc), fazendo com que abandonem a rota e sejam revitimizadas, culminando no ápice do ciclo de violência: o feminicídio (MENEGHEL, 2007; MENEGHEL, 2009).

Estas autoras (MENEGHEL; PORTELLA, 2017) também sintetizam alguns tipos de feminicídio. São estes: (a) *backlash*, quando homens que se sentem em desvantagem em relação às mulheres (em condição econômica, laboral ou pedidos de separação indesejada) cometem este crime; (b) como forma de encobrir e eliminar vestígios de *violência sexual*; (c) como descarte de corpos que “atrapalham” a lógica de mercado do *tráfico sexual*; (d) cometido contra trabalhadoras sexuais, que correm um risco 50 vezes maior, devido ao *estigma da prostituição*, que justifica e encobre o crime através dos princípios de

liberais sobre a atuação pública de mulheres, na América Latina o manejo das pautas se deu em torno da violência de gênero, também conforme concessões de organismos internacionais e da Igreja Católica, orientadas para o trabalho reprodutivo e a exploração da mão de obra das mulheres pobres, ocultando a violência letal contra mulheres, conectada a outras redes ilegais, como a de drogas e de tráfico sexual, que suprem o consumo do Norte Global.

²⁸ **Grupo de Estudos Rotas Críticas – Estudando Gênero, Violências e Resistências.** Disponível em <http://www.ufrgs.br/rotascriticas/>. Acesso em 11.11.2020.

culpabilização e “limpeza social”; (e) como violência perpetrada em *territórios de vingança*, vitimizando mulheres em situação de tráfico ou migração clandestina. Há ainda o que as autoras chamam de *mortes por conexões*, sendo que todos estes cenários e contextos podem de alguma forma coexistir “(...) dificultando a identificação e o enfrentamento das causas” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3081).

Mais recentemente também tem sido reivindicada a criminalização e tipificação dos assassinatos de mulheres trans e travestis. Jesus (2013) e Bento (2014) sugerem nomear estes crimes de transfeminicídios. Para a socióloga Berenice Bento (2014, p. 1) estes crimes são “[...] uma expressão hiperbólica do lugar do feminino em nossa sociedade”. A motivação do assassinato é o gênero e não a sexualidade da vítima. Isso se evidencia também nas agressões a homens gays, uma vez que a sexualidade não é explícita e as principais vítimas de agressões cruentas são aqueles sujeitos que performatizam feminilidades. Além disso, quando uma mulher trans ou travesti é morta, em geral, como já vimos, sua identidade de gênero não é respeitada “[...] no noticiário da morte, na preparação do corpo e no registro da morte. A pessoa assassinada retorna ao gênero imposto, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais” (BENTO, 2014, p.1). Além disso, as mortes são ritualizadas, não há processos criminais, nem empenho estatal na punição dos crimes, ou seja, há anuência com o extermínio da vítima.

A psicóloga transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus (2017) defende que o assassinato de pessoas trans no Brasil, para além de um crime de ódio, configura uma sistemática genocida (JESUS, 2017). Para esta autora, a nível micro, a lógica do assassinato de mulheres trans e travestis é similar ao feminicídio íntimo de mulheres cisgênero: a agressão é estratégia de controle da vítima que, por sua vez, sente-se desamparada e desacreditada em relação às instituições de proteção estatal. Esta dinâmica ecoa a violência genérica a qual as vítimas são submetidas, repetindo padrões de crime de ódio com alto nível de crueldade, por vezes cometido em grupos e geralmente impunes (JESUS, 2013).

Com base nos critérios da II Convenção da ONU de 1948 quanto à definição, prevenção e punição de crimes de genocídio, incluindo a intenção de extermínio de um grupo através do assassinato de seus membros, atentado à sua saúde física e mental, destruição física decorrente da submissão às condições de existência e tentativas de impedir nascimentos no grupo, Jaqueline de Jesus (2013) considera o cenário de violência letal contra pessoas trans no Brasil como um tipo de genocídio. Quanto ao último critério citado, a autora considera que “[...] o Estado brasileiro tem exigido de pessoas transexuais e travestis a sua esterilização

antes que possam ter o direito ao reconhecimento legal de sua identidade social” (JESUS, 2013, p.20).

Para Benevides e Nogueira (2020a), relacionando esse cenário ao aumento dos feminicídios no Brasil, há necessidade de pensar as políticas públicas de gênero “[...] que asseguram proteção frente à violência relacionada às questões de gênero feminino, bem como a equiparação e enquadramento do assassinato de Travestis e Mulheres Transexuais na Lei do Feminicídio e Lei Maria da Penha” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a, p.35). A sistematização das mortes de mulheres trans e travestis seja por assassinato ou decorrentes das condições de existência, assim como a impunidade e anuência estatal e ausência de políticas públicas configurariam, por sua vez, o crime de transfemigenocídio²⁹ (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a).

Estas diferentes abordagens teóricas aqui discutidas mostram que dentro da própria vertente específica sobre o fenômeno do feminicídio há embates sobre nomeação, tipificação, enfrentamento e descrição dos crimes. Todas contribuem em algum nível para a concretude desta pesquisa e de nossa compreensão de trans/feminicídio na América Latina. Contudo, nos inclinamos às perspectivas decoloniais e especialmente para as teorizações de Rita Segato que relacionam a violência de gênero contra as mulheres às estruturas patriarcais e coloniais de poder.

Abordamos também este debate teórico para mostrar que, embora estejamos num constante engendramento feminista sobre o tema, mesmo que por vezes divergente, devemos estar sempre atentas para a esfera que nos conjuga como mulheres e que é consenso dentre as autoras: as estruturas de dominação de gênero. Queremos ponderar com isso, que a tipificação deste crime através da lei não só não representa a solução do problema, como não significa uma conquista permanente, vide a disputa constante em torno das ferramentas e políticas estatais de combate às violências contra a mulher (AGUIRRE, 2020, no prelo) e a teia global e imperialista de políticas de gênero que produzem vítimas na América Latina.

Este exercício de exibição da soberania imperialista, capitalista e patriarcal através do assassinato de mulheres e travestis pode ser evidenciado através dos casos de *Ciudad Juárez* (México), *Buenaventura* (Colômbia) e Brasil. *Ciudad Juárez* é um exemplo marcante da relação entre neoliberalismo, imperialismo e feminicídio. Fronteira com os Estados Unidos, dentre as mais patrulhadas do mundo, demarcada por um muro e postos de segurança, a cidade mexicana do estado de Chihuahua possui uma veia de retroalimentação econômica

²⁹ Termo que vem sendo utilizado por ativistas e intelectuais da comunidade LGBTTT, inspirados/as pelo conceito de femigenocídio de Segato (2006).

com os EUA através da cidade de *El Paso*, Texas (EUA). As pontes da fronteira são diariamente atravessadas por pessoas autorizadas, alimentando *Ciudad Juárez* de padrões estrangeiros e tráfico de armas. Trabalhadores/as em condições de exploração extrema de sua mão de obra e transportes responsáveis por buscá-los em localidades pobres são submetidos a produzirem peças e componentes semiacabados de linhas de montagem estrangeiras por baixíssimo salário nas chamadas *maquiladoras*, que são então encaminhadas para que a indústria predominantemente estadunidense produza suas mercadorias “*made in USA*”³⁰. Como afirma Segato (2013), esta região ilustra o abismo fronteiriço entre a miséria-do-excesso e a miséria-da-falta.

Os feminicídios enigmáticos que iniciaram na década de 1990 em *Ciudad Juárez* vitimavam mulheres fisicamente semelhantes e fugiam ao padrão habitual das cifras de assassinatos de mulheres, sendo perpetrados com excesso de crueldade e tortura por autores desconhecidos. Estes crimes tinham por padrão o sequestro de mulheres jovens, com uma média de 26 anos, mestiças, de cabelo comprido, trabalhadoras das maquiladoras ou estudantes, sendo estupradas, esquartejadas, decepadas e tendo seu corpo descartado em terrenos baldios. Há centenas de vítimas até hoje desaparecidas.

O fenômeno teve início em período simultâneo ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA, acordado entre EUA, México e Canadá em 1994, e disparou nos próximos anos enquanto fortaleciam-se redes mafiosas na fronteira, depois se disseminando a outras regiões do estado de Chihuahua e alcançando também a fronteira sul do México. De 1993 a 2001 calcula-se um aumento de 700% nos índices de feminicídio só em *Ciudad Juárez* (LOBO, 2016).

O trabalho de Rita Segato (2013) evidencia como a impunidade de *Ciudad Juárez* se dá através da atuação das redes de segurança, justiça e mídia hegemônicas da região que relacionam indiscriminadamente os crimes ao narcotráfico figurado no estereótipo forjado de homens malfeitores dos bairros pobres e reduzem os mesmos a mortes decorrentes de violência sexual. Ou seja, lança-se mão do estereótipo colonial de machismo para justificar o fenômeno, quando o público em geral e evidências ignoradas pela polícia apontam que os culpados estão nas localidades e famílias ricas da cidade e agem coletivamente. Esta rede exhibe e fortalece seu domínio e coesão territorial econômica/política/patriarcal através do assassinato cruel de mulheres e da impunidade a estes crimes. Os feminicídios em *Ciudad*

³⁰ LERNER, Gad. México. Ciudad Juárez: um muro separa os ricos dos pobres. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573163-ciudad-juarez-um-muro-separa-os-ricos-dos-pobres>. Acesso em 08.11.2020.

Juárez, portanto, não ocorrem por consequência da impunidade, mas como seus (re)produtores.

Mais ao Sul, outro território apresenta trama feminicida no contexto neoliberal similar ao caso de *Ciudad Juárez*. *Buenaventura* é um município colombiano, localizado na costa do Oceano Pacífico e considerado o porto mais importante da Colômbia, tanto por sua localização privilegiada para o comércio quanto por ser uma região rica em minérios. Segundo Meneghel e Lozano (2017), este território constituiu-se negro anteriormente ao Estado-nação colombiano. As populações negras se refugiavam na costa do pacífico durante a escravidão colonial e lá permaneceram por séculos “esquecidas” pelos brancos. Na década de 1980, a região foi ocupada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), guerrilha autoproclamada leninista-marxista, que tinha por objetivo promover o acesso à terra e combater a pobreza. Já na década de 1990, a região passa a ser disputada para implementação de projetos de cunho imperialista e o governo central inicia sua reocupação.

Paralelamente “[...] grupos de paramilitares começam a transitar pelas comunidades, ameaçando, assassinando e impondo o terror, visando a desterritorialização desta população” (MENEGHEL; LERMA, 2017, p. 119). Esta guerra contemporânea passa a ser inscrita também no corpo das mulheres como objeto de disputa dos grupos armados legais e ilegais, tendo como principal alvo meninas e jovens negras. Este fenômeno vem ocorrendo desde 2000, com o acirramento do conflito num contexto de disputa territorial dos cartéis de drogas e armas, e também dos projetos neoliberais de megaempreendimentos portuários e desenvolvimentistas na região, devido suas características ecológicas e biogeográficas. Neste contexto, as comunidades se organizam para manejar altos níveis colombianos de deslocamento forçado, também consequente de um *continuum* de terror contra as mulheres.

De forma similar ao que ocorre em *Ciudad Juárez*, os feminicídios em *Buenaventura* enviam uma mensagem à comunidade de que os grupos armados estão em disputa territorial e em guerra contra a população. Esta mensagem se transmite através de perseguição, sequestro, estupro, tortura, esquartejamento, humilhação pública, escravidão sexual, matrimônio forçado e muitas outras formas de violência contra as mulheres que culminam nos seus corpos jogados ao mar, terrenos baldios ou em deslocamentos forçados buscando sobreviver. Crianças, adolescentes e famílias inteiras também são alvos destas violências, centralizadas no corpo negro e feminino. Embora sejam altos os números de mulheres desaparecidas, o terror se sustenta nos casos não registrados, em números ainda maiores, e o desaparecimento de corpos mantém a imagem pública do governo e das instituições de segurança, que registra como feminicídio apenas os casos perpetrados por parceiros íntimos, mantendo a taxa deste crime

baixa em relação a outros países da América Latina (LOZANO-LERMA, 2016; MENEGHEL; LOZANO-LERMA, 2017).

Para as mulheres negras e indígenas, predominantemente pobres, o feminicídio tem um efeito alargado, pois o alvo ultrapassa a personalidade e transpassa família e comunidade. O alvo é sujeito coletivo e o corpo da mulher representa o território. Dentre estas, as líderes comunitárias têm o risco elevado e constante de serem as próximas vítimas, pois sua referência na promoção de direitos humanos e territoriais pode ser convertida em referência do que não fazer, de como não agir e do que não falar, através da morte (LOZANO-LERMA, 2016).

México e Colômbia também estão entre os países que lideram o ranking de transfeminicídios na América Latina, ocupando o segundo e terceiro lugar, respectivamente, em uma lista de 15 países (LAGATA, BALZER, BERREDO, 2016). No pico desta lista, contabilizando 40% dos assassinatos de pessoas transexuais do mundo, está o Brasil, ironicamente também o país que mais consome pornografia protagonizada por travestis e transexuais³¹.

Segundo a Rede Trans Brasil, o risco de uma pessoa trans ou travesti ser assassinada no Brasil “[...] é 14 vezes maior que o de um homem cis gay, e a chance dessa morte ser violenta é 9 vezes maior” (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 4). Por sua vez, quase a totalidade destes assassinatos é contra pessoas do gênero feminino (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a). Além disso, estes dados ocultam o alto índice de subnotificações, seja pela falta de registros específicos, seja pelas vítimas registradas como “homens” e/ou “homossexuais”.

A ausência de leis específicas e bancos de dados nacionais também dificulta contemplar o panorama dessas mortes. Em geral, os dossiês que contabilizam e analisam violência e assassinato contra pessoas trans e travestis coletam os dados nas mídias impressas e digitais, o que também dificulta o rastreamento devido à abordagem transfóbica das reportagens. Por exemplo, para a produção do dossiê *A Geografia dos Corpos Trans* a equipe de pesquisa utilizou como fonte o Google Notícias e páginas de plantões policiais, buscando pelas palavras-chave “Travesti”, “Transexual”, “Morte”, “Assassinato” e “Agressão”. Contudo, perceberam que ao

³¹ GERMANO, Felipe. Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas. **Super Interessante**, 08 de maio de 2018. Disponível em <https://super.abril.com.br/comportamento/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-transexuais-no-redtube-e-o-que-mais-comete-crimes-transfobicos-nas-ruas/>. Acesso em 08.10.2020.

[...] buscar por substantivos, adjetivos e pronomes no gênero feminino, não se encontravam notícias, mas sim quando se buscava com a inclusão do artigo “o”. O número de notícias era ainda maior quando se utilizava termos como “traveco” e “homem encontrado com vestimentas de mulher”, o que demonstra a forma pejorativa com que o segmento é tratado pela mídia. (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017, p. 7)

Isso se atenua quando a natureza da reportagem faz referência à classe social e profissão das pessoas trans, relacionando níveis de moralidade aos usos das palavras *travesti* (em notícias sobre prostituição, pornografia, agressão ou morte, com sentido pejorativo) ou *transsexual* (relacionadas a pessoas com ensino superior, profissionais da Moda, pessoas que passaram por cirurgias ou que constituíram família). Esta invisibilidade e desrespeito às vítimas ainda se estende à sua memória individual e coletiva. Enquanto nos casos de feminicídios é possível identificar movimentações sociais ou parentais reivindicando justiça pelas vítimas e mulheres desaparecidas na América Latina, no caso dos transfeminicídios, muitas vítimas são enterradas como indigentes, devido à condição de exclusão e abandono vivida desde a infância e adolescência. Além disso, as vítimas têm seus nomes sociais e gêneros ignorados e/ou desrespeitados, e sua imagem caluniada e estigmatizada, quando não exposta através de fotos dos seus corpos mutilados em noticiários e jornais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Isso significa também que muitas destas vítimas não possuem documentos de registro pessoal e nem mesmo familiares cientes de sua morte ou engajados na sua busca, tendo sido expulsas de casa e renegadas pelos sistemas de ensino e mercado de trabalho formal desde sempre. Estima-se que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais, em média, aos 13 anos de idade. Consequentemente 72% desta população não conclui sequer o ensino médio, apenas 4% possui emprego formal e 90% é trabalhadora sexual (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a). Essa trajetória de exclusão implica que a população trans no Brasil tenha a expectativa de vida reduzida em menos da metade da população em geral, vivendo em média apenas 35 anos. Para as travestis, essa média é reduzida para 25 anos. A maioria dessas pessoas morre por assassinato, suicídio, ou em decorrência de procedimentos hormonais e/ou estéticos invasivos, informais ou indiscriminados (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017). Elas também são 67% das vítimas de transfeminicídios.

Neste contexto, os cenários e perpetradores mais comuns deste crime são as ruas à noite e homens desconhecidos ou clientes casuais³² (em contraste com os casos de feminicídio registrados, em que a maioria massiva dos agressores são companheiros ou ex-companheiros³³), devido à exposição e vulnerabilidade das vítimas que, entre a maioria das identificadas, são jovens de até 30 anos, incluindo adolescentes. Ainda quanto ao perfil das vítimas, a grande maioria é negra e solteira (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017; BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a). Em geral, são as amigas que se ocupam dos tramites de busca, enterro e reivindicação de justiça pelas vítimas. A indiferença e moralidade transfóbica das instituições estatais, por sua vez, também dificultam a resolução dos casos, por vincular a morte de pessoas trans e travestis a ocupações imorais e redes ilegais, como tráfico e prostituição, assim como a territórios de extrema pobreza e vulnerabilidade social, desmerecendo a apuração dos casos. Segundo a ANTRA

É comum observamos uma tentativa constante da associação entre travestis e atividades ilícitas para justificar a violência e/ou os assassinatos dos quais são vítimas, o que põe o Brasil no topo do ranking da violência contra pessoas trans no mundo, reforçando velhos estigmas sobre o mito da travesti violenta que aprendemos a temer desde muito cedo. As associações recorrentes são o uso de drogas, disputa de território, tentativa de extorsão e roubo. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a, p. 33)

Quanto às armas e meios destes crimes, incluso as tentativas de assassinato, as principais são arma de fogo e arma branca (faca, facão ou foice), seguidas de pauladas, asfixia, espancamento, carbonização, pedradas, atropelamento, tortura, afogamento e enforcamento. Em geral, os crimes consumados ocorrem com alto grau de crueldade e múltiplas agressões, especialmente no rosto e nos órgãos genitais e, em alguns casos, há combinação de mais de uma arma e forma de matar a vítima, inclusive com degolamento, decepamento de partes do corpo e introdução de objetos no ânus das vítimas. A grande maioria das vítimas é morta em ambientes públicos e têm seus corpos despejados ou deixados à morte em vias públicas (também em terrenos baldios, cemitérios, matagais, lagos, praças etc). Apenas 25% das vítimas foram assassinadas nas suas residências em 2016. Além disso,

³² No dossiê da ANTRA referente ao ano de 2019, as autoras comentam que está cada vez mais difícil identificar o perfil dos perpetradores, uma vez que a coleta de dados é feita nas mídias, que apresentam um alto índice dos nomes de registro das vítimas, desrespeitando seus nomes sociais, mas preservam a identidade dos suspeitos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a).

³³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mapa da Violência contra a Mulher. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>. Acesso em 31.10.2020.

são comuns suicídios das vítimas decorrentes de tentativas de assassinato (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017).

Alguns casos marcantes dos últimos anos são representativos desses crimes: em 2017, Dandara Kettlyn de Velasques foi assassinada em Fortaleza – CE. Dandara foi filmada sendo torturada e este vídeo foi divulgado pelos próprios assassinos, viralizando nas redes sociais; em 2019, Quelly da Silva foi assassinada por um homem jovem que, alegando que ela era o demônio, arrancou seu coração com golpes de uma garrafa quebrada e colocou no lugar a imagem de uma santa. Também neste último ano, as três mais jovens vítimas de transfeminicídio no Brasil tinham 15 anos, sendo que duas delas foram apedrejadas até a morte e “[...] a terceira, além de espancada até a morte, foi enforcada e o seu corpo foi encontrado com sinais de violência sexual” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020a, p. 30).

Vemos que, assim como os feminicídios analisados por Segato e Lozano, as mortes de travestis e mulheres transexuais no Brasil parecem comunicar uma mensagem formatada no eixo patriarcal de todas essas violências. Os casos de feminicídio e transfeminicídio destes três países aqui comentados têm estes elementos em comum, conectados territorialmente, mas também pela impunidade e indiferença estatal, assim como pela ação das redes ilegais. Evidenciam também o cerne de todos os crimes de assassinatos de mulheres por razões de gênero, o pacto patriarcal e misógino assinado pelos homens nos corpos femininos e feminizados. Neste contexto, para além da tipificação de crimes perpetrados por indivíduos-agressores, **femicídio se caracterizaria enquanto um mecanismo de controle e terror dos Estados inseridos na lógica do mercado mundial e do capitalismo desenfreado.**

Conectando alguns/mas dos/as autores/as até aqui abordados/as (QUIJANO, 2005; SEGATO, 2012; CONNELL & PEARSE, 2015; VIVEROS-VIGOYA, 2018; LUGONES, 2020), entendemos que se reproduz um ciclo histórico de violência contra as mulheres, fundado pela modernidade/colonialidade. Se o feminicídio se constitui num crime geralmente anunciável pelo ciclo de violência trilhado pelas vítimas, definido como *a.* aumento da tensão, *b.* ato da agressão, *c.* lua de mel e, por vezes, acesso à rota crítica (SAGOT, 2000; MENEGHEL, 2007; MENEGHEL et al, 2011; LUCENA et al, 2016), este padrão pode ser concebido num nível micro como a reprodução histórica de um ciclo global fundado pela modernidade/colonialidade que, por um lado oferece o discurso ilusório da igualdade moderna (que é branca, eurocêntrica, heteronormativa e elitista) e, por outro, ceifa a vida dos/as sujeitos/as outros/as através da necropolítica (VALENCIA, 2016; MBEMBE, 2018; FRANCO, 2018), destruindo laços, disseminando violência, desigualdade e ódio entre eles/as

em benefício do Capital, das hierarquias raciais e de gênero entre Estados, povos e entre grupos que se despendem a reproduzir esta ordem.

No ciclo da violência identificado no contexto doméstico, o agressor concebe a mulher enquanto objeto e posse e a si como detentor impune que, para este fim, isola-a economicamente e da sua família, comunidade, dos/as amigos/as (fase de *aumento da tensão*), violenta seu psicológico, seu patrimônio, faz-lhe enxergar-se como alguém que não possui direitos, violenta seu corpo, e a faz culpar-se por sua condição (fase do *ato da agressão*), desculpa-se e dá esperanças de um horizonte de paz (fase da *lua de mel*, ou do *arrepentimento e carinho*), e volta ao início até que este *continuum* alcance seu ápice no feminicídio. A solução deste crime para o Estado e muitas teóricas feministas está centralizada na punição ao indivíduo/agressor (MENEGHEL, 2007).

Argumentamos que este ciclo nada mais é do que a reprodução a nível microsocial de uma mesma lógica global histórica de violência de gênero. Esta totalidade pode ser traduzida em: **(1)** Estabelecimento de um patriarcado moderno/colonial e de um hiato hierárquico abissal em que o “[...] contrato sexual é disfarçado pelo idioma do contrato cidadão” (SEGATO, 2012, p. 118). Como afirmado por Segato (2012) foi com os homens que “[...] os colonizadores guerrearam e negociaram, e é com os homens que o Estado da colonial/modernidade também o faz” (SEGATO, 2012, p. 119); **(2)** O corpo da mulher e da travesti é concebido como objeto externo à racionalidade e subjetividade modernas (SEGATO, 2012; QUIJANO, 2005) e o homem colonizado o enxerga com as lentes do colonizador administrador-pornográfico; **(3)** Isso faz com que inclusive os homens colonizados se entendam enquanto os detentores de poder e de recursos, ou seja, aqueles que de fato decidem pela vida (ou morte) de todos/as – mulheres, filhos/as, familiares (SEGATO, 2012). A nível global isso é evidenciado pelas redes de Segundo Estado que, por um lado não estão submetidas a qualquer jurisdição legal, e por outro também produzem o Estado; **(4)** A privatização e marginalização do espaço doméstico expropria dele o que havia de político nas relações de gênero, isolando as mulheres, rompendo os vínculos comunitários, de solidariedade entre elas. Isso também se dá através dos próprios serviços que deveriam combater e prevenir o feminicídio. Quando o/a profissional da saúde ignora o indício de agressão, quando o/a policial se recusa a fazer um registro ou encaminhar uma ordem de proteção, quando o/a promotor/a sugere uma reconciliação, quando o/a assistente social diz que não há lugar para a mulher com seus filhos/a, e quando tudo isso é feito sob o risco iminente de feminicídio, a vítima em potencial está isolada pelo Estado. O acesso a estes serviços é dificultado para as mulheres em geral e de forma particular para as marcadamente

racializadas e transexuais, devido ao racismo, transfobia e classismo que também constituem as instituições e as perspectivas de mundo dos operadores públicos;

(5) Se a nível micro está contida no ciclo de violência contra a mulher a fase da lua-de-mel, na amplitude global “[...] o gênero se reveste da matriz heterossexual, à maneira ocidental, e passam a serem necessários os Direitos de proteção contra a homofobia e as políticas de promoção da igualdade e a liberdade sexual, como o casamento entre homens ou entre mulheres” (SEGATO, 2012, p. 125-126), e outras políticas e projetos de promoção de equidade de gênero. Ou seja, o Estado dá com uma mão o que já tirou com outra (SEGATO, 2012). Agentes fundamentais desta fase também são as igrejas (em especial as neopentecostais e o segmento católico carismático³⁴), a mídia hegemônica e os representantes públicos que retraem a violência contra a mulher ao âmbito privado e a características passionais, psicológicas, comportamentais e culturais dos grupos e indivíduos. Da mesma forma que o sujeito agressor busca se redimir argumentando um ato infrequente, esse discurso hegemônico isola o fenômeno e o desvincula da dimensão global. Isso está diretamente ligado à culpabilização da vítima, primeiro porque já constitui esta fase em si – quando o pedido de desculpas vem acompanhado de “Você me tirou do sério!”, “Não foi nada demais!”, “Apanhou porque mereceu” – e segundo porque se converte na posterior responsabilização da mulher assassinada – quando a divulgação vem acompanhada de argumentos moralistas como “Mas por que viajavam sós?”, “Isso não aconteceria se não estivesse usando essa roupa de vadia”, “Sabia que ele era assim e continuou no relacionamento”, “Por que não o denunciou?”, “Por que retirou a denúncia?” etc.

(6) Num cenário conflituoso entre reformas de gênero, estruturas e movimentos masculinistas e conservadores, combinado às novas políticas de um mercado neoliberal, o feminicídio alcança picos alarmantes por toda a América Latina e continua sendo visto como um crime de caráter passional e interpessoal (MENEGHEL, 2007) mesmo quando a morte de uma mulher não carrega elementos de comunicação entre ela e seu algoz, mas entre o agressor e demais interlocutores horizontais ou antagonicos (SEGATO, 2013); (7) Contudo, estes homens descobrem que enxergar com as lentes do colonizador não faz do homem colonizado o padrão branco, proprietário, letrado e junto desta hiperinflação da posição masculina ocorre também a emasculação da sua imagem, expulsa da pureza do colonizador (SEGATO, 2012). A violência contra as mulheres passa a ser apontada pelos ocidentais como característica

³⁴ BALLOUSSIÉ, Anna Virginia. Carismáticos católicos se aproximam de evangélicos nos ritos e em Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, Cachoeira Paulista, 3 de nov. de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/carismaticos-catolicos-se-aproximam-de-evangelicos-nos-ritos-e-em-bolsonaro.shtml>. Acesso em 28.10.2020.

cultural dos colonizados (VIVEROS-VIGOYA, 2018) que, por sua vez, reproduzem a violência colonial sofrida tendo como alvo o “outro” mulher, com acentuação entre as não-brancas e transexuais ou travestis. Neste ponto, em que homem e mulher antes colonizados, agora “não-desenvolvidos” (PAREDES-CARVAJAL, 2014; MOHANTY, 2017), são culpabilizados pela economia da morte, retornamos à primeira fase deste ciclo.

Comparativamente, tanto como a nível micro todas as fases do ciclo da violência se interseccionam, a nível histórico global todas se produzem em conexão e conforme um padrão que tem como consequência ápice o feminicídio. Essa perspectiva se assemelha à discussão de Jaqueline Gomes de Jesus sobre o assassinato de pessoas trans como genocídio, contrariando a visibilidade destes crimes como “[...] uma série de assassinatos isolados, e revela[ndo]³⁵ seu mecanismo de intolerância generalizada” (JESUS, 2013, p. 119). A disseminação de um olhar objetificante e heteronormativo sobre os corpos femininos e feminizados (SEGATO, 2012; CONNELL; PEARSE, 2015), o isolamento político e econômico destas mulheres, a fetichização e animalização de mulheres trans, travestis e marcadamente racializadas, a racialização dos homens e das masculinidades e o punitivismo como solução para um fenômeno de raízes coloniais configuram, portanto, um ciclo de manutenção constante da ordem moderno/colonial de gênero.

Havendo um *continuum* de violência contra a mulher também num nível global, que se adapta conforme demandas da modernidade/colonialidade, perspectivas feministas que apontam uma solução imediata essencialmente punitivista desses crimes podem ser categorizadas também enquanto uma frente de resistência não-emancipatória (SIBAI, 2016), uma vez que esse mesmo discurso de individualização e domesticação do feminicídio, caracterizando-o como um fenômeno de caráter íntimo e privado, se repete nas afirmações de chefes de Estado e seus representantes misóginos. Este não seria um meio de desvincular violências de gênero de outras estruturas sociais, raciais, econômicas, políticas e religiosas? O projeto neoliberal de isenção, privatização e individualização do trabalho e da vida tem perpetuado essas estruturas com sucesso. A isso estamos chamando *continuum de violência patriarcal moderno-colonial*.

Este constructo ainda em elaboração foi inspirado nas teorizações de Mara Viveros, Rita Segato e María Lugones. Sendo que *continuum de violência* foi destacado de Viveros-Vigoya (2018), ao discutir a relação entre violência colonial e masculinidades hegemônicas e subordinadas na América Latina; *patriarcal* de Segato (2012), ao mostrar como o encontro

³⁵Alteração nossa em itálico, para fins de concordância.

colonial modificou e exacerbou hierarquias de gênero já existentes nos territórios colonizados; e *moderno-colonial* de María Lugones (2020), ao mostrar que o padrão hegemônico de gênero que vivemos hoje foi fundado em 1492. A atual fase deste *continuum* é também moderno-colonial porque, como afirmou Segato em 2016 (MENEGHEL; LOZANO, 2017) sobre a extrema violência na América Latina, deriva de uma conquista de 500 anos que ainda não se concretizou totalmente e isso depende de sua constante manutenção. Apesar de suas diferenças, as três autoras abordam o pacto entre os homens subalternos e da elite como uma forma conveniente para os primeiros de tentarem se aproximar do segundo grupo e obter os mesmos dividendos do patriarcado hegemônico (o que, já sabemos, é frustrado). Esse esquema que apontamos aqui mostra como as masculinidades produzidas pela modernidade e as particularidades do assassinato de mulheres cis, mulheres trans e travestis perpetradas por homens estão historicamente conectadas.

2. AUTOETNOGRAFIA E DIÁRIOS SOLICITADOS – Histórias de mulheres que sobreviveram

Segato (2012) relata que seu desenvolvimento teórico para o pensamento decolonial se deu através da escuta etnográfica e de sua disponibilidade para as demandas dos sujeitos. Esta autora propõe uma antropologia do sujeito (e não das identidades ou subjetividades) para observar a variabilidade histórica das interações sociais às quais os interlocutores respondem “[...] com alto grau de automatismo ao que seus dispositivos tecnológicos e seus protocolos de etiqueta propiciam” (SEGATO, 2003, p.16, tradução nossa). Chegamos primeiramente ao tema desta pesquisa através da combinação entre teoria e dados secundários, mas sem dúvidas nossa orientação para demandas específicas se deu também através da escuta etnográfica durante incursões junto às atividades da rede de enfrentamento e combate à violência contra as mulheres de São Leopoldo/RS.

Tendo por objetivo o delineamento do projeto, iniciamos em 2019 uma etapa exploratória da pesquisa. Em dezembro de 2019 realizamos duas incursões etnográficas junto à Força-Tarefa de Combate aos Feminicídios no Rio Grande do Sul. A primeira delas ocorreu na Câmara Municipal de São Leopoldo, no turno da tarde, sendo a última das reuniões que ocorreram em sete cidades do estado. A segunda, no Plenarinho da Assembleia Legislativa em Porto Alegre, sendo um Seminário de balanço das reuniões e de uma audiência pública realizada em Brasília – DF, com dois painéis intitulados “*Desafios para a consolidação do trabalho em rede no atendimento às mulheres vítimas de violência*”, no turno da manhã, e “*Iniciativas e estratégias para prevenção aos feminicídios*”, no turno da tarde.

Em ambos os dias, estiveram presentes autoridades da rede de segurança, saúde, assistência e justiça, acadêmicas, representantes da sociedade civil, militantes dos movimentos negro e de mulheres e, na segunda experiência, familiares de vítimas de feminicídio. Éramos em maioria mulheres. Em geral, os debates destes encontros se deram em torno do conceito de violência de gênero, sobre o cenário do feminicídio no Rio Grande do Sul, a elevação da taxa em algumas cidades, iniciativas de sucesso, falhas e obstáculos das redes de enfrentamento e combate à violência e feminicídio.

Em março de 2020, dias antes do início do distanciamento social devido à pandemia por Covid-19, a pesquisadora acompanhou duas atividades da rede de enfrentamento à violência contra a mulher de São Leopoldo. Nomeado *Bem Me Quero*, o projeto foi uma iniciativa da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, com o apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres – SEPOM deste município, e propunha quatro

intervenções em bairros vulneráveis de São Leopoldo com o objetivo de informar sobre violência doméstica e os serviços da delegacia. Nestas atividades, além de destacar as demandas das mulheres e lideranças periféricas em relação à rede de enfrentamento, presenciou o trabalho de operadores da rede em ato, explicitando avanços e obstáculos.

No contexto de pandemia, após um período de paralisação das atividades da rede de enfrentamento de São Leopoldo junto à comunidade, no mês de comemoração dos 14 anos da promulgação da Lei Maria da Penha, foi lançado um ciclo de debates virtuais. Sendo que em agosto a pesquisadora participou como ouvinte de duas atividades. A primeira chamada *Fortalecendo a Rede na Escuta de Mulheres*, oferecida pela SEPOM, e a segunda intitulada *Qual a função da DEAM? Dúvidas das Mulheres de São Leopoldo sobre a Delegacia da Mulher*, oferecida pela UBM. Neste mesmo contexto, a pesquisadora passou a acompanhar as reuniões mensais da rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município. A inserção como pesquisadora, mas também integrante da rede foi intermediada pela presidente da UBM de São Leopoldo.

Neste município em que enfocamos a pesquisa há um engajamento das instituições públicas na prevenção ao feminicídio, que se destaca de outros territórios e políticas, tanto a nível estadual, quanto nacional. Mas há também os mesmos problemas pontuais destacados nas primeiras incursões feitas ainda em 2019 e verbalizados por mulheres comunitárias e outros agentes envolvidos nas dinâmicas cotidianas da periferia leopoldense. Em geral, esses obstáculos apontam que as redes de enfrentamento à violência contra a mulher, embora se pretendam descentralizadas, são deficitárias sem representação comunitária.

O cenário acima, relacionado às experiências etnográficas e ao marco teórico, nos encaminharam horizontes metodológicos, pensando ferramentas para produção de dados neste território, assim como limites e princípios éticos deste tipo de investigação. Já em princípio, lançamos mão de técnicas qualitativas ao longo de todo processo etnográfico (OLIVEIRA, 2000; MAGNANI, 2009; ROCHA; ECKERT, 2010), almejando produzir, dentro do possível, informações contextuais sobre aquilo que era inacessível através apenas de dados da rede de enfrentamento, e também através da observação participante que vínhamos trabalhando. Além disso, entendíamos que os tópicos violência de gênero e feminicídio demandavam diferentes abordagens e procedimentos devido ao seu caráter delicado e angustiante, tanto para participantes quanto para pesquisadores/as.

A Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) avalia que os estudos sobre estes temas mostram que com a abordagem e espaço corretos para produção de dados qualitativos, mulheres vítimas de violência tendem a falar sobre suas experiências e entendem sua

participação como algo benéfico (WHO, 2001). Feita uma breve revisão, algumas das principais possibilidades identificadas nesta orientação foram entrevistas, grupos de discussão e diários solicitados (SAGOT, 2000; METH, 2003; METH; MALAZA; 2003; MENEGHEL, 2007; MENEGHEL, 2009; SCHRAIBER; D' OLIVEIRA; COUTO, 2009). De qualquer maneira, o ideal é que dados produzidos de diferentes formas sejam complementares, o que também depende da fase da investigação e de seus objetivos, como por exemplo, durante a escolha das/os participantes, a produção ou a análise dos dados, com o objetivo de aprofundamento. Tendo em vista a experiência de sujeitos/as em situação de violência de gênero e também nos adaptando aos cuidados exigidos pelo contexto de crise sanitária, encontramos nos diários solicitados uma técnica inovadora e consoante aos nossos objetivos.

Esta técnica consiste em pedir às participantes que produzam diários durante um determinado período sobre suas experiências referentes à problemática da pesquisa. Alguns diferenciais deste método são a abertura de trabalhar com temas delicados (que remetem a traumas e violências, por exemplo) e a possibilidade de contribuir para processos transformativos, estimulando reflexões pessoais num exercício catártico. A técnica se enquadra em uma pesquisa etnográfica, uma vez que dá acesso a espaços, experiências e momentos geralmente inacessíveis pessoalmente pela pesquisadora, ou seja, oferecendo também acesso atemporal único (METH, 2019). Isso não significa que há acesso pleno a estas experiências, mas que sua ampliação é potencializada, pois a escrita no diário pode mudar ao longo de cada registro.

Por exemplo, a observação direta e técnicas complementares, como grupos focais e entrevistas, são úteis na contextualização do universo etnografado e do levantamento de categorias emergentes desde os sujeitos, relações e instituições estudadas quanto ao feminicídio. Isso ficou evidente durante a etapa exploratória da pesquisa, especialmente nos ambientes em que foi possível escutar as demandas e análises de mulheres periféricas sobre sua própria realidade, nos permitindo identificar os obstáculos e dificuldades das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres. Contudo, por se tratar de tema angustiante, delicado e potencialmente traumático, a técnica de diários solicitados pode evidenciar práticas, saberes e teorias do grupo estudado que não seriam expostas em contextos de estranhamento devido, inclusive, a fatores como intimidade, moralidade, padrões de gênero e violência simbólica que também são latentes nos impedimentos de denúncia e busca de apoio comunitário ou institucional por parte tanto de mulheres e travestis, quanto de homens em situação de violência de gênero.

Dessa forma, levando em conta a possibilidade de um exercício catártico através da escrita e também de uma técnica em que os dados são produzidos por um período alongado de tempo com necessário acompanhamento e vínculo entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa, há oportunidade de aprofundamento sobre elementos que não seriam expostas em técnicas imediatistas, pois neste caso, a autora ou autor do diário estabelece em primeiro lugar uma relação consigo e seu entendimento e disposição sobre o tema, explorando e manipulando suas memórias e experiências para que possa registrá-las e ampliá-las posteriormente para outras técnicas se necessário, quando já estabelecida uma relação de confiança com a pesquisadora e o tema.

Neste sentido, partimos de categorias teóricas, conceituais e históricas sobre as relações globais que produzem mortes de mulheres cis, trans e travestis na América Latina, ajustamos as lentes para a esfera institucional e estatal através da participação da pesquisadora em atividades da rede de enfrentamento de São Leopoldo/RS, onde identificamos um *continuum* de violência e, com o intuito de explorar a impessoalidade deste tipo de violência, mergulhamos na experiência de sujeitos periféricos, buscando sistematizar a totalidade do feminicídio como fenômeno complexo que se produz em diferentes níveis nos territórios de origem colonial. **Estabelecida a relação entre as perspectivas da pesquisadora e as dos sujeitos de pesquisa através de sua produção nos diários, alargou-se novamente a análise, a pesquisa e o delineamento de alternativas ao fenômeno estudado.**

Quanto à temática, Meth (2019) argumenta que os diários devem responder a uma questão de pesquisa, sendo essa produção orientada por tópicos da pesquisa. Desta forma, haveria uma negociação entre pesquisadora e participante, mas também uma definição unilateral sobre o conteúdo do diário. Os diários podem ser estruturados ou semiestruturados e isso depende também do público participante. Esta autora cita como exemplo estudos com homens e crianças, onde alguns participantes podem achar útil um conjunto de instruções-guia da sua escrita. Neste caso, para aquelas participantes que demonstrem dificuldades em diários abertos (semiestruturados), podem ser incluídos outros recursos de registro. Há primazia pela escrita, contudo, os diários podem contemplar áudio, vídeo, desenho, fotografia e até mesmo entrevistas para conversar sobre o conteúdo e produção do registro. Uma vez que escrever diários envolve experiências de vida, perspectivas de mundo e sentimentos dos/as autores/as, as formas de expressão podem variar. Desta forma, também há controle e autonomia do/a autor/a sobre o estilo de redação, extensão e frequência dos relatos e sobre o próprio envolvimento na pesquisa (METH, 2019).

Os diários abertos permitem também que pesquisadoras identifiquem as prioridades das informantes (ELLIOT 1997, p.8 apud METH, 2003). Segundo Meth (2003), isso também pode ser empoderador e benéfico para o/a participante, uma vez que ao tentar esclarecer para a pesquisadora o que são e o que não são suas preocupações, está tendo a oportunidade de identificar para si mesmo suas prioridades, refletindo sobre ações e pensamentos que poderiam perder importância ao longo do tempo. Contudo, o inverso também pode acontecer. A produção dos relatos pode provocar mal estar e ansiedade às participantes, o que deve ser levado em conta nos objetivos da pesquisa, na escolha das participantes e ao longo de toda a produção de dados e textualização, em conformidade com princípios éticos. Por outro lado, o processo de produzir o relato na ausência da pesquisadora, também proporciona a possibilidade de controle para as participantes, instruídas de que devem relatar apenas o que quiserem, sem sentirem-se pressionadas e surpreendidas, como pode ocorrer em entrevistas individuais ou grupais.

Meth (2019) sugere alguns passos para usar os diários solicitados qualitativos, iniciando pela clareza dos objetivos de pesquisa. Em seguida, (1) identificando os/as participantes da pesquisa, prevendo os desafios e possíveis mediadores necessários para acesso e contato; (2) definindo o número de participantes, tendo em vista que nem todos/as terminarão a tarefa necessariamente; (3) determinando os modos de produção e materiais disponíveis e acessíveis; (4) identificando o período de redação e sua regularidade, a depender dos tipos de dados aos quais há interesse; (5) disponibilizando instruções claras e evitando informações de comando ou julgamentos; (6) realizando um teste piloto para identificar a clareza das instruções e viabilidade do método; (7) definindo como começará a tarefa de solicitação dos diários, onde se devem discutir as considerações éticas sobre produção, divulgação e consentimento, assim como instrucionais garantindo a participação de todas; (8) ajustando prazo e data para coleta, assim como formas e horários de contato entre pesquisadora e participantes, auxiliando a todas quanto a dúvidas durante e sobre a coleta de dados; (9) recolhendo os diários, de preferência presencialmente, o que possibilita um encontro e conversa ética e uma compensação, quando acordado; (10) apresentando as possibilidades e expectativas de contato mútuo, tanto para entrevistas complementares ou informais sobre os diários, quanto para atender as expectativas da participante em relação à pesquisa (METH, 2019).

Os riscos gerais são possíveis dificuldades de letramento dos/as participantes ou da pesquisadora em interpretar a forma de expressão nos diários; a perda de foco, sentido ou interesse dos/as autoras; o risco de perda do material e, por fim, desafios quanto ao tempo ou

orçamento disponível para a produção e análise do material. Estes riscos, contudo, refletem dificuldades de recursos operacionais e materiais e podem ser evitados com planejamento e manejo cauteloso do método (METH, 2019). Há riscos mais delicados e intensos que devem ser enfrentados por envolverem a vida das pessoas, refletindo também na qualidade e autenticidade da pesquisa e dizem respeito à ética, especialmente em se tratando de investigações de temas e contextos violentos.

Trabalhar com mulheres vítimas de violência expõe a dificuldade e a necessidade de uma maturidade investigativa em relação aos riscos e possíveis danos a todos participantes. No que diz respeito à técnica de produção de dados através de diários solicitados, além da privacidade, uma pesquisa ética deve também prezar pela segurança das participantes, uma vez que em alguns casos, principalmente em se tratando de vítimas de violência, mais do que manter o anonimato da autoria dos diários, é necessário levar em conta suas condições de produção e armazenamento, visto que a leitura dos mesmos por pessoas indesejadas pode implicar risco às autoras.

Alguns procedimentos devem ser seguidos com vistas a essa segurança. Por exemplo, ao buscar identificar a população participante através de divulgação da pesquisa, esta deve ser feita através de um tema mais amplo como “estudo sobre experiências de vida e saúde de mulheres” (WHO, 2001, p. 12). Neste caso, apenas as reais participantes são informadas sobre o tópico principal da pesquisa. Dessa forma, a pesquisadora deve não apenas alertar as participantes dos riscos, como também pensar junto a elas estratégias e alternativas para a redução de riscos, como locais e modos de registro alternativos, ou se necessário outros métodos de produção de dados (como entrevistas). Além disso, a pesquisadora deve sempre manter a fonte em anonimato, omitindo informações que possam identificar as participantes (METH, 2019).

Sobre utilizar ou não trechos perturbadores dos diários, há uma discussão complexa que oscila entre omitir informações para não expor eventos íntimos e traumáticos ou estar silenciando a participante que fez o registro estando ciente de sua finalidade, ou seja, talvez na expectativa de que estes eventos sejam expostos (METH, 2003). Consideramos que essa decisão sempre se daria numa combinação permanente entre pesquisadora e participante, confirmando a ciência de todas nos encontros prévios, questionando se há algum trecho que não deve ser exposto na análise dos diários, ou até mesmo durante contatos posteriores e entrevistas semiestruturadas durante a análise dos dados e, principalmente, não colocando nenhuma participante em risco.

Também devemos estar sempre atentas ao impacto emocional que as questões levantadas provocam nos/nas participantes. A atmosfera e o vínculo estabelecidos durante a produção de dados podem impactar diretamente no equilíbrio emocional das participantes e, conseqüentemente, na qualidade dos dados produzidos (RAFAEL; MOURA, 2013). A exposição nítida dos objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE³⁶), com linguagem acessível, são formadores iniciais deste vínculo, empoderando as participantes da sua decisão de participar ou não da pesquisa. Algumas entrevistadas podem ter “[...] vontade de conversar sobre o tema, expor seu sofrimento, às vezes na esperança de conseguir algum tipo de ajuda ou conforto. Ou, ao contrário, o receio em falar sobre o problema e a perspectiva de uma possível piora na sua vitimização, possa interferir no aceite” (RAFAEL; MOURA, 2013, p. 288).

Assim, mais do que ler ou entregar formulários de consentimento às participantes, especialmente se estão em condição de vulnerabilidade, cabe à pesquisadora escutar, acolher e responder suas dúvidas, demandas e expectativas, esclarecendo e debatendo os termos de sua participação, suas limitações e benefícios. É necessário que os/as pesquisadores/as estejam preparados/as e cientes para estas possíveis demandas ao longo da pesquisa. Também ao final da produção e análise de dados devem-se retomar com a mulher as estratégias de enfrentamento e de acesso a serviços especializados que possam ser construídas, assim como explicar que as informações que ela compartilhou poderão ajudar outras mulheres na prevenção da violência (WHO, 2001, p. 23).

A OMS (WHO, 2001) também adverte sobre o bem-estar psicológico e a segurança da equipe de pesquisa sobre este tópico, que podem ser postos em risco caso não haja precaução. Pesquisadoras também precisam estar preparadas, treinadas e de uma rede de apoio no intuito de reduzir o desgaste e evitar conseqüências negativas da pesquisa para si, tanto quanto para as participantes. Alguns destaques destas considerações éticas são, portanto, o manejo de princípios e procedimentos que evitem ou minimizem riscos às participantes e pesquisadoras, assim como a promoção de benefícios bilaterais (WHO, 2001; SCHRAIBER; D' OLIVEIRA; COUTO, 2009).

Todas estas orientações foram seguidas e descobrimos que aplicar a técnica dos diários solicitados no contexto de cada pessoa em situação de violência de gênero que

³⁶TCLE é o registro da anuência da participante quanto ao universo, objetivos e qualidade de sua participação na pesquisa, incluindo os possíveis riscos ou benefícios. Conforme a resolução nº 510 homologada pelo Conselho Nacional de Saúde em de 07 de abril de 2016 sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, mais do que um documento formal, o assentimento livre e esclarecido é um processo de comunicação permanente entre as partes envolvidas, podendo a participante desistir a qualquer momento. O Termo utilizado durante a pesquisa está disponível no Anexo 3, assim como o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.

conhecemos neste processo – e também de quaisquer outras demandas e violências de ordem estrutural – exige uma disposição emocional e temporal difícil de encontrar para qualquer uma das participantes da pesquisa. Pelo menos 16 pessoas participaram pontualmente da pesquisa, incluindo a mim. Destas, 10 foram entrevistadas formalmente, 10 tinham potencial inicial para escrever o diário solicitado, 06 iniciaram a participação da fase dos diários e apenas 03 concluíram e entregaram seus diários. Antes de falar especificamente sobre o processo de escrita dos diários, é pertinente relatar o processo em que estas pessoas foram acessando a pesquisa e também por que os vínculos foram se perdendo na medida em que avançávamos.

No processo de textualização da tese, de produção e análise dos dados, se nos referirmos às relações macroestruturais, o capítulo 1, basicamente teórico, dá conta de contemplar a forma como ordens históricas, econômicas e de gênero produzem o feminicídio. Quanto às relações mesoestruturais, meu acesso à rede de enfrentamento ainda no final de 2019 e o acompanhamento dos serviços e dispositivos institucionais de prevenção e (re)produção do feminicídio são contemplados ao longo de todos os capítulos da tese e circundariam um último nível microestrutural.

Contemplando este sistema, conversei com muitas pessoas desde as primeiras incursões etnográficas até finalização da pesquisa. Dentre estas outras pesquisadoras, agentes dos serviços pertencentes à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, possíveis mediadoras na esfera dos serviços ou de organizações comunitárias, mulheres que já viveram violências de gênero, em especial a doméstica, mulheres em situação de violência com medida protetiva ativa contra seus agressores, homens cumprindo medidas aplicadas pela Vara da Violência Doméstica enquadrados pela Lei Maria da Penha, homens atuantes em projetos de cuidado comunitário ou voltados para o combate à violência contra o gênero feminino e, dentre essas, pessoas próximas a uma vítima de feminicídio.

Essa organização, como pode se notar ao longo da escrita, não é linear, mas ilustra o fluxo que foi se delineando na relação com as/os participantes da pesquisa. Ao todo podemos caracterizar 16 pessoas. Elas, mulheres cis e trans, variam entre as casas dos 20, 30 e 40 anos. Dentre as mulheres, a maioria branca (07) e dentre as negras (05), a maioria em situação de extrema pobreza e/ou prostituição. Foram contatados quatro homens. Dois homens negros, lideranças comunitárias, ambos entrevistados. E dois homens brancos, indicados pela ONG Ponto Gênero por terem participado do Grupo Reflexivo de Reeducação das Relações de Gênero devido a acusações de violência doméstica, de cunho psicológico, contra suas parceiras. Além destes todos, abordo brevemente o caso de Bárbara Muniz, mulher jovem em

situação de rua que fora brutalmente agredida no inverno de 2019 nas ruas de São Leopoldo/RS, com indícios de tentativa de feminicídio devido a qual veio a falecer meses depois no Hospital Centenário.

Minha autoetnografia, por sua vez, foi um método complementar, como veremos mais abaixo, que aponta a própria implicação da pesquisa na minha vida pessoal, ilustrando também o fluxo da produção da pesquisa e, cientificamente falando, a assimetria de acesso à rede de enfrentamento para todas as participantes. Neste sentido, quando lanço mão da autoetnografia temos uma autobiografia associada a um caráter reflexivo (SANTOS, 2017), o que, por sua vez, vai ao encontro da técnica de diários solicitados.

Para proteger a identidade de todos/as participantes, vamos dar a eles/as nomes fictícios, com exceção de Nilson Lopes³⁷, Bárbara Muniz, Cezar Nunes, e a minha própria, Kate Aguirre. As demais participantes serão chamadas de Bruna, Andrea, Kerolyn, Beatriz, Juliana, Sara, Pâmela e, os homens, de Anderson e Paulo. Quase todas os/as participantes aparecerão ainda neste capítulo, devido à sua participação ou potencial participação na produção dos diários solicitados. Aquelas/es que não forem aqui citadas/os serão no próximo capítulo onde abordamos mais a fundo o conteúdo das entrevistas em profundidade. Estas pessoas estão imbricadas no processo de produção de dados etnográficos *desde baixo*, ou seja, desde a experiência de pessoas com a violência de gênero. Dentre elas nomeio Bruna a primeira participante na produção de dados para a pesquisa e o marco zero dos diários solicitados.

2.1. Aquelas que a vida – e a violência – impediu de escrever suas histórias

Enquanto acompanhava diversas atividades de órgãos da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, conheci Bruna por acaso, durante um procedimento estético em janeiro de 2020. Respondendo à Bruna sobre qual era meu trabalho, expliquei brevemente sobre minha pesquisa e o tema do feminicídio e Bruna respondeu “*eu quase passei por isso, sabia?*”. Começou então a contar sobre como, três anos antes, passou por um relacionamento abusivo e violento e que não se dava conta de estar sendo violentada. Bruna acabou o relacionamento e sofreu ameaças por parte do companheiro e da sogra. Fez ocorrência na delegacia e negociaram na justiça o apartamento que haviam financiado juntos. O assunto

³⁷ A partir daqui, chamaremos este participante de Seu Nilson porque assim é reconhecido publicamente. O pronomes de tratamento faz parte de sua identidade.

perdeu centralidade, mas marcamos uma próxima sessão do mesmo serviço, ocasião em que estive sozinha com Bruna. Toquei no assunto novamente, perguntando se Bruna havia procurado algum serviço ou a polícia. Bruna disse que sim e relatou com saltos temporais vários episódios, como um tapa que o companheiro lhe deu no rosto na presença de outro amigo, o fato de sua mãe ignorar e naturalizar a situação e as ameaças de morte que recebeu por parte da ex-sogra e do ex-companheiro. Contou também que sofreu um aborto decorrente do estresse consequente do relacionamento. Comentou que ainda mantinha vínculo com o agressor devido às negociações judiciais em torno dos bens materiais que dividiram e que na ocasião em que se encontraram na delegacia, o policial que fazia o atendimento repreendeu o ex-companheiro que ria da situação. Bruna falava bastante e sem pausas, como um desabafo, mas também com naturalidade. Quando acabamos o procedimento perguntei se Bruna gostava de escrever. Ela disse que sim e que escrevia quando conseguia, pois tinha um bebê do atual relacionamento. Então expliquei brevemente sobre a pesquisa e sobre os diários solicitados e perguntei se ela tinha interesse em participar. Bruna concordou e afirmou que todo mundo conhece alguém que passou por isso, mas que eu teria dificuldade em encontrar quem queira falar sobre. Combinamos de nos encontrar em outro momento, para dar seguimento à sua participação.

Em decorrência da bandeira preta e do aumento de casos de Covid-19 na região nosso encontro foi postergado. Encontramos-nos em 08 de maio de 2021. Bruna disse que em função da pandemia perdeu o espaço em que trabalhava no centro de São Leopoldo e estava atuando em sua residência. Perguntou-me se eu poderia ir até sua casa em um sábado. Concordei e perguntei se na ocasião poderíamos conversar sobre a pesquisa. Ela respondeu que sim, desde que o atual companheiro já estivesse em casa para cuidar da filha pequena e pediu que eu a lembrasse no dia. Refleti sobre e optei por oferecer outro dia e horário para nossa conversa sobre a pesquisa, para que houvesse mais privacidade. Bruna argumentou que a próxima semana seria cheia e que, em função do cuidado da filha, precisaria ser online. Eu concordei e disse que levaria o termo de consentimento e o diário para ela e conversaríamos por vídeo durante a semana. Bruna concordou em um primeiro momento, mas mudou a abordagem e disse que poderíamos conversar no mesmo dia, durante e após o procedimento. Eu questionei se não dificultaria devido ao ambiente familiar conversar sobre a participação na pesquisa. Bruna disse que não e insistiu em fazermos no dia. Ponderei e decidi ir até lá para analisar a possibilidade, a privacidade do ambiente etc. Cerca de meia hora antes do horário marcado, Bruna entrou em contato dizendo que a filha teria dormido e perguntando se eu poderia ir naquele momento. Quando cheguei a seu apartamento, certifiquei-me de que

estávamos sozinhas. Expliquei novamente sobre os objetivos da pesquisa, minha formação e atuação etc. Bruna logo contou que o ex-sogra a apoiou na época da separação do ex-companheiro, relatando que o filho também estaria com problemas com a atual companheira, que estaria “*grávida para segurar o relacionamento*”. A partir deste comentário, Bruna começou a contar que seu atual companheiro também não era ativo na criação da filha e perguntou se havia me contado que quase ocorreu a mesma situação neste relacionamento. Eu disse que não e ela contou que logo após nos conhecermos ele vinha tomando vários comportamentos agressivos até o ponto de Bruna decidir sair de casa. Na ocasião, durante uma briga familiar, a sogra teria batido em Bruna, afirmando que se o filho o tivesse feito seria porque Bruna mereceu, implicando novamente envolvimento da polícia. Bruna saiu da casa e dois meses depois ela e o companheiro reataram o relacionamento, alugando o apartamento onde viviam juntos com a filha e onde acontecia nossa conversa. Bruna então afirmou que não mantinha mais laços com a sogra, pois entendia que as brigas conjugais decorriam da falta de privacidade morando com a família dele e do estresse que isso causava. Ela argumenta que desde que retomaram o relacionamento o companheiro praticava *Jiu Jitsu* diariamente e, desde então, a ajuda nos afazeres domésticos e no cuidado com a filha, sendo que antes nunca havia sequer trocado uma fralda. Bruna relatou também que desde que passaram a morar naquele apartamento nunca mais brigaram. Disse que, em geral, todo homem que agride viu alguém agredir na infância, argumentando que o pai do ex-companheiro também batia na ex-sogra e que rotineiramente a agredia – embora tenha defendido Bruna quando do término do relacionamento. Falei então sobre os tipos de violência de gênero mais comuns e sobre a violência praticada por motivos de gênero, ou pelo fato de ser mulher, embora eu não quisesse polarizar homens como agressores e mulheres como vítimas. Bruna então argumentou que pelo contrário, que ela mesma já teria agredido companheiros. Eu ponderei, dizendo que mulheres não só se defendem como batem também, mas pontuando a agressão masculina contra mulheres como forma de afirmar poder através da violência contra alguém em posição mais vulnerável. Ou seja, de casos que talvez não ocorressem se ela fosse homem. Bruna concordou, mas disse “*ou ocorreriam, porque homens atacam outros homens também*”. Disse pra ela que, de fato, estas violências estão conectadas, embora mulheres estejam mais vulneráveis a tipos específicos de agressão e comportamentos masculinos, em geral. A este ponto, Bruna conferiu se a filha continuava dormindo, afirmando que daria tempo até de conversarmos mais um pouco. Peguei os materiais dos diários para mostrar pra Bruna, que mudou o comportamento e começou a ficar bastante tensa. Falava comigo, mas parecia ansiosa, sem prestar muita atenção no que eu falava ou no material.

Expliquei para Bruna como ela ajudaria no enfrentamento à violência de gênero participando da pesquisa, sobre o termo de consentimento e seu anonimato, perguntei se era seguro ela falar sobre e guardar o diário em casa, sobre as outras formas possíveis de registro, sobre a minha disponibilidade caso surgissem dúvidas ou danos psicológicos, sobre os tipos de violência, a escuta especializada caso precisasse, e os contatos da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de São Leopoldo. Todas estas informações também estavam sintetizadas ao início e final do diário. Na contracapa coleí uma imagem do aplicativo “Mete a Colher!” divulgado pela promotoria de justiça da vara da violência doméstica na última reunião da rede, explicando que o aplicativo está disfarçado de *app* de receitas, porém a usuária registra os contatos de sua rede pessoal para notificá-las caso esteja em situação de violência. Bruna riu, falou o ditado “*em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*” e perguntou se alguém havia pensado nisso, argumentando que apesar do propósito o nome ficou chamativo. Eu perguntei se ela instalaria o aplicativo no celular caso estivesse em situação de violência e vivesse com o agressor. Bruna disse que não. Bruna começou a ficar cada vez mais ansiosa, até pular do sofá pra verificar se o barulho de carro no estacionamento era o do marido. Avisou que era ele e mudou de assunto na mesma hora, perguntei se era mesmo seguro para ela ter o diário em casa. Bruna disse que sim e que ele não mexe nas suas coisas, mas que iria esconder. Recolheu o diário e guardou na gaveta. Levantei-me para guardar as outras folhas também para que não ficassem expostas. Bruna disse para que eu ficasse à vontade, não precisava ir embora e sentei novamente. Em cerca de dois minutos seu companheiro chegou à porta, me cumprimentou e logo em seguida me despedi. Para ele, eu era apenas uma cliente, embora ela não tenha conseguido manter seu trabalho sendo a única cuidadora de Eloá. Saí do prédio bastante preocupada com a situação e a ansiedade de Bruna ao final da nossa conversa. Chamei depois no *whats*, perguntei se ela podia falar, e ela disse que por mensagem escrita sim. Perguntei se era seguro manter o diário em casa, que podíamos pensar outras alternativas. Bruna disse que não havia necessidade, que o marido não mexeria nas suas coisas e que apenas guardou o diário porque não gostaria que ele soubesse das “*suas coisas*”, que eram “*íntimas*”. Como não houve entrevista formal, dias depois entrei em contato e perguntei como estava, disse que estou disponível e perguntei se podemos marcar um encontro virtual quando ela estiver sozinha e a filha dormindo. Bruna disse que ainda não teve tempo de escrever no diário, mas que poderíamos conversar na outra semana.

Desde então, foi muito difícil manter vínculo com Bruna. Falamos-nos pontualmente uma ou outra vez e acompanhei sua trajetória pelas redes sociais. Bruna foi revitimizada pelo companheiro, pouco tempo depois separaram e teve de reorganizar sua vida, moradia,

trabalho e uma gestação que seguiu. Não pareceu seguro manter Bruna na pesquisa, mas também deixei que ela mesma decidisse. Várias vezes ela me chamou no *whats* e no *facebook* demonstrando interesse em trabalhar no diário, mas justificando que a vida ainda estava muito desorganizada.

Logo depois Andrea, cinquenta e poucos anos, foi indicada pela filha a participar da pesquisa. Sua filha, minha amiga íntima, me procurou para desabafar sobre a amiga da filha adolescente que estava em situação de violência sexual. Como integrante da rede, me dispus a dar apoio e encaminhar aos serviços disponíveis caso fosse do interesse da vítima. Nos dias que seguiram conversamos para nos atualizar da situação da menina especificamente, mas acabou surgindo o tema da minha pesquisa, já conhecido por ela, e, por extensão, sobre a história de Andrea, mãe de minha amiga. Andrea, que até poucos meses vivia em São Leopoldo, passou a residir e trabalhar em outra cidade. Ainda quando criança, nos anos 1970, foi seguidamente estuprada pelo pai, de quem engravidou. Na sequência, foi espancada por ele, sofrendo um abordo decorrente das agressões. Recentemente, ao vê-lo dentro de um ônibus enquanto estava na parada, reviveu o trauma. Minha amiga, Kelly, foi então a interlocutora entre mim e Andrea, que aceitou participar da pesquisa, dizendo que depois que o enfrentou adulta, agora seria capaz de falar sobre. Kelly ainda me disse que eu também precisaria ser forte para lidar com o teor das informações. Por fim, Andrea combinou que entraria em contato comigo para nos encontrarmos e dar início à sua participação, pois entraria de férias. Na data combinada entrei em contato, mas a participação foi prorrogada, pois Andrea teria dificuldade de estar sozinha para a entrevista. Paulatinamente fomos perdendo o vínculo e Andrea acabou não participando da pesquisa.

Dias depois encontrei Kerolyn, na casa dos vinte anos, já minha conhecida. Informalmente Kerolyn me perguntou sobre o meu trabalho e expliquei um pouco sobre minha atuação na rede de enfrentamento, no COMDIM e sobre minha pesquisa de doutoramento. Ficou bastante empolgada e passou a me relatar mais detalhes sobre violências ocorridas no contexto da prostituição, profissão na qual atua há mais de 10 anos. Falou sobre um cliente que a agrediu e sobre sua reação, mas também mais especificamente sobre o seu último relacionamento com o pai de sua filha mais nova, que na época tinha alguns meses de vida. Este ex a agrediu inúmeras vezes e após o término mantinha ameaças de assassinato a ela e sua mãe. Em função disso, Kerolyn também não fixa residência na casa da mãe, pois ele teria ameaçado invadir a casa e matar ambas, ou apenas a ex-sogra, caso não encontre Kerolyn em casa. Kerolyn também comentou que, apesar de ter uma medida protetiva contra o ex-companheiro, tendo até mesmo feito passagem por um abrigo para mulheres em situação

de violência, ele seguidamente passava em frente à casa em que estávamos, posta ameaças em seus perfis pessoais e exhibe armas de fogo no *instagram* com mensagens de ameaça a ela, inclusive me mostrando alguns desses vídeos. Sua mãe disse que pensou também em pedir à avó materna que a acolhesse em sua casa, mas desistiu pelo risco para todas, uma vez que ele integra uma facção criminosa, predominante também nos arredores da casa da avó, de quem ele conhece o endereço. Sua mãe, Andreanice, me levou a outro cômodo e mostrou que esconde dentro dos buracos dos tijolos crus dois canivetes, que teria comprado para se defender caso o ex-genro invada sua casa. Kerolyn então perguntou se ela poderia ser a entrevistada e ponderei com ambas sobre os riscos de sua participação. Continuamos nos falando nos próximos dias e Kerolyn insistiu em participar da pesquisa, questionando o que seria feito dela. Semanas depois entrevistei Kerolyn. Tivemos uma entrevista de cerca de 1 hora e agendamos de continuar outro dia, pois Kerolyn estava de mudança e precisava se ausentar. Na ocasião falou bastante sobre sua história de vida e a vida com os irmãos mais velhos. Daquele dia em diante perdi contato com Kerolyn e soube apenas por sua mãe que ela havia passado por um longo período de instabilidade, se mudando, voltando a atuar na prostituição, depois no tráfico de drogas, teria então engravidado e estaria em situação de rua. Neste contexto, mais um vínculo de pesquisa se perdeu.

Outra mulher em situação de vulnerabilidade e instabilidade passou pela pesquisa neste mesmo período. Conheci Juliana, uma mulher trans de trinta e poucos anos, negra, por intermédio de outra participante, Pâmela, sobre quem falamos mais abaixo. Pâmela e Juliana se conheceram no Centro Pop, pois ambas estavam em situação de rua. Juliana conta que foi criada pela avó paterna, a quem considera sua mãe. Conta que a avó foi a última a notar sua sexualidade, quando ainda se identificava como um garoto gay. Mas que as pessoas da volta sempre comentavam, e que seu pai participava da sua vida lhe aconselhando para uma autodefesa, pois temia que fosse agredida desde a pré-adolescência. Segundo Juliana, seu pai dizia “[...] *tu pode ser o que quiser, entendeu? A vida é tua. Só não seja palhaça [...] não seja trouxa dos outros, [...] seja ruim. Meu pai dizia pra mim [...]: seja ruim, sabe? Não deixa ninguém pisar em cima de ti, não deixa ninguém fazer nada contigo*” (Juliana, 21.06.2021).

Juliana conta que o pai era ausente, mas que esse incentivo para uma autodefesa era proveitoso, tanto para si, quanto para suas irmãs mais novas. Por outro lado, Juliana diz que isso também a prejudicou, sendo muitas vezes suspensa da escola e tendo ficado isolada porque brigava e agredia alguém em qualquer sinal de ofensa ou ameaça. Segundo Juliana desde muito nova tinha sua sexualidade atacada por xingamentos homofóbicos e aprendeu a

se defender batendo nos colegas, chegando a agredir também uma professora, ocasião em que teria sido expulsa. Juliana conta que a diretora, certa vez, teria dito a ela que seu fim seria a morte ou a prisão. Na mesma época, Juliana relata que teve apenas um professor homem, que lhe tratava bem, dava ótimas notas e a abusava no vestiário da escola, assim como outros colegas. A seu ver, na época não entendia que fosse errado, porque tinha por volta de 16 anos e entendia que ele fosse seu namorado, apesar de ouvir de outros colegas que eram ameaçados pelo professor em situações semelhantes.

Aos 17 anos Juliana reconheceu definitivamente que pertencia ao gênero feminino. Nessa época, passou a ser gradualmente acolhida pela família e tinha bastante apoio do pai, relatando uma ocasião em que ele teria repreendido a irmã mais nova por atacar a forma de Juliana se maquiar e vestir. Por outro lado, a avó de Juliana (sua mãe) não aceitava a transição, negando-se a chamá-la por nome e pronome feminino e tendo de passar por um longo acompanhamento junto ao CAPS da cidade, onde tentavam convencê-la que Juliana era, de fato, uma menina. A avó, por sua vez, dizia ter medo do que as pessoas e pastores da Assembleia de Deus, igreja que frequentava, iriam pensar e insistia em renegar Juliana como mulher.

Com a rejeição da avó, Juliana abandonou a escola e saiu de casa, abriu um ateliê de costura, onde passava os dias, e à noite ficava nas ruas da cidade atuando na prostituição, onde teve seu primeiro contato com as drogas. Ela conta que esse ano de sua vida foi muito intenso. Havia uma transição de gênero iniciada, a dependência química e o trabalho como autônoma, quando conheceu o homem com quem veio a se casar. Ele teria a pressionado a escolher entre permanecer como usuária de drogas ou manter o relacionamento e desde então passaram anos casados até cerca de quatro meses antes de nossa entrevista. Juliana atuou este tempo todo na área da estética, abrindo seu próprio salão e atuando como cabeleireira, manicure e maquiadora. Porém, para permanecer com o companheiro, teria abandonado quase que completamente sua transição. Disse que tiveram bons doze ou treze anos juntos, mas que havia algo de estranho na relação nos últimos seis anos, quando teria retomado a transição.

Até meses antes da nossa entrevista, Juliana relata que apesar de sempre se sentir bem tratada por ele, o parceiro nunca se referia a ela por um gênero. Era sempre pelo nome, apelido ou qualquer palavra neutra. Conta também que ele, apesar de ser gay, tinha muitos preconceitos com gays e pessoas trans, negando-se inclusive a estar na presença destas pessoas no salão de Juliana. Nessa esteira, Juliana passou mais de uma década sem se relacionar com outras pessoas da comunidade LGBTTT que antes eram suas amigas. Nos últimos meses do relacionamento, principalmente com a mudança estética causada pela

transição de gênero, Juliana conta que o companheiro começou a beber e passaram a ter maiores dificuldades de se comunicar. Relata que o parceiro parecia muito deprimido e começara a reagir negativamente à mudança, chegando a falar que teria casado com um homem e não com uma mulher. Para Juliana, o parceiro tinha dificuldade de se aceitar e a via como um espelho, entendendo que ele era gay e, por dificuldade de se assumir, *queria que ela fosse o que ele não era*.

Houve então o dia marcante que dividiu a vida de Juliana em poucas horas. Ela teria se arrumando para ir ao casamento de uma sobrinha, dizendo que se sentia *mais linda que nunca*. Seu marido chegou em casa embriagado e disse que não iria ao casamento acompanhado dela, *pois se quisesse ser casado com uma mulher, não teria se separado da anterior para ficar com Juliana*. Juliana respondeu que era tarde demais para ele dar aquela informação, após tantos anos casados e disse que neste caso iria sozinha à festa. Quando Juliana pegou a chave do carro, seu parceiro tirou de sua mão e a esbofeteou com força, deixando-a sangrando devido a um corte no nariz. Enquanto ele pegava o carro e saía de casa, Juliana entrou em crise e, passado mais de dez anos sem drogas, teve uma recaída. Este acontecimento iniciou uma semana intensa de drogadição em que Juliana perdeu todos os seus pertences, residência e salão em troca de drogas pesadas. No final desta semana abandonou sua residência, que já teria sido toda saqueada.

Juliana então circulou entre diferentes cidades em situação de rua, até que lhe indicaram o Albergue Municipal de São Leopoldo, para onde se deslocou. Conta que o tratamento dispensado pela equipe do Centro Pop³⁸ era horrível e que dias antes uma trabalhadora do espaço teria insistido em chamar outra mulher trans pelo nome de registro, masculino. Além destas violências mais simbólicas e das praticadas pelo marido, Juliana conta que teve uma amiga trans que fora vítima de um crime programado pelo ex-namorado. Ele e o irmão a sequestraram, a levaram para sua casa, a estupraram e tacaram fogo nela após o término do relacionamento. Juliana viu a casa da amiga em chamas, acompanhou-a sendo socorrida e esteve no velório. Além dela, Juliana conta a história de uma travesti que teria contado a outras pessoas que seu parceiro era, na verdade, casado. Ele então, junto de outros dois homens, a levou a um motel, enforcando-a.

Foram dois dias de entrevista com Juliana, que se colocou como uma potencial autora de diários para escrever sobre as suas experiências com a violência de gênero, assim como de outras mulheres que conhecera. Juliana também se disponibilizou para ser uma mediadora na

³⁸ O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop e o Albergue Municipal são prestados pelo Centro de Referência para a População de Rua – CREPAR.

abordagem de outras mulheres trans e trabalhadoras sexuais no território em que ela mesma atuava. Chegamos a fazer isso em um dos dias de entrevista, com dificuldade de aceite dessas mulheres para participar da pesquisa e até mesmo para uma conversa informal. Por outro lado, Juliana passou a ficar bastante instável. Ora estava muito organizada, com perspectiva de trabalho e residência, tendo inclusive mudado de cidade para se afastar do convívio com a drogadição. Ora Juliana tinha recaídas, voltava para as ruas ou para o Albergue, resistindo ao tratamento médico. Foi assim que perdi o vínculo com Juliana, tendo encontrado-a poucas vezes novamente. Sua participação estava dificultada, mas também não parecia que o diário seria útil naquele momento. Juliana tinha domínio e articulava bem sua história com a violência de gênero e as implicações na sua vida, em especial a dependência química, o fator de risco de suas crises na época da entrevista.

2.2. Casos limítrofes: à sombra do feminicídio

Neste mesmo período conheci Beatriz e Pâmela. Casos limítrofes da pesquisa. Ou seja, casos em que o risco e potencial de feminicídio estavam altos devido à intensidade da plena situação de violência vivida por estas mulheres. Iniciemos por Beatriz, indicada por Cris, assistente social da instituição Talitha Kum, na vila São Geraldo, bairro Feitoria, em São Leopoldo. Cris colocou a instituição à disposição para qualquer projeto com debate em torno da violência de gênero, afirmando que o vínculo próximo da comunidade oportuniza que elas indiquem uma participante e disponibilizando o espaço para encontros, entrevistas e também como um local seguro para que as participantes escrevam e guardem seus diários. Em um de nossos encontros Cris comentou que com a previsão de retorno das aulas presenciais para a educação infantil em São Leopoldo, já tinha uma participante em mente, mãe de alunos da escola com quem a equipe tem proximidade e vive em situação de violência de gênero. No início de junho entrei em contato com Cris, que afirmou que conversaria com esta participante em potencial e a convidaria para ir até a escola. A entrevista com Beatriz ocorreu em junho de 2021. Beatriz estava muito abalada. Estava com medo, em situação de extrema pobreza, com três filhos pequenos e dividindo terreno com seu agressor porque nenhum dos dois teria onde morar.

No dia da entrevista, Beatriz estava acompanhada do filho mais novo, uma criança pequena, e tivemos o apoio da equipe da Talitha Kum que o cuidou enquanto conversávamos. Beatriz narra rapidamente que vivia com a mãe e os irmãos em Sapucaia e que teria

conhecido o marido e pai de seus filhos aos 19 anos. Então comenta que sua mãe viveu a mesma história, que seu pai era alcoólatra e quando embriagado agredia a esposa e os filhos, além de deixá-los para fora de casa, fazendo com que a família precisasse procurar abrigo na casa da avó. Beatriz diz que era criança, mas a memória ainda é bem presente destes acontecimentos, lembrando que quando tinha cerca de oito anos o pai teria chegado embriagado e mordido o nariz de sua mãe, logo após expulsando todos de casa. Quando relatou este ocorrido, Beatriz começou a chorar, eu a tranquilizei e tentei abordar o assunto por outras vias, conversando sobre sua relação com os irmãos. Ela conta então que ela e os irmãos sempre se deram bem e que ainda eram muito unidos, embora não morassem próximos e retomou a história contando que quando tinha cerca de 10 anos sua mãe decidiu separar-se e foi morar com os filhos nos fundos da casa de sua avó, tendo então procurado a justiça para resolver a situação.

Com essa decisão, Beatriz conta que o pai passou beber ainda mais, já não se alimentava e vivia em extrema pobreza, tendo pedido algumas vezes para reatar o relacionamento. Beatriz perdeu o pai quando tinha 15 anos. Por sua vez, sua mãe teria escolhido *trabalhar e criar os filhos* sozinha. Ela narra que a família, tanto por parte materna quanto paterna, sempre apoiou sua mãe, embora não interferissem nas brigas, assim como a vizinhança nunca teria intercedido quando das agressões. Beatriz, a partir da história da mãe, começa a relatar a sua própria.

Explica então que aos 20 anos saiu da casa da mãe para morar com o companheiro em São Leopoldo e que desde o início a relação era violenta e conturbada. Que ainda antes de engravidar, teria denunciado o parceiro por agressão e voltado pra casa da mãe, mas que a polícia não a teria acompanhado, apenas dando a ela um documento que obrigava o parceiro a devolver seus pertences, o que ele teria se negado a fazer, insistindo diariamente para que reatasse o relacionamento, o que ocorreu depois de um mês. Assim mantiveram o relacionamento quando, aos 22 anos, Beatriz engravidou do filho mais velho. Conta que ficou em choque e extremamente frustrada, pois fazia uso de anticoncepcional e não queria ter filhos na época em função das agressões que já sofria. Sua gestação foi muito sofrida, conta que as pessoas próximas a acusavam de não ter evitado uma gravidez, enquanto o marido não reconhecia o filho e a agredia frequentemente, inclusive com o intuito de que ela viesse a sofrer um aborto através de socos e outros golpes.

Aos 16 dias do nascimento do bebê, Beatriz perdeu a mãe aos 23 anos. Tendo iniciado uma depressão e em função das brigas do casal, quando seu filho tinha um mês foi morar com a avó, pois entendia que a situação fazia mal ao bebê. O marido então teria insistido que ela

retornasse pra casa, prometendo mudar seu comportamento e ela, puérpera e desempregada, aceitou reatar o relacionamento, embora ele nunca tenha mudado. Beatriz diz que apesar de ter sua família, já não tinha mais sua mãe, *e teve que aguentar*. O marido, por sua vez, passava uma ou duas semanas sem beber e, quando ocorria novamente, se transformava e a agredia. Este filho de Beatriz é adolescente, na ocasião da entrevista tinha por volta de 13 anos, e ela narra com a voz embargada que quando ele era pequeno o agredia demais, descontando nele as agressões que sofria do marido ou quebrando suas coisas dentro de casa. Beatriz diz que, na época, culpava o filho por ter de permanecer na relação e, durante a entrevista, culpava-se por seu filho ser uma criança especial. O filho demanda acompanhamento médico permanente sendo diagnosticado com uma deficiência intelectual que Beatriz teria começado a investigar aos três anos da criança. Depois dele vieram mais duas crianças, uma menina de 7 anos e um menino de 6, que acompanhava a mãe na instituição que estávamos.

Beatriz conta então que o parceiro bebia desde a idade de seu filho mais velho e que, quando estavam morando juntos, ele bebia diariamente e que fazia lembrar seu pai, batendo nela e nos filhos, gritando que a casa era sua e ele quem mandava ali e em seguida expulsando-os de casa. Muitas vezes, Beatriz conta que saía de casa com as crianças antes que ele chegasse do trabalho, pois sabia que ele sempre passava no bar para beber e decidia ficar pela praça com as crianças até que ele dormisse. Quando ele não dormia, recebia a família violentamente. Embora tivessem vizinhança ninguém nunca interferiu na situação. Apenas uma vez seu irmão procurou o cunhado para conversar, dizendo que sabia que Beatriz estava vivendo presa e com marcas na pele e que esperava que ele mudasse, pois ele defenderia a irmã. Desde o nascimento do último filho, Beatriz diz que já viviam separados, mas ainda na mesma casa porque não teria condições de manter e proteger os filhos sozinha. Então um dia, o ex parceiro foi atrás dela na escola dos filhos. Recebido pela diretora, portava um facão e estava muito alterado, dizendo estar tendo uma crise de ciúmes. Como ambos se desconstruíram, Beatriz não chegou a ser agredida, mas sabendo do ocorrido conta que foi acolhida pelas professoras, que indicaram que procurasse o Centro Jacobina.

Beatriz conta que muito assustada com o que poderia vir a acontecer, procurou a polícia e o centro de atendimento à violência contra a mulher. Fora então encaminhada para o PRASJUR e teve emitida uma medida protetiva contra o parceiro, que passou três meses sem poder ir à residência. Segundo ela, ele nunca tentara se aproximar neste período, tendo ligado apenas uma vez que ela não atendeu. Meses depois, durante audiência, a juíza decidiu que ambos deveriam compartilhar o terreno da moradia, cada um em sua casa. Embora tenham

vivido uma união estável, Beatriz não teria direito à moradia, pois derivava de herança do ex companheiro, podendo apenas retirar de casa metade das coisas. Por outro lado, em função da particularidade de saúde do filho mais velho, Beatriz poderia permanecer na casa até que ele completasse 18 anos. Beatriz então conta que chegou a mudar-se, tendo alugado uma casa e começado outro relacionamento. Conta que o novo parceiro era bom para as crianças e planejavam casarem-se quando ele começou a demonstrar muito ciúmes e ela, vindo de um relacionamento ciumento, decidiu romper com o namorado e precisou voltar para o terreno do pai das crianças por não ter condições de manter o aluguel. Embora os filhos mais velhos pedissem para irem embora já, ela conta que não teria para onde ir. O ex companheiro passou então a morar na parte de trás do terreno e que vez ou outra, quando embriagado, chuta a porta tentando entrar, ataca-os moral e verbalmente com ofensas raciais. Diz que além de si, sabe que o ex marido já agrediu a irmã, que também o teria denunciado. Frisa que nestas brigas ele apenas teria agredido mulheres, mas homens não, porque sabe que mulheres são mais vulneráveis. Pontua que, neste contexto, não gosta mais do ex companheiro, mas também evita ter outros relacionamentos porque ainda mora no mesmo terreno e teme sua reação. Realça, ainda, que só permanece na casa porque os filhos dependem dela.

Terminada a entrevista, Beatriz já estava mais tranquila, como se tivesse feito um longo desabafo e combinamos que nos próximos dias nos encontraríamos para iniciar o diário solicitado. Coloquei-me à disposição para orientá-la, escutá-la e acolhê-la, incluindo através de redes comunitárias e de mediação com serviços da rede institucional, pois era nítido que Beatriz enfrentava a situação só e sobrecarregada. Nos próximos dias falei com Beatriz duas vezes e depois fomos perdendo o contato. Ela iniciou o diário, mas de repente não respondia mais mensagens. Tentei reaver o vínculo através da Talitha Kum, também sem sucesso. Meses depois recebi uma mensagem sua, dizendo que havia escrito um pouco, mas desde a mesma ocasião Beatriz não respondeu mais. Perdi o vínculo com Beatriz, temendo pela sua segurança e de seus filhos.

Dias antes de conhecer Beatriz li uma reportagem sobre o caso de Bárbara Muniz, mulher jovem em situação de rua, vítima de feminicídio decorrente de violência de gênero. Bárbara foi brutalmente violentada nas ruas de São Leopoldo em 04 de julho de 2019, vindo a falecer em 08 de outubro do mesmo ano. Fora vítima de violência física e sexual, tendo seus órgãos esmagados e sofrido um traumatismo craniano. Bárbara era uma jovem ativista por Direitos Humanos e liderança ativamente empenhada na defesa dos direitos da população de rua. Muito conhecida em São Leopoldo, transitava entre as ruas, órgãos públicos, espaços acadêmicos e organizações sociais. Para Ana Mattos, egressa do curso de mestrado em

Ciências Sociais da Unisinos, Bárbara, sua amiga e companheira de pesquisa e militância era “(...) autêntica, sem papas na língua, não estava para agradar, mas sim para levantar sua defesa, e ela sabia bem defender os seus” (MATTOS, 2021, p.134). Bárbara é recordada por conhecidos/as e amigos/as como uma mulher elegante, alegre, carinhosa, independente e inteligente. Bárbara tinha todos estes adjetivos apesar de sua história de vida ser regada de violências e negligências estatais.

Usando o codinome Dora, Ana cita Bárbara: “*Na rua ser mulher é difícil, dizem que precisamos de um homem, mas eu não!*” (MATTOS, 2021, p.134). A reportagem que comuniquei mais acima narrava um pouco sobre a origem e trajetória de Bárbara, sua atuação como liderança de movimentos sociais em defesa da população de rua e, por conseguinte, sua relação próxima com Seu Nilson Lopes, liderança e referência em diversos movimentos e organizações, com quem Bárbara fundou a Associação Criativizando. Seu Nilson é uma figura pública, muito conhecido em São Leopoldo e região metropolitana e bastante requisitado para participação em pesquisas e reportagens devido à sua atuação social e política e sua história de vida. Entrei em contato com Seu Nilson por meio do *facebook* e de Ana Mattos, que tinha uma trajetória com Seu Nilson e Bárbara e de quem eu havia sido colega no PPGCS da Unisinos. Nesta primeira abordagem perguntei à Ana se ela conhecia Bárbara, que relatou a conhecer muito e que seria delicado falar sobre ela, relatando a dificuldade de angariar fundos para enterrá-la “dignamente”. Ana também comentou sobre a proximidade entre Bárbara e Seu Nilson, e sobre ele ser uma boa referência para participar da pesquisa. Para Seu Nilson informei objetivamente sobre minha atuação e objeto de pesquisa, convidando-o para uma conversa.

No final de maio me encontrei com Seu Nilson na praça de alimentação do shopping Bourbon de São Leopoldo devido à dificuldade de conseguir um local mais recluso para nossa conversa. Seu Nilson chegou disposto e curioso sobre de onde eu o conhecia. Tomei como abordagem minha apresentação pessoal, explicando desde minha naturalidade de São Leopoldo e do bairro Feitoria, até minha trajetória acadêmica e objeto de pesquisa, minha integração na UBM, na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e à representação no COMDIM de São Leopoldo, citando algumas pessoas que temos em comum nas nossas trajetórias no movimento social. Seu Nilson é filiado ao PCdoB e conhece há anos muitas das lideranças mulheres que vim a conhecer durante a pesquisa. Expliquei então como cheguei a ele, sobre a reportagem de Bárbara, a conversa com Ana, e que já acompanhava suas ações há algum tempo pelas redes sociais, embora tenha surgido a coincidência de ter sido citado pelo jornal.

Seu Nilson então me contou sobre sua vida, sua experiência em situação de rua, com a dependência química, os anos que esteve em clínicas de reabilitação e aqueles em que viveu junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e comunidades terapêuticas. Seu Nilson abordou os aprendizados sobre gênero que viveu nestes diferentes espaços, a perspectiva humanista do MST que aproximava pessoas, sobre cuidado, respeito, carinho entre homens, sobre homofobia e brevemente sobre Bárbara. Relatou que a conheceu durante um grupo de convívio do CAPS AD e que a apresentou no gabinete para a então vice-prefeita Paulete Souto, filiada ao PCdoB, com quem Bárbara criou laços também. Falou sobre a instabilidade de Bárbara, que desaparecia por dias sem dar notícias a ninguém, mas que também estava sempre interessada nas ações da Associação Criativizando, inclusive atuando como Primeira Secretária. Explicou que Bárbara tinha laços familiares instáveis e que teria perdido a guarda de seu filho e que não havia interesse geral das instituições em investigar seu caso.

Ficamos por volta de 1 hora e meia conversando no shopping, quando Seu Nilson também relatou sobre aquele espaço que era estranho para ele e que há poucos anos se vira surpreendido acompanhado de outras pesquisadoras tomando sorvete naquela mesma praça de alimentação. Também falou sobre o CAPS AD de São Leopoldo, sua experiência com o tratamento psicológico e psiquiátrico, como foram os últimos anos sem utilização de álcool ou drogas, e sua proximidade com casos que poderiam me interessar na pesquisa, assim como com ações e cooperativas onde poderíamos atuar juntos. A história de Seu Nilson surge novamente no próximo capítulo, mas já é possível adiantar que este foi mais um dos diários que se perderam na pesquisa, uma vez que as demandas de nossas vidas íntimas se entrecruzaram – dele, uma liderança excepcional organizando sua vida na casa dos sessenta anos; e minha quando, no núcleo Andrea da minha atuação social e científica, vejo minha vida desorganizada pela violência doméstica. Seu Nilson e eu passamos a ser bons amigos, mas o vínculo com a pesquisa foi gradualmente se perdendo. Seu Nilson tinha muitas tarefas com o movimento social e os órgãos representativos dos quais participa, se empenhava no compromisso político partidário de derrotar Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, estava também terminando o Ensino Médio através da EJA ofertada pelo ensino público e ainda sofreu a perda de sua mãe neste mesmo ano. Escrever o diário não é tarefa fácil e exigia uma disponibilidade que implicaria na vida de Seu Nilson, assim como uma presença que eu já não podia ofertar. O diário de Seu Nilson também se perdeu, mas sua presença ímpar na cidade e na minha vida continua ativa.

Por outro lado, Seu Nilson relatou o caso de Pâmela que vivia em situação de rua junto do companheiro Gustavo. Segundo Seu Nilson Pâmela também fazia parte da associação, teria sido amiga de Bárbara e também tinha muita experiência de violência com o companheiro, frisando a existência de agressões graves cometidas por ambas as partes. Ele perguntou se poderia levá-la ao nosso próximo encontro e disse que falaria com ela no Albergue Municipal. No dia de minha entrevista com Seu Nilson, por coincidência o encontrei no caminho para o Ginásio Municipal, onde fica a sede do CDC que fora disponibilizada para nossos encontros. Deslocamos-nos juntos até lá, onde ele indicava que já estava nos esperando Pâmela, para quem ele indicou a pesquisa. Seu Nilson então me orientou, com certo receio, sobre como abordá-la, que estaria junto ao companheiro, afirmando que não disse exatamente sobre o que era a pesquisa, mas que avisou a ele que seria uma conversa apenas entre nós mulheres. Seu Nilson disse que “*não queria me ensinar a fazer pesquisa*”, mas que eu não tocasse direto no assunto da violência de gênero, e sim falasse de maneira ampla cercando o assunto, também para que ela não pensasse que seria uma denúncia dele sobre a violência do companheiro, uma vez que ele é amigo de ambos. Tranquilei Seu Nilson e quando chegamos ao ginásio Pâmela nos aguardava junto a Gustavo, seu companheiro.

Apresentei-me, cumprimentei ambos e antes que eu pudesse falar com Pâmela a sós, Gustavo me indagou sobre o tema da pesquisa. Respondi que pesquisava histórias de vida de mulheres em São Leopoldo. Ele assentiu, mas aparentando desconfiança e receio de deixá-la sozinha comigo, combinando com ela que quando acabasse nossa conversa Seu Nilson o avisaria e ele voltaria ao ginásio para buscá-la. Neste dia Pâmela e eu apenas conversamos, sobre nós mesmas e sobre a pesquisa. Sendo que temos a mesma idade e crescemos no mesmo território, me aproximei com facilidade de Pâmela, conversando sobre memórias do bairro e depois ouvindo suas memórias de vida.

Dias depois entrevistei Pâmela. Desloquei-me receosa, uma vez que o contato mediador era Seu Nilson que, por sua vez, se comunicava com Gustavo pelo *whatsapp*. Durante o caminho falei com Seu Nilson e Gustavo teria avisado que estaria trabalhando e que Pâmela me esperava no albergue. Gustavo teria “sondado” seu Nilson sobre o tema da pesquisa e neste dia questionava sobre o horário de início e fim das entrevistas para que pudesse buscá-la. Com isso passei a me preocupar também com a integridade de Seu Nilson como interlocutor, amigo do casal e liderança cotidianamente ativa e presente nos espaços ocupados pela população em situação de rua. Chegando ao Centro Pop, Pâmela me convidou para conhecer a coordenadora do serviço, Gisa, que me perguntou o tema da pesquisa e

anotou para que pudesse me sugerir outras participantes. Como havia circulação de muitas pessoas no espaço, dei a mesma resposta que havia dado a Gustavo na semana anterior, de que estaria pesquisando sobre histórias de vida de mulheres, com receio que as pessoas que circulavam no espaço repassassem a informação do tema original para Gustavo e isso acarretasse problemas.

Pâmela havia combinado comigo no encontro anterior que convidaria também uma amiga trans que está no albergue para participar da pesquisa e assim que cheguei fui apresentada à Juliana, já relatada no tópico anterior. Ainda no Centro Pop Pâmela pediu meu telefone emprestado para falar com o companheiro, gravando seu número na minha agenda e chamando-o no *whatsapp*. Porém, ele não estava conectado à internet. Ela tentou então fazer uma ligação e, sem sucesso, pediu ao Seu Nilson que o avisasse que já estávamos nos deslocando para o ginásio e pedindo que ele a buscasse às 16h. Fomos de carro até a sede do CDC. Durante o caminho Juliana brincava dizendo que só ouve Pâmela falar de Gustavo, que passa o tempo todo procurando por ele e que quando brigam é Pâmela quem o agride. Quando chegamos ao ginásio, Pâmela pediu licença para buscar uma medicação na farmácia municipal e fiquei apenas com Juliana, explicando a ela sobre o tema da pesquisa de forma superficial. Na sede do CDC fomos recebidas por dois integrantes que questionaram o tema da pesquisa, onde repeti a mesma informação anterior, e nos encaminharam para a sala. Em um primeiro momento conversei com Juliana, nos apresentamos e situamos na cidade, expliquei de forma mais detalhada sobre o tema e os procedimentos da pesquisa e avaliamos seu interesse e disposição a partir de uma breve fala dela sobre sua história de vida. Em seguida encaminhei começarmos a entrevista de Pâmela, mas primeiro sugeri que a fizéssemos sós, sem a presença de Juliana, ao que Pâmela insistiu que a amiga poderia permanecer.

Disse à Pâmela que estava interessada na história de vida dela e também em episódios de violência que ela tenha vivido ou vivenciado desde a infância, mas a partir do seu desejo durante a entrevista. Pedi então a Pâmela que se apresentasse como havia feito em nosso encontro anterior – quando Pâmela se definiu como uma encenqueira. Pâmela retoma a apresentação dizendo que se chama Pâmela, tinha 27 anos e um filho de 10 anos. Conta que nasceu em São Leopoldo e foi criada na Vila Brás e que teve pouca infância com a mãe. Relata que foi abusada pelo pai aos 07 anos, quando ele “*tentou passar*” as mãos nela. Na ocasião foi *recolhida* pelo Conselho Tutelar. A partir de então, Pâmela cresceu na Casa Aberta, na Feitoria, até a adolescência quando conheceu o pai de seu filho – o que não

impediu de ter sido estuprada aos 12 anos em uma praça central da cidade, na ocasião de uma de suas fugas da instituição.

Aos 17 anos, Pâmela engravidou do namorado e então viveu com ele por pouco mais de um ano, quando o companheiro foi apreendido por tráfico e encaminhado para a FASE, na época com 16 anos. Pâmela então relata que quando ficou sozinha passou a se alcoolizar. Depois de 2 anos, quando o companheiro voltou para casa, ela teria tido uma fase sem beber. Julga que tinham uma boa relação, mas que frequentemente brigavam e ela o agredia fisicamente. Diz que os motivos das brigas eram porque “*ele era muito galinha e ficava com outras meninas*” até na sua presença. Uma das vezes Pâmela teria dado tiros para cima atrás dele, mas ele, apesar de “*se avançar*” nela, nunca a agrediu. Até que um dia, nas suas palavras, “*o amor foi acabando*” e ele rompeu o relacionamento. Teria sido preso novamente outras vezes e não a procurou quando solto, e ela teria aceitado bem a situação. Na ocasião da entrevista, Pâmela comenta que recentemente ele teria procurado sua mãe e dito que gostaria de voltar com Pâmela, mas que ela não reataria porque era apaixonada por Gustavo. Também tem medo de manter uma relação de amizade com o ex, já que Gustavo, o atual companheiro, é muito ciumento.

Pâmela então conta que com as prisões do ex companheiro vivia na rua e nas festas, gastando o que tinha com drogas e álcool, tendo vendido seu carro pra isso e deixado sua casa como pagamento de dívida do tráfico. Em função disso também teve pouco tempo de convívio com o filho, que vinha sendo criado pela avó, para quem teria passado a guarda devido a uma intervenção do Conselho Tutelar. Com isso, aos 18 anos, quando começou a viver nas ruas, Pâmela trabalhava na prostituição. Diz que nunca sofreu nenhum tipo de violência atuando como prostituta, mas que algumas amigas sim e que, inclusive, havia o caso de um cliente que buscava as mulheres nessa região e levava para algum lugar distante e isolado e as espancava ou que até mesmo dava pauladas nelas na rua onde trabalhavam. Pâmela conta que pouco antes de parar de trabalhar na prostituição foi impedida por outra trabalhadora sexual de subir ao carro dele, acenando pra ela da outra esquina e avisando que não entrasse no veículo.

Pâmela trabalhou durante anos na prostituição, até que conheceu Gustavo, o atual companheiro. Desde então frequentam o albergue e o Centro Pop, de onde Pâmela é suspensa com frequência. Segundo ela, por falar demais acaba arrumando briga com outros/as usuários/as do serviço ou tem surtos em que quer quebrar tudo no albergue. Além disso, conta que tem uma medida protetiva contra Gustavo, apesar de viverem juntos. Um dia após a entrevista, Pâmela teria uma audiência de acolhimento e, no dia que segue, seria a audiência

de Gustavo. Ela dizia que queria retirar a medida, contando que já teve outras contra Gustavo, sendo uma delas em Florianópolis, onde estiveram de passagem em um Réveillon de 2019. Segundo Pâmela, ela mesma estaria agredido Gustavo, que pediu ajuda parando uma viatura na rua, situação em que foi preso. Pâmela relata vários outros episódios, incluindo um no albergue municipal de São Leopoldo, onde Pâmela teria apanhado de um brigadiano que foi até lá atender uma ocorrência devido à sua agressividade, quando estaria quebrando as coisas. Na ocasião, o brigadiano teria a chamado de várias ofensas e dado chutes nela. Em outro momento, disse também que tinha medo de acontecer consigo o que foi feito com Bárbara Muniz, quando estava sozinha pelas ruas.

A essa altura da entrevista, Pâmela começou a ficar desconfortável, agitada e parecendo intolerante com a situação, comigo e com a amiga que havia levado para a entrevista. Eu percebi que havia algo errado, pois já tínhamos conversado em outro momento, sem gravação, e ela estava bastante entusiasmada por participar. Perguntei se ela queria parar a entrevista e Pâmela assentiu, dizendo que já era o suficiente. Gustavo já aguardava Pâmela na frente do Ginásio Municipal. Depois desse encontro, meu contato com Pâmela foi diminuindo paulatinamente. Gustavo me tratava com muita desconfiança e Pâmela insistia em fazer parte da etapa dos diários e carregá-los consigo, assim como os documentos de consentimento da pesquisa. Eu argumentava com Pâmela que me parecia arriscado para ela – e entendia que para mim mesma e os demais mediadores, como Seu Nilson, Juliana e Gisa, também seria arriscado caso Gustavo tomasse conhecimento do tema da pesquisa que Pâmela vinha participando. O casal também vinha passando por frequentes crises que envolviam o alcoolismo. Pâmela então, por um lado, via a pesquisa como algo positivo pra si, queria falar, compartilhar sua história, ser reconhecida e buscar meios de contribuir no combate à violência contra as mulheres, como conversamos no nosso primeiro encontro – não para si, mas para outras mulheres, sempre pontualmente, porque Pâmela reconhecia a si como agressora, não a Gustavo. Por outro lado, Pâmela tinha sua saúde mental abalada, era instável e se tornava agressiva frequentemente. Todos a culpavam. Decidi conversar com Pâmela.

Fui até o Centro Pop e levei um material para presenteá-la, porque demonstrava muito interesse em escrever. Fiz um kit com caderno, estojo e canetas. Quando cheguei ao Centro Pop Pâmela ainda não estava. A equipe de servidores pediu pra conversar comigo, queriam saber sobre a pesquisa e falar sobre a condição de Pâmela. Nesse meio tempo Pâmela chegou e abriu a força a porta, gritando que a equipe falava mal dela para mim, estava ao mesmo tempo rindo e visivelmente brava, alterada. Conversamos e tentei tranquilizá-la. Dei a ela o material, que guardou na bolsa. Ao mesmo tempo pedia que eu não acreditasse nos demais,

pedia para continuar participando, dizia que sabia que eu a deixava porque estava com medo de Gustavo, mas que ele não me faria nada. Então Pâmela volta até a porta, pede um minuto e sai aos gritos. Fomos para a rua onde encontramos Pâmela e Gustavo brigando e se deslocando para a ponte do Rio dos Sinos que fica ao lado do Centro Pop. Eu fiquei muito nervosa e estranhei como todos assistiam com ar de naturalidade a cena, como se nada estivesse ocorrendo – porque era algo habitual. Ele havia pegado a bolsa de Pâmela e ameaçava jogar no rio. Foi o que fez. Depois correu em sentido ao centro e Pâmela voltou chorando muito. Dizia que ele a deixava louca. Que ele tinha ciúmes, a acusava de flertar com outros homens e que ela não voltaria pra ele. Estava muito triste porque ele havia atirado sua bolsa no rio com o único dinheiro que possuía, além de seus documentos e da caixa de balas que ela havia comprado para vender na sinaleira. Ainda sofria porque estavam na bolsa o caderno e o estojo recém-ganhado e que Gustavo queria a impedir de falar comigo quando chegaram ao local. Pâmela queria muito brigar, estava em crise. Sugeri que saíssemos dali e na medida em que ela se acalmava disse a ela com firmeza que não a levaria até Gustavo porque notei que essa era sua intenção. Demos algumas voltas de carro, junto de Juliana. Depois voltamos ao abrigo e combinei com Pâmela que conversasse com uma psicóloga. Pâmela teve um acolhimento *online* com Manu, uma das psicólogas voluntárias na pesquisa. Deveriam ser mantidas algumas sessões, mas Pâmela e Gustavo novamente se desorganizaram, ela chegando a ser suspensa do CREPRAR – Centro de Referência para a População de Rua. Mantive algum contato pelas redes sociais onde se vê que eles permanecem com a dinâmica de términos e retornos do relacionamento, divulgando as crises no *facebook*.

2.3. “Não foi o fim do mundo, mas acabou comigo” – etnografando feminicídio através dos diários solicitados e da autoetnografia

Até aqui relatamos os casos em que não foi possível produzir os diários solicitados. Mas houve três casos em que eles foram escritos. Os três com elementos semelhantes: as três autoras tinham nível de escolaridade superior completo. Duas delas tinham acesso continuado a tratamento terapêutico particular. Todas estavam em ambiente ou situação relativamente segura quando da escrita dos diários e moradia relativamente estável. Todas elas já não se culpavam pela violência sofrida, tinham medida protetiva ativa contra seus agressores e estavam bem informadas sobre seus direitos, no que diz respeito à violência contra a mulher.

Todas tiveram dificuldade emocional de produzir o diário, sendo que escreveram “*de uma só vez*” e se recusaram a retomar o conteúdo do diário devido ao sofrimento mental – com exceção do meu próprio, uma vez que precisei retomá-lo para análise durante a textualização da pesquisa.

A primeira delas foi Sara que, paralelamente ao caso de Pâmela, me fez analisar meus passos junto às participantes de casos limítrofes. Quando conheci Sara havia um ar de insegurança na vizinhança, no seu trabalho e na sua própria casa. Recebida no interior da casa de Sara descobri que podíamos estar sendo vigiadas naquele mesmo momento. Sara foi indicado pelo PAAS da Unisinos após ter sido acolhida pelo serviço devido estar em plena situação de violência de gênero cometida pelo ex companheiro. Sara foi mais uma das pessoas, além de Seu Nilson, com quem desenvolvi uma amizade íntima nos últimos anos, o que também está relacionado com nossa experiência com a violência sofrida.

Sara, trinta e poucos anos, é do interior do estado, mas já vive há mais de dez anos em São Leopoldo. Veio acompanhada do ex marido, com quem manteve o relacionamento desde a adolescência por 18 anos, deixando a família e um filho na cidade natal. O casamento terminou amigavelmente e Sara permaneceu na casa em um pequeno condomínio fechado na Feitoria. Mas a vida de Sara ocorre em outra cidade, onde trabalha como técnica de enfermagem e tem experiência na área da saúde mental. Foi neste trabalho que Sara conheceu Paulo, um ex colega na casa dos sessenta anos, que estaria se divorciando e em vias de se aposentar do trabalho como motorista da SAMU.

Sara conta que Paulo tinha fama de ser *mulherengo* e *infiel*, mas era muito persuasivo e romântico e que assim que se disse separado da esposa assumiram um relacionamento. Na ocasião Paulo também teria se aposentado, o que coincidia com a pandemia por COVID-19 e o risco de continuar atuando na área. Paulo então passou a morar com Sara quando, logo no início, ela soube que ele mantinha um relacionamento com a ex companheira. Foi nesta ocasião que tiveram a primeira briga, ficando separados por uma semana. Nestes dias que passaram Sara relata no diário que Paulo tentava insistentemente reatar o relacionamento. Para tanto ele ligava constantemente, procurava amigos em comum para conversar, mandava flores e ia até sua casa, até que Sara aceitou reatar. Foram meses então que, segundo Sara, ele se demonstrava muito cuidadoso, atencioso e carinhoso com ela, porém sempre mantendo casos extraconjugais. A situação mexeu com Sara ao ponto de ficar obcecada, vigiando-o a maior parte do tempo que podia e vivendo sob uma tristeza profunda. Sara relata que neste período passou a ter ideação suicida e, vindo de uma experiência de três anos como trabalhadora de um CAPS, deu-se conta de que o que vinha causando essa mudança brusca

em sua vida era o relacionamento que já não servia. A este ponto, Sara conta que começou a colocar em prática tudo que aprendeu sobre saúde mental.

Assim que Sara decidiu separar-se Paulo começou a apresentar sintomas de Covid-19, o que fez com que ela postergasse o rompimento. Passadas duas semanas cuidando de Paulo e superado o período de isolamento, Sara rompeu com o parceiro, pedindo que ele se retirasse de sua casa. A autora diz que imaginava o que aconteceria dali em diante, mas que estava enganada porque não esperava pelas agressões. Logo após o término Paulo tomou as mesmas atitudes da vez anterior... Mandava flores, entrava em contato por mensagens e ligações, pedia a amigos e conhecidos que conversassem com ela. Com o passar dos dias e sua recusa em reatar o relacionamento, Sara relata que Paulo começou a tomar comportamentos mais agressivos.

Paulo começou a compartilhar com Sara fotos e áudios de mulheres com quem estaria se relacionando. Depreciava a imagem e o comportamento de Sara, com fins de atacar sua autoestima. Dizia que Sara *se achava demais*, mas que *já não era mais tão nova* e que as mulheres com quem se relacionava eram muito mais jovens que Sara. Paralelamente, pedia ajuda a Sara, dizia que tinha problemas financeiros, familiares e continuava mandando flores para sua casa e trabalho. Ligava para o pai de Sara várias vezes ao dia, dizendo que sabia que Sara não tinha outra pessoa e que ele poderia cuidar dela. À medida que passavam os dias e Sara não cedia, Paulo tentava outras estratégias. Uma das vezes visitou o condomínio que morava Sara com a desculpa de que veria um amigo e tentou entrar à força pela porta da casa de Sara, indo embora apenas quando ela, segurando a porta, ameaçou chamar a polícia.

Depois disso Paulo começou a cercar Sara por terceiros. Mandou fotos íntimas sua para um vizinho, amigo de ambos e procurou seus colegas de trabalho dizendo que não tinha mais nada a perder, que mataria Sara com um tiro na cabeça e se suicidaria. Dias depois começou a ameaçar os colegas de trabalho, afirmando que mataria Sara e quem mais estivesse pelo caminho. Os colegas de Sara decidiram então intervir, levando o problema para a coordenadora do CAPS que teria informado a secretaria de saúde e levado Sara até a delegacia, onde foi iniciado o processo e o requerimento de medida protetiva contra Paulo. Também foi emitido um mandado de busca e apreensão de uma arma para a casa da mãe de Paulo, onde ele estaria residindo. Na ocasião, o irmão de Paulo teria ligado pra Sara dizendo que, em função do constrangimento que ela fizera a família passar, ele mesmo arrancaria a cabeça de Sara com um facão, fazendo com que mais uma vez Sara tivesse que retornar à delegacia e pedir uma nova medida protetiva, desta vez contra o ex cunhado.

Paulo então começou a utilizar as redes sociais para atacar Sara. Postava fotos antigas do casal ou apenas de Sara a ofendendo e afirmando que conhecia os horários de Sara, relatava seu itinerário de idas e voltas do trabalho e afirmava que ela pagaria por todo mal que estaria fazendo a ele. A capa de uma das contas do *facebook* de Paulo era ocupada pela foto da fachada da casa de Sara, tirada do lado de fora do portão. Utilizava redes sociais e telefones de terceiros para entrar em contato. E na delegacia afirmava não se lembrar do que havia falado ou feito porque estaria em surto psicológico.

Sara relata que registrou seis boletins de ocorrência, incluso os descumprimentos de medida protetiva e as ameaças de morte. Afirma ainda que os policiais que a atendiam lidaram de forma leviana, dizendo que ela deveria viver sua vida. Quando Sara voltou à delegacia para denunciar a ameaça sofrida pelo ex cunhado, foi atendida pelo policial que investigava seu caso que contou a ela que Paulo teria ido prestar queixa fardado com o uniforme da SAMU. Sara contou então que ele já não atuava mais na SAMU e estava aposentado. O policial disse que não sabia, que pensava que quando compareceu à delegacia para prestar depoimento Paulo vestia a farda dos socorristas porque poderia estar em um intervalo do trabalho. Em meio a tantos acontecimentos, Sara conta que foi atendida pelo PAAS e encaminhada ao Centro Jacobina que, por sua vez, teria contatado o juizado para agendar uma audiência presencial. Segundo Sara, o mandado de intimação dizia se tratar de uma audiência de conciliação e que em caso de novo descumprimento de medida protetiva Paulo teria sua prisão decretada. Paulo não compareceu à audiência, mas foi encaminhado pela juíza para participar dos Grupos Reflexivos de Reeducação das Relações de Gênero promovidos pela ONG Ponto Gênero.

Já são quase dois anos do término de Paulo e Sara e ele ainda manda presentes para seu trabalho, além de ter feito amizade com uma paciente que frequenta o local onde Sara trabalha, mandando mensagens e contando histórias sobre eles para a usuária. Sara desistiu de brigar contra Paulo através dos serviços, julgando que foram não apenas levianos, mas revitimizadores. Segundo Sara, como voltaremos a comentar no próximo capítulo, em uma das visitas da Patrulha Maria da Penha à sua residência um dos policiais a assediou, dizendo que ela ainda era nova e bonita e deveria deixar a situação pra lá e sair pra se divertir, além de deixar seu número pessoal como contato, caso ela quisesse conversar.

Nas últimas páginas do diário, Sara relata como lidou com a situação vivida, destacando o auxílio profissional que teve para identificar e enfrentar crenças e necessidades que a limitavam como pessoa e implicaram o relacionamento que empenhou com Paulo, procurando por proteção e cuidado. Relata como a violência psicológica a desestruturou ao

ponto de enxergar em si uma pessoa que ela mesma não conhecia. Sara almeja tirar disso um proveito, um aprendizado, para que cuide melhor de si mesma e seja mais esperta com quem se relaciona.

Sara foi a primeira autora a entregar o diário, cerca de três meses depois da primeira entrevista, quando a encontrei sua vida mais estável, sua consciência mais madura e uma expressão bem mais forte. Nos encontros anteriores, Sara se culpava muito, mas neste já tinha elaborado e digerido melhor os acontecimentos. Contudo, identificava que teria chegado ao limite daquilo que poderia ter avaliado e manejado sem apoio especializado referente à sua experiência com a violência e, na ocasião, sugeri que Sara conversasse com uma psicóloga voluntária da pesquisa, uma vez que o serviço não fora ofertado pela rede de enfrentamento.

Em outra cidade, enquanto Sara estava em posse e no processo de produzir seu diário, Andressa, uma amiga próxima, vivia em plena violência de gênero. Eu não tinha conhecimento da situação, mas meses antes acompanhei o início do relacionamento. Andressa, uma mulher negra, bissexual, na casa dos trinta anos, em situação de vulnerabilidade econômica e psicológica, sozinha em uma cidade sem família e amigos, iniciou um relacionamento com Luís. Andressa conheceu Luís na rua, enquanto cuidava dos trâmites de cadastro na nova empresa em que iria trabalhar. Luís teria se aproximado embriagado, conversando e brincando com todos na volta que, por sua vez, diziam que Luís vivia nas ruas e em situação de alcoolismo, mas que não era má pessoa. Andressa enxergou em Luís uma companhia e ambos se aproximaram rapidamente.

Nos próximos dias encontraram-se novamente nas ruas e Luís a pôs em contato com sua mãe que falou bem dele e contou que era muito sofrido de outras relações, sugerindo que Andressa seria a pessoa capaz de tirá-lo da situação em que vivia. Ambos começaram então a investir nesse relacionamento. Luís disse a ela que pararia de beber e arrumaria um emprego, o que fez em alguns dias, aparentando estar melhor. Decidiram então morar juntos, quando um dos filhos de Luís, adolescente, entrou em contato relatando que teria sido abandonado pela mãe. Andressa, tocada pela situação por ter passado por algo semelhante na infância, propôs que trouxessem o menino para morar junto. Luís e Andressa alugaram uma casa e ela se responsabilizou pelo enteado, matriculando-o na escola e criando rapidamente uma relação de afeto com o adolescente. Neste meio tempo, Andressa mudou-se duas vezes com a nova família. A primeira porque a casa em que morava era emprestada e pertencia a um familiar. Na segunda porque descobriu que a casa em que recém moravam tinha sido recentemente um ponto de venda de drogas, julgando não ser um bom ambiente para todos. Então se mudaram para uma terceira casa, onde o comportamento de Luís mudou subitamente.

Andressa conta que ambos trabalhavam e, chegando do trabalho, Luís ficou bravo por não ter companhia nem do filho nem da parceira para assistir a um filme, pois ambos estavam cansados da rotina diária. Luís, no primeiro momento, começou a xingar o filho, tomando um comportamento que Andressa ainda não conhecia, o que fez com que ela o repreendesse e ele, em seguida, saísse de casa batendo a porta. Horas depois Luís voltou alcoolizado, atacando o filho com palavras e gestos violentos e obscenos e gritando que ensinaria o filho “*a ser homem*”. O filho então protegeu Andressa, pedindo que o pai não gritasse com ela. Luís o acusou de estar apaixonado pela madrasta. Em choque, a família pediu que Luís se retirasse da residência. Com a saída de Luís, seu filho confessou a Andressa que o pai o proibiu de contar antes, mas que um dos motivos da separação dos pais foi o alcoolismo acompanhado de violência doméstica. Luís já teria agredido a mãe de seus filhos e também outras ex parceiras. O menino pediu que Andressa chamasse a polícia antes que o pai voltasse, porque temia que ela fosse mais uma vítima.

Quando Luís voltou estava ainda mais agressivo, mas Andressa já estava em companhia da polícia. Luís acusava um dos policiais de estar ali para “*pegar sua mulher*”. Luís foi retirado da residência pela polícia e pediram a ele que não retornasse ao local. Andressa, por sua vez, se sentia envergonhada. Relata que decidiu não prestar queixa para evitar o constrangimento de ir até a delegacia, pois além de nunca ter passado por isso, pensava que a situação teria sido suficiente para que Luís não retornasse a casa. Horas depois, na mesma noite, Luís retornou e tentou arrombar a porta. Com a recusa de Andressa em deixá-lo entrar, Luís invadiu a casa após destruir uma janela, gritando que “*ele quem mandava*” e que “*faria o que quisesse*”. Andressa fugiu aos gritos com o enteadado, escondendo-se atrás de um móvel, o que impediu que Luís os encontrasse e possibilitou que novamente ela chamasse a polícia. Nesse meio tempo, Luís os cruzou e perguntou ao vizinho, no mesmo pátio, se eles se encontravam naquela casa. Quando Andressa viu as luzes da viatura, correu na rua pedindo socorro e Luís estava sobre sua bicicleta e com expressão de surpresa, como se não soubesse do que se tratava a cena e a chegada dos policiais – nas palavras da autora do diário, o parceiro aparentava “*totalmente frio e calculista*”. O filho de Andressa relata que Luís ficou mais de meia hora dentro da viatura e ao chegar à delegacia, Andressa ouviu seus gritos e percebeu que ele havia sido agredido pelos agentes.

Andressa relata que a delegada perguntou como Andressa estava e o que havia acontecido. Após o relato, perguntou se Andressa queria prestar queixa. A autora disse que não, que não queria ter de provar o que aconteceu e passar por um processo. A delegada então contou a Andressa que Luís já tinha três denúncias relacionadas à Lei Maria da Penha e que

dessa vez tinha sido preso em flagrante. Que apesar das outras mulheres não terem mantido o processo, essa era uma escolha de Andressa. Andressa disse que apesar de não ter sido agredida e de entender que a legislação não o impediria de invadir a sua casa novamente, de fato, preocupou-se com as mulheres que viriam depois dela, seguindo adiante com a denúncia. Luís foi mantido preso poucos dias, devido a ser a primeira apreensão, mas dias depois quebrou a medida protetiva indo até o trabalho de Andressa. Andressa retornou à delegacia registrando o descumprimento e então na mesma semana Luís fora encarcerado. Antes que fosse preso, Luís encontrou o filho em uma loja e mandou por ele um recado para Andressa: *que ela fizesse um exame de sangue porque ele teria deixado uma surpresinha*. Luís ficou encarcerado poucos meses e tempos depois tentou se reaproximar de Andressa através das redes sociais. Andressa relata que algumas vezes ignorou e na última tentativa o denunciou, informando o ocorrido. Desde então Andressa não tem notícias de Luís.

Assim como Sara, Andressa ficou bastante debilitada psicologicamente. Procurou diferentes fontes de ajuda psicológica, psiquiátrica e espiritual. Além disso, precisou enfrentar uma bateria de exames para IST's, além de testes de gravidez, com medo do que Luís quis dizer com aquele recado. Conta que estava isolada de amigos e familiares e que teve que lidar com seu trauma sozinha e longe de todos/as que a conheciam. Teria desabafado com a enfermeira que a atendia e com o próprio enteado, que seguiu morando com ela até que passou a apresentar problemas com drogas relatados pela vizinha de Andressa. Andressa conta que então encaminhou o menino de volta para a família materna e, apesar de ser grata por ele ter a protegido, foi diminuindo o contato em função de o vínculo ser desconfortável.

Andressa relata ainda outras situações pontuais em que foi vítima ou observou a violência de gênero na sua vida. Quando criança um vizinho da avó teria passado as mãos no peito de Andressa na presença da avó que ficou sem reação. No início da adolescência um vizinho adulto teria apostado com Andressa uma brincadeira em troca de chicletes, pedindo que ele fosse a casa dela buscar. Andressa não o encontrou em casa e depois soube que ele estava foragido por ter abusado de uma amiga sua. Já adolescente Andressa ajudava uma amiga da dinda a cuidar do bebê. Em uma das idas a casa desta vizinha, seu marido assediou Andressa em uma área de mato, no meio do trajeto. Andressa nunca mais retornou naquela casa. Na mesma época, o pai de Andressa teria dado carona pra um casal numa viagem. Na ocasião, o homem sentado ao lado dela passou a viagem inclinando-se de costas para ela, mas com uma mão na sua perna. Andressa viajou com medo – *congelada*, como disse – e contou ao pai quando chegou a casa, que brigou com ela por não ter contado antes.

Por fim, Andressa conta que tinha muito carinho pelo avô e que em uma ocasião a avó disse *“até me estuprar ele já estuprou, ouvia as coisas na fábrica e estava em mim”*. Andressa ficou muito abalada com a situação e seus pais tentaram relativizar, dizendo que na época que a avó relatava a memória estupro marital não era considerado um crime e que Andressa precisava distinguir o conflito entre os avós do que seu avô, que estava adoecido, era para ela. Andressa disse que acabou se afastando de ambos por um tempo. Do avô por não aceitar aquela nova informação e da avó por ainda cuidá-lo com carinho depois de ter vivido aquela violência.

Andressa encerra seu diário com uma reflexão sobre superação. Aposta no tratamento terapêutico para lidar com estes traumas, mas diz que ainda se sente constrangida em tratar sobre tais situações, esforçando-se para que sejam definidas como algo que aconteceu com ela e não como algo que define a pessoa que é. Eu, amiga próxima de Andressa, disse a ela que achava perigoso o relacionamento com Luís, logo no início, o que fez com que nos afastemos por um tempo. Eu não entendia como Andressa, uma mulher e acadêmica que dominava o tema da violência de gênero, estabelecia um relacionamento com tantos riscos. Andressa chateou-se por eu não apresentar apoio. E foi nesta mesma lógica que, enquanto Andressa lidava com tantas violências sozinha, eu mesma me tornei uma potencial vítima de feminicídio quando, apesar de dominar o tema, também me encontrei só. O próximo diário é de minha autoria e vou chamar a autora de Kate, na terceira pessoa, para fins estilísticos na textualização e exercício metodológico de neutralidade.

Escrever o diário foi um processo autoetnográfico. A autoetnografia, para dentro do universo etnográfico, deve ser visto como uma técnica complementar tanto quanto os diários solicitados, e nem como fins em si mesmos. Descobri a etnografia quando, já me encaminhando para o fim do doutorado, precisava tornar minha experiência recente e vigente, de quem estava em plena situação de violência de gênero, algo novo. Ou seja, algo útil para mim, enquanto mulher entranhada no trauma, e para o mundo, enquanto pesquisadora do tema. Como diz Santos (2017), este processo se inicia com a existência e o relato da experiência pessoal do/a pesquisador/a, passa pelas tomadas de sentido referentes à problemática e à reflexividade em que se produz essa experiência.

Kate, de 29 anos, mulher branca, cis, bissexual é mãe de uma menina pequena e moram na Feitoria, em São Leopoldo, mesmo bairro em que cresceu. É licenciada e mestra em História, cursa doutorado em Ciências Sociais e estuda sobre violência de gênero e feminicídio. Kate relata que decidiu escrever o diário quando se deu conta de que participou da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres durante dois anos e desde diferentes

papéis, como se contornasse uma esfera. Teria acessado a rede como pesquisadora, depois enquanto representante da UBM, em seguida compondo o cargo de Primeira-Secretária do COMDIM. Paralelamente palestrou para a rede e servidores/as municipais sobre o tema de *violência psicológica contra a mulher*. Paulatinamente, Kate se afastou de todas estas funções devido a ter sua saúde mental abalada, no mesmo período em se separou de um longo relacionamento e passou a morar só com a filha.

Neste período, entrou na sua vida Bruno. Kate diz que Bruno a conheceu quando estava no auge de sua história na vida acadêmica e na militância feminista e a tornou uma usuária dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência de São Leopoldo. Relata já no início do diário, produzido logo em seguida do término do casal, que Bruno a teria tornado violenta, além de ter lhe violentado.

Kate organizou seu diário entre experiências com a violência de gênero antes e depois de conhecer Bruno, explicando que apesar de ter vivenciado violências em outros momentos, considerou a última mais expressiva na sua vida e *significativamente encaixada na violência doméstica*. Relata que não conhece nenhuma mulher que nunca tenha sofrido algum tipo de violência de gênero. Quando criança bem pequena, Kate relata que teria presenciado violências de gênero de tipo físico, psicológico e moral dentro de casa. E na medida em que crescia não recorda ter visto outras, mas tinha conhecimento de amigas e familiares que teriam sido agredidas de várias formas, incluindo uma prima mais velha que fora assassinada ainda jovem pelo ex-companheiro. Destaca ainda algumas situações mais marcantes entre a pré-adolescência e a adolescência, quando colegas e vizinhos mais velhos, e até mesmo policiais militares que circulavam pelo bairro periférico, a assediavam nas ruas. Relata que recorda a primeira vez em que foi chamada de *vagabunda* aos 12 anos. E diz que dessa idade em diante *você é facilmente definida por amigos/as, familiares e conhecidos por vagabunda*.

Kate conta que não recorda a exata faixa etária, mas que ainda bem jovem ouviu pela primeira vez o nome do Centro Jacobina que atendia na época uma tia. E que além dessas conversas que ouvia entre adultos, nunca fora dirigida sobre orientação sobre violência contra a mulher. A mãe e a escola a orientavam sobre violência sexual, mas não especificamente sobre violência doméstica. Para Kate, era como se os casos que conhecia *fossem de extremo sigilo* e hoje reconhece que os casos que presenciou na própria família influenciaram sua forma de se relacionar com homens. O primeiro deles durante a adolescência, relatando sua relação com um garoto mais velho. Kate conta que namoraram por anos e aos 17 anos deu-se conta de que muitos de seus gostos não eram seus, pois ele gostava de controlar o que ela vestia e consumia. Kate então começou a reagir contra namorado que também seria *filho da violência*

doméstica. Quando começou a emitir opiniões próprias, inclusive contra o desprezo do namorado por mulheres, começaram os conflitos. Gustavo, o namorado, começou atacando uma amiga de Kate, uma adolescente mais jovem e mais vulnerável, que tinha muito medo. Kate então rompeu com ele quando moravam juntos em outra cidade, longe da família e de amigos. Até que conseguisse sair de casa, por cerca de 4 meses, Gustavo a agrediu psicológica, moral, sexual e fisicamente. Quando Kate conseguiu uma moradia estudantil e mudou de cidade, Gustavo continuou a perseguindo por um tempo. Kate anos depois, já mãe e ainda sentindo culpa pelo término tumultuoso, soube que apesar de Gustavo ter se tornado um professor dito pró-feminista e de esquerda, ele teria repetido suas ações com outra companheira, violentando-a também financeiramente.

É perceptível como a letra, a abordagem e a escrita de Kate mudam a partir desse relato, comentando ela mesma a dificuldade de escrevê-lo. Kate passou meses sem retomar a escrita desde que conta sobre sua história de violência doméstica com Gustavo. Retoma a escrita explicando esta pausa. Sentia-se culpada pela situação de violência com Bruno, teve memórias confusas de infância recuperada pela mãe e tentava lidar terapeuticamente com o trauma. Sentia-se culpada por ter violentado Bruno, mas confusa por ter agido de tal forma pela primeira vez na vida. Recupera um fala do seu psicólogo na escrita: *a forma como interagimos é relacional*, e se questiona através de um subtítulo chamado *O que aconteceu?* A partir disso, Kate relata em 24 páginas escritas *de uma só vez* sua história de violência com Bruno.

Kate conta que enquanto esteve com Bruno houve um movimento progressivo de violência de psicológica. Que logo que iniciou o relacionamento certificou-se na delegacia de que Bruno não tinha nenhum registro de violência doméstica e confiou nele mesmo de que nunca ocorrera. Entre seu primeiro encontro e o dia da agressão há o período de um ano. Kate relata que Bruno saía de um relacionamento violento e uma vida vulnerável, enquanto ela se via desestabilizada financeira e mentalmente, mas que *gritava o mito do amor romântico*. Bruno desde o início do namoro demonstrava um ciúme intenso. Houve ao longo do relacionamento muitas brigas pela presença de homens em locais que frequentavam ou pelas tentativas de Kate de estar sozinha com amigas ou com os próprios pais. Isso foi se tornando críticas a suas roupas, maquiagens, brincos, biquínis etc. Passou a criticá-la até por sair na frente de casa. Houve episódios de ciúmes com a própria filha ou com o pai de sua filha. Depois se iniciaram brigas em função das redes sociais, de postagens ou fotos.

Quase tudo era motivo de insegurança para Bruno. Começaram então alguns momentos mais tensos, como agressões físicas tidas em seguida como brincadeiras, mas

sempre acompanhadas de alguma crise de ciúmes do parceiro. Em um desses dias, isso ocorreu logo após Bruno ameaçar de Kate de morte, caso soubesse que estava sendo traído. Houve poucos tempos de paz na relação. Kate, debilitada por uma depressão severa e sem apoio de amigos ou familiares, apesar de seguidamente reagir às agressões de Bruno, relevava a situação justificando que havia coisas boas no parceiro. Um ano depois, Kate disse ao terapeuta, de quem Bruno também sentia ciúmes, que sua vida estava um caos e que se sentia obrigada a lidar com estas situações que tinha criado, mas não achava justo que a filha também passasse por elas. O psicólogo respondeu que era *curioso como Kate não percebia que ela mesma não merecia aquilo*. Poucos dias depois veio o estopim da relação. Kate procurou ajuda na Igreja em que cresceu, pois acreditava estar passando por uma crise depressiva e quando chegou a sua casa Bruno brigou por ciúmes do padre, não queria que ela voltasse à Igreja. Kate terminou o relacionamento nesta briga.

O rompimento iniciou um novo ciclo de violências. Kate tentou um término amigável, para evitar maiores transtornos com o ex companheiro. Bruno passou uma semana perturbando-a psicologicamente intensivamente e envolvendo outras pessoas na situação, tentando provocar ciúmes a Kate. Kate se recusava a reatar o relacionamento e ele dizia não aceitar que ela não estivesse sofrendo com a situação. Foram dias de muito conflito, até a primeira noite que Kate o agrediu, expulsando-o de sua casa aos chutes e pontapés. No outro dia, conversaram novamente. Bruno tinha perdido o emprego e pedia ajuda a Kate, pedindo desculpas pelas confusões que teria causado. Na ocasião Bruno ligou para uma ex companheira, a tratando com extrema violência verbal e psicológica, na intenção de agradar a Kate. Meses depois Kate soube que ele havia perdido o emprego por ter violentado verbal e psicologicamente mulheres no trabalho. Kate diz se dar conta de que Bruno era um misógino com tanto poder de manipulação que nunca tinha dito coisas daquele tipo na sua presença. As agressões psicológicas e morais que sofria sempre relacionavam culpa dela mesma e compaixão por Bruno. Na ocasião da ligação para a ex companheira, Kate exigiu que ele se retirasse do seu carro e não a procurasse mais. Foi quando começou a pior briga que tiveram, ele tomando controle do carro, tomando o celular dela pra si e tentando se deslocar para uma via federal, e ela tentando parar o carro e se proteger. Ela, tentando obrigá-lo a descer do carro, o agrediu. Ele disse que caso se repetisse, ele a agrediria e ela insistiu que então ele descesse do carro. Minutos depois Bruno a socou no rosto, segundo ele por ter sua masculinidade ofendida.

Estavam em uma rua escura à beira da BR 116. Na mesma hora Bruno mudou o tom de voz e comportamento e tentou convencê-la de que não a teria agredido e que, em verdade,

ela estaria insana. Só desceu do carro porque Kate retomou seu celular e discou para a polícia. Nas 24 horas que seguiram, até que saísse a medida protetiva, Bruno enviou mensagens para Kate e para amigos/as e familiares contando diferentes versões da história. Na maioria delas estaria protegendo a si mesmo, contendo a Kate. E na última delas, em uma mensagem para a própria autora, disse que não pretendia atingir seu rosto, mas seu ombro e nunca a teria agredido propositalmente. Na ocasião, Kate entrou em contato com a ex companheira de Bruno, contando que havia presenciado a ligação, perguntando como ela estava e se ele já teria lhe agredido. Em um primeiro momento a ex companheira negou qualquer agressão, depois dizendo que apenas anos antes, no início da relação, ele teria a estapeado uma vez. No outro dia Kate fora à delegacia, acompanhada de uma amiga que trabalhava junto com o casal, e registrou o boletim de ocorrência, pedindo uma medida protetiva.

A partir deste marco na sua história, Kate relata durante 18 páginas os acontecimentos que sucederam a violência física que sofrera. Como mãe, Kate relata que precisou defender não apenas a si, mas à sua filha e ao direito de continuar cuidando-a, enquanto familiares e amigos/as questionavam suas condições em função da agressão. Foram dias defendendo sua sanidade mental e sendo culpabilizada por quase todos/as que a cercavam. No mesmo dia do ato, ouvira de uma pessoa próxima que ela teria deixado a situação de violência acontecer e que devia ter previsto que culminaria em agressão física. Foram muitas microagressões psicológicas e morais que ouvira, das mais comuns às outras participantes da pesquisa – como *“se você sabia do que ele não gostava, não deveria provocar ciúmes”*, *“se você não tivesse o agredido, isso não teria acontecido”*, *“não vou me envolver porque duvido que não reatem o relacionamento”*, *“você não devia ter denunciado, isso é briga de casal”*, *“você também pediu, né?”* e *“e por que não acabou antes?”* – às mais específicas que carregam representações de gênero, como *“você não é uma boa mãe”* (embora sua filha não tenha presenciado as agressões) e justificativas deterministas de que Bruno seria um agressor devido seu histórico de pobreza e vulnerabilidade social e, portanto, ela como estudiosa das Ciências Sociais deveria saber disso. Por sua vez, Kate conta que algumas vezes acusou Bruno de estar violentando-a psicologicamente e que, nas ocasiões, o parceiro se irritava, argumentando que não havia lhe atacado e nem gritado e que, portanto, não estaria cometendo nenhuma violência. Curiosamente, Bruno soube identificar e defender a vítima quando um amigo próximo vinha manipulando e ferindo a autoestima da companheira.

Neste contexto, houve poucas pessoas que apoiaram Kate. Em especial sua mãe, sua avó e uma vizinha, todas mulheres na casa dos 50, 60 e 70 anos com histórico de violência de gênero nas suas vidas. Kate, por sua vez, relata que aparentava estar forte e sentia muita

segurança sobre quais procedimentos tomar. Conta que os dias que seguiram após a medida protetiva foram uma longa batalha. Sentia que as pessoas, no geral, não sabiam como reagir. Algumas a olhavam com expressão de pena ou medo de conversar. Outras faziam comentários como os apontados no parágrafo anterior. Os amigos e colegas em comum do casal apoiavam que o casal reatasse, diziam que Bruno não era má pessoa e a acusavam de ele ter perdido o emprego em função da medida protetiva (um freelance eu faziam juntos em uma cervejaria). Mas, segundo Kate, também houve mulheres e homens a acolhendo e que não a tratavam como incapaz.

Kate relata expressivamente o impacto psicológico da situação de violência “*ao ponto de ficar sempre prestes a reagir ou fugir*”. Segundo a autora, foram dias e meses seguidos que tinha pesadelos, arrastava móveis em frente à porta de casa e do quarto, se assustava com barulhos na rua, observava os motoristas de carros na rua e, por vezes, dormia na casa de familiares e amigos/as. Além disso, assim que a vizinhança soube, houve diferentes reações. Um dos vizinhos passou a assediá-la e aterrorizá-la, com sua recusa, dizendo saber que estava solteira e sozinha em casa. Outros vizinhos se disponibilizaram a comunicá-la se avistassem Bruno na redondeza, mas negavam-se a acionar a polícia, uma vez que Kate reside em uma zona de tráfico de drogas. No local em que trabalhavam juntos, o patrão de Kate e Bruno recusou-se a removê-lo do grupo da equipe no *whatsapp*, insistindo em dizer que apesar de não incluir Bruno na escala de trabalho, era preciso tomar uma postura de diálogo com o agressor. Bruno ainda seguiu mandando mensagens para terceiros e perguntando sobre Kate, nitidamente monitorando-a. Além de ter sido visto em outro carro em sua rua, vigiando-a. Ou seja, Bruno quebrou a medida protetiva, o que Kate tomou conhecimento semanas depois, através do vizinho que o avistou e achou a conduta estranha, mas que até então não sabia do conflito. Este vizinho foi bastante prestativo e encontrou Kate na DEAM para prestar depoimento, uma vez que só assim seria registrado o descumprimento da medida. No próximo dia útil Bruno foi advertido que se houvesse mais uma tentativa de se aproximar ou contatar Kate seria expedido um mandado de prisão contra ele.

Kate conta que enquanto não se sentiu segura procurou todos os recursos que pôde. No primeiro mês foram quatro boletins de ocorrência, uma medida protetiva e um descumprimento aceito pelo juizado, que rendeu a advertência. Quatro meses depois, enquanto Kate escreve seu diário, conta que tinha pedido a renovação da medida. Kate fala sobre os serviços pelos quais passou, julgando que teve um atendimento privilegiado. Contudo, entende que isso não ocorreu porque recebia atenção personalizada, mas porque dominava os procedimentos e estava informada sobre seus direitos. Conta que quando teve

dúvidas esteve a ponto de se sentir *perturbando todos os contatos possíveis em busca de desdobramentos para as demandas* de seu caso. Esteve em contato com a Patrulha Maria da Penha, oficiais de justiça, o juizado da violência doméstica, além da escritã, da policial investigadora do caso e até mesmo com a delegada da DEAM. Kate escreve: “*Eu estava com medo. Por mim e por terceiros. E queria respostas*”. Esteve também nas escolas da filha, reforçando que apenas ela e o pai podiam buscar a criança na escola. Por fim, mais de um mês depois da agressão, Kate procurou o Centro Jacobina.

A autora retoma então sua porta de entrada na rede de enfrentamento como mulher assistida, que teria sido a DEAM. Relata que chegou à delegacia por volta das 16h, acompanhada de uma amiga. Um homem jovem, que aparentava ter menos de 20 anos, atendia grosseiramente na recepção, sem demonstrar empatia nem acolhimento para as mulheres que chegavam ao serviço especializado. O atendimento era por ordem de chegada e deviam preencher um formulário sem nenhum apoio ou orientação. Kate conta que teve apenas uma dúvida técnica sobre o formulário e o atendente foi expressivamente intolerante ao respondê-la quando pediu ajuda, tendo revirado os olhos. Por outro lado, Kate conta que quando foi chamada para o atendimento e que as policiais foram acolhedoras e gentis, tanto presencial, quanto remotamente em outros momentos. A Patrulha Maria da Penha, até a escrita do diário, teria ido quatro vezes à sua casa e entrado em contato por mensagem mais algumas vezes. Na primeira vez Kate não estava em casa, logo da denúncia contra Bruno. Na segunda e quarta vezes os policiais eram todos homens, estando uma agente no atendimento apenas na terceira visita. Conta que na segunda visita os policiais pareceram apenas cumprir agenda, buscando a assinatura de Kate, pois demonstraram desconhecer a quebra de medida e a advertência recebida por Bruno.

No dia em que prestou queixa, Kate conta que conheceu outra mulher que teria ido sozinha registrar um descumprimento de medida protetiva. Esta mulher contou que depois de seis anos em uma relação violenta, teve medo de ser morta e seu companheiro foi retirado do seu apartamento pela polícia. Desde então, esta mulher relatava que além de lidar com as ameaças e o descumprimento da medida, sequer podia sobreviver, uma vez que fora abandonada pela família, isolada dos amigos e perdera o emprego em função do parceiro ter ido até o local procurá-la. Neste caso, o parceiro é dependente químico e vendeu os pertences da casa da vítima, além de tê-la furtado. Após a medida ainda saiu a difamando, argumentando que ela o teria traído. Nos outros dias em que esteve na delegacia, Kate relata que sempre havia mulheres sendo atendidas e pequenas filas, e que teria encontrado pelo menos duas mulheres pedindo para retirar a queixa contra o agressor. Além disso, presenciou

outra, bastante jovem, visivelmente abalada emocionalmente, pedindo para fazer nova denúncia contra seu agressor, pois teria retirado a queixa anterior. A policial que a atendia a acolhia, mas também explicava que o procedimento de prestar e retirar queixas podia fazer com que ela perdesse credibilidade perante o juizado.

Kate diz que apesar da abordagem sensível das policiais, chamou sua atenção que em nenhum momento foi instruída a buscar atendimento no Centro Jacobina. O contrário também não teria acontecido, nenhum serviço de acolhimento teria entrado em contato com Kate. Apenas quando o primeiro oficial de justiça entrou em contato encaminhou via *whats* um Guia de Acesso para as Vítimas de Violência Doméstica (Anexo 3). Kate conta que em função do tumulto de acontecimentos não abriu o arquivo na época do recebimento. Meses depois, identificou que o documento dava instruções diretas de como agir em caso de violência doméstica, mais especificamente para casos de agressões físicas, contendo também indicação do PAAS e de outros serviços da rede, como o Centro Jacobina e a Themis.

Kate conta que decidiu procurar o Centro Jacobina quando, durante reunião da rede de enfrentamento, sentiu-se constrangida de ativar a câmera para participar, tendo evitado apresentar-se na primeira rodada de chamamento dos/as participantes, como sempre fazem os representantes. Na ocasião, Kate notou que seu processo teria passado por parte dos/as agentes presentes na rede e temeu ser identificada por eles. Depois da reunião, entrou em contato com a coordenadora do serviço de atendimento a mulheres, que a orientou sobre agendar um acolhimento. Kate relata que teve um ótimo atendimento no serviço. Segundo ela, a psicóloga que a atendera demonstrou muito mais domínio do tema do que seu terapeuta que já a acompanhava, tendo ajudado a organizar seus pensamentos e ações, também em relação à sua atuação na rede e em outros casos de violência. Depois disso, Kate procurou amigas militantes da UBM, que a acolheram e se desculparam por não conseguirem lidar com a situação anteriormente devido a sua intimidade. Kate também voltou à Igreja Católica do seu bairro, onde foi acolhida pelo Padre, que disse receber muitos casos de violência doméstica e intrafamiliar. Pouco tempo depois, Kate voltou a praticar exercícios e retomou laços com seu professor de Hapkido, que teria praticado antes de conhecer Bruno tendo por fim a defesa pessoal para o gênero feminino.

Kate, nas suas palavras, *voltou a viver*. Neste movimento, Kate tornou sua história pública nas suas redes – virtuais e comunitárias, tendo sido acolhida por pessoas que, no geral, são sensíveis a questões de gênero. Kate entende que, diferente de outros casos que teria acompanhado, recuperou-se rapidamente em relação à agressão e julga que o contexto lhe oportunizou isso. Enquanto as outras autoras dos diários relatam que decidiram buscar

ajuda em função de outros casos que conheceram ou de mulheres que potencialmente se tornariam vítimas, Kate relata que seu exemplo pra filha foi o propulsor de rompimento da relação. Não queria ser um arquétipo de violência que a filha viesse a naturalizar e reproduzir no futuro. Assim como as outras autoras, relata como isso implicou mudanças na sua forma de pensar e agir, tendo ficado mais atenta aos sinais da violência doméstica, especialmente psicológica. Conta que outros homens tentaram aproximar-se com as mesmas estratégias de Bruno, que teriam antes minado sua autoestima e feito sentir-se incapaz. Desde então também passou a tomar mais cuidado na forma de abordar o tema da violência doméstica com outras mulheres que passam por situações de violência, inclusive pensando outras estratégias junto ao Centro Jacobina – como evitar usar o termo *violência* na abordagem de mulheres que tenta direcionar para acolhimento e atendimento.

Kate finaliza seu diário refletindo que para que pudesse sair desse ciclo foi necessário terapia, tratamento psiquiátrico, dinheiro, tempo, rede de apoio, acolhimento e informação. Para a autora, apenas a lei e a existência dos serviços disponíveis no nosso município não teriam sido suficientes, também porque são falhos por si só, com fins reprodutivos das estruturas. Avaliando a técnica dos diários solicitados, Kate fez o exercício de escrevê-lo tal qual outra mulher quando recebiam as orientações. Leu a descrição da pesquisa e o roteiro sugerido, esforçando-se para não apenas cumprir o método, mas vivenciá-lo como as demais participantes. Com isso, assim como Andressa relata, experimentou as fragilidades da técnica, em especial a dificuldade de escrever e recordar memórias tão conflituosas e constrangedoras, sendo estas duas mulheres que já tinham o hábito da escrita, íntima e acadêmica. Por outro lado, Sara nunca havia produzido diários íntimos e, apesar de ter escrito o diário *de uma só vez*, como relata durante a entrevista de entrega do diário, na mesma noite começou a produzir o seu próprio.

Segundo a autora, ela tentou “[...] *fazer um resumo, e aí... ao mesmo tempo [em] que tu vais fazendo um resumo, aquilo ali se torna um desabafo [...] e é a hora [em] que ele se torna doloroso ou não, né? É a hora que tu sabe que tu consegue continuar ou que tu precisa parar*” (Sara, 03.09.2021). Sara diz que tentou várias vezes iniciar o diário e que foi preciso criar coragem. Sara também estava em um contexto mais apropriado, assim como Kate e Andressa. Não tinha maiores compromissos na sua rotina, podendo se desligar de demandas cotidianas e escrevê-lo em uma madrugada, sem ser interrompida. Com a experiência do diário solicitado, Sara empreendeu escrever suas memórias para que ela mesma pudesse organizar seus projetos de vida, entender a si mesma e definir suas prioridades, assim como

buscar entender suas relações, como a experiência com Paulo, para evitar que fosse revitimizada ou procurasse o mesmo perfil de parceiros futuramente.

Abordamos neste capítulo alguns dos casos mais pontuais que surgiram no universo etnográfico. Ao longo da pesquisa, alguns encontros com as participantes e casos mais pontuais como os de Bruna, Beatriz, Pâmela e Sara, trouxeram dúvidas para a pesquisa, sobre o meu envolvimento como pesquisadora e sobre os riscos para as pessoas envolvidas nos encontros. Logo após a primeira entrevista com Sara, quando iniciamos também sua participação como autora de um diário, procurei orientação de meus professores, que ponderaram na época sobre a qualidade dos encontros, a emergência dos dados e a caracterização de casos limites para a pesquisa, levando em conta também a minha segurança de atuação no contexto. À época, o caso de Pâmela era o mais gritante, e decidimos avaliar a situação e sua participação na pesquisa. A partir desse caso em específico e de sua interação com os demais e com a pesquisa em geral quanto às dimensões práticas do fazer metodológico e do impacto da participação das autoras dos diários, ponderei sobre a dificuldade de encontrar alternativas no tocante à dimensão prática e logística da pesquisa, uma vez que pensando estar segura em todos os locais que havia ido até então, nunca estive. Nem eu, nem as participantes. Vejamos: o caso de Bruna, considerado um marco zero, era de tensão e medo, tendo em seguida eclodido agressões físicas; Pâmela e Gustavo não apenas viviam em constante prática de violência, como pude presenciá-las no comportamento agressivo de ambos, na desconfiança de Gustavo para comigo e no sofrimento mental de Pâmela; Beatriz, que vivera anos sendo agredida pelo pai de seus filhos, compartilhava o terreno de moradia com o agressor, correndo o risco de ser morta a qualquer momento; e Sara, embora estivesse praticamente reclusa em sua própria casa, vinha sendo vigiada e sofrendo frequentes ameaças por conta de seu ex parceiro, que se prolongaram por meses. Eu mesma temia estar envolvida em seus cenários de violência, mas também que suas participações na pesquisa pudessem vir a ser o motivo de novas agressões, como pareceu no caso de Pâmela e Gustavo.

Neste contexto, em termos de impacto da pesquisa, argumentei que tendo em vista que a pesquisa não tinha fins revolucionários, deveria focar nesta etapa com o objetivo de prevenção. Ou seja, questionando por que mulheres como Pâmela, Bárbara e Beatriz não foram ou não quiseram ser protegidas pela rede, levando em conta as medidas protetivas de Pâmela, a série de comunicados de socorro junto aos serviços feitos por Bárbara, a manutenção do convívio de Beatriz com seu agressor e o contexto de pobreza e extrema

pobreza em que todas viveram. Ou seja, há de se buscar alternativas a isso para que não sejam mortas.

Quanto à questão do método etnográfico e das técnicas de entrevistas em profundidade, observação participante e diários solicitados que exigem um contato direto, frequente e a manutenção do vínculo com as participantes, a questão da segurança de todas envolvidas fica ainda mais delicada. Por exemplo, uma vez que estas pessoas vinham sendo indicadas por membros da rede de enfrentamento à violência contra a mulher ou identificadas por mim mesma como agente atuante nesta rede tornou-se quase impossível avaliar a participação dos sujeitos sem o primeiro contato, formal ou informal, que por si só já caracteriza risco. Ou seja, (1) como a pesquisadora conheceria a gravidade da situação sem estar com estas pessoas? – sendo que o contato remoto e síncrono nem sempre é possível e nunca constitui a mesma qualidade dos passos básicos de uma etnografia: ver e ouvir; (2) se pesquisas qualitativas com o tema violência de gênero exigem procedimentos diferenciados devido a possibilidade de gerar danos e angústia para todos os envolvidos, consequentemente a qualidade do contato presencial entre pesquisadora e participantes impacta tanto na produção dos dados quanto no rigor ético.

Neste contexto, quando a pesquisadora pergunta para a participante em potencial onde ela gostaria de conversar, levando em conta seu bem-estar e segurança (o que exige em alguns casos não expor a participante a ambiente público), em geral este lugar será sua casa. E é na sua casa que os detalhes quanto à gravidade do caso da participante e sua insegurança física ou emocional serão revelados. No núcleo da produção dos diários e entrevistas, durante o ano de 2021, não era possível assegurar as condições de participação de mulheres com histórico ou em situação de violência de gênero e a qualidade destas experiências. A partir desta reflexão passamos a tentar caracterizar os casos limites da pesquisa.

O caso de Pâmela parecia o mais conturbado. Indicada por Seu Nilson, tivemos uma sala cedida pelo CDC para fazer as entrevistas, em local fechado com recepcionista. Contudo, minha preocupação central era com as idas e vindas da participante e seu relacionamento intenso com o companheiro e agressor – eu ainda associava a ideia de ela se dizer muito apaixonada pelo parceiro à de que o amor pelo pai de seu filho se acabou na mesma medida que não se agrediam mais; para Pâmela, a paixão estava relacionada ao relacionamento violento e conflituoso. Tentei minimizar os danos instruindo-a sobre o sigilo da pesquisa e evitando que carregasse consigo documentos ou quaisquer informações impressas sobre o conteúdo da pesquisa, mesmo que ela insistisse em fazê-lo, assim como tendo na figura de Seu Nilson o articulador, evitando contato direto através da conta de *whatsapp* que dividia

com Gustavo. A presença de Gustavo e seu conhecimento sobre a participação na pesquisa, horários de circulação, localização de Pâmela etc, ou seja, sua proximidade ao universo da pesquisa tendo contra si uma medida protetiva acionada pela participante, potencial vítima de feminicídio neste contexto relacional, foi o que me levou a caracterizar este como o primeiro caso limítrofe. Levando em conta este cenário, questões logísticas e os princípios éticos da pesquisa, como a disponibilidade constante da pesquisadora para solucionar dúvidas, orientar e oferecer informações ou apoio especializado, que não era possível no caso em específico, decidimos não manter Pâmela na produção dos diários, evitando revitimizá-la também através da pesquisa.

O caso de Bruna, em primeiro momento, também parecia de possível manutenção, uma vez que os primeiros encontros já haviam ocorrido, ela estava em poder do diário, eu mantinha contato via *whatsapp* e aguardávamos sua disponibilidade para a entrevista que poderia ser remota. Ou seja, havia um vínculo estabelecido e sua segurança e sigilo estaria mantida – mas não sua permanência, como vimos quando relatada sua situação. Algo semelhante aconteceu com Beatriz, outro caso que me preocupou bastante, tendo sugerido que ela armazenasse o diário na instituição comunitária onde nos encontrávamos, para evitar que seu ex parceiro lesse. Infelizmente, o vínculo com esta autora foi perdido, como relatado anteriormente.

Mas foi a partir deste mesmo movimento indagativo do método que o caso de Sara, apesar da gravidade e do risco, foi avaliado com potencial de permanência na pesquisa, uma vez que embora ela estivesse sob constante ameaça de morte, nos encontrávamos em sua casa, em condomínio fechado, onde havia, em certa medida, uma rede estabelecida com os vizinhos engajados na segurança da participante. Observando bem, Sara, assim como as demais autoras que finalizaram o diário, incluindo a mim, produziram seus diários sob a perspectiva pessoal de superação do ocorrido. Isso significa que, mesmo em plena situação de violência ou já passado o período de tensão, todas se sentiram preparadas para narrar suas histórias com o lugar que ocuparam como potenciais vítimas de feminicídio. Destas três autoras, todas estávamos na época da produção do diário em melhores condições de existência que as demais participantes da pesquisa. Somos duas mulheres brancas e uma mulher negra. Como já comentado, todas com formação superior e acesso à informação de qualidade sobre violência de gênero. De nós três, fui a única que passou mais rapidamente por este processo de superação, mas também a que teve mais rede de apoio quando do ocorrido, como comentado na produção do diário. As outras duas mulheres enfrentaram sós a rota crítica inaugurada com

o rompimento do ciclo de violência, alongando seu sofrimento emocional, os riscos de feminicídio e a elaboração de estratégias próprias na defesa de si.

Por outro lado, se avaliarmos esse elemento, que surge novamente no próximo capítulo, todas as mulheres citadas na pesquisa, sem exceção, carregaram em si a solidão quando do período em que foram violentadas. Todas estavam em menor ou maior nível isoladas de suas redes de familiares e amigas, culpabilizadas e descompreendidas. Por sua vez, estas redes, na maioria dos casos, diz já saber que violências mais graves, como a física, poderiam vir a ocorrer ou, pelo menos, que deveriam saber elas mesmas. Sara inicia seu diário escrevendo que *sua história é comum, daquelas em que se sabe que o relacionamento não daria certo e mesmo assim insiste-se nele*. O mesmo está presente na fala de Beatriz, de Andressa, de Kate e até mesmo de Bárbara... todas apresentavam consciência dos riscos que sofriam nas situações em que viviam, além de identificar casos de mulheres terceiras. Mas se há onisciência ao lançar mão de julgamentos morais desde este argumento, porque todos estes casos se repetem?

A combinação entre a solidão e o julgamento destas mulheres, a ciência e isenção de terceiros em intervir, acolher e orientar e a dificuldade, para elas, de romper o relacionamento e de refazer suas experiências de vida quando do rompimento – como sobreviventes, muitas vezes – demonstra a urgência de fortalecimento de redes íntimas e comunitárias na prevenção de feminicídios. Como citou Andressa, a violência experienciada no corpo e na mente *não é o fim do mundo, mas acaba conosco*.

Por outro lado, estratégias desde baixo não são suficientes para o enfrentamento ao feminicídio quando o Estado é um produtor de morte, a partir do sistema histórico que estrutura nossas existências e através dos seus mecanismos institucionais e burocráticos praticados pelos seus agentes. O Estado capitalista, racista e patriarcal é responsável pela morte de Bárbara, pela dada inexistência de Juliana e Pâmela, pelos riscos e negligências vividas por todas nós. Mbembé (2018) diz que a necropolítica nos mata por dentro e de fato. Isso fica evidente nos relatos de todas nós e, a partir disso, analisamos a relação entre violências micro e mesoestruturais identificadas nos discursos das participantes da pesquisa, dos autores de violência de gênero e demais participantes implicados na produção desta tese no próximo e último capítulo, finalizando-o com uma discussão em torno de masculinidades, redes comunitárias e enfrentamento ao feminicídio na cidade de São Leopoldo/RS.

3. NENHUMA DE NÓS DEIXOU ACONTECER

Como propomos no início da tese uma abordagem que analise a relação entre macro, meso e microestruturas na produção do fenômeno *feminicídio* a partir de técnicas de produção de dados a partir *de baixo*, buscamos também um método analítico que condense essa produção triangular do assassinato de mulheres cis, trans e travestis ao resultado dos métodos que se complementam: diários de campo, entrevistas semiestruturadas e em profundidade, diários solicitados e autoetnografia. Para tanto, identificamos que a técnica de Análise Crítica de Discurso (ACD) seria a mais apropriada para destrinchar e organizar o conhecimento produzido por todos/as participantes da pesquisa, uma vez que dá atenção para a função comunicativa onde, ao longo da prática da pesquisa, os/as enunciantes “(...) produzem, reproduzem e modificam o contexto” (ROJO, 2004, p.214) com atenção ao tema explicitado.

A ACD tem por núcleo analítico a tridimensionalidade entre o *texto*, a *prática social concreta* e a *expressão, constituição e configuração da prática social*, sob a máxima de que o enunciador constitui o discurso e o discurso constrói o social. É o discurso, portanto, uma prática social, com implicações sociopolíticas das/nas estruturas e relações sociais. Por sua vez, a relação intrínseca entre os elementos da tríade acima representam acontecimentos, reforçando-os ou questionando-os. Isso fica bastante evidente em elementos que transitam nos discursos enunciados ao longo da pesquisa, na medida em que constituem-se modelos de subjetivação identitária, implementando mecanismos de autodisciplina, privação e estigmatização ou, por outro lado, de questionamentos e fissuras na ordem social através da consciência crítica.

Orientando-nos pelos procedimentos sugeridos por Luíza Martín Rojo (2004), neste capítulo destacamos as representações de enunciantes do gênero masculino e feminino, dentre estes mulheres cis e trans vítimas de violência de gênero ou informantes da pesquisa e homens autores de violência de gênero, assim como a relação destes acima com os mecanismos estatais e destes mecanismos em relação ao sistema mundo. Neste trajeto, identificamos especialmente os elementos de argumentação, posicionamento e legitimação dos discursos.

Por exemplo, intitulamos este capítulo *nenhuma de nós deixou acontecer* referindo-nos às acusações comumente associadas às participantes da pesquisa de que elas seriam responsáveis pelas violências das quais foram vítimas. No que diz respeito à representação dos agentes sociais envolvidos na situação de violência de gênero cometida contra mulheres, é recorrente que, no discurso, estas sejam convertidas em agentes da ação,

ou seja, de pacientes (ROJO, 2004) afetadas e/ou modificadas pela ação, a deliberadamente responsáveis por ela. Enunciados como *deixou acontecer, provocou ciúmes/ira do agressor, iniciou a discussão, não denunciou com antecedência, não pediu ajuda, relacionou-se porque quis, não sabe escolher com quem se relacionar*, sempre com intenção de incumbir culpa, quando não um castigo – *mereceu*.

Assim como nas narrativas de cunho racista analisadas por Rojo, estas histórias e justificativas sempre referem-se “[...] a uma/s pessoa/s em particular mas, apesar disso, costuma-se extrair uma conclusão que é generalizada para todos os representantes da categoria” (ROJO, 2004, p.242). Isso fica evidente quando analisamos o processo argumentativo, pois na medida em que seria considerado *imoral* aprovar a violência, fazem-se estratégias de justificá-las. Por sua vez, essas representações são incorporadas nos discursos das participantes sobre si mesmas, como podemos ver nos casos de Bruna, Pâmela, Juliana, Sara, Andressa e Kate.

Bruna, por exemplo, faz esforços para defender o companheiro e produzir uma imagem sua que não conciliava com o medo e a tensão que eram imperativos no espaço doméstico. Pâmela culpava a si mesma pelas agressões de Gustavo, justificando que ela era *encrenqueira e louca*, como vem sendo estigmatizada desde a infância. Juliana culpava a si mesma por ter assumido sua transição de gênero em detrimento do interesse do ex parceiro e das agressões transfóbicas que sofrera, tentando sempre frisar o quanto ele era bom e cuidadoso com ela enquanto performava a identidade de um homem cis gay. Sara retoma seguidamente no seu discurso sua culpa em ter deixado as violências acontecerem apesar de já ter trabalho com casos semelhantes, questionando sua inteligência e reforçando traumas de infância. Kate diz que se via presa ao relacionamento por se sentir responsável por situações que criou e culpada por ter violentado outra pessoa quando estava, de fato, exercendo sua própria defesa – e, acrescento, procurando na complexidade do mundo justificativas para os comportamentos do ex parceiro.

Se fôssemos analisar a história de vida de cada uma dessas pessoas, sejam elas autoras ou vítimas de violência, assim como mediadoras ou terceiros passivos, há inúmeros fatores íntimos que, relacionados às macroestruturas, levam pessoas a cumprirem estes papéis sociais e de gênero. Contudo, é através desse processo argumentativo que também ocorre a legitimação de uma ordem de gênero que despreza mulheres – em todos os casos há elementos de misoginia, mas em alguns mais especificamente fica bastante evidente a figura do misógino, como no caso dos agressores de Bárbara, Sara, Kate, Juliana, Andrea e Kerolyn, onde há presença de elementos agudos e cruéis de coisificação e descarte de corpos, psiques e

identidades femininas e feminizadas. Quanto aos demais agressores, mostram-se como agentes deste elemento analítico que é a *legitimação*, que evidencia o discurso como ação social e que, como elabora Segato (2012), configura as relações entre classes de homens e masculinidades.

Isso também se dá na medida em que, sendo boa parte dessas mulheres atendidas pela mesma rede de enfrentamento, narrativas, reclamações, denúncias e pedidos de socorro de umas foram mais legitimadas do que de outras. E aqui voltamos à distribuição destas na categoria “mulher” – porque além de brancas e negras, com diferentes acessos a capitais cultural, econômico, social e acadêmico, reverbera em seu tratamento pelo Estado sua qualificação em níveis de humanidade, ilustrando também que suas perspectivas de mundo e futuro acompanham suas expectativas e estatísticas de vida e de morte matada. De toda forma, nenhuma de nós foi considerada legítima o bastante para não carregar em si a culpa pela potencialidade de ser morta, apesar de a decisão de estarmos vivas tenha corrido nas mãos de outros agentes – os próprios agressores, as instituições e o Estado.

Para pensar as categorias *homens agressores*, resgataremos as histórias de Anderson e Paulo, ambos homens enquadrados na Lei Maria da Penha e encaminhados judicialmente para os Grupos Reflexivos de Reeducação das Relações de Gênero, promovidos voluntariamente pela ONG Ponto Gênero durante a pandemia por Covid-19. Anderson e Paulo frequentaram a mesma turma deste grupo formado por homens agressores e uma equipe técnica de psicólogos e receberam a sugestão e indicação de participar da pesquisa que compõe a presente tese. Iniciemos por Paulo, devido seu vínculo com uma das autoras dos diários.

Paulo foi companheiro de Sara. Foi um relacionamento rápido e que deixou marcas profundas devido à violência psicológica, como podemos acompanhar no diário de autora. Meses depois, pouco antes que Sara entregasse o diário, Paulo entrou em contato comigo. Coincidentemente fora indicado pela ONG para participar da pesquisa. Quando abri o contato de Paulo reconheci a foto que usava de perfil no *whats* e posava em frente à casa de Sara. O chamei e me apresentei. Paulo visualizou minha mensagem, trocou a foto do perfil para uma imagem vestindo a farda de socorrista da SAMU e então me respondeu. Disse que não podia me atender na hora porque estava trabalhando demais, durante o dia na SAMU e à noite como Uber, pois já não conseguia dormir. Disse então que era uma pessoa boa, que só estava participando do grupo por um mal entendido, uma confusão causada pela mulher com quem se relacionou. Que *não se encaixava no grupo de homens da ONG Ponto Gênero*³⁹, era pai, já

³⁹ Retomarei este enunciado mais abaixo.

fora casado outras vezes e jamais agrediria uma mulher. Eu disse que tudo bem, tomando uma linguagem sem julgamentos, e que estava interessada na experiência dele, perguntando se tinha interesse em uma entrevista gravada. Marcamos essa entrevista duas vezes, por vídeo, mas Paulo não participou, apenas mandava mensagens depois dizendo que estava trabalhando e logo retornaria o contato. Logo em seguida, conheci Anderson, outro participante dos grupos que contou, por coincidência, que esteve no mesmo grupo de Paulo e este teria participado de poucos encontros, insistindo que na verdade era a ex companheira quem o perseguia e ameaçava. Anderson relata que respondia que usando como prova as mensagens dela a medida protetiva seria quebrada e que então Paulo mudava de assunto, dando a todos a certeza de que era ele quem mentia.

Anderson é um homem branco na casa dos quarenta anos, vindo da fronteira do sudoeste do estado do RS. Anderson foi criado durante a primeira infância pela avó e ao completar sete anos sua mãe biológica o buscou e levou para outra cidade, afirmando que precisava de ajuda para criar os demais filhos pequenos. Anderson recorda que foi levado à força, pois não reconhecia a mãe biológica e que tentou fugir muitas vezes, sendo espancado por ela e pelo padrasto. Anderson e eu conversamos por cerca de três horas, sendo quase duas gravadas e muitas vezes ele recordava o choque de ter sido separado da avó materna, a quem reconhecia como mãe. Conta então que sua mãe biológica trabalhava como prostituta e tinha um companheiro que era pai dos filhos menores, narrando detalhes cotidianos desta época, como os motivos banais pelos quais era surrado e lembrando que seu padrasto também espancava a mãe, tendo a apunhalado com uma tesoura nas costas uma das vezes. Anderson diz que ninguém nunca interferiu, até uma das vezes em que fora preso acorrentado a uma árvore – onde passava noites inteiras – e os vizinhos chamaram a polícia que perguntou a ele se preferia permanecer com a mãe ou ir para a antiga FEBEM, em POA. Anderson diz que não sabia o que era FEBEM, mas que não queria ficar com mãe e foi encaminhado para a instituição.

Na FEBEM Anderson, aos 07 anos, é iniciado em um novo ciclo de violências e negligências. Conta que aprendeu a se comportar porque os monitores e monitoras eram *bandidos*, muito *ruins*, e frequentemente espancavam as crianças e adolescentes. Relata que geralmente encontrava alguém nos corredores com a cabeça cortada ou hematomas pelo corpo, lembrando que a alegria de um dos monitores era agredir as crianças, andando sempre com uma bola de tênis que atirava nos internos que olhassem pra ele. Nesse contexto, Anderson aprendeu estratégias de se comportar e ter uma boa relação com os monitores, para que não fosse também agredido. Pergunto a Anderson se havia relatos de abuso sexual e ele

diz que não, repetindo termos homofóbicos para identificar um adolescente gay, dizendo que ele não era maltratado, apenas *sacaneado*, minimizando as violências que sofria dos outros internos – como ser xingado, trancado no banheiro e sempre apontado como o responsável pela faxina na instituição.

Anderson continua então contando que a FEBEM era como um presídio e que veio a estudar apenas por volta de 15 anos, quando fugira da instituição, ficando em situação de rua, onde fora abordado e acolhido por padres nas ruas de Viamão. Nesta idade, começou a residir em uma casa de acolhimento administrada pelos padres em Porto Alegre, trabalhava em uma chácara durante o dia e estudava à noite em um colégio de Porto Alegre, aprendendo ali a ler e escrever. Conta que foi uma fase muito legal de sua vida, onde aprendeu muitas coisas, fazendo também curso de plantação. Na época os padres teriam sugerido a Anderson que estudasse para se tornar sacerdote, mas para isso precisariam da autorização dos seus familiares, uma vez que era menor de idade. Anderson disse que se negou a contatar a família porque não queria ser encontrado.

Conversamos bastante sobre seu trajeto de vida, um breve reencontro com a família, quando foi atendido por uma juíza que mandou contatarem a avó materna, *de onde nunca deveria ter saído*, e então chegamos nos primeiros relacionamentos de Anderson, ainda adolescente. Conta que por volta dos 18 anos foi pai e que tinha um relacionamento tranquilo com a companheira e mãe da criança, mas que antes disso, aos 14 anos, teve uma namorada um pouco mais velha, de quem gostava muito e com esta relação aprendeu que *sendo ruim para uma mulher ele iria perdê-la*. Anderson conta que batia nesta namorada com frequência, por ciúmes, quando ela o respondia de um jeito que ele não gostava ou fazia coisas que não eram do seu jeito e que ninguém nunca a defendeu, nem ela mesma se defendia das agressões. Batia a chutes e tabefes, de qualquer jeito, para lhe acertar, até que ela terminou o relacionamento por não querer mais ser agredida.

A este ponto da entrevista, Anderson justifica o comportamento voltando ao seu histórico com a violência, contando que quando tinha 12 anos apanhou pela primeira vez na FEBEM e quase matou o outro garoto com um cabo de vassoura, jurando a si mesmo que ninguém mais o bateria. Para Anderson, isso fez com que se tornasse uma pessoa ruim, pois quando pequeno os avós maternos – seus pais – o teriam criado com carinho, diálogo e respeito, contrastando com a experiência com a mãe biológica e os demais internos da FEBEM – que teriam sido *criados no meio de brigas, violências, sem direito a nada, nem educação*. Anderson diz que o contexto o fez uma pessoa agressiva, para defender-se, e que apenas atualmente, adulto, se tornou mais tranquilo.

Depois da experiência com a instituição de padres e tendo revisitado a família no interior, Anderson voltou a viver nas ruas com amigos fugidos da FEBEM e aos 17 anos praticou latrocínio. Fora preso e, com medo de retornar à FEBEM e ter de permanecer lá até os 21 anos, disse que optou ser mandado para o Presídio Central. Pra isso, forjou sua identidade, mentindo o nome e a idade. No Presídio ficara por pouco tempo, sendo solto e tendo casado pela primeira vez, relacionamento que rendeu um casal de filhos. Anderson disse no início da entrevista que este relacionamento era tranquilo e depois diz que não se davam tão bem, mas por conta da sogra que não aceitava sua ocupação – Anderson mantinha economicamente a família através de assaltos. O relacionamento não durou e desde então, por 20 anos, Anderson repetiu o padrão que tinha na FEBEM. Foi preso, solto e fugiu muitas vezes, sempre se mantendo através de assaltos e tendo passado mais tempo de sua vida preso do que nas ruas.

Neste período, Anderson conta que aprendeu muitas coisas sobre respeito e sobre cuidar do ambiente onde vive. Conta também que foi a sensibilidade que tem por crianças que foi o tornando um homem menos agressivo. Anderson tem plena consciência de que passou por uma vida de negligência e violação dos seus direitos humanos e que isso fez com que tenha vivido uma vida repleta de crimes e práticas violentas. Mas narra um acontecimento de quase 20 anos atrás que considerou marcante para diminuir seus comportamentos violentos. Em uma das prisões que passou, outro detento teria pegado a palmilha de seu tênis sem sua permissão, gerando uma discussão entre ambos e, na ocasião, este detento teria ficado com hematomas rosto após ser agredido por Anderson. No outro dia o detento teria recebido a visita de sua família, tendo duas filhas pequenas e Anderson teria se envergonhado pelas marcas que deixou. Passada a visita, Anderson diz que o procurou e pediu desculpas, que não deveria tê-lo agredido, ambos conversaram e pediram desculpas, mantendo uma amizade de anos.

Anderson conta um pouco sobre a organização nos presídios. Diz que na distribuição de detentos nas galerias, homens enquadrados pela Maria da Penha não bem vistos e, por isso, são isolados em uma galeria com *gays*, *travestis*, estupradores e aqueles que agrediram crianças. Pergunto sobre as categorias que ele aborda, e Anderson diz que isso não seria preconceito, mas que estes todos não conviviam com os homens *em geral*, como se fossem outra classe de homens – onde se equivalem os *gays* e as *travestis* encarceradas junto aos homens praticantes de determinadas violências. Anderson diz também que no presídio não dividia coisas pessoais suas com *gays* e *travestis* porque seria arriscado para si e suas visitas (dando a entender que poderia haver transmissão de alguma doença). Ou seja, o tipo penal que

leva estas pessoas a estarem encarceradas é irrelevante para serem distribuídas com homens que cometeram violências de gênero. Ao longo da entrevista, mais de uma vez voltamos a esse assunto, por interesse de Anderson que se dizia confuso sobre estar sendo preconceituoso por defender gays e travestis deveriam ser isolados dos presos “comuns”. Ao longo de sua fala ele admite que o fundo disso é moral e que não concordaria com a homossexualidade porque, para ele, seria uma escolha e que não gostava de ser associado a estas pessoas e ter sua imagem vinculada à um relacionamento homoafetivo.

Quando uso estes termos com Anderson, ele relembra a história de uma travesti – sempre usando o pronome no masculino – que, uma vez que tinha de conviver com estes agressores, aprendeu a se defender dos demais, e que, por não gostar de estupradores, agredia muitos deles, tendo até estuprado um deles na galeria. Anderson comenta que ela comandava um ponto de prostituição em Porto Alegre e teria sido presa por tráfico, que era inclusive bem vista pelos demais presos, mas não a ponto de morar com eles. Anderson seguidamente enuncia uma categorização destas pessoas encarceradas entre *nós* (os presos por assalto, tráfico, homicídio e demais crimes) versus *eles* (considerados maus homens por serem agressores de gênero ou sexuais ou por serem afeminados ou feminizados). Ou seja, dentro da classe destes últimos homens, ser aproximado ao gênero feminino é um crime por si só. Por outro lado, conta que nas próprias visitas das galerias, por vezes, mulheres eram agredidas e que, inclusive, teria rompido a amizade com outro detento, por tê-lo visto *contando vantagem sobre ter espancado e cortado os cabelos da companheira com uma faca* enquanto os demais achavam a história engraçada, divertida e correta, uma vez que a mulher o teria traído. Anderson disse que não concordava, mas também não estava em posição de rebater e provocar uma briga naquele contexto.

Anderson então conta que na última vez que fora preso, estava em regime semiaberto. Que tinha conseguido um emprego de carteira assinada, mas como não tinha a CTPS há mais de 20 anos, fora à delegacia registrar um boletim de ocorrência de perda do documento e na ocasião os policiais ficaram debochando dele por estar no semiaberto. Anderson diz que, com raiva, furtou a arma de um policial durante a ocorrência e colocou na sua cintura, como uma resposta ao deboche. Anderson foi preso novamente pelo ato e passou mais seis anos encarcerado. Nesta última experiência preso, Anderson conheceu a última companheira, via *facebook*, com quem iniciou um relacionamento e teve um filho. Na ocasião da entrevista, Anderson estaria respondendo seus crimes em liberdade há quase dois anos, quando passou a viver com a nova família, incluindo a companheira, o filho e um casal de enteados de 17 e 20 anos.

Foi esta companheira que denunciou Anderson por violência moral e psicológica. Ele começa a contar esta história já explicando que é muito higiênico e caprichoso e que no mesmo dia da entrevista teria chamado *uma diarista para limpar sua casa*, porque quando está muito suja *não encara a limpeza*. Argumenta que a casa em que viviam era muito bagunçada e suja e que ninguém, nem mesmo ele, limpava. Anderson então se irritava e fazia a limpeza do ambiente, por este motivo iniciando as brigas. Ele entendia que por trabalhar fora e como auxiliar de construção, esperava chegar a casa e encontrá-la limpa. Por sua vez, segundo Anderson, sua companheira era instável, triste e afirmava que sofria de depressão e por isso não daria conta de manter a limpeza da casa. Para Anderson, ela seria na verdade *preguiçosa e posava de vítima*, já que nunca teria procurado um médico por escolha própria.

Os filhos mais velhos foram embora para outro estado e sua companheira teria então ficado mais instável, quando se acirraram as discussões. Em um primeiro momento, Anderson diz que tiveram uma discussão mais marcante, em que ele questionava porque a companheira estaria tão triste e instável e se ela estaria o traindo ou se queria ir embora e que, na ocasião, ela teria perguntado se ele estaria lhe chamando de *vadia* e de *vagabunda*. Na época, a companheira chegou a ir embora com os filhos, mas teria voltado com o menor, buscado então ajuda em um CRAS ainda em POA, quando se mudaram para São Leopoldo. Em São Leopoldo, ele diz que ela mudou o comportamento e passava muito tempo no celular, até o dia em que pediu a ele que a levasse ao Centro Jacobina, afirmando que o CRAS de Porto Alegre teria transferido seu atendimento para este local e ela precisaria fazer um tratamento de alguns dias, onde poderia permanecer com o filho. Anderson a levou ao local, onde disse que ela foi recebida por uma das técnicas, se despediu do filho e, à noite, recebeu o comunicado da medida protetiva. A medida informava que a ex companheira teria optado por não representar criminalmente contra ele, mas ele também estaria proibido de se aproximar por um período de tempo. Constava ainda o contato do grupo reflexivo e Anderson entrou em contato com o coordenador que apresentou a proposta e ele decidiu participar.

Sobre o grupo, Anderson diz que foi o único homem que participou de todos os encontros, um total de cinco, comentando que no deveriam ser seis homens, mas que participavam três ou quatro, dentre eles Paulo e outro homem que teria agredido a irmã. Relata que os grupos foram online com formato de roda de conversa mediada por dois técnicos, mas que tinham um fluxo livre. Que quando Paulo contava sobre sua experiência com Sara, outro homem dizia que aquilo era amor e que eles deveriam conversar. Anderson relata também uma espécie de configuração no grupo em que todos tendiam a concordar com uma ideia, mudando o argumento seguidamente e sem saber defender as suas próprias.

Por fim, Anderson ainda insistiu que mesmo que tenha ofendido a ex companheira, julgava desnecessário ela ter feito uma denúncia e entendia que tinha sido um meio de angariar apoio para voltar a morar com os filhos em outro estado. Continuamos nossa conversa após a entrevista, falando sobre a pesquisa, sobre homofobia e sobre a situação de Anderson à época de nosso encontro virtual. Anderson repetiu muitas vezes que gostou de participar do grupo porque se sentia muito sozinho e que apesar de estar feliz por ter aprendido uma nova profissão – na área da construção civil, e ter se tornado chefe de obras, não era bom ficar sem companhia e por esse mesmo motivo decidira participar da pesquisa. Disse a Anderson que avaliaria a possibilidade de ele participar da fase dos diários e que iríamos manter contato para falar sobre. Contudo, a manutenção do vínculo não foi possível, Anderson começou a tomar abordagens estranhas me mandando mensagens desapropriadas e em horários desapropriados o que implicou constrangimento, tensão e riscos de mantê-lo na pesquisa. Na última vez que falei com Anderson, propus que ele conversasse com um psicólogo da rede de voluntários da pesquisa, mas ele se negou e desde então não entrei mais em contato zelando por minha própria integridade.

A partir da história de Anderson e levando em conta todas estas narrativas e discursos trazidos ao longo do trabalho de campo, como comentado anteriormente, há na origem da maioria das histórias de violência uma vértebra de exposição a negligências, representações machistas, racistas e sexistas e ataques diretos aos direitos humanos de todas estas pessoas, próprias do sistema mundo moderno/colonial. Dentro destas fronteiras, podemos então categorizar elementos presentes nas relações interpessoais ou microestruturais que transversalizam os relatos trazidos pelas entrevistadas e autoras de diários, assim como combinadas às histórias dos homens agressores, como a justificação da violência por terceiros ou por si mesmas, sempre condicionadas à conduta das vítimas; o medo como linguagem enunciada na fala, no corpo e nas expressões; a confusão entre paixão e violência e o mito do amor romântico; a perda de identidade das mulheres violentadas; a sanidade mental abalada; o constrangimento pela violência, por tentar sair ou ter de lidar com suas consequências, a tomada de consciência da situação de violência e de seus mecanismos pessoais de perpetuação desta violência e o marco divisor entre suas vidas quando do rompimento com o agressor. Quando referente às ações dos agressores, tinham em comum o terror psicológico e abordagens passivo-agressivas (lançando mão de ameaças diretas e indiretas, criando cenários hipotéticos, sugestionando a presença de infecções sexualmente transmissíveis ou de gravidez indesejada); não deixavam as parceiras a sós com outras pessoas e esforçavam-se em afastá-las de suas redes sociais virtuais e pessoais; atacavam sua autoestima e autonomia, fazendo-as

crer que eram incapazes de romper o relacionamento e que não seriam amadas por outras pessoas; acusando-as de estarem mentindo, de serem loucas, desleais, adúlteras e agressivas; o movimento progressivo de violência psicológica que culmina na violência moral, patrimonial, física e sexual.

No que podemos destacar a nível mesoestrutural, categorizamos enquanto vinculado às mulheres, sua própria função social quando da participação da pesquisa ou da denúncia dos agressores, o que fica bem ilustrado no diário de Andressa que diz ter registrado boletim de ocorrência contra o ex companheiro por ter pensado nas mulheres que viriam depois – o que apesar de ser uma escolha pessoal, tem uma finalidade social e identitária; também podemos destacar aqui, mais uma vez, a solidão das mulheres violentadas e, neste prisma, o medo de ser uma mulher só nas ruas, relatado por Juliana, Pâmela e Bárbara.

Em relação aos homens, nos referiremos à produção e reprodução de masculinidades violentas, pois como afirma Bruna e como visto em vários casos, a violência de gênero é transmitida por gerações e homens também agredem outros homens. Em analogia ao seio geracional, podemos apontar na relação micro e mesoestrutural a violência física e sexual praticada por homens, fundante do tecido social – a avó de Andressa denuncia que o marido a estuprava para testar *coisas que ouvia na fábrica* em que trabalhava e Anderson comenta sobre outro homem encarcerado que se gaba de ter violentado a esposa, enquanto os homens à sua volta o parabenizam, tal qual o esquema teorizado por Segato (2013) sobre tributação simbólica e masculinidades.

Embora instáveis, as masculinidades hegemônicas apresentam esta característica histórica transcultural: o status de masculinidade depende de sua conquista e da aprovação de pares em uma espécie de processo de tributação em que os homens devem reconfirmar regularmente a obtenção de status ao largo da vida e o “outro” excluído do processo e responsável pelo tributo são as mulheres (SEGATO, 2013). Aqui, podemos dizer que a masculinidade hegemônica é uma ferramenta de manutenção do patriarcado e os homens são seus agentes propulsores. Isso fica evidente quando um dos agressores diz ao filho que o *ensinará a ser homem*, quando dizem *que mandam e fazem o que querem*, quando Anderson comenta que agredia a primeira namorada quando a mesma *não agia da sua forma* ou quando chegam de fato à agressão, como os parceiros de quase todas as participantes, para reivindicar sua masculinidade que teria sido abalada, através de ofensas ou ciúmes.

Vemos, portanto, que há uma identidade violenta praticada – a de que *homens são* de determinada forma. Mas a forma como essa violência é enunciada repele a assunção de agência desta violência. Queremos ressaltar com isso a diferença do que ocorre dentre o

gênero feminino onde, ao longo dos discursos enunciados, em geral, mulheres reconhecem sua semelhança em outras, geralmente apontando alguém em sua família, ou uma amiga, colega etc que teria passado por uma violência de gênero. Mesmo diante de julgamentos de outras mulheres (com enunciados como *fulana pediu para apanhar, pois provocou*) e mesmo quando mulheres agridem, há uma evidente identificação do gênero feminino enquanto classe de pessoas que sofre agressões de outra classe de pessoas: a masculina.

Dentre os homens, isso não fica tão manifesto. Citamos Paulo, mais acima, que dizia não se encaixar no grupo de homens e que não praticava violências; Bruno, que não reconhecia seu comportamento como violento; os demais homens que negavam a denúncia, usualmente definindo as denunciantes como loucas; Anderson que também lança mão de uma categorização ao falar da distribuição de detentos nos presídios – os agressores de mulheres são os *outros* –, e levando quase três horas, ao longo de sua entrevista, para admitir que sim, *talvez*, ele tenha *ofendido* a ex companheira (desmerecendo este ato como algo violento). Apesar de usarem manobras muitas vezes idênticas, estes homens não enunciam sua semelhança: a de que essa violência – em especial o feminicídio ou o ciclo de violência que o precede – é praticada pelo gênero masculino; a não ser quando socializam sua cumplicidade (como comentado por uma líder comunitária da Associação de Moradores da Vila Santa Marta, em São Leopoldo), tornando essa identidade algo que paira no ar e não prática movida por corpos masculinos. Isso tudo nos faz entender que os homens, no geral, evitam apontar a violência praticada pelo outro para que não seja evidenciada a sua própria.

Neste quadro, ainda fica evidente nas histórias de Pâmela, Beatriz (e de sua mãe), Andressa, Bruno e Anderson a forma como homens com profundas marcas de violências à sua dignidade humana impelem à suas companheiras em particular, e a mulheres em geral, sua revolta através da agressão, da dor, do medo e da morte. Na maioria destes casos, homens negros, todos em condição de miséria, reivindicam poder através da violência contra suas parceiras de vida, quando eles mesmos já experienciaram no corpo a crueldade do sistema capitalista, racista e patriarcal através dos punhos do Estado. Aqui, recupero a fala de Paulo que se diz diferente dos outros homens que cometeram violências contra suas parceiras, diz que não combina com os demais e usa este argumento para sensibilizar outros agentes: Paulo é um homem branco, trabalhador da saúde, com mais de sessenta anos, conhecido por ser amigável e um bom pai e marido e reivindica o estereótipo de um homem de bem – o mesmo reivindicado por Bolsonaro e seus apoiadores. Mesmo Sara, sua ex parceira, quando entrevistada conta que investiu no relacionamento dizendo julgando que ele, pelo perfil, era um homem *que não iria lhe incomodar*, por já ser idoso, pai, avô e trabalhador da saúde.

Nesta linguagem, homens negros, em extrema pobreza, em situação de dependência química ou alcoólica, em situação de rua, ex encarcerados e demais estigmatizados seriam considerados os perigosos, agressores de mulheres e crianças, descontrolados e ameaçadores – imagem (re)produzida pelo Estado e pelas pessoas no geral.

Essa distribuição desigual dos homens no tecido social também implica um maior ou menor nível de tolerância às violências produzidas e/ou sofridas por ele. Enquanto Paulo era tratado com cortesia, Gustavo e Luís eram agredidos sadicamente por policiais militares em diferentes situações. Ou de Anderson que, tentando recomeçar sua vida através de um trabalho formal, é atacado moralmente por agentes durante uma ocorrência policial para fins documentais.

A partir destes cenários, podemos falar sobre como, a nível *mesoestrutural*, ou seja, de atuação institucional, perpetua-se ou confronta-se a produção do feminicídio. Seguidamente agentes do estado são identificados por atitudes ilegais ou antiéticas contra civis, como nas relatadas acima. No início do seu relato, Kate conta que ainda criança lembra-se de ter sido assediada por policiais militares no bairro periférico em que morava, além de julgar o atendente da DEAM despreparado para recepcionar mulheres em situação de violência, assim como os policiais da Patrulha Maria da Penha que a visitaram, com poucas exceções. O acolhimento de qualidade fora feito por uma maioria maçante de servidoras mulheres, em todos os serviços. Nos contatos virtuais dos oficiais ou mesmo nos encaminhamentos da delegacia especializada, não houve orientações contundentes de apoio psicossocial à usuária dos serviços. Mesmo com tantas visitas à delegacia e ocorrências registradas, a audiência de acolhimento fora agendada para oito meses depois e a renovação da medida só ocorreu porque a autora conhecia o procedimento, sem que fosse orientada por agentes do serviço de segurança. Pedira inúmeras vezes que agentes intercedessem a seu favor ao tomar conhecimento que Bruno monitorava sua presença nos locais que frequentava através de terceiros. Em uma das situações, uma agente da polícia diz a ela que concorda que o ato se enquadrava em violência psicológica, mas sendo que o judiciário não o teria impedido de entrar em contato com amigos e familiares, perguntar sobre seu paradeiro não seria crime, afinal, ele poderia apenas estar evitando frequentar os mesmos lugares.

Sara, por sua vez, relata inúmeras falhas no fluxo de seu atendimento, sendo que registrou seis ocorrências, teve sua situação relativizada na delegacia (relembrando o caso em que Paulo utiliza a farda de socorrista da SAMU para sensibilizar os agentes que atuam no enfrentamento à violência de gênero e tomando a mesma atitude comigo ao entrar em contato para participar da pesquisa), foi assediada por um policial da patrulha durante atendimento em

sua própria casa e teve uma audiência marcada junto de seu agressor mesmo após ter sido expedido um mandado de busca da arma que dizia ter posse para ameaçar Sara. Pâmela, em uma de suas crises de agressividade, em pleno tratamento psicossocial, conhecida pela rede, fora agredida dentro do CREPAR por um policial em serviço. Beatriz não recebeu orientações, nem apoio institucional para refazer sua vida com os filhos, sendo mantida na habitação e em presença do agressor correndo grave perigo de feminicídio, assim como do assassinato dos filhos. Destes casos, a única medida contra os homens foi a protetiva em relação às mulheres, mesmo que houvesse repetida revitimização, nenhum deles passou por acolhimento e atendimento psicossocial referente à situação de violência de gênero.

Se buscarmos o acolhimento das mulheres, aquelas com maior grau acadêmico foram melhor tratadas pelos sistemas da rede de enfrentamento. Andressa, por exemplo, conta ter sido bem acolhida pela delegada de polícia da cidade em que fez denúncia, assim como por uma profissional da saúde quando relatou sua história. Kate e Sara relatam uma boa experiência com o Centro Jacobina, sendo que a de Kate foi estendida. Vemos que, em outros casos, como os de Kerolyn, Beatriz e até mesmo da ex companheira de Anderson, o Centro Jacobina também foi o que tomou os encaminhamentos mais apropriados em relação aos casos. Por outro lado, é dos serviços mais negligenciados pelo poder público, tendo seu horário de atendimento estendido até às 17 horas apenas no final de 2023, quando finalmente fora contratada mais uma técnica especialista. É um serviço essencial no enfrentamento às violências cometidas contra mulheres, porém com estrutura física e recursos humanos deficitários, embora lidere a reuniões da rede de enfrentamento.

Aqui há um furo gigantesco na rede de enfrentamento: não apenas a falta de investimento nos recursos humanos, mas nos serviços de saúde mental especificamente. Todas as pessoas envolvidas em situação de violência de gênero têm impactos drásticos na sua integridade mental, muitas delas relatando ideação suicida, e, para os serviços reservados a mulheres, mais propriamente, há uma falha crassa na falta de especialidade psicológica. Sara é uma das participantes que teria relatado muitas vezes pedir apoio psicológico e psiquiátrico por diferentes vias nas redes, sem sucesso, sendo que acabei sugerindo pra ela um acolhimento através das psicólogas voluntárias da pesquisa – os serviços ofertados pela rede também são voluntários, como o PAAS da Unisinos e o Grupo Reflexivo da ONG Ponto Gênero, evidenciando o valor que o poder público investe ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Também podemos dizer que se, por um lado, falta na rede de enfrentamento representação comunitária, por outro sobra representação institucional e de agentes do estado

praticantes, coniventes ou cúmplices nas violências contra, ninguém mais, ninguém menos, usuárias da rede de enfrentamento. Paira, portanto, uma insegurança interna à rede, fazendo com que tenhamos que buscar caminhos paralelos para denunciar práticas abusivas ou negligentes contra aqueles que deveriam estar protegendo mulheres cis, trans e travestis. Como membro da rede, mesmo quando Primeira Secretária do COMDIM, muitas vezes questionei a segurança das vítimas quando trazíamos casos específicos para serem encaminhados coletivamente – desde que vi ser pautado um problema comunitário com a prostituição de rua em São Leopoldo e, em seguida, magicamente estas mulheres sumirem das ruas nos dias logo após a reunião sem que nenhum grupo de trabalho ou intervenção institucional tenha se concretizado, temi pela integridade das envolvidas e denunciante em qualquer tipo de notificação. Há outros casos que eu mesma recebi e encaminhei via COMDIM, UBM ou SEPOM, evitando detalhes das denunciante para que não fossem revitimizadas pelo Estado e seus agentes de Segundo Estado⁴⁰.

Temos aqui então um conjunto de fatores que dialeticamente condicionam a existência generificada de homens e mulheres a uma experiência violenta – dentre *elas* e contra *elas*. O sistema moderno-colonial não é o fundador do gênero ou do patriarcado – porque historicamente diversos, mas sim do padrão violentamente perpetrado destas estruturas nos territórios colonizados. Por sua vez, capitalismo e racismo, são igualmente articuladores das formas materiais, sociais e psicológicas de vivenciar o gênero e de produzir o feminicídio.

Isso fica evidente na narrativa de todos/as participantes da pesquisa. Por outro lado, sendo o discurso uma prática social, ele pode perpetuar ou questionar a ordem vigente. E ao longo do trabalho etnográfico identificaram-se também agentes e projetos – de vida e de sociedade – potencialmente combativos da violência de gênero, para além daqueles empreendidos intimamente por mulheres que estiveram nesta situação. Buscando estas potencialidades, destacamos no próximo tópico experiências *desde baixo* em São Leopoldo/RS e na região metropolitana que tangenciam o diferencial comunitário de enfrentamento às violências cometidas contra o gênero feminino⁴¹. Estas experiências carregam um elemento em comum: a *solidariedade comunitária*.

⁴⁰ Rita Segato define as *corporações* ou o *Segundo Estado* em Ciudad Juárez como o “[...] o grupo ou rede que administra os recursos, direitos e deveres próprios de um Estado paralelo, estabelecido firmemente na região e com tentáculos nas cabeceiras do país” (SEGATO, 2005, p.283). Quando identificamos uma prática institucional paralela à rede formal e que tem por fins a revitimização de mulheres ou a proteção de agentes opressores do Estado, podemos defini-la, portanto, como uma rede de Segundo Estado.

⁴¹ Já que aquelas vindas de cima, como as originadas por organismos internacionais, historicamente carregam em si um fundo mais regulador do que combativo das violências de gênero.

3.1. Outras masculinidades e redes comunitárias

“É a capitalismo que conduz isso, que produz morte e que produz pessoas. Eu comparo com o plantio de horta que a gente é agricultor e tal. Se tu pega uma semente de boa procedência, que foi produzida de forma ecológica, você trabalha a terra, [...] ela vai germinar e vai te dar frutos saudáveis, enfim. Uma pessoa que já tá desnutrida lá no ventre da mãe, quando [...] nascer, vai ser uma pessoa enfraquecida. Ela não vai ter condições de acompanhar uma planta que foi regada, que foi bem tratada desde a semente, então eu faço essa comparação e vejo como as pessoas do meu meio, do meu bairro, da vila e que vivem em condições que eu vivia, né? Hoje eu vejo que, pelo menos o meu é assim: passado, presente e futuro, eles convivem simultaneamente, tão ali juntos. Eu olho pro lado e vejo como eu era comigo e eu também fazia uma projeção de futuro. E não era boa a projeção que eu fazia. Hoje ela é boa. Hoje é de paz, de serenidade e principalmente de fazer o bem pras pessoas”.

Nilson Lopes, maio de 2021.

O movimento de encontro etnográfico iniciado através das atividades da rede de enfrentamento à violência contra a mulher de São Leopoldo/RS me oportunizou confrontar mais concretamente a realidade das comunidades em geral – e do gênero feminino mais especificamente –, em relação aos serviços institucionalizados para esta população. Desde novembro de 2019, quando iniciei as incursões etnográficas no universo da rede, sempre tensionei a falta ou pouca representação comunitária neste mecanismo, assim como de olhar e escuta especializada para as demandas dos territórios periféricos. Quando estive na Associação Santa Marta em 2020 estes déficits na rede ficaram gritantes – e em seguida pioraram com a explosão da pandemia por Covid-19, como mostram os índices de violência doméstica e feminicídio⁴².

A Vila Santa Marta fica na Zona Norte de São Leopoldo, pertencendo ao bairro Arroio da Manteiga. É um território marginalizado e que se encontra distante do centro da cidade, não somente no quesito quilometragem, mas em respeito ao acesso a direitos básicos constitucionais. Na primeira semana de março de 2020 a equipe da Delegacia da Mulher de São Leopoldo visitou esta associação com o objetivo de informar as mulheres da região sobre Violência Doméstica e sobre a atuação da DEAM, na época recentemente inaugurada. O projeto era chamado *Bem Me Quero*. Decidi observar a atividade e fui acompanhada de uma amiga. Tivemos um pouco de dificuldade de encontrar a associação, mas fomos orientadas por moradores. Na porta de entrada do pequeno prédio duas mulheres conversavam, uma delas Promotora Legal Popular e então vice-presidenta da Associação, Dilce Rosa. Dentro do

⁴² Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19 – Ed.3. Nota Técnica. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v3.pdf>. Acesso em 10.03.2023.

prédio estava a então secretária da SEPOM, Vanessa Saraiva, acompanhada de uma estagiária da prefeitura, e poucas mulheres moradoras da comunidade ocupando as cadeiras em círculo.

A liderança da comunidade, Dilce, que estava na porta ao telefone, veio até a roda cumprimentou cada uma de nós presentes. Esperamos cerca de 30 minutos até que chegassem outras moradoras, um educador social de uma instituição local com um grupo de cerca de 10 pré-adolescentes e adolescentes e, por fim, a equipe da DEAM (que chegou atrasada devido à dificuldade de encontrar o local, mostrando que não conheciam o território). Da equipe da DEAM, apresentaram-se a delegada, duas inspetoras, e outros policiais homens que não participaram da roda. Estes/as operadores/as da DEAM chegaram ao local em viaturas da polícia civil, fardados e armados. Estavam também acompanhados/as de duas advogadas, sendo uma delas representante do CONDIM.

Logo com a chegada da DEAM, a delegada titular Michele Arigony introduziu a atividade frisando o objetivo de criar vínculos com a comunidade e uma intimidade entre as lideranças locais e o serviço especializado em violência de gênero. Michele afirmou que as mulheres estão se encorajando e que desde a inauguração da DEAM no município – cerca de cinco meses antes – havia registro de quase 300 inquéritos policiais. Michele também focou no caráter educativo da violência doméstica e dos discursos machistas da mídia, aos quais, segundo ela, as crianças crescem assistindo ao ponto de acharem que as *mulheres valem menos que homens*.

Seguindo o fluxo, falaram outras representantes institucionais, incluindo uma inspetora de polícia, que afirmava que a equipe presente queria conversar com a comunidade e oportunizar o acolhimento e a valorização das mulheres. Depois dela, falou outra inspetora, reforçando que queriam conhecer a realidade da comunidade, fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e promover o apoio entre as mulheres pra sair do ciclo da violência. As advogadas presentes enfatizaram o acolhimento e apoio das mulheres que oportunizaria um resgate de sua cidadania através do Direito, sob a ideia de que *uma mulher fortalecida é uma família fortalecida*.

A partir dessas falas, algumas moradoras se apresentaram, dentre elas duas líderes comunitárias, representantes da Pastoral da Criança e da Associação de Moradores. Dilce conta que participou do programa *Mulheres da Paz* e desde então passou a auxiliar muitas mulheres da comunidade, além de também ser perseguida e ameaçada por suas atividades nesta comunidade que vive num contexto de violências extremas. Por esta razão, Dilce dizia estar acuada pelas ameaças e exposição a si e sua família, sentindo-se de mãos atadas para ajudar e orientar mulheres em situação de risco, uma vez que estaria completamente

abandonada pelos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, uma situação que perdurava há anos – e continua a mesma. Dilce então observou que muitas mulheres, mesmo desejando participar da atividade, negaram-se, afirmando que “*assinariam seus atestados de óbito*” se fossem vistas no mesmo local que a polícia civil.

A atividade seguiu com momentos de interação, aprendizado para todas e todos presentes, mas também de falhas crassas. Uma das inspetoras de polícia insistiu que as adolescentes presentes se apresentassem, tendo coagida uma delas a falar sobre si em público – a menina teve uma crise de choro, precisou ser acolhida e retirada do local, quando descobrimos que ela era uma nova moradora da cidade por ter perdido sua mãe por feminicídio. Em seguida, a mesma inspetora indiscriminadamente pedia à Dilce informações de uma moradora com potencial risco de feminicídio na minha presença, como se eu não fosse, de fato, uma completa desconhecida. Estas cenas me fizeram vivenciar em campo, na condição de pesquisadora, o que as autoras das Rotas Críticas vêm apontando há vinte anos: o despreparo dos operadores estatais no combate da violência contra as mulheres, mesmo quando ditos especializados.

Uma semana depois a atividade fora reproduzida em outro território. A comunidade foi recebida na *Ong Afro Umbandistas Ilê Oni Bará*, no bairro Santos Dumont, outro território extremamente marginalizado e com concentração de população negra em São Leopoldo. Mas na chegada já estava perceptível uma dinâmica diferente da ocorrida na Vila Santa Marta. Os/as policiais da DEAM estavam à paisana, alguns deles identificáveis apenas pelo brasão da polícia civil na camiseta. Não havia viaturas no local, nem armamento ostensivo, como na semana anterior. Pareceu uma resposta à demanda colocada pela liderança Dilce Rosa na atividade anterior. Neste prédio havia uma ótima estrutura, com bastante cadeira para todos/as, uma mesa com alimentos e bebidas sendo servida e todas eram recebidas gentilmente. Muitas pessoas chegaram, aos poucos ocupando todos os lugares e mantendo-se de pé nas portas e corredores.

O fluxo de apresentações seguiu como na atividade anterior. Primeiro as autoridades presentes, sendo aberta a rodada pela então vice-prefeita Paulete Souto que falou sobre sua experiência no bairro, afirmando que a qualidade de vida dos moradores melhorou com a passagem do trem no bairro e o acesso ampliado à infraestrutura básica e emprego. Em seguida, falou a delegada Michele, apresentando a equipe e também atendendo a outra demanda do encontro anterior: neste encontro estavam presentes uma psicóloga e uma advogada para atendimento e orientação, conforme demanda. A fala da delegada foi amadurecida também, e o trabalho contou com apresentação em data show, explicação sobre

o ciclo de violência e a indiferença da família e comunidade com a violência contra a mulher. Explicou que a DEAM só atende registros de violência de gênero doméstica e familiar, afirmando que a violência contra a mulher é *uma violência que acontece dentro de casa* (levando a discussão para o âmbito íntimo). Nesta data, a delegada afirmava que já havia quase 600 registros de violência contra a mulher em São Leopoldo, totalizando 6 prisões e 2 apreensões de armas nas ocasiões, sendo que 87% dos agressores foram maridos ou companheiros.

Após a delegada, falou uma inspetora, afirmando que *a mulher é o cerne da família*, e que *ela precisa ser capaz de identificar o ciclo da violência*. Explicou que os operadores que atuam na DEAM são aqueles que optam por trabalhar com esse tipo de especialidade por ter mais afinidade e estarem (supostamente) mais preparados para a função. Também falou da relevância da *sororidade* e de um comportamento amigo das mulheres para com as outras no combate à violência. Fora esta mesma inspetora quem cometeu seguidos erros drásticos no encontro da Vila Santa Marta, como citado antes, mostrando que seu discurso na ocasião não acompanhava a prática do seu trabalho.

Seguiu assim o fluxo de apresentações e, como na ocasião havia muitos presentes, homens e mulheres, ao invés de apresentações individuais a reunião foi aberta para dúvidas dos/as presentes. As dúvidas giravam em torno das denúncias e seus trâmites, até que um homem, que depois identifiquei como Cezar Nunes, questionou se as mulheres trans teriam acesso ao serviço, tensionando como a comunidade poderia auxiliar na denúncia de violência contra mulheres trans.

Em seguida deste encontro do Bem Me Quero, emergiu o isolamento social em função da pandemia. Mas destes contextos, surgiram marcadores para alguns dos pontos que foram sendo tecidos ao longo da pesquisa. Em primeiro lugar, no contexto da Vila Santa Marta ficou nítido o distanciamento da rede para com as comunidades quando a instituição policial chega no território sem um contato maduro com as lideranças locais e suas particularidades. Pelo contrário, tonificando o terror militar. Além da ausência de vínculo, as mulheres estavam com medo. Apesar da ausência geral de homens, havia a presença de uma masculinidade violenta que pairava sem precisar ser nomeada, figurada tanto na farda e no armamento policial ostentado pelas autoridades presentes, quanto na vigilância próxima da facção que comanda a região. A sensação era de que após a chegada da polícia com aquela estética, ninguém mais entrava, mas também ninguém mais saíria do local. Foi um erro crasso da DEAM e dos demais representantes do poder público esta falta de atenção às particularidades locais no planejamento da atividade. Fica evidente neste cenário e nas narrativas das participantes da

pesquisa que surgem depois que a DEAM, apesar de dita especializada para o atendimento de mulheres, é uma instituição moldada desde valores tidos como hegemonicamente violentos. Além da prática nas comunidades, vimos que quem acessa o local e tem contato com os/as agentes que trabalham lá presenciam uma lógica de autoridade, segurança e manejo das relações que é o estereótipo de uma masculinidade militarizada e violenta praticada por homens e mulheres, mesmo quando impactados de formas diferentes.

No segundo cenário, houve um sopro de esperança em notar que há brechas a serem ocupadas na ponta do serviço, uma vez que a delegacia mudou completamente a abordagem. Pairava segurança, apesar da presença policial e do tráfico ao redor. Havia diálogo, muitas mulheres e um homem foi o primeiro a questionar sobre a segurança e a defesa da vida de mulheres trans em cerca de cinco meses do meu trabalho de campo. Pontualmente, a voz da líder comunitária havia ecoado no serviço e na proposta da DEAM. Esta experiência me sensibilizou para toda minha atuação que seguiu desde então. Foi também no encontro da Vila Santa Marta que pus meus sentidos a atentarem para ausência de homens naqueles espaços.

Sempre pontuei estarmos apenas entre mulheres – ou quase totalmente em público feminino – em espaços de discussão sobre feminicídio. Havia uma crítica aos homens, mas até então não uma autocrítica. Dias antes da primeira atividade *Bem Me Quero*, estive no Fórum Social Mundial de 2020 em uma atividade de convergência que ocorria no auditório da Procuradoria da República de Porto Alegre. A atividade consistia em rodas de diálogos orientadas pelas falas de representantes de movimentos sociais e o eixo da dinâmica foi denominado *Enfrentamento ao encarceramento em massa e ao genocídio das juventudes (negra, periférica e indígena), contra a criminalização dos movimentos sociais e em defesa dos/as defensores de Direitos Humanos*. A atividade foi recebida pelo projeto *Locais de Fala* do Ministério Público Federal. Dentre os subeixos, estava o *Enfrentamento ao feminicídio*. No final da manhã mulheres jovens, na casa dos vinte e poucos anos, foram convidadas para esta fala. As participantes recitaram poesias sobre a posse do corpo das mulheres e feminicídio, e falaram sobre a importância da ação dos homens na superação da violência contra a mulher. Contudo, categoricamente afirmando que aquele não era o momento desta ação, porque o projeto se chamava *local de fala* e os homens deveriam ocupar o lugar da escuta.

Na ocasião, um jovem negro, iniciando sua fala sobre o movimento *hip hop* e sobre a violência policial na periferia de Salvador/BA, afirmou: “*não é só mulher que tá morrendo, não, viu moça?*” - respondendo a fala de outra participante sobre aquele ser um lugar de escuta para homens no que se trata sobre feminicídio. Ao longo da sua fala ilustrou com propriedade como as masculinidades, raça e classe se interseccionam na produção e

reprodução de violências de origem colonial. Neste contexto, passei a questionar: como podem os homens contribuir no enfrentamento à violência de gênero contra mulheres? Como podem as organizações de mulheres compartilhar com os homens ações no combate aos feminicídios? Aqui, percebi que a ausência dos homens em espaços de discussão para o combate a este crime são tanto um sintoma da violência, quanto da ineficácia de discursos feministas separatistas que têm por finalidade a retaliação e a vigilância moral, focando na identidade como conceito essencialista (e até mesmo biológico) e na interseccionalidade como ferramenta de distribuição multicultural das formas de ser, agir e estar em sociedade. Confrontei este modelo à teoria que me vinha orientando e reforcei na tese a compreensão de que a distribuição e vigilância binária de homens e mulheres no combate às violências de gênero constituem posturas tanto de assimilação, quanto de resistências não-emancipatórias à sistemática colonial.

A partir desta percepção, ajustei minhas lentes para outras masculinidades que encontrei neste caminho. Destaco aqui o educador social que, no *Bem Me Quero* ocorrido na Vila Santa Marta, levou as crianças e adolescentes à atividade observando que gostaria que os meninos, em especial, tivessem acesso ao tema de forma crítica, podendo observar a si mesmos e, talvez, mudar seus comportamentos e realidades. Durante a roda de apresentações, o educador também falou que ensinava aos meninos que *o machismo também mata o macho* e que na caminhada da violência de gênero, perde-se a família, os filhos e até a vida. Na ocasião conversei momentaneamente com este homem, que contou sua experiência com o pai que, peão de obra e dependente alcoólico, ensinava a divisão das tarefas e o respeito à mulher na sua casa através de uma *pedagogia da sua época* e que como educador tenta aprender e falar com os garotos sobre isso na sua linguagem, que contrasta com os discursos acadêmicos e abordagens feministas desconstrutivistas por meio da ridicularização dos sujeitos (o *escracho*, semelhante ao que presenciei no Fórum Social Mundial de 2020).

Passado bastante tempo, eu já estava ambientada na rede de enfrentamento e passei a representar a UBM no COMDIM. Foi quando conheci Seu Nilson. Seu Nilson já foi citado outras vezes nesta tese, porque sem sua participação não teria tecido boa parte do trajeto etnográfico aqui textualizado. Mas Seu Nilson é muito mais do que um mediador neste universo e carrega em si a retrato de sobrevivência e confronto às masculinidades hegemônicas. Seu Nilson tem 61 anos e se define como um homem negro, de origem pobre, sendo o segundo filho de nove irmãos de pais analfabetos. Segundo Seu Nilson, teria crescido no meio da miséria e vivenciado, no interior da família, todo tipo de violação de direitos humanos, uma vez que em casa se *reproduzia o autoritarismo, a opressão e o machismo*

praticado pelas classes dominantes. Estas violências eram naturalizadas em casa, em especial contra sua mãe.

A família de seu Nilson teria migrado muitas vezes por cidades riograndenses, mas também para fora do estado, acompanhando o trabalho do pai que trabalhava na construção de estradas. Isso fez com que tenham experienciado diversas culturas, mas estivessem concentrados especialmente em cidades de origem alemã e italiana, ou seja, aquelas que recebiam esse tipo de infraestrutura. Assim Seu Nilson conta que ele, um menino negro *esmirradinho*, em situação de miséria e pertencendo a uma família migrante, cresceu também assistindo meninos brancos, de ascendência europeia, vivendo sob condições abismalmente melhores que as suas, vez ou outra fazendo com que perguntasse aos pais porque *os outros tinham tudo quando ele por vezes sequer tinha comida.*

Aos 07 anos Seu Nilson trabalhava em uma chácara, na lida com o gado e entregando leite. Mas seus pais sempre mostraram interesse em que ele e uma irmã mais velha estudassem, conseguindo matriculá-los juntos quando estavam completando oito e dez anos⁴³. Seu Nilson conta que era bem acolhido pelas professoras e equipe da escola, que seguidamente era elogiado pelo aprendizado. Por outro lado, com contexto de extrema miséria e a dependência alcoólica do pai, se agravava a situação de violência doméstica e de espancamentos de sua mãe por parte do pai, impactando diretamente na saúde mental das crianças. Seu Nilson relata que viviam seguidamente adoecidos, sofrendo de desnutrição, dores de cabeça, ansiedade, profunda tristeza e convulsões que impediam de manter a aprendizagem escolar. Consequentemente, Seu Nilson também se tornou dependente alcoólico muito jovem, assim como outro irmão mais novo.

Ao longo da vida, Seu Nilson vivenciou muitas violências no seu corpo. Passou também a ser dependente químico, trabalhou em diversas funções, esteve muitas vezes em situação de rua em diferentes cidades e estados. Acompanhou diversas pessoas na mesma situação, viu muitas delas serem mortas, sofreu e assistiu a violência policial e pontua como esta vida de ausência de direitos básicos que perpassa a fome, a miséria, o luto, o alcoolismo, a drogadição e o medo faz com que muitas vezes as pessoas percam *a referência à pessoa humana*, resolvendo seus conflitos através da morte para que não seja a próxima vítima.

⁴³ Na época sua irmã também começou a trabalhar como doméstica, onde permaneceu até seus vinte e poucos anos quando se passou a se relacionar com um homem que não era aceito pela família de Seu Nilson, que reagiu violentamente contra ele. Sua irmã mais velha fugiu então para a capital com o companheiro, vivendo momentos em situação de rua e então passando a atuar na reciclagem, onde ela teria se contaminado com hepatite e, consequentemente, vindo a falecer aos 29 anos. Seu Nilson conta que a história da irmã foi uma das que acirrou tanto sua condição de saúde mental e drogadição, quanto sua indignação com a sistemática de morte do capitalismo.

Dentre estas, Seu Nilson conheceu muitas mulheres e histórias de mulheres que foram mortas nas ruas, por motivos gerais como qualquer outro indivíduo, mas também por razões de gênero – como Bárbara e outra vítima que teria vivido em São Leopoldo/RS, uma mulher trans que fora morta e deixada à beira do rio. Seu Nilson conta que essa vida de terror faz com que mulheres criem suas redes de cuidado, dentre elas e com os homens, por vezes através de um relacionamento com um homem, por outro através de *grupos de cuidado mútuo*.

Seu Nilson conta que sua inclinação e sensibilização para as relações de gênero se deu quando passou a viver com o MST, onde esteve por seis anos na década de 2000. No acampamento todos passavam por formação reflexiva de gênero, em grupos, onde se discutia distribuição do trabalho doméstico e agrícola, cuidado com as crianças e respeito às mulheres desde uma perspectiva de equidade de gênero. Estas formações eram estendidas à prática, devendo todos praticar aquilo que se debatia durante os encontros de forma que novas formas de viver o gênero fossem naturalizadas coletivamente. Nas palavras de Seu Nilson, isso era possível porque no MST todos fazem parte de um coletivo e devem agir tendo por fim esta coletividade. Então, quando havia violência contra mulheres no MST, geralmente era praticada por novos membros dos acampamentos e não por sujeitos sensibilizados já para novas relações de gênero e masculinidades.

Seu Nilson diz que chegou ao MST reproduzindo práticas e discursos machistas, racistas e capitalistas, mas que nesta experiência começou a aprender sobre emoções e carinho para com as pessoas independente de gênero e princípios fundados na dignidade humana. Aprendeu sobre ser amigo, poder dar abraços e enunciar amor sem que isso gere constrangimentos ou brigas associadas a representações de gênero. Seu Nilson deixou os acampamentos e assentamentos por motivos pessoais, para poder acompanhar a mãe, e acabou se desorganizando novamente, voltando a viver em situações de risco devido à drogadição. Mas há cerca de 10 anos Seu Nilson alavancou novos projetos de vida que tem como eixo a perspectiva humanista de Paulo Freire, que conhecia desde a experiência com o MST. Hoje Seu Nilson é uma liderança excepcional. Atua nos conselhos de Segurança Alimentar de São Leopoldo e do estado do RS, sendo vice-presidente a nível municipal; também é membro do Fórum Estadual de Usuários do Sistema Único da Assistência Social – SUAS; tem experiência como educador social em São Leopoldo/RS; é presidente da Associação Criativizando de Atenção Psicossocial que inclui o Grupo de Mulheres + Comunidade Tancredo Neves no bairro Arroio da Manteiga de São Leopoldo que vem se dedicando à construção comunitária de uma horta urbana com o objetivo de produzir alimento saudável para a população mais vulnerável – tive a honra de estar presente na inauguração da

sede e adesão do grupo de mulheres comunitárias à associação, na época representando a UBM; Seu Nilson ainda trabalha como visitador do Programa Primeira Infância Melhor – PIM nas comunidades Tancredo Neves e Santa Marta onde atende crianças pequenas e gestantes tendo por fim o desenvolvimento integral da infância. Seu Nilson é o retrato de um homem que sobreviveu reagindo à violência patriarcal, racista e classista produzida pela modernidade/colonialidade e pelo seu eixo capitalista.

No trajeto da pesquisa também conheci Cezar Nunes. Comentei mais acima que no segundo encontro do *Bem Me Quero* observei sua conduta e fala sobre o enfrentamento à violência doméstica contra mulheres trans no bairro Santos Dumont, em São Leopoldo. Um ano e meio depois, Cezar veio coincidentemente a participar da pesquisa que origina esta tese, devido sua longa experiência como ativista em projetos voltados para o combate à violência contra as mulheres e à indicação de uma mulher. Cezar fora indicado por diferentes pessoas, incluindo Seu Nilson e Dona Vanilda que, tendo sido vítima de violência doméstica e urbana, passou a ser aluna de Cezar e, certo dia, livrou uma vizinha das agressões que sofria em via pública, cometidas pelo filho. Concomitantemente, eu também vinha sendo indicada a Cezar como uma possível parceira para projetos no campo da violência de gênero contra mulheres.

Entrevistei Cezar no final de setembro de 2021. Cezar é um homem negro, natural de Canoas e perdeu o pai quando ainda era bebê. É também conhecido como Mestre Cezar em função da docência de Artes Marciais há quase 40 anos. No final da década de 80, Cezar presenciou, na companhia de dois amigos, um ataque em via pública a uma travesti à noite, na beira da BR 116 em Nova Santa Rita. Na ocasião, ele e os amigos perceberam quando ela se pôs a correr logo após um carro parar e descerem quatro homens. Um destes homens iniciou o espancamento. Cezar conta que como já atuava na arte marcial, interferiu com os amigos, impedindo que ela fosse morta. Contudo, a travesti teve muitos ferimentos, especialmente no rosto, precisando passar por cirurgias. Na época, descobriu-se que um dos agressores havia relacionado com a vítima.

Já no início dos anos 1990, sensibilizado por este acontecimento e pelas memórias de violência doméstica sofrida pela mãe por parte do padrasto, Cezar começou a atuar junto de duas colegas no desenvolvimento de cursos de defesa pessoal para mulheres. Desde então, Cezar vem oferecendo formação e oficinas na área em diferentes estados do Brasil. Em 2018, por intermédio do gabinete da então vice-prefeita de São Leopoldo, Paulete Souto, ministrou aulas de defesa pessoal para mulheres em vários espaços de São Leopoldo, tendo iniciado pela quadra da escola de samba Império do Sol. Em 2021, fez parte da elaboração e implementação do projeto *Elas por Elas* de defesa pessoal para mulheres em Novo

Hamburgo⁴⁴, atuando como instrutor do projeto. Em agosto deste mesmo ano, Cezar e eu atuamos juntos em uma oficina de defesa pessoal para mulheres ofertada no Serviço de Convivência Padre Orestes, da ONG Isaura Maia. Distribuímos a atividade entre uma roda de diálogo sobre violência de gênero e a rede de enfrentamento, combinada com exercícios de autodefesa pensados para situações de violência doméstica e de gênero em espaços públicos e privados.

Cezar e eu defendemos que o Estado implemente políticas públicas de defesa pessoal do gênero feminino, para que mulheres tenham condições de defender a si ou aos seus filhos/as e escapar de situações de violências extremas, ou seja, evitando feminicídios. Além da mulher que o indicara para participar da pesquisa, Cezar cita mais três alunas que se protegeram de tentativas de violência sexual e física através de técnicas de defesa pessoal, assim como uma quarta aluna que fez da prática da arte marcial uma motivação para enfrentar um quadro depressivo, e mais uma usuária do *Elas por Elas*, que teria buscado ajuda para defender-se dos espancamentos que sofria por parte da família que não aceitava sua sexualidade. Cezar também defende as artes marciais desde fundamentos orientais como via de disciplinamento e aprendizado de respeito a todos e todas. Comenta que o machismo está presente no meio das lutas marciais, assim como em outros espaços, e há práticas violentas apesar dos princípios de serenidade e autodisciplina oriental, uma vez que estes espaços são formados por pessoas, em maioria homens. Nesta discussão, assim como Seu Nilson, lança mão de Paulo Freire para falar sobre a esperança de mudança comportamental dos homens através da educação e da disciplina.

Outro projeto importante em consonância com este esperar na educação e que vai de encontro com as masculinidades hegemônicas são os próprios Grupos Reflexivos de Gênero da ONG Ponto Gênero em parceria com o Juizado de Violência Doméstica de São Leopoldo e facilitado por pelos psicólogos Cauê Rodrigues e Júlio Sá e pelo educador social Rafael Anderson, dos quais participaram dois dos homens aqui citados, Anderson e Paulo. Mas para além destas ações, nos interessam as surgidas da base comunitária. Juliana, a mulher trans entrevistada e comentada no segundo capítulo, conta que foi convivendo com outras pessoas em situação de rua que passou a ter uma melhor relação com homens. Ela conta que chegou ao Albergue Municipal carregada de preconceitos com os homens que estariam nestas condições e nos mesmos encontrou maior apoio e respeito à sua identidade de gênero, sendo

⁴⁴ Projeto *Elas por Elas* de defesa pessoal foi lançado em Novo Hamburgo e poderá ser implementado nas Demais Deams do estado. **Polícia Civil RS**, 02 jun. 2021. Disponível em <https://www.pc.rs.gov.br/projeto-elas-por-elas-de-defesa-pessoal-foi-lancado>. Acesso em 10.03.23.

muitas vezes defendida em situações de ofensa ou desentendimentos com trabalhadores/as locais ou demais usuários do serviço. Juliana diz que na rua aprendeu sobre cuidado mútuo, uma vez que todos/as viviam em situação semelhante.

Além destas experiências que trouxemos aqui, em São Leopoldo, mais especificamente, sigo admirando homens que lideram políticas de cuidado comunitário e/ou promovendo projetos em prol das comunidades mais pobres, no geral, e das mulheres dessas comunidades, em particular. Evidencio, ainda, a presença predominante de homens negros neste quadro e cito uma experiência que o tempo não nos deu oportunidade de vivenciar com maior presença: a da Associação de Moradores da Feitoria Cohab - AMOCF. A comunidade da Feitoria Cohab fica na Zona Leste de São Leopoldo, região também marginalizada e de concentração de população negra da cidade, assim como a Vila Santa Marta e o Bairro Santos Dumont. Hoje a associação tem na sua presidência e tesouraria homens negros, de vasta experiência com a comunidade e com os movimentos sociais e que tem feito um trabalho de formiga, porém potente, na região. Jonis Pereira e Valter Cardoso são estes homens que encabeçam projetos educativos para crianças, cozinha e refeição comunitária, fortalecem a escola de samba do bairro e dedicam-se ao vínculo com lideranças locais, especialmente mulheres, também presidindo a associação. Há plena atividade junto aos moradores e moradoras e busca-se constantemente contato com o poder público e com a comunidade.

Não posso afirmar que estas figuras masculinas que cito aqui estão livres de machismo ou de experiências misóginas, porque agentes com diversas trajetórias de vida, embora seus projetos se encontrem. Mas digo com serenidade que sua atuação cotidiana carrega em maior ou menor grau senso político, afeto e preocupação com o bem estar das comunidades e das crianças em particular. Isso, transversalmente, é fazer política para mulheres. Há disposição na promoção de bem estar para os mais pobres e inclinação para a transformação e a justiça social. Ainda, no que se refere à solidariedade e exercício de escuta, alguns destes homens foram os que se colocaram à disposição quando estive em plena situação de violência, mostrando-se preocupados com meu bem estar e minha saúde mental com respeito e prontidão.

Estes agentes nos levam a entender que, dentre estes homens contraria-se a lógica de uma masculinidade hegemônica – que é viril, violenta, inconsequente e que, apesar de quase onipresente, é ausente no ambiente privado, mas determinante no poder e nos espaços públicos. Por outro, contraria lógicas feministas deterministas e dicotômicas que provém dos países do Atlântico Norte, mas que engendram também boa parte dos movimentos feministas do Sul: a determinante de que homens não cuidam, são violentos, encarnam a presença de

uma masculinidade danosa. Isso nos mostra que, por vezes, o gênero se torna algo estabelecido em certa medida e com tanto sucesso pelo colonizador, que mesmo visto de baixo não se enxerga que ele está em disputa e sendo vivido de várias formas. Há homens, nas ruas, instituições e no seio comunitário, exercendo sensibilidade e acolhimento, estes dois fatores que estiveram muito presentes no universo desta tese, onde para além de ouvir, olhar e escrever, nos colocamos a agir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução da tese, trouxemos algumas questões problematizadoras da pesquisa. A partir delas, foi possível costurar a textualização da pesquisa. Sem sombra de dúvidas, não há resposta fácil e muito menos definitiva para as perguntas que nos orientaram, que ademais de seu caráter científico, são tão angustiantes. Havendo demanda de pesquisas empíricas sobre feminicídio desde uma orientação ética feminista (CONNELL; PEARSE, 2015; VIVEROS-VIGOYA, 2018), buscamos contribuir para com pesquisas qualitativas comprometidas com o enfrentamento às violências de gênero desde uma ótica anticolonial que evidenciasse os efeitos do mercado mundial nas relações de gênero, na vida e na morte das mulheres e travestis latinoamericanas, e mobilizasse formas de produzir políticas públicas efetivas de enfrentamento ao feminicídio a partir de baixo, ou seja, a partir da experiência de homens e mulheres em situação de violência de gênero.

Sublinhamos que, embora as mulheres periféricas e marcadamente racializadas tenham sido historicamente invisibilizadas em diversos espaços de deliberação e produção científica, foram estas as mulheres que teceram conosco uma etnografia no seio comunitário, nos colocando em contato com histórias ou outras mulheres com experiência relacionada ao feminicídio ou a tentativa de feminicídio. Ou seja, a mulheres que tiveram sua vida ou seus corpos ameaçados pela sombra da morte ou que vivenciaram essa experiência com mulheres próximas, especialmente quando vítimas de (trans)feminicídio.

É importante retomarmos que na fase do estado da arte também evidenciamos a ausência de análises sobre feminicídios que abordassem a vida e a morte de mulheres trans, nem especificamente sobre a perspectiva do transfeminicídio. Durante os primeiros 15 anos deste milênio, quando a metade destes trabalhos foi produzida, sequer havia dados sobre violência que cruzassem variáveis de gênero e raça, nem sobre população de travestis e transexuais. Dessa forma, mediante a liderança e acirramento dos transfeminicídios de mulheres trans e travestis no Brasil, também pontuamos a indispensável presença destas agentes durante a pesquisa.

Outra demanda emergente na exploração etnográfica (para além de ouvirmos e entendermos experiências de pessoas do gênero feminino) foi utilizarmos as mesmas técnicas com homens participantes da pesquisa. Havia necessidade de conhecer a violência a partir da perspectiva do agressor, para que possamos criar mecanismos para combatê-la, uma vez que as leis de proteção estão em constante tensão com as normas socioculturais.

Vimos que, em geral, o agente da morte é também o sujeito colonizado, pois a constituição de subjetividades perversas torna-se normalidade do Estado neoliberal, edificando masculinidades violentas. Mas a tentativa destes agentes de reivindicar através da violência a razão branca, patriarcal e eurocentrada é falha, porque só os grupos dominantes encarnam essa imagem e isso também é ilustrado pela vitimização de homens negros por aparelhos estatais. A garantia do direito e da negociação não é possível para estes sujeitos.

Por sua vez, como alvo da contínua violência misógina e transfóbica, mulheres têm seus corpos reduzidos ao biológico descartável e seu direito máximo à vida é violado, como se ele fosse transmutado em direito patriarcal de posse e morte. É por isso que entendemos feminicídio como resultado de um *continuum de violência patriarcal moderno-colonial*, ou seja, o exercício de manutenção do sistema moderno/colonial de gênero. Sob a lógica da necropolítica, é a morte justificada que dá ao feminicídio o caráter de mecanismo de controle neoliberal.

O projeto de conquista permanente, derivado de uma invasão de 500 anos que nunca se concretiza totalmente, depende desta constante manutenção. Para tanto, o corpo e a vida das mulheres no neoliberalismo latinoamericano não são mais apenas vistos como posse, objeto de desejo e mão de obra, mas também como produto descartável⁴⁵, tendo sua vida constantemente ameaçada pela perpetuação do patriarcado moderno/colonial/neoliberal. A não-conformação aos padrões normativos de feminilidade e masculinidade em termos simbólicos e biológicos é a justificativa para o ataque soberano ao corpo-território de todo este grupo dissidente. E quando o “fazer viver” através da subordinação simbólica não é efetivo ou não é mais necessário há um trajeto para a morte no ápice de um *continuum* de violência que produz tanto os agentes da violência, quanto as vítimas da crueldade.

Para que este projeto de dominação seja eficiente, é vital a conjugação das subordinações psíquica e morais ao consumo físico do gênero feminino. Em resumo, isso é um exercício de soberania, como já investigado por Segato (2013). Este exercício atravessa política e sujeito sob uma constante de terror que dá aos homens poder e satisfação em matar e exibir corpos femininos e feminizados como tributo patriarcal. Isso ficou bem ilustrado nos casos aqui analisados, mas especialmente na obsessão ostensiva com a vida íntima (moral, sexual, reprodutiva e comportamental) de mulheres cis, trans e travestis, tanto por parte de seus agressores, quanto de agentes do Estado e ainda se estendendo a elas mesmas.

⁴⁵ Exacerbando o que já fora vivido por mulheres negras há séculos (DAVIS, 2016).

Isso não só se mantêm na vigilância e perseguição ao gênero e sexualidade de mulheres transexuais e travestis, como se agudiza na abominação e bestialização de seus corpos quando emergem significantes de feminilidade na reivindicação e performance identitária ou abandono a eles. As políticas de Gênero que fazem do feminicídio um projeto específico nos territórios colonizados se produzem da/na relação inextricável entre as macrocolonialidades⁴⁶ (estruturas de nível global e estatal de poder) e as microcolonialidades (da subjetividade dos sujeitos), é são inscritas em corpos femininos e feminizados e, como cenário, vemos também a crescente de transfeminicídios e a perversidade de um crime de ódio àquilo que é considerado feminino e escapa ao padrão masculino hegemônico heteronormativo (SEGATO, 2012). A transfobia é a misoginia exacerbada.

Esta economia monetária e afetiva tem efetivado o papel de romper tecidos comunitários preenchendo-os em regime de terror. Sob o medo e sentimento de desproteção as pessoas cada vez mais se isolam nas suas casas e núcleos familiares, impedindo organização e reivindicação política por seguridade e direitos básicos. Para parte das mulheres cis, das mulheres trans e travestis isso significa que não há lugar seguro. Nem as ruas, nem o interior das casas asseguram a plenitude de viverem suas vidas. Mas se o *continuum de violência patriarcal moderna-colonial* é um movimento de manutenção de uma conquista nunca plenamente concretizada, isso significa que há agentes e grupos em constante resistência. Se o feminicídio se consolida pela banalização do terror e da morte através de uma *pedagogia da crueldade* – expressão utilizada por Rita Segato (MENEGHEL; LERMA, 2017), a alternativa antagônica emancipatória é uma *pedagogia do oprimido* amparada no *conflito* e na *autonomia* comunitária (FREIRE; GADOTTI; GUIMARÃES, 1985; FREIRE, 1996; FREIRE, 2011).

Se o *continuum de violência patriarcal moderno-colonial* é um movimento de manutenção de uma conquista nunca plenamente concretizada, isso significa que há agentes e grupos em constante resistência. Vimos que a quase nula representação comunitária na Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de São Leopoldo/RS é um dos fatores que a faz frágil, para além dos vícios burocráticos, da falta de articulação entre serviços da rede e das más práticas de agentes dos serviços. Isso fica evidente no último capítulo da tese, onde são apontados erros ou possíveis crimes cometidos pelos próprios agentes do Estado, mas também o diferencial que a escuta ativa da delegada da DEAM para as demandas de Dilce,

⁴⁶ Conceitos utilizados por Sirin Sibai (2016).

Promotora Legal Popular, implica no serviço descentralizado junto às comunidades – um projeto que infelizmente foi interrompido pela pandemia e não retomado após ela.

Betty Lozano Lerma (2016), ao estudar sobre feminicídios na Colômbia, argumenta que o enfrentamento a estes crimes passa pela garantia das comunidades étnicas à autonomia e direito territorial, à justiça social, às filosofias ancestrais, entrelaçando gênero, etnia e bem viver. Disseminando isso ao longo da América Latina e deslocando o local para o Rio Grande do Sul, em um contexto em que a violência faz parte do projeto neoliberal e de uma guerra velada que logra colocar comunidades e familiares contra si e contra todos/as, é fundamental um movimento de restauração e fortalecimento político dos laços comunitários, imperativos no combate à necropolítica que assola o gênero feminino na América Latina e a região do Caribe.

Projetamos, neste sentido, buscar formas de protagonismo comunitário no combate ao feminicídio que empoderem a existência das mulheres como *seres* de direitos: aos seus corpos, à vida e a condições dignas de vivê-la. A igualdade aqui é vista no sentido moderno, porém não universal. Porque somos muitas e somos diversas, necessitamos de políticas públicas que alcancem a todas. Por extensão, pensando em arranjos comunitários e entendendo que os homens que lucram com o patriarcado não são os mesmos impactados e prejudicados pelas agendas políticas e econômicas, um feminismo separatista não seria uma alternativa política nem analítica contra a dominação masculina. Convergimos com Mara Viveros (2018) ao defender que feminismo comunitário seria uma alternativa, visando superar o confronto entre as mulheres e homens para pensar nas suas relações com as comunidades e produzir uma alternativa à sociedade e ao pensamento individualista.

Para tanto, são necessárias articulações autônomas desde as comunidades e que abram fissuras nas Ordens de Gênero, desde que com impactos nas instituições. Não seria função destas redes isentarem ou atuarem em lugar do Estado, mas fortalecer as comunidades, em geral, e sua parcela feminina, especificamente. Dentre as narrativas que compõem a tese é perceptível o potencial desta atuação social e do confronto do gênero hegemonicamente vivido, há reflexão e posicionamento crítico por parte de boa parte dos/as entrevistados/as.

Nesta perspectiva, o combate à violência de gênero faz parte de um trabalho de desestabilização da ordem patriarcal e não serve de paliativo na correção de excessos de sua violência. Por um lado, através do ataque ao sistema moderno-colonial de gênero. Por outro, evidenciando especificidades e particularidades que só serão identificadas no seio comunitário. Recompondo o ciclo vivido pelos casos limítrofes da tese fica delineado este quadro. Que possamos impedir e exigir do Estado justiça para as que já se foram, e que mais

nenhuma percorra o trajeto iniciado por ele mesmo em Beatriz, continuado em Pâmela e interrompido tragicamente em Bárbara.

Desde esta inclinação, ansiamos que esta produção constituída coletivamente alcance diferentes espaços. Em especial, as redes comunitárias já atuantes e que possam vir a atuar na defesa de uma vida livre de violências para todos e todas, no geral, e para o gênero feminino em particular. Também ao meio acadêmico, em especial aquele com tendências e práticas extensionistas, como o grupo *Equidade de Gênero e Políticas de Cuidado em Contexto de Pandemia*, do qual faço parte nesta universidade. Aos movimentos feministas e organizações comunitárias de mulheres. E, por fim e não menos importante, às redes institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres e aos serviços que executam as políticas públicas de prevenção, combate e enfrentamento ao feminicídio. Que estes serviços do estado sejam capazes de promover articulações que enxerguem, atuem e promovam políticas públicas junto às comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Kathleen Kate Dominguez Aguirre. *Entre a História ensinada e a reprodução de representações excludentes*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande, RS, 2017.

AGUIRRE, Kathleen Kate Dominguez Aguirre. *Masculinidades colonizadas e feminicídio na América Latina*. No prelo.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020a.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. *Boletim Nº 03/2020. Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020*. Rio de Janeiro: ANTRA, IBTE, 2020b. Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em 08.11.2020.

BENTO, Berenice. *Brasil: O país do transfeminicídio*. CLAM, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em 15/10/2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos – Das cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas & Debates /Círculo de Leitores, 2015.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1.º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos*. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Presidência da República, 2015b. Disponível em https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/89/1/SNJ_mapa_encarceramento_2015.pdf. Acesso em 11.11.2020.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAF. Banco de Desarrollo de América Latina. *Modelos de gobernanza con enfoque de equidad de género e inclusión para las comisiones regionales de competitividad de los departamentos de Antioquia, Atlántico, Caldas, Cundinamarca (Bogotá D.C.), Magdalena, Meta, Santander y Valle del Cauca, y fortalecimiento de las capacidades de los miembros de estas comisiones en estructuración, seguimiento y evaluación de proyectos, formulación y análisis de indicadores, así como en equidad de género e inclusión para la competitividad, teniendo en cuenta las características particulares de cada departamento*. Corporación Andina de Fomento, 2019. Disponível em <https://www.caf.com/media/2244204/tdr-modelos-de-gobernanza-con-enfoque-de-equidad-de-genero.pdf>. Acesso em 26.11.2020.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na Teoria Social. *RBCS*, vol. 27, n. 80, out. 2012.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. 2012. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso 20.03.2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos Feministas*, vol.10, n.1, p.171-188, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir de práticas políticas do feminismo antirracista. *Revista de Teoria da História*, vol. 22, n. 02, p. 231-245, dez. 2019.

DIAS, Cláudia Sérvulo da Cunha [cord.]. *Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, n.10, Redalyc, Aarhus, 2005. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>. Acesso em 20.12.2020.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderlys. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Soc. e Cult.*,

Goiânia, v.12, n.2, p.223-234, jul./dez.2009. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/9096>. Acesso em 20.12/2020.

FRANCO, Marielle. *UPP - A redução da favela a três letras*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: CORTEZ, 1985

GOES, Emanuelle. *Mulheres negras e exploração sexual*. In.: Acervo Combate Racismo Ambiental. Disponível em <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/05/21/meninas-negras-e-exploracao-sexual/>. Acesso em 06.05.2018.

GOMES, Izabel Solysko. *Morreram porque mataram: tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio*. 2014. 203f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. El concepto de <<racismo>> em Michel Foucault y Frantz Fanon. *Tabula Rasa*, n. 16, Bogotá – Colombia, p. 79-102, enero-junio 2012. Disponível em <<http://scielo.org.co/pdf/tara/n16/n16a06.pdf>>. Acesso em 21.07.2019.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/697#article-697>. Acessado em 21.07.2019.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In.: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). *Atlas da violência 2019*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

IPEA. Atlas da Violência 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em 11.11.2020

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, vol.16, n.2, pp.101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline. G. Femicídio de Mulheres Trans e Travestis: O Caso de Laura Vermont. In: Débora Prado; Marisa Sanematsu (Org.). *Femicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão/Fundação Rosa Luxemburgo, 2017. p. 72-82.

LAGATA, Carla; BALZER, Carsten; BERREDO, Lukas. 2.190 asesinatos son sólo la punta del iceberg – Una introducción al proyecto Observatorio de Personas Trans Asesinadas. *Informe anual del TMM, Série de Publicações TVT* [online]. Berlin, TGEU, vol.15, 2016. Disponível em <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol15-2016.pdf>. Acesso em 28/09/2020.

LEAL, Maria do Carmo [et al]. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online], Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, e00078816, jul. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11.11.2020.

LOBO, Patrícia Alves. O femicídio de Juárez: alterações económicas, narrativas sociais e discursos coloniais na fronteira dos EUA e MÉXICO. *Ex aequo*, Lisboa, n. 34, p. 45-58, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602016000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14.07.2020.

LOZANO LERMA, Betty Ruth. Asesinato de mujeres y acumulación global: el caso del bello puerto del mar mi Buenaventura. In: GRUNER, Sheila et al. *Des/dibujando el pais/aje. Aportes para la paz con los pueblos afrodescendientes e indígenas: territorio, autonomia y buen vivir*. Medellín, Colômbia: CEPRAFO, 2016. p. 73-86.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 52-83.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2018, vol. 26, n. 2, e47463, jun. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/47463/37122>. Acesso em 27.10.2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes antropológicos*, vol. 15, n.32, Porto Alegre, p.129-156, jul./dez. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. Acesso em 26.11.2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In.: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini [et al.]. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013.

MARCUS, George E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, vol.11, n.22, 2001, p. 111-127, 2001. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/747/74702209.pdf>. Acesso em 26.11.2020.

MARTINS, Cristina Maria dos Reis; GONÇALVES, Suelen Aires. *Atlas do Femicídio*. 2019. Disponível em <https://atlasdosfemicidios.com/quemfaz.html>. Acesso em 08.11.2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Luciana Garcia. O mito da democracia racial e a relação entre raça e política no Brasil: reflexões a partir de Anderson Hasenbalg. *Argumentos*, Unimontes/MG, vol.15, n.2, jul./dez. 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197287/001097377.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20.12.2020.

MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Crítica II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Rotas Críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadoras em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.27, n.4, p.743-752, abr. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24.09.2020.

MENEGHEL, Stela Nazareth; LOZANO LERMA, Betty Ruth. Femicídios em grupos étnicos e racializados: síntese. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 117-122, jan. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000100117&lng=pt&nrm=iso&tlng=PT. Acesso em 15/10/2020.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Pâmela. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.22, n.9, p.3077-3086, set. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24.09.2020.

METH, Paula. Desabafando: o método do diário solicitado. In: BRAUNM, Virginia. *Coleta de dados qualitativos. Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p.125-146.

METH, Paula. Entries and omissions: using solicited diaries in geographical research. *Area*, Sheffield, Eng, v. 35, n. 2, p. 195-205, Feb. 2003. Disponível em <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdfdirect/10.1111/1475-4762.00263>. Acesso em 27/09/2020.

METH, Paula; MALAZA, Knethwe. Violent Research: the Ethics and Emotions of doing research with women in South Africa. *Ethics, Place and Environment*, Oxfordshire, Eng, v.6, n.2, p.143-159, June. 2003. Disponível em <https://www.utoronto.ca/~kmacd/IDSC10/Readings/Ethics/emotions.pdf>. Acesso em 27.09.2020.

MISKOLCI, Richard Miskolci; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, n. 3, set/dez. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>. Acesso em 27.10.2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. In.: BRANDÃO, Izabel. *Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

MOTTA, Filipe; CAMPOS, Bárbara Lopes. Estado de bem-estar social e políticas públicas para mulheres nos países nórdicos e na América Latina: Da sociedade civil à institucionalização. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 158-179, Dec. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000300158&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11.11.2020.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In.: BRANDÃO, André Augusto P. *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói, RJ – Editora Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 15-24.

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans*. Rede Trans Brasil: 2017.

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. *Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans*. Rede Trans Brasil: 2017.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. México: Cooperativa El Rebozo, 2014. Disponível em <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em 08.10.2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do sbaer: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. p. 227-278.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; MOURA, Anna Tereza Miranda Soares de. Considerações éticas sobre pesquisas com mulheres em situação de violência. *Rev Bras Enferm*, Brasília, v. 66, n.2, p.287-290, mar/abr. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/reben/v66n2/21.pdf>. Acesso em 27/09/2020.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e Práticas. In.: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELI, César Augusto Barcellos. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROJO, Luiza Martín. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In.: IÑIGUEZ, Lupicínio [coord.]. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAFIOTTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *Perspectiva*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009. Acessado em 22 jul 2020.

SAGOT, Montserrat. *Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países*. Washington, D.C.: OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), 2000.

SANTOS, Beatriz Abreu dos; RINALDI, Patrícia Nogueira. Os impactos sociais, econômicos e internacionais do mercado global de cocaína nas Américas. In.: RINALDI, Patrícia Nogueira (cord.). *A difusão de poder na economia globalizada: estados, empresas transnacionais e cartéis de drogas na América Latina*. Campinas: [s.n.], 2011.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24.1, p.214-241, 2017. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em 10.03.2023.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D' OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n.2, p.205-216. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v25s2/03.pdf>. Acesso em 27.09.2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Laura Rita. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES* [online], n.18, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em 08.10.2020.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. Que és um feminicídio. Notas para um debate emergente. *Série Antropologia* [online]. Brasília, UnB, 2006, 401. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie401empdf.pdf>. Acesso em 27.09.2020.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n.2, p. 265-285, maio/ago. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26882.pdf>. Acesso em 27.09.2020.

SIBAI, Sirin Adlbi. *La carcel del feminismo: hacia un pensamiento islámico decolonial*. Espanha: Akal, 2016.

SOUZA, Sandra Duarte de. O gênero da discórdia. A Igreja Católica e a campanha contra os direitos das mulheres na política internacional: uma abordagem a partir das conferências do Cairo e de Pequim. *Religare*, v. 15, n. 2, p. 483-504, dez. 2018. Disponível em

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/religare/article/view/42234/22049>. Acesso em 11.07.2020.

UN. United Nations. *Declaration on the Elimination of Violence against Women*. 1993. Disponível em <https://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/eliminationvaw.pdf>. Acesso em 27.09.2020.

UNICEF. *O direito de ser adolescente: oportunidades para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília: UNICEF, 2011. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf. Acesso em 12.5.2018.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. *Global Study on Homicide*. Vienna: UN, 2018. Disponível em https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18_Gender-related_killing_of_women_and_girls.pdf. Acesso em 28.09.2020.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo Gore*. Barcelona: Melusina, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos do poder mundial no século XXI: Uma proposta analítica. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, vol. 8, n. 15, p. 9-25, jan/jun. 2019.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: All Type Assessoria Editorial Ltda, 2015.

WHO. World Health Organization. *Putting Women First: ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women*. Geneva: WHO, 2001. Disponível em <https://www.who.int/gender/violence/womenfirtseng.pdf>. Acessado em 27.09.2020.

ANEXO

Anexo 1. Artigos sobre feminicídio

| ARTIGOS DISPONÍVEIS NA PLATAFORMA SCIELO SOBRE FEMINICÍDIO/FEMICÍDIO | | | | | | |
|--|------|------------|---|--|--|--|
| | ANO | PAÍS | TÍTULO | RESUMO | PALAVRAS-CHAVE | REFERÊNCIAS |
| 1 | 2000 | México | La cultura del feminicidio en Ciudad Juárez, 1993-1999 | En este trabajo se estudian, mediante la categoría analítica del feminicidio, los asesinatos cometidos contra niñas y mujeres de Ciudad Juárez entre 1993 y 1999. El objetivo es diferenciar las distintas clases de feminicidios y delinear los perfiles sociodemográficos de vulnerabilidad de las mujeres asesinadas. Los datos, relativos a 162 víctimas, se recolectaron de fuentes secundarias y oficiales, y arrojan un perfil preliminar sociodemográfico de las víctimas y confirman la existencia de varios tipos de feminicidios, a veces relacionados con la ocupación de las víctimas. También se confirma la noción de un asesino serial o la de una epidemia de machismo que repite patrones de exterminio. | - | MONARREZ FRAGOSO, Julia Estela. La cultura del feminicidio en Ciudad Juárez, 1993-1999. Frontera norte , México, v. 12, n. 23, p. 87-117, jun. 2000. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-73722000000100004&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 2 | 2001 | Costa Rica | Violencia simbólica en los medios de comunicación: los casos de violencia intra familiar y la cobertura de la prensa escrita costarricense | Esta investigación analiza como los medios de comunicación contribuyen con el fortalecimiento de los prejuicios de género que tienen los periodistas a la hora de abordar una situación de violencia doméstica y como refuerzan estereotipos que victiman o culpabilizan a las mujeres que sufren este tipo de agresiones. | Violencia simbólica, género, femicidio, comunicación multimedia, violencia doméstica, agresión, culpabilización. | AGUILAR ZUNIGA, Thaís. Violencia simbólica en los medios de comunicación: los casos de violencia intra familiar y la cobertura de la prensa escrita costarricense. Med. leg. Costa Rica , Heredia, v. 18, n. 2, p. 47-56, Sept. 2001. Available from < http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152001000300008&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. |
| 3 | 2002 | Costa Rica | Femicidio en Costa Rica: balance | Para muchas mujeres y niñas la familia es el grupo social más violento y el hogar el lugar más peligroso. Si se compara los soldados americanos | violencia contra mujeres y niñas, homicidio, femicidio, | CARCEDO CABANAS, Ana; SAGOT RODRIGUEZ, |

| | | | | | | |
|---|------|------------|--|--|---|---|
| | | | mortal | muertos en la guerra de Vietnam 57685, contra mas de 70000 mujeres asesinadas en los hogares de Vietnam en el mismo periodo se comprende la magnitud de lo que estamos hablando. En Costa Rica, país de paz, de las mujeres que han acudido a pedir ayuda a CEFEMINA, 15% han sido atacadas con armas de fuego, 31 % con arma blanca, 24% con otros objetos. El riesgo de muerte es parte de la vivencia cotidiana de muchas mujeres, 58% han sentido peligro de morir en manos de su agresor, 47% han pensado suicidarse, 48% ha tenido que dejar su hogar por miedo de morir. En el presente estudio se detectan 44 homicidios de mujeres (Femicidio), que no aparecen en los anuarios del Organismo de Investigación Judicial, haciendo del subregistro de agresiones otra forma de hacer violencia contra las mujeres. | problema social, violencia familiar, CEFEMINA, violencia cotidiana, pornografía, explotación sexual. | Monserat. Femicidio na Costa Rica: equilíbrio mortal. Med. perna. Costa Rica , Heredia, v. 19, n. 1, p. 05-16, março de 2002. Disponível em < http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152002000100002&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. |
| 4 | 2002 | Costa Rica | Violencia doméstica y medidas cautelares | La violencia contra las mujeres ha sido denunciada públicamente solo en la última década convirtiéndose en un problema social de grandes dimensiones y en todas las naciones, pese a que el problema esta claramente visualizado la provisión de servicios para esta población afectada a nivel nacional e internacional sigue tímidamente ausente, produciendo mas muertes y daños que la malaria, la guerra o el sida en las mujeres más sanas cuya edad oscila entre los 15 y los 45 años. Anualmente se incremento en 6000 casos el número de denuncias de las cuales solo 1 de cada 4 llega a una audiencia judicial. | violencia contra mujeres y niñas, homicidio, femicidio, problema social, violencia familiar | ROJAS, Juan Diego. Violência doméstica e medidas cautelares. Med. perna. Costa Rica , Heredia, v. 19, n. 1, p. 17-38, março de 2002. Disponível em < http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152002000100003&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. |
| 5 | 2004 | Costa Rica | Diagnósticos y valoraciones psicológicas de las mujeres maltratadas: los riesgos revictimiz | La violencia contra las mujeres es un problema antiguo, tanto como la sociedad, pero hasta hace sólo tres décadas permaneció oculto tras los mecanismos culturales que ayudados por la prensa que le llamaban "Sucesos". De esta manera, se le negó su carácter de problema social y se le redujo a un asunto privado que viven las mujeres. Hacer visible esta realidad oculta, requirió años de trabajo, hubo que | Violencia oculta, mujeres, violencia física, violencia psicológica, violencia sexual, violencia patrimonial, incesto, acoso sexual, femicidio, revictimización, intrasíquico. | CARCEDO CABANAS, Ana. Diagnósticos e valores psicológicos das mulheres maltratadas: los riesgos revictimizantes. Med. perna. Costa Rica , Heredia, v. 21, n. 2, p. 71-84, setembro de 2004. Disponível em |

| | | | | | | |
|---|------|--------|--|---|--|---|
| | | | antes | acuñar términos para señalar las diferentes manifestaciones de la violencia oculta: violencia física, violencia psicológica, violencia sexual, violencia patrimonial, incesto, acoso sexual, femicidio, revictimización. Términos que además de inexistentes eran impensables, como la violación en el matrimonio. Sin embargo esta realidad se hizo pesadilla, la violencia contra las mujeres, que en los 90 comenzaba a ser visibilizada por las organizaciones feministas, una década después es ya materia de trabajo de las instituciones pero al mismo tiempo, estos instrumentos de análisis han sido reciclados a favor de las relaciones dominantes de los hombres y de las instituciones contra las mujeres y las usuarias. Las etiquetas profesionales como el "síndrome de invalidez aprendida", lo que ha hecho es confundir a las autoridades al asignarle el valor de una "nueva incapacidad de las mujeres", revictimizando de nuevo al no comprender que el problema no es intrapsíquico sino social. Los profesionales pueden ayudar a que se entienda que la que esta invalida es la sociedad y sus estructuras de poder y no la capacidad psíquica de la mujer que lucha por sus derechos. | | < http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152004000200009&lng=en&nrm=iso >. acceso em 05 de junho de 2020 |
| 6 | 2006 | México | Memoria, cuerpo y silencio: el caso "María Soledad" y la demanda de ciudadanía en la Argentina de los noventa | Este artículo analiza el origen y las estrategias de representación desarrolladas por el movimiento social surgido alrededor de un caso de feminicidio en el norte de la Argentina en la década de 1990. Se lee el movimiento en el contexto de los movimientos de derechos humanos de las décadas del setenta y ochenta y se propone que estos nuevos movimientos sociales se ubican en el espacio de la subalternidad en búsqueda de derechos específicos y no de cambios sociales radicales. | | BERGMAN, Marcelo; SZURMUK, Mónica. Memoria, cuerpo y silencio: el caso "María Soledad" y la demanda de ciudadanía en la Argentina de los noventa. <i>Acta poét</i> , México, v. 27, n. 2, p. 241-271, nov. 2006. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-30822006000200013&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |

| | | | | | | |
|---|------|--------|---|---|---|--|
| 7 | 2007 | México | Por los derechos humanos de las mujeres: la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia | Este artículo analiza la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, misma que es considerada por la autora como un paradigma en el proceso de consolidación de los derechos humanos de las mujeres en México. | Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia; derechos humanos de las mujeres; violencia contra las mujeres; feminicidio; misoginia | LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. Por los derechos humanos de las mujeres: la Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia. Rev. mex. cienc. polít. soc. , México, v. 49, n. 200, p. 143-165, agosto 2007. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182007000200143&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2007.200.42568 . |
| 8 | 2008 | México | Muertes por violencia en las mujeres de Tijuana, Baja California, 1999-2005 | En este artículo se analiza el perfil de las muertes violentas en las mujeres de Tijuana, Baja California. Los datos provienen de fuentes forense, hemerográfica y del análisis derivado de los expedientes de homicidios dolosos. Se encontró que el rango de edad con mayor frecuencia en los homicidios de mujeres se da entre los 20 y los 34 años (42 por ciento). Sin embargo, en las mujeres el riesgo de morir víctima de un asesinato es más alto en menores de 15 años (20 por ciento). Las formas y medios de mayor frecuencia para asesinar a las mujeres son: heridas por lesiones y golpes (42.3 por ciento), disparo con arma de fuego (28 por ciento), asfixia mecánica y herida por arma blanca (28.8 por ciento). | mortalidad, muerte violenta, feminicidio, Tijuana | FUENTES ROMERO, David F.; GONZALEZ HERNANDEZ, Irma A.. Muertes por violencia en las mujeres de Tijuana, Baja California, 1999-2005. Pap. poblac. , Toluca, v. 14, n. 56, p. 257-282, jun. 2008. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252008000200012&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 9 | 2008 | Chile | Caracterización psiquiátrica del delito de parricidio | En Chile, legalmente, comete parricidio el que, conociendo las relaciones que los ligan, mate a su padre, madre o hijo, a cualquier otro de sus ascendientes o descendientes o a su cónyuge o conviviente. Es un delito poco frecuente, siendo alrededor del 4% de los homicidios. El objetivo de esta | Parricidio, filicidio, infanticidio, neonaticidio, femicidio. | GALLEGUILLOS U, Tamara et al. Caracterización psiquiátrica del delito de parricidio. Rev. chil. neuro-psiquiatr. , Santiago, v. 46, n. 3, p. 216-223, sept. 2008. |

| | | | | | | |
|----|------|-----------|---|---|--|--|
| | | | | revisión es caracterizar psiquiátricamente el parricidio, lo que se realiza principalmente en base a la literatura internacional. Se describen distintos perfiles parricidas según las características de la situación en que se comete el crimen. El perfil más frecuente sería el del adulto varón, joven, con patología psicótica descompensada asociada a consumo de drogas y alcohol. Un segundo perfil parricida estaría representado por adolescentes en tres situaciones: el joven gravemente maltratado, el joven gravemente enfermo mental, y el joven peligrosamente antisocial. Dar muerte a los hijos es también una forma de parricidio y existirían diferencias en los perfiles psiquiátricos de los hechores de neonaticidio, infanticidio, y filicidio. El femicidio es el homicidio cometido por hombres en contra de mujeres por razones de género, y legalmente constituye parricidio. El más frecuente es el femicidio íntimo, y estaría asociado a violencia previa y abuso de alcohol y drogas. El delito de parricidio, aunque sea de baja frecuencia en la población general, es un hecho relativamente mayor entre los pacientes psiquiátricos, siendo para el médico psiquiatra y los trabajadores de la salud mental de suma relevancia el conocimiento de este tema. | | Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-92272008000300007&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272008000300007 . |
| 10 | 2009 | Venezuela | Un abordaje del feminicidio desde la convergencia entre teoría y activismo | En el presente trabajo se intenta abordar el concepto de violencia de género a partir de la violencia ejercida contra las mujeres; además de desarrollar la noción de feminicidio en el contexto de la movilización política que surge a partir de la violación seguida de muerte de Sandra Ayala Gamboa ocurrida en la ciudad de La Plata (Argentina) el 16 de febrero de 2007. Dado el caso, la distancia entre teoría y práctica conduce, por un lado, al aislamiento de las feministas académicas y, por otro, al pragmatismo irreflexivo de los grupos y organizaciones feministas. En nuestra opinión, la reflexión crítica y el análisis | Feminicidio, patriarcado, etnia, género. | SCIORTINO, María Silvana; GUERRA, Luciana Analía. Un abordaje del feminicidio desde la convergencia entre teoría y activismo. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer , Caracas, v. 14, n. 32, p. 99-124, jun. 2009. Disponible en < http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-37012009000100009&1 > |

| | | | | | | |
|----|------|----------|---|---|--|--|
| | | | | de las acciones políticas impulsadas deben ser parte de un mismo proceso. | | ng=es&nrm=iso>. accedido en 05 jun. 2020. |
| 11 | 2010 | Colômbia | NEUROPSICOLOGÍA DEL CRIMEN : FUNCIÓN EJECUTIVA E INTELIGENCIA EN UNA MUESTRA DE HOMBRES CONDENADOS POR HOMICIDIO EN PANAMÁ | La violencia es la segunda causa de muerte en Panamá (INEC, 2009); sin embargo, la investigación científica de la dinámica de este fenómeno social es insuficiente, especialmente en el campo de la neuropsicología. Esto cobra relevancia a partir del hecho de que hay evidencia que sugiere que la inteligencia y las funciones ejecutivas están íntimamente relacionadas con la comisión de delitos (Moffitt, 1993; Morgan y Lilienfeld, 2000). En el presente estudio se evaluaron tres grupos de hombres condenados por delitos como femicidio de pareja íntima (FPI; n=27), homicidio no relacional (HNR; n=28) y delitos no violentos (DNV; n=29). Se evaluaron la inteligencia verbal (WAIS-III) y la no verbal (TONI-2), así como el desempeño en tareas de función ejecutiva (TMT, Stroop, y COWAT). El grupo FPI mostró diferencias con los otros dos grupos en cuanto a un peor desempeño en el Stroop, lo que pudiera estar relacionado con un déficit en la velocidad de procesamiento en este grupo. La característica más pronunciada en cuanto al desempeño cognitivo en los tres grupos evaluados fue un déficit en el CI verbal. Se mostró una asociación significativa entre el CI verbal y las siguientes variables: nivel de escolaridad, CI no verbal, y el desempeño en la mayoría de las pruebas neuropsicológicas utilizadas. Estos hallazgos brindan evidencia preliminar que puede sustentar la creación de programas de prevención de la violencia en edades más tempranas. | homicidio, violencia, funciones ejecutivas, inteligencia, neuropsicología. | BRITTON, GABRIELLE B. et al . NEUROPSICOLOGÍA DEL CRIMEN: FUNCIÓN EJECUTIVA E INTELIGENCIA EN UNA MUESTRA DE HOMBRES CONDENADOS POR HOMICIDIO EN PANAMÁ. Act.Colom. Psicol. , Bogotá , v. 13, n. 2, p. 47-56, Dec. 2010 . Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552010000200005&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. |
| 12 | 2011 | Brasil | "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil | O artigo trata do crescente interesse na categoria "femicídio" para análises sobre as mortes de mulheres na América Latina e seu emprego para o caso brasileiro. Apesar de ocorrerem em circunstâncias diversas, a partir de sua classificação como "femicídio" todas as | Femicídio, Homicídios de Mulheres, Gênero, Direitos Humanos, Brasil. | PASINATO, Wânia. "Feminicídios" e como mortes de mulheres no Brasil. Cafajeste. Pagu , Campinas, n. 37, p. 219-246, dezembro |

| | | | | | | |
|----|------|----------|--|---|---|--|
| | | | | mortes se explicam pelo fato de que "as vítimas são mulheres", enfatizando a persistência de um modelo patriarcal de dominação nas sociedades contemporâneas. Problematiza-se o emprego dessa categoria "homogeneizante" em contraponto com as discussões sobre as especificidades de gênero e sua interseccionalidade com outros marcadores sociais. | | de 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008 . |
| 13 | 2012 | México | Violencia y destrucción en una periferia urbana: El caso de Ciudad Juárez, México | El texto pone a prueba la hipótesis de que en las periferias urbanas (enclaves territoriales y sociales degradados, con una marcada desatención pública) existe innovación y creatividad que transforma a las comunidades. Se hace un acercamiento a Ciudad Juárez, en el norte de México. Se desarrolla el argumento de que la construcción de esa ciudad, su modelo económico y sus relaciones sociales, junto con una ausencia del Estado, han generado condiciones y dispositivos para que haya una destrucción social muy lejana de la innovación y la creatividad. La violencia en Ciudad Juárez ha provocado un aplastamiento de la sociedad; sin embargo, hay expresiones valiosas de comunidades organizadas que luchan cotidianamente por rescatar a la ciudad. | periferia urbana, Estado, violencia, sociedad civil, industria maquiladora de exportación, ilegalidad, impunidad, jóvenes, feminicidio. | AZIZ NASSIF, Alberto. Violencia y destrucción en una periferia urbana: El caso de Ciudad Juárez, México. <i>Gest. polít. pública</i> , México, v. 21, n. spe, p. 227-268, 2012. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-10792012000300007&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 14 | 2012 | Colômbia | Delito de femicidio. Muerte violenta de mujeres por razones de género | El propósito de este artículo es reflexionar sobre el femicidio, considerado como un delito que ocurre por razones de género. Ofrece un análisis feminista para comprender las dimensiones conceptuales del tipo penal; incluye los principales argumentos conducentes a su penalización en países de América Latina; examina diferentes aspectos defendidos por feministas y activistas del movimiento de mujeres; tiene en cuenta la existencia de algunas reacciones desencadenadas por la idea de una tipificación género-específica; y señala la estructura general del delito tal como ha sido aprobado en seis países: Costa Rica (ley especial, 2007), Guatemala (ley especial, 2008), México | femicidio, cuerpo y movimiento de mujeres, feminismos, violencias de género, derecho penal. | MUNEVAR M, Dora Inés. Delito de femicidio. Muerte violenta de mujeres por razones de género. <i>Estud. Socio-Juríd</i> , Bogotá, v. 14, n. 1, p. 135-175, June 2012. Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-05792012000100006&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. |

| | | | | | | |
|----|------|----------|---|--|---|---|
| | | | | (ley general, 2007), El Salvador (ley especial e integral, 2010), Colombia y Chile (reformas del Código Penal, 2008 y 2010). Este tipo de reflexiones da origen a nuevos estudios de los asuntos penales, además de generar diferentes debates a nivel judicial y legislativo para continuar la investigación crítica de esta expresión extrema de las violencias de género que atacan los cuerpos de las mujeres y menoscaban su derecho a vivir una vida libre de violencias. | | |
| 15 | 2012 | Peru | Problemas de construcción de indicadores criminológicos y situación comparada del femicidio en el Perú | Siguiendo la tendencia de otros países de la región, el femicidio —el asesinato de mujeres por razones de género— ha sido incorporado en la legislación peruana como un tipo penal. Dicha inclusión es resultado del interés del Estado y las organizaciones de la sociedad civil en producir políticas dirigidas a reducir la violencia de género, y ha marchado en correlato a un discurso sobre «el aumento del femicidio» y a la aparición sistemática de noticias mediáticas e informes oficiales que advierten sobre su crecimiento exponencial. Este artículo muestra la situación del femicidio en el Perú a través de una perspectiva comparada. El objetivo es dar cuenta de la incidencia del femicidio en términos sociométricos y mostrar que no se trata de un fenómeno en crecimiento exponencial en términos epidemiológicos. Esto en función de reconocer dos problemas: por un lado, la manera de construir indicadores para cifras de registro criminal y sus formas de medición; por otro, para dar cuenta de la importancia de este fenómeno en una estructura de violencia más compleja y extendida. | femicidio, homicidios, género, patriarcado, registro criminológico, sociometría. | MUJICA, Jaris; TUESTA, Diego. Problemas de construcción de indicadores criminológicos y situación comparada del femicidio en el Perú. <i>Anthropologica</i> , Lima, v. 30, n. 30, p. 169-194, dic. 2012. Disponible en < http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92122012000100009&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 16 | 2012 | Colômbia | Femicidios en Medellín, 2010-2011: conceptualización, caracterización | La seguridad de las mujeres es uno de los principales componentes que, en materia de políticas públicas de seguridad y convivencia, se ha incorporado en la ciudad de Medellín, Colombia. Debido a esto ha surgido el debate por la utilización del concepto de femicidio, para evidenciar aquellos | Mujer como víctima, homicidio, medidas de seguridad, delitos sexuales, derechos humanos (fuente: Tesauro de | VELEZ GUZMAN, Yuliana. Femicidios en Medellín, 2010-2011: conceptualización, caracterización y análisis. <i>Rev. Crim.</i> , Bogotá, v. 54, n. 2, p. |

| | | | | | | |
|----|------|----------|---|---|--|---|
| | | | acción y análisis | homicidios de mujeres que se presentan por su condición de género, en aras de recordar que las violencias sufridas por las mujeres tienen realidades particulares y desproporcionadas, que las diferencian de las violencias que sufren los hombres. En materia de cubrimiento de los casos que afectan la seguridad pública de las mujeres en Medellín, es necesario que las autoridades reconozcan, comprendan e instituyan el concepto de feminicidio para dar cuenta de una realidad innegable. | política criminal latinoamericana (ILANUD) | 13-26, Dec. 2012 . Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082012000200002&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. |
| 17 | 2013 | Colômbia | El control de la conducta emocional: una visión de responsabilidad penal en contra de la violencia de género | En América Latina son diversas las figuras penales que consideran como una condición atenuante de punibilidad los casos en que la lesión o los daños han sido causados por el agresor preso, o víctima incluso, de estados emocionales que modifican su voluntad y perturban su comportamiento habitual. Esta figura se complejiza aún más cuando se trata de casos en que se atenúan los homicidios pasionales cuyas víctimas son, en su gran mayoría, población femenina. Lo anterior abre paso al análisis de la responsabilidad penal respecto de las conductas emocionales, de la delgada línea que se traza entre emoción y enfermedad para evaluar el comportamiento de los inculpados con documentaciones forenses y judiciales que ambientan un panorama de invencibilidad sobre la emoción violenta, así como la discrecionalidad de parte de los administradores de justicia cuando deben calificar los hechos que cometió la víctima contra su agresor como "provocadores, graves e injustos" para cumplir con los requisitos que exige el atenuante penal. Esta serie de reflexiones se hacen desde el análisis a tres casos de feminicidio avocados por el Distrito Judicial de Pasto (N), Colombia | Responsabilidad penal emocional, feminicidio, estado de ira e intenso dolor. | MOLINA RODRIGUEZ, Diana Isabel; MARTINEZ ORTEGA, Ángela; GUANCHA, Ana Julia. El control de la conducta emocional: una visión de responsabilidad penal en contra de la violencia de género. Opin. jurid. , Medellín , v. 12, n. 23, p. 67-80, June 2013 . Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302013000100005&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. |
| 18 | 2013 | Brasil | Femicídios: narrativas | Femicídios são mortes violentas de mulheres, decorrentes do exercício de poder entre homens e mulheres. Este é | Homicídio. Femicídios. Mortes femininas | MENEGHEL, Stela Nazareth et al . Femicídios: narrativas |

| | | | | | | |
|----|------|--------|--|--|---|--|
| | | | de crimes de gênero | um estudo qualitativo que utilizou a ferramenta das narrativas para analisar inquéritos policiais de homicídios femininos em Porto Alegre nos anos de 2006 a 2010. Foram estudados 92 inquéritos da Delegacia de Homicídios de Porto Alegre, dos quais selecionamos seis casos considerados representativos de: femicídio íntimo; femicídio com abuso sexual; morte por execução ou conexão, e femicídio de profissional do sexo. Observou-se a presença de crimes de gênero caracterizados pela crueldade, semelhantes aos encontrados em regiões de elevada violência e misoginia. O trabalho procura visibilizar os femicídios como crimes de natureza política, e objetiva denunciar essas mortes evitáveis, cujas vítimas são, em sua maioria, mulheres: jovens, negras, profissionais do sexo e moradoras de territórios marcados pelo tráfico e pela pobreza. | por agressão. | de crimes de gênero. Interface (Botucatu) , Botucatu, v. 17, n. 46, p. 523-533, Sept. 2013. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000300003&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. https://doi.org/10.1590/S1414-32832013000300003 |
| 19 | 2013 | México | Los detectives salvajes: figuras, cesuras, retornos | En este artículo se propone una lectura de Los detectives salvajes de Roberto Bolaño (1998) a partir del análisis de algunos procesos de intempestividad y espectralidad que atraviesan, fisuran y cada vez interrumpen la multiplicidad de relatos de la novela. Concentramos la atención en un gesto, el de la poeta Cesárea Tinajero, uno de los personajes clave del libro, para ver cómo se desprende, de manera genealógica, la investigación bolañiana sobre los márgenes de la historia y sus fantasmas. Cesárea deja el Distrito Federal, deja a los estridentistas y a la Revolución mexicana y vuelve al desierto de Sonora. Nos importan los diferenciales de tiempo: los de un gesto pasado que sigue irrumpiendo en un presente que lo narra. Finalmente, se intenta pensar este retorno dialéctico y anacrónico, así como ese desierto, como pre-figuración del lugar donde Bolaño, en su última, póstuma novela (2666) hizo refluir el horror de un siglo entero: santa Teresa, reinscripción de Ciudad Juárez y de su feminicidio imparale. | Roberto Bolaño, espectralidad, anacronismo, feminicidio, 2666 | SANTANGELO, Eugenio. Los detectives salvajes: figuras, cesuras, retornos. Acta poét , México, v. 34, n. 2, p. 35-61, dic. 2013. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-30822013000200003&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|--|---|--|
| 20 | 2014 | México | Lo no dicho en Corazón de Kaláshnikov, de Alejandro Páez Várela. Personajes, causalidades, parataxis | Un análisis estilístico de Corazón de Kaláshnikov (2009) de Alejandro Páez Varela resalta el grado altamente elíptico de la novela: la focalización de los personajes es externa, las relaciones lógicas son implícitas y el estilo en gran medida paratáctico. Parece responder a una opción ética por distanciarse de las representaciones sensacionalistas de la violencia en ciudad Juárez, opción que el escritor comparte con el Bolaño de 2666, particularmente la parte sobre los feminicidios, y que da cuenta de la coyuntura en el 'Global South'. Al mismo tiempo la novela de Páez Varela parece relacionarse con un ambiente geográfico y climático peculiar del norte de México. Su estilo parco y tenso lo comparte, por ejemplo, con Nellie Campobello, David Toscana y los corridos. | literatura del norte, feminicidio, parataxis, new sentence, Alejandro Páez Varela, Bolaño | VANDEN BERGHE, Kristine. Lo no dicho en Corazón de Kaláshnikov, de Alejandro Páez Várela: Personajes, causalidades, parataxis. Lit. mex. México, v. 25, n. 2, p. 93-110, 2014. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25462014000200005&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 21 | 2014 | México | El feminicidio es sólo la punta del iceberg | En un contexto de violencia generalizada, en este artículo se propone reconocer la violencia feminicida como una situación progresiva, que puede terminar con la muerte violenta de mujeres; y se aborda como un continuum de violencias que ellas enfrentan para mantenerse en el orden social. En este sentido, los tipos de violencia representan mecanismos para conservar y reproducir la situación de subordinación de las mujeres ante el ejercicio de poder masculino en diferentes ámbitos. Se enfatiza la necesidad de estudiar el fenómeno desde quienes lo afrontan, para ubicar sus manifestaciones y efectos en aras de evitar el feminicidio. | género, violencia, feminicidio, violencia feminicida, instituciones. | BEJARANO CELAYA, Margarita. El feminicidio es sólo la punta del iceberg. Región y sociedad , Hermosillo, v. 26, n. especial4, p. 13-44, 2014. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-39252014000600002&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 22 | 2014 | Chile | LA REVOLUCIÓN TÍMIDA. EL TIPO DE FEMICIDIO INTRODUCIDO EN | El objetivo de la presente contribución consiste en alcanzar un análisis crítico de la regulación normativa del femicidio en Chile. Después de develar la confusión presente a partir de la definición del fenómeno, en la parte central del trabajo se ilustrarán diferentes legislaciones vigentes en otros países, tratando de identificar cuáles son los modelos posibles por medio de un análisis comparado | Femicidio - violencia intrafamiliar - violencia de género - derecho comparado - igualdad (principio de) | - CORN, EMANUELE. LA REVOLUCIÓN TÍMIDA: EL TIPO DE FEMICIDIO INTRODUCIDO EN CHILE POR LA LEY N°20.480 DESDE UNA PERSPECTIVA COMPARADA. RDUC N , Coquimbo, v. 21, n. 2, p. 103-136, |

| | | | | | | |
|----|------|----------|--|--|---|---|
| | | | CHILE POR LA LEY N°20.480 DESDE UNA PERSPECTIVA COMPARADA | profundizado. Colocando la opción chilena en el contexto internacional será posible evaluar la correspondencia entre objetivos y resultados de la Ley N° 20.480, poniendo las bases para un debate técnico hasta el momento demasiado limitado, pero indispensable para la elaboración de una necesaria propuesta de reforma. | | 2014 . Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-97532014000200004&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-97532014000200004 . |
| 23 | 2014 | México | La justicia y los contextos. Reflexiones sobre el quehacer de la justicia desde una perspectiva humanista y de género | En este trabajo presento un estudio comparado de la situación de dos países que han trabajado de manera casi paralela en el tiempo, pero divergente en las soluciones aplicadas, el tema de la violencia de género contra las mujeres, en especial la violencia feminicida, en México y Guatemala. Ambos países promulgaron normas ad hoc para atender este problema de alto impacto en el mundo y pusieron en marcha mecanismos especializados con miras a la aplicación de sus propias legislaciones que apuntan a la necesidad de una especialización de las y los operadores de la justicia e invitan a la reflexión sobre la deconstrucción de la propia justicia así como a su reconstrucción a partir de los contextos en que actúa y las perspectivas de género y de derechos humanos. | violencia; feminicidio; género; mujer. | PEREZ DUARTE Y NORONA, Alicia Elena. La justicia y los contextos: Reflexiones sobre el quehacer de la justicia desde una perspectiva humanista y de género. Bol. Mex. Der. Comp. , México , v. 47, n. 139, p. 145-179, abr. 2014 . Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0041-86332014000100005&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 24 | 2014 | Colômbia | Factores de riesgo de homicidio de la mujer en la relación de pareja | Con base en una revisión sistemática de estudios empíricos publicados entre los años 2000 y 2011, se identificaron los factores de riesgo de homicidio en contra de la mujer en el contexto de las relaciones de pareja, a partir de 17 investigaciones realizadas en EE. UU, Australia, España, el Reino Unido y Países Bajos. Particularmente, se analizan y discuten los hallazgos respecto a los factores de riesgo desde la perspectiva del perpetrador, la víctima, su relación de pareja y su contexto. Finalmente, se concluye la necesidad de determinar factores específicos de riesgo para la realidad latinoamericana, problematizando también en torno a las repercusiones de las políticas públicas | Femicidio, uxoricidio, homicidio, violencia doméstica, riesgo | CONTRERAS TAIBO, Lorena. Factores de riesgo de homicidio de la mujer en la relación de pareja. Univ. Psychol. , Bogotá , v. 13, n. 2, p. 681-692, June 2014 . Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-92672014000200023&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY13- |

| | | | | | | |
|----|------|-----------|---|--|---|---|
| | | | | en materia de violencia contra la mujer y su impacto en el nivel de riesgo vital experimentado por ellas. | | 2.frhm. |
| 25 | 2014 | Argentina | Una visión trialista del fallo de la CIDH sobre violencia de género. Análisis del fallo "CIDH. Caso: "González y otras ("campo algodoner o") vs. México. Sentencia de 16 de noviembre de 2009, en base a la teoría, el mundo jurídico y sus horizontes, de Werner Goldschmidt. | El presente trabajo tiene el propósito de refer enciar en el nuevo paradigma de los Derechos Humanos, el papel que corresponde al denominado Estado de Derecho, o Estado Constitucional, en atención a una de las cuestiones más debatidas en torno al problema de su universalidad. Consecuentemente con ello, se manifiesta la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDDHH), su reconocimiento y protección. En particular la configuración de nuevos delitos en contra de los DD.HH., denominado Femicidio o violencia de género. Se analizan las perspectivas sociológica, normativa y dikelógica en atención a las enseñanzas de Werner Goldschmidt. | Femicidio; Sentencia de la CIDH; Trialismo Jurídico; Dimensión sociológica; Dimensión normológica; Dimensión dikelologica | ELGUL, Gabriela Noemí. Una visión trialista del fallo de la CIDH sobre violencia de género: Análisis del fallo "CIDH. Caso: "González y otras ("campo algodoner o") vs. México. Sentencia de 16 de noviembre de 2009, en base a la teoría, el mundo jurídico y sus horizontes, de Werner Goldschmidt. Enfoques , Libertador San Martín, v. 26, n. 1, p. 129-145, jun. 2014. Disponible en < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-27212014000100007&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 26 | 2014 | Brasil | Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano | El presente artículo propone una relación entre crisis del orden patriarcal y el cuestionamiento a las formas de la dominación masculina por la emergencia social de las mujeres y el incremento en la violencia feminicida. Esa violencia hacia las mujeres y los feminicidios estarían jugando como un dispositivo de poder masculino para restablecer o mantener, simultáneamente tanto en lo individual como en lo colectivo, las posiciones de dominio varonil. Además, la violencia funciona como un instrumento de | violencia hacia las mujeres, femicidio, orden patriarcal, México. | INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. Soc. estado. , Brasília, v. 29, n. 2, p. 373-400, Aug. 2014. Available from < |

| | | | | | | |
|----|------|----------|--|---|---|--|
| | | | | control para contener el cambio, las transgresiones de las mujeres a los tradicionales regímenes de género, que estarían experimentando marcadas transiciones producidas por la emergencia de las mujeres en el espacio cultural-simbólico, la vida pública y el mercado de trabajo. Para mostrarlo, conceptos son aclarados en sus sentidos teóricos y políticos, como son presentados en una perspectiva histórica. La base empírica para pensarlos fueron los datos del registro de Estadísticas de Mortalidad de 1985-2010 en México. | | 69922014000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 June 2020. https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200004 . |
| 27 | 2014 | Colômbia | "Prostitutas, infieles y drogadictas". Juicios y prejuicios de género en la prensa sobre las víctimas de feminicidio: el caso de Guerrero, México | En el presente texto se analiza el papel que cumplen los prejuicios de género que ejercen las reporteras y los reporteros de los diarios El Sol de Acapulco, El Sur de Acapulco y Novedades Acapulco en la narración de los feminicidios. Planteo que al alejarse del sistema sexo/género, establecido de acuerdo con los juicios de los comunicadores, las víctimas de feminicidio son sancionadas moralmente y culpabilizadas del asesinato. | Feminicidio, discurso, sistema sexo-género, estigma y representación. | ALCOCER PERULERO, Marisol. "Prostitutas, infieles y drogadictas". Juicios y prejuicios de género en la prensa sobre las víctimas de feminicidio: el caso de Guerrero, México*. Antipod. Rev. Antropol. Arqueol. , Bogotá , n. 20, p. 97-118, Sept. 2014 . Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-54072014000300005&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. http://dx.doi.org/10.7440/antipoda20.2014.05 . |
| 28 | 2014 | Brasil | Homicídios de mulheres no Rio Grande Sul, Brasil | Este estudo teve como objetivo avaliar a taxa de homicídios femininos por agressão no Rio Grande do Sul, Brasil, usando-a como um "proxy" do femicídio. Estudo ecológico que correlacionou a taxa de homicídios femininos por agressão no Rio Grande do Sul, de acordo com as 35 microrregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com variáveis socioeconômicas e demográficas de acesso e indicadores de saúde. O teste de correlação de | Homicídio; Fêmea; Agressão; Causa da morte; Violência contra as mulheres; Epidemiologia | LEITES, Gabriela Tomedi; MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Noemi. Homicídio feminino no Rio Grande do Sul, Brasil. Rev. bras. epidemiol. São Paulo, v. 17, n. 3, p. 642-653, setembro de 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/s |

| | | | | | | |
|----|------|----------|---|---|--|---|
| | | | | <p>Pearson foi realizado com as variáveis selecionadas. Após isso, foram realizadas regressões lineares múltiplas com variáveis com $p < 0,20$. A média padronizada da taxa de homicídios femininos por agressão no período de 2003 a 2007 foi de 3,1 óbitos por 100 mil. Após análise de regressão múltipla, o modelo final incluiu mortalidade masculina por agressão ($p = 0,016$), o percentual de internações por álcool ($p = 0,005$) e a proporção de óbitos mal definidos ($p = 0,015$). O modelo possui um poder explicativo de 39% (r^2 ajustado = 0,391). Os resultados são consistentes com outros estudos e indicam forte relação entre violência estrutural na sociedade e violência contra a mulher, além de maior incidência de mortes de mulheres em locais com alta hospitalização por álcool.</p> | | <p>cielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2014000300642&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de junho de 2020. https://doi.org/10.1590/1809-4503201400030006.</p> |
| 29 | 2014 | Colômbia | <p>El feminicidio y la violencia de género en la prensa argentina: un análisis de voces, relatos y actores</p> | <p>En el presente trabajo nos proponemos abordar un análisis acerca de la publicación de casos de violencia de género y feminicidio, por medio de un relevamiento de cuatro periódicos argentinos durante el primer semestre de 2012. Nos interesa indagar cuáles son los interlocutores privilegiados por los medios a la hora de informar sobre el fenómeno, con el fin de poder distinguir el espacio de enunciación que la prensa otorga a diversos actores. Por medio del análisis de los relatos de los agresores, los familiares, la justicia y las víctimas, nos proponemos observar las diversas posturas y las argumentaciones que se ponen en juego y dilucidar quiénes portan una voz más audible a la hora de definir y fijar las interpretaciones sobre el feminicidio y la violencia de género. A partir de esto, buscamos entrever el espacio al que la mujer queda reducida en este mar de voces en contrapunto.</p> | <p>violencia de género; feminicidio; prensa; voces subalternas</p> | <p>ANGELICO, Rocio et al. El feminicidio y la violencia de género en la prensa argentina: un análisis de voces, relatos y actores. univ.humanist., Bogotá, n. 78, p. 281-303, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48072014000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 05 June 2020.</p> |
| 30 | 2014 | Brasil | <p>O femicídio na ficção de autoria feminina</p> | <p>Este artigo apresenta um estudo sobre as representações da violência de gênero, com ênfase no femicídio - homicídio de mulheres -, nas narrativas contemporâneas brasileiras. Analisa-se</p> | <p>violência de gênero; femicídio; estupro.</p> | <p>GOMES, Anderson Magno. O femicídio na ficção de autoria feminina brasileira. Rev.</p> |

| | | | | | | |
|----|------|----------|--|--|--|---|
| | | | Brasileira | como a violência de gênero e o femicídio são construídos em "A língua do p (1974)", de Clarice Lispector, e "Venha ver o pôr do sol" (1970), de Lygia Fagundes Telles. Essas narrativas descrevem as sutilezas da violência simbólica, a agressividade da violação sexual e a brutalidade do assassinato premeditado, respectivamente. Metodologicamente, parte-se das diferentes abordagens das ciências sociais e das teorias feministas acerca da "Lei Maria da Penha" e da violência de gênero, propostas por Constância Lima Duarte, Lia Zanotta Machado e Rita Laura Segato. | | Estud. Fem. , Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 781-794, dezembro de 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300004&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300004 . |
| 31 | 2014 | México | Retos periodísticos ante la violencia de género. El caso de la prensa local en España | El presente artículo analiza la representación mediática de la violencia de género en la prensa local de España, donde un millar de mujeres han sido asesinadas en los últimos 15 años. El trabajo de campo permite concluir que, aunque la prensa ha sido clave para la sensibilización de la opinión pública y para situar el debate político, necesita mejorar un tratamiento informativo todavía deficiente. | Violencia de género, prensa, ética periodística, feminicidio, España. | MENENDEZ, María Isabel. Retos periodísticos ante la violencia de género: El caso de la prensa local en España. Comun. soc , Guadalajara, n. 22, p. 53-77, dic. 2014. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-252X2014000200003&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020 |
| 32 | 2015 | Colômbia | Feminicidio y derecho penal | El delito de homicidio tiene un agravante, que se configura cuando se comete por el hecho de ser mujer. En Colombia, solo hasta el 4 de marzo del 2015 la Corte Suprema de Justicia se ocupó por primera vez de un caso, en el cual se daba aplicación al agravante, mediante la determinación de los elementos que son importantes para su configuración. Se analiza el concepto de feminicidio, dentro de un contexto más amplio de violencia contra la mujer, al igual que los conceptos de violencia de género, de violencia contra la mujer y, finalmente, violencia sexual y feminicidio, todo ello con el propósito de mostrar los diferentes elementos que están alrededor de este fenómeno. | Derecho penal, violencia de género, violencia contra las mujeres, derechos de las mujeres, feminicidio | BENAVIDES VANEGAS, Farid Samir. Feminicidio e direito penal. Rev. Crim. Bogotá, v. 57, n. 1, p. 75-90, janeiro de 2015. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082015000100006&lng=en&nrm=iso >. acesso em 06 de junho de 2020. |

| | | | | | | |
|----|------|------------|--|--|--|---|
| 33 | 2015 | Costa Rica | Femicidio sexual, a propósito de dos casos | Este trabajo describe los hallazgos de la escena y necropsia de dos casos de femicidio sexual ocurridos entre Diciembre del año 2013 y Julio del 2014, en la República de Panamá | Femicidio. Asalto sexual. Patología Forense. | PACHAR LUCIO, José Vicente; COBOS, Jessica; ZANETTI, Melayne. Femicidio sexual, propósito de casos. Med. perna. Costa Rica , Heredia, v. 32, n. 1, p. 51-56, marzo de 2015. Disponible en < http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152015000100007&lng=en&nrm=iso >. acceso en 05 de junho de 2020. |
| 34 | 2015 | Chile | Un nuevo tipo penal de femicidio en un nuevo Código Penal para Chile | El objetivo de la presente contribución consiste en ofrecer una propuesta clara y argumentada para una nueva formulación del tipo penal de femicidio. En la primera parte se constatará la importancia de tener un tipo específico en el ordenamiento nacional resumiendo, a continuación, los principales defectos de la norma introducida por la Ley 20.480 de 2010 ya evidenciados por la doctrina. En la segunda parte se buscarán y analizarán las bases para el cambio mirando tanto la experiencia comparada como el Anteproyecto de Código Penal de 2005 y el Proyecto de 2014. En la tercera parte, en fin, se enseñará el texto de la propuesta, fundamentando los términos elegidos y tratando de responder a hipotéticas críticas. | Femicidio — delitos contra las personas — igualdad (principio de). | CORN, Emanuele. Un nuevo tipo penal de femicidio en un nuevo Código Penal para Chile. Rev. derecho (Valdivia) , Valdivia, v. 28, n. 1, p. 193-216, jul. 2015. Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09502015000100009&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-09502015000100009 . |
| 35 | 2015 | Chile | El delito de parricidio : consideraciones críticas sobre sus últimas reformas | El artículo tiene por objeto analizar, desde una perspectiva crítica, la configuración actual del parricidio en Chile. Para ello, primero se ofrecerá un breve repaso histórico de la figura, resaltando las razones dogmáticas que han llevado a su supresión en el Derecho comparado. Acto seguido, desde un punto de vista conceptual y normativo, se analizan las categorías de violencia de género, violencia doméstica y femicidio, así como la forma en que éstas han penetrado en la estructura | Parricidio, femicidio, conviviente, Derecho penal simbólico | GONZALEZ LILLO, Diego. El delito de parricidio: consideraciones críticas sobre sus últimas reformas. Polít. crim. , Santiago, v. 10, n. 19, p. 192-233, jul. 2015. Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33992015000100007&lng=es&nrm=iso >. |

| | | | | | | |
|----|------|-----------|---|--|---|---|
| | | | | típica del artículo 390 del Código penal chileno. A partir de ello, se expondrá la crítica de dos aspectos relativos a los sujetos del delito: la indeterminación de la noción de conviviente y la extensión del tipo a los ex cónyuges y ex convivientes. Finalmente, se revisarán otras consideraciones de índole político-criminal que desaconsejan seguir ampliando la figura. | | accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-33992015000100007 . |
| 36 | 2015 | Venezuela | Referentes conceptuales sobre femicidio / feminicidio. Su incorporación en la normativa jurídica venezolana. | El presente ensayo presenta distintas concepciones sobre el femicidio/feminicidio, lo que implica examinar diferentes intereses y perspectivas teóricas; sin embargo, todas tienen en común contribuir para la comprensión de los asesinatos misóginos de mujeres alrededor del mundo. En este sentido incluimos una clasificación del femicidio/feminicidio, las tipologías que se han manifestado en distintos contextos, principalmente Latinoamérica, los factores que lo fomentan, y su reciente incorporación a la normativa jurídica nacional. | Femicidio, feminicidio, violencia de género. | ALBARRAN, Jenny. Referentes conceptuales sobre femicidio / feminicidio: Su incorporación en la normativa jurídica Venezolana. Comunidad y Salud , Maracay, v. 13, n. 2, p. 75-80, dic. 2015. Disponible en < http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1690-32932015000200010&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 37 | 2016 | Colômbia | Feminicidios en la frontera chilena: el caso de Alto Hospicio | Entre 1999 y el 2001, varias adolescentes desaparecieron en el norte de Chile y, posteriormente, fueron encontradas muertas. La novela <i>Alto Hospicio</i> (2008), de Rodrigo Ramos Bañados, recrea estos feminicidios desde la visión del cómplice del único inculpado por estos crímenes. En el presente artículo se plantea que el escritor utiliza la noción de frontera como aparato crítico, con el fin de desestabilizar barreras espaciales, simbólicas y textuales que se agrupan en cuatro ejes: Bolivia-Chile, santas-putas, racionalidad-locura, ficción-realidad. Así, la novela cuestiona y deconstruye los límites para hablarnos de estos feminicidios desde un punto indeterminado, que funciona como espejo de la incertidumbre e irresolución de este caso en la justicia chilena. | feminicidio; frontera; realidad; ficción; prostitución. | VASQUEZ MEJIAS, Ainhoa. Feminicidios en la frontera chilena: el caso de Alto Hospicio. Lit. teor. hist. crit. , Bogotá, v. 18, n. 1, p. 53-74, Jan. 2016. Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-59312016000100003&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. http://dx.doi.org/10.15446/lthc.v18n1.54679 |
| 38 | 2016 | Colômbia | Memorial | Enmarcado en la memoria de los | Femicidio, | RIBA, Lucía. |

| | | | | | | |
|----|------|-----------|--|--|--|---|
| | | ia | es de mujeres: la sororidad como experiencia de empoderamiento para resistir a la violencia patriarcal | mártires de El Salvador, y a la luz de la realidad actual en la que la violencia contra las mujeres no se detiene, leemos una narración del libro de Jueces. Luego de referirnos a Jueces como uno de los libros de la Biblia Hebrea donde aparecen más mujeres y muy diversas, estudiamos el relato de la muerte -feminicidio- de la hija de Jefté, sacrificada a Dios por su propio padre. Analizamos las reacciones tanto de los personajes principales como las del mismo narrador, destacando, por una parte, el silencio de unos y, por la otra, el memorial con que todos los años las mujeres israelitas recordaban y denunciaban esta muerte. Trabajamos, luego, la realidad de la sororidad, como camino de empoderamiento para las mujeres. Reconocemos, entonces, en Latinoamérica y en la Argentina de hoy nuevos gestos de resistencia realizados por mujeres, gestos que, como memoriales sororiales y colectivos, rescatan de la invisibilización y del olvido a las víctimas de nuestros días. Por último, señalamos particularmente los de las Madres de Plaza de Mayo en Argentina, relacionándolos con el relato de Jueces 11 que analizamos en la primera parte del artículo. | resistencia, sororidad, empoderamiento, memorial/es. | Memoriales de mujeres: la sororidad como experiencia de empoderamiento para resistir a la violencia patriarcal. Franciscanum , Bogotá , v. 58, n. 165, p. 225-262, June 2016 . Available from < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-14682016000100009&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. |
| 39 | 2016 | Argentina | Territorios de violencia patriarcal: doce años de femicidios en Santiago del Estero (2002:2014) | Este trabajo se propone un acercamiento al fenómeno de la violencia extrema contra las mujeres (y mujeres trans) en Santiago del Estero. Para tal fin, se analiza una base de datos (2002-2014) que contiene la información de aquellas que fueron asesinadas y las características del crimen. Las fuentes consultadas para la construcción de la misma son dos periódicos locales. Luego para las comparaciones de alcance nacional se recurre a la información publicada por La Casa del Encuentro (ONG) que realiza esta tarea desde el año 2008. Santiago del Estero tiene la tasa de femicidios más alta del país y duplica a la media nacional. De modo que a partir de esta evidencia empírica se busca profundizar la | Femicidios; Violencia patriarcal; Santiago del Estero; Tasa de femicidios. | CANEVARI, Cecilia; ISAC, Rosa. Territorios de violencia patriarcal: doce años de femicidios en Santiago del Estero (2002:2014). Trab. soc. , Santiago del Estero , n. 26, p. 257-284, jun. 2016 . Disponible en < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1514-68712016000100015&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |

| | | | | | | |
|----|------|-------|--|---|--|--|
| | | | | comprensión. A su vez se presentan los marcos legales vigentes y una enumeración de las políticas públicas referidas a la violencia contra las mujeres desde los tres poderes de gobierno. Dentro del contexto histórico estructural santiaguense se proponen algunas hipótesis y finalmente se expone una aproximación a las teorías feministas que son claves para la comprensión de los fundamentos patriarcales que sostienen la subalternización femenina en nuestras sociedades. | | |
| 40 | 2016 | Chile | Un hijo sano del patriarcado. Femicidio en la novela No me ignores de Nicolás Poblete | Pareciera que, tanto en los medios como en la opinión pública, estamos acostumbrados a concebir la criminalidad como una desviación, enfermedad mental o bestialidad. La novela No me ignores (2010) del chileno Nicolás Poblete, no obstante, cuestiona esta idea planteando la posibilidad de que los asesinos sean sujetos con plena racionalidad, amparados por un sistema que se los permite. Desde la voz de un feminicida, Poblete reflexiona acerca del asesinato de mujeres, por razones de género, en el contexto de una sociedad patriarcal que justifica y propicia todo tipo de violencia contra las mujeres. | femicidio, animalidad, racionalidad, misoginia, crimen | VASQUEZ MEJIAS, Ainhoa. Un hijo sano del patriarcado: Femicidio en la novela No me ignores de Nicolás Poblete. <i>Estud. filol.</i> , Valdivia, n. 57, p. 149-165, jun. 2016. Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132016000100009&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0071-17132016000100009 |
| 41 | 2016 | Chile | UN DETECTIVE TRAS LA PISTA DE FEMINICIDIOS. EL LEVE ALIENTO DE LA VERDAD DE RAMÓN DÍAZ ETEROVIC | El leve aliento de la verdad del escritor chileno Ramón Díaz Eterovic se inserta en el neopolicial latinoamericano en su crítica hacia una sociedad corrupta, patriarcal y machista que violenta a las mujeres en el terreno sexual, doméstico, laboral, hasta su culmine en el feminicidio. A esta crítica se suma una denuncia respecto a la existencia de policías corruptos e ineficientes y una aplicación desigual de las leyes en Chile. Sin embargo, esta novela de Díaz Eterovic no puede definirse plenamente bajo el modelo neopolicial -a la vez que se desliga también de sus entregas anteriores- por cuanto el detective logra | Femicidio, neopolicial, machismo, corrupción. | VASQUEZ MEJIAS, AINHOA. UN DETECTIVE TRAS LA PISTA DE FEMINICIDIOS: EL LEVE ALIENTO DE LA VERDAD DE RAMÓN DÍAZ ETEROVIC. <i>Acta lit.</i> , Concepción, n. 52, p. 33-57, jul. 2016. Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-68482016000100003&lng=es&nrm=iso > |

| | | | | | | |
|----|------|----------|---|--|---|---|
| | | | IC | un castigo penal para los feminicidas que asesinaban prostitutas, triunfando sobre autoridades viciadas. | | ng=es&nrm=iso>. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0717-68482016000100003 . |
| 42 | 2016 | Chile | Feminicidio en la telenovela Alguien te mira. Metáfora de un país misógino | La telenovela nocturna Alguien te mira (2007) se constituyó en un hito fundamental no sólo para los producciones televisivas nacionales por su alto impacto de audiencia, sino que se erigió como la primera en retratar y debatir acerca de las distintas violencias de género en el Chile contemporáneo, años antes de la incorporación del femicidio como artículo que modifica la Ley de parricidio en el Código Penal. A un tiempo de concluida su emisión, se considera que el feminicidio sexual perpetrado por el villano del melodrama permitió entender este crimen como el resultado de un poder patriarcal llevado a sus máximas consecuencias. Por otra parte, contraviniendo lo anterior, la descripción y calificación del asesino como un sujeto enfermo, perturbado mentalmente -producto de traumas infantiles relacionados con la figura de su madre- invisibilizó la misoginia cultural que subyace en este tipo de comportamientos. | Feminicidio, misoginia, telenovelas nocturnas, melodrama, enfermedad mental | VASQUEZ MEJIAS, Ainhoa. Feminicidio en la telenovela Alguien te mira: Metáfora de un país misógino. Polis , Santiago, v. 15, n. 44, p. 435-456, agosto 2016. Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682016000200020&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200020 |
| 43 | 2016 | Colômbia | Sobre la semántica del femicidio en Chile | En el 2006 un nuevo concepto se comienza a instalar en la semántica de la sociedad chilena, un conteo constante de asesinatos de mujeres visibiliza un problema social: el femicidio. De esta manera, organizaciones feministas y organismos supranacionales con enfoque de derechos han puesto sus esfuerzos en tematizar el femicidio y demandar la intervención estatal en políticas de prevención. En este contexto, en el 2007 en Chile se propone la moción que tipifica el femicidio como figura legal. Este artículo, basado en una investigación empírica, intenta indagar en la semantización del femicidio en Chile, considerando la trayectoria hacia su promulgación. Así mismo, será expuesta | femicidio; feminicidio; género; semántica; expectativas normativas. | CACERES PEREZ, Daniela Isabel. Sobre a semântica do femicídio no Chile. Soc. Econ. , Cali, n. 31, p. 239-262, dezembro de 2016. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-63572016000200011&lng=en&nrm=iso >. acessado em 05 de junho de 2020. |

| | | | | | | |
|----|------|-----------|--|--|--|--|
| | | | | la problemática del femicidio como resultado de la violencia de género en el contexto de una sociedad patriarcal, para finalmente, en este escenario, captar cómo se semantizó el concepto, en su calidad de ley, en la población. | | |
| 44 | 2016 | Argentina | El ingreso de la agenda feminista a la agenda de los medios | La agenda política feminista ha ingresado a la agenda mediática a través de diversas estrategias en los últimos años. Actualmente, no sólo los portales de noticias feministas/de género y los de colectivas feministas presentan y se ocupan de noticias de mujeres y diversidad sino que los grandes medios de comunicación masiva han incorporado a sus agendas estas problemáticas imprescindibles, fundamentalmente, referidas a tres temas puntuales: trata de personas para explotación sexual, derechos sexuales y reproductivos/aborto, violencia de género/femicidio. A cinco años de la sanción de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual, nos interesa hacer un balance del impacto de las acciones implementadas en torno del tratamiento de la violencia de género/femicidio en distintos formatos y soportes e indagar cuáles son las percepciones de los y las periodistas respecto de sus propias intervenciones y producciones. Para relevar la información realizamos entrevistas a periodistas de diferentes medios de comunicación de la radio y la TV de Mendoza. También aparecen datos aportados por referentes de las dos redes que actualmente reúnen a las/los periodistas feministas e investigadoras de la comunicación en Argentina (Periodistas de Argentina en Red por una comunicación no sexista y Red Internacional de Periodistas con Visión de Género) | Agenda feminista; Agenda mediática; Periodismo de género; Políticas de comunicación y género | FERNANDEZ HASAN, Valeria. El ingreso de la agenda feminista a la agenda de los medios. Trama comun. , Rosario , v. 20, n. 2, p. 127-143, dic. 2016 . Disponible en http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1668-56282016000200007&lng=es&nrm=iso . accedido en 05 jun. 2020 |
| 45 | 2016 | México | La violencia de género contra las mujeres en | En el presente trabajo se analizan los tipos de violencia: doméstica, institucional y feminicida, usando el concepto de “violencia de género contra las mujeres”, en combinación con las dimensiones de la violencia propuestas | violencia de género; violencia doméstica; violencia estructural; violencia | PAREDES-GUERRERO, Leticia Janet et al . La violencia de género contra las mujeres en Yucatán. LiminaR, |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|--|---|---|
| | | | Yucatán | por Johan Galtung: interpersonal, estructural y cultural/simbólica, para demostrar que la violencia de género contra las mujeres en el estado de Yucatán, México, se ejerce no sólo en el hogar, sino también en las instituciones y en las representaciones colectivas, espacios en los que todavía se concibe a la mujer como un símbolo objeto, lo cual condiciona la aparición de conductas de violencia extrema que potencialmente desembocan en feminicidio. | simbólica; violencia institucional; feminicidio | San Cristóbal de las Casas , v. 14, n. 2, p. 45-56, dic. 2016 . Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-80272016000200045&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 46 | 2016 | México | La violencia sexual como genocidio. Memoria de las mujeres mayas sobrevivientes de violación sexual durante el conflicto armado en Guatemala | Este artículo es producto de la investigación/acción participativa llevada a cabo del 2005 al 2009 en el marco del proceso político y social impulsado por Actoras de Cambio junto con 54 mujeres mayas de cuatro grupos étnicos distintos -Q'eqchi', Mam, Chuj, y Kaqchikel- sobrevivientes de violación sexual durante el conflicto armado interno en Guatemala (1960-1996). En él analizamos el uso sistemático y masivo de la violación sexual contra las mujeres mayas dentro del marco de la política contrainsurgente en Guatemala, nombrándolo y denunciándolo como feminicidio y genocidio; evidenciamos cómo la violación sexual fue utilizada por el Estado para destruir la continuidad biológica, social y cultural del pueblo maya a través del cuerpo de las mujeres. Además, demostramos la centralidad e intencionalidad política de la violación sexual para someter y masacrar a las mujeres. El trabajo se estructuró con base en una epistemología feminista articulada con la de la cosmovisión maya. Ello implicó poner en el centro de la investigación voces y experiencias silenciadas por la visión androcéntrica y racista del mundo. Requerió, además, una voluntad colectiva de desvelar cómo se imbrican y sintetizan los diferentes sistemas de opresión en el cuerpo de las mujeres mayas. Esta investigación da cuenta de una experiencia concreta y colectiva de memoria y sanación entre | genocidio; violencia sexual; mujeres mayas; feminismos; memoria; sanación | FULCHIRON, Amandine. La violencia sexual como genocidio. Memoria de las mujeres mayas sobrevivientes de violación sexual durante el conflicto armado en Guatemala. Rev. mex. cienc. polít. soc. , México , v. 61, n. 228, p. 391-422, dic. 2016 . Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182016000300391&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |

| | | | | | | |
|----|------|----------|---|--|---|---|
| | | | | mujeres mayas, mestizas y europeas, que ha posibilitado rehacer el cuerpo, la vida y la comunidad después de la violación sexual genocida desde un nuevo lugar justo, digno y libre para las mujeres. | | |
| 47 | 2017 | Colômbia | Cubrimiento periodístico y visibilidad del feminicidio en el Heraldo (Barranquilla, Colombia): Estudio de Caso | La investigación se propuso, apoyada en un estudio de caso, caracterizar los relatos producidos por el diario El Heraldo de Barranquilla (Colombia) sobre feminicidios con base en las guías para el cubrimiento no sexista de la violencia de género y los principios de la Comunicación para la solidaridad con el fin de establecer qué tanto estos se evidencian en el cubrimiento de estos hechos. El análisis se centró en 10 noticias referidas a dos de los doce feminicidios cubiertos por el diario durante 2015. Los resultados muestran que El Heraldo visibiliza la violencia de género y señala la poca repercusión que tienen estos delitos en el sistema judicial. Sin embargo, se encontró poca contextualización y ausencia de estrategias para producir sanción social y solidaridad. El reto es un periodismo que genere una ciudadanía activa, de modo que el feminicidio se asuma como un problema público y social. | Periodismo, feminicidio, discriminación, derechos de la mujer. | FLORES, Pamela. Jornalismo periódico e visibilidade do feminicídio no Heraldo (Barranquilla, Colômbia): Estudo de Caso. Investig. desarro. , Barranquilla, v. 25, n. 1, p. 23-48, junho de 2017. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-32612017000100002&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. http://dx.doi.org/10.14482/indes.25.1.10227 . |
| 48 | 2017 | Colômbia | “No viajes sola”: el doble feminicidio de mujeres argentinas en Ecuador | En febrero del año 2016, dos turistas argentinas fueron asesinadas en Montañita, Ecuador. El caso repercutió en Sudamérica con fuerza y engrosó la lista del creciente índice de feminicidios de la región. En Argentina, en el marco de la publicitada campaña “Ni una Menos”, el doble asesinato generó nuevas discusiones entre movimientos feministas, agrupaciones por los derechos humanos, medios de comunicación de diversa índole y la sociedad en general. Proponemos analizar cómo trataron el tema dos medios gráficos en particular, de tirada nacional y de líneas editoriales opuestas entre sí: La Nación y Página 12, y reconocer de qué manera se configuró el discurso sobre el caso, para analizar las posiciones que pretenden instalarse en | feminicidios; medios de comunicación; discurso público; derechos humanos; perspectiva feminista; mujeres; violencia de género; “Ni Una Menos” | BARD-WIGDOR, Gabriela; Bonavita, Paola. “No viajes sola”: a dupla feminilidade das mulheres argentinas no Ecuador. anagramas rumbos sentidos comun. Medellín, v. 15, n. 30, p. 165-182, junho de 2017. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25222017000100165&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. http://dx.doi.org/10.22395/anagr.v15n30a8 . |

| | | | | | | |
|----|------|---------|---|---|--|---|
| | | | | relación con la problemática y los posibles impactos sociales a partir de la opinión pública que se difunde. Aspiramos a generar reflexiones y plantear posibles caminos a seguir, para abordar la cuestión desde una perspectiva de derechos humanos y feminista. | | |
| 49 | 2017 | Bolivia | UN ABORDAJE DE LA NOCIÓN DE FEMINICIDIO DESDE UNA PERSPECTIVA PSICOANALÍTICA COMO RECURSO PARA MEJORAR LA APLICACIÓN DE LA NORMA LEGAL VIGENTE | La presente investigación tiene como propósito realizar un exploración, de los conceptos de género, violencia de género, Femicidio a partir del enfoque legal y desde una perspectiva psicoanalítica, tomando en cuenta conceptos como los de la constitución subjetiva, Estadio del espejo, Edipo y goce; a partir de estos, se puede demostrar que las diferencias entre lo femenino y lo masculino se dan a partir de la constitución subjetiva del sujeto, produciendo ciertas consecuencias psíquicas que darán lugar a la posición subjetiva con la que se representaran los sujetos a lo largo de su vida. Del análisis realizado, se pudo concluir que existen muchos vacíos e incoherencias en la concepción y tipificación del delito de Femicidio, por lo que la postura legal y el discurso feminista han resultado insuficientes para explicar y dar solución a la problemática del Femicidio; que la violencia de género va más allá del odio de un sexo hacia otro y que la agresividad no es cuestión de género sino parte constitutiva del sujeto, por ello se debe recurrir a otras teorías y herramientas como la teoría psicoanalítica para poder explicar y comprender el Femicidio. | Femicidio, violencia, género, Constitución subjetiva, Goce, agresividad. | CRUZ, Madeleine. UN ABORDAJE DE LA NOCIÓN DE FEMINICIDIO DESDE UNA PERSPECTIVA PSICOANALÍTICA COMO RECURSO PARA MEJORAR LA APLICACIÓN DE LA NORMA LEGAL VIGENTE. Ajayu , La Paz , v. 15, n. 2, p. 214-251, 2017 . Disponible en < http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-21612017000200006&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 50 | 2017 | Bolivia | HISTORIA FAMILIAR Y CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDAD DE UN FEMINICIDIO | La finalidad de la presente investigación fue la de analizar acerca de uno de los fenómenos más controversiales e importantes de nuestro medio el “femicidio” y más específicamente aun sobre el “femicida” y como basándonos en el modelo ecológico de la violencia factores como sus rasgos de personalidad e historia familiar pudieron ser elementos importantes en la comisión del delito de femicidio. El | Femicidio, Femicida, Personalidad, Modelo Ecológico de la Violencia. | OLIDEN, Norman; VELASQUEZ, Anderson. HISTORIA FAMILIAR Y CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDAD DE UN FEMINICIDA. Ajayu , La Paz , v. 15, n. 2, p. 195-213, 2017 . Disponible en |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|--|--|---|
| | | | IDA | estudio se llevó a cabo en el contexto de un centro de reclusión de varones de la ciudad de Oruro, Bolivia, bajo la metodología de estudio de caso, el cual brindo su colaboración para ser parte de la presente investigación el cual está cumpliendo presidio por la comisión del delito de Femicidio. Se indagó sobre su historia familiar y se le aplicó entrevistas para obtener sus rasgos de personalidad. Los resultados obtenidos mostraron una estrecha relación entre sus vivencias pasadas y su actuar para la comisión del feminicidio de igual forma los rasgos de personalidad del participante pudieron ser un factor predominante en dicho actuar basando todo ello en el modelo ecológico de la violencia y sus distintos niveles de desarrollo | | < http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-21612017000200005&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020 |
| 51 | 2017 | Brasil | Femicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional | Este estudio objetiva analizar a relação entre feminicídios e indicadores socioeconômicos, demográficos, de acesso e saúde em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. Trata-se de um estudo ecológico que utilizou o coeficiente médio padronizado da mortalidade feminina por agressão como marcador de feminicídio nos triênios de 2007-2009 e 2011-2013. Para a análise estatística foi utilizado o teste de Correlação de Pearson entre o desfecho e 17 variáveis independentes, e as que apresentaram significância estatística ($p < 0,05$) foram introduzidas em um modelo de regressão linear multivariada, método Backward. No primeiro triênio a taxa média de feminicídio foi de 4,5 óbitos por 100 mil mulheres, e no segundo período foi de 4,9/100 mil. Pobreza ($\beta = -0,330$; $p = 0,006$), pentecostalismo ($\beta = 0,237$; $p = 0,002$) e mortalidade masculina por agressão ($\beta = 0,841$; $p = 0,000$) estiveram associados aos feminicídios. A associação negativa entre pobreza e mortes femininas indica uma relação paradoxal, na medida em que as mulheres que morrem nas regiões mais ricas são pobres em sua maioria. | Homicídio; Mulheres; Gênero; Violência contra a mulher | MENEGHEL, Stela Nazareth et al. . Femicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. Ciênc. saúde coletiva , Rio de Janeiro , v. 22, n. 9, p. 2963-2970, Sept. 2017 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902963&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.22732015 . |

| | | | | | | |
|----|------|------------|--|---|---|--|
| | | | | Ainda, encontrou-se relação entre violência de gênero, fundamentalismos e violência urbana. | | |
| 52 | 2017 | Brasil | Feminicídios: conceitos, tipos e cenários | Este texto é um ensaio teórico que discute os conceitos, os tipos e os cenários de feminicídios e apresenta algumas propostas para a prevenção destas mortes prematuras, injustas e evitáveis. O texto traz o conceito original de femicídio proposto por Diana Russel e Jane Caputti, caracteriza tipos e mostra cenários novos e antigos onde estes crimes ocorrem. Aponta o patriarcado, entendido como sistema hierárquico de poder entre homens e mulheres, como um dos principais determinantes destas mortes. Finaliza apresentando ações e propostas para prevenir e combater estes crimes de gênero. | Femicídios; Feminicídios; Violência contra a mulher | MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Pâmela. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. Ciênc. saúde coletiva , Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, setembro de 2017. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017 |
| 53 | 2017 | Costa Rica | Cuerpos disidentes: cuerpos en resistencia desde el arte y el feminismo | A lo largo de este artículo pretendemos mostrar cómo diferentes mujeres artistas han utilizado su cuerpo como un lienzo de expresión. Sus cuerpos disidentes, abiertos y llevados al extremo serán sujeto de representación y de autoafirmación, a través de los cuales empoderarse y resistir frente a las consideradas verdades absolutas patriarcales, según las cuales, las mujeres han sido representadas como objetos de placer para la miradas masculinas. | Disidente; cuerpo; mirada; sujeto; feminicidio | BALLESTER BUIGUES, Irene. Cuerpos disidentes: cuerpos in resistencia from the art y el feminism. Rev. Rup. , San Pedro de Montes de Oca, v. 7, n. 2, p. 145-161, dezembro de 2017. Disponível em < http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-24662017000200145&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. http://dx.doi.org/10.22458/rr.v7i2.1835 . |
| 54 | 2017 | México | La violencia contra las mujeres y la crisis de derechos humanos: | El artículo argumenta que las organizaciones de derechos humanos y sus reportes tienden a ignorar las continuidades de género que hay en la violencia criminal que origina la crisis de derechos humanos. Desarrolla la idea de las <i>guerras necropolíticas</i> como un tipo de conflicto que simultáneamente | violencia sexual; feminicidio; desaparición forzada; desposesión; necropolítica | ESTEVEZ, Ariadna. La violencia contra las mujeres y la crisis de derechos humanos: de la narcoguerra a las guerras necropolíticas. Rev. interdiscip. estud. |

| | | | | | | |
|----|------|-----------|--|--|--|--|
| | | | de la narcoguerra a las guerras necropolíticas | explica la violencia delincriminal y la de género, como parte de un <i>continuum</i> de una violencia cuyo objetivo es asegurar el comercio de la droga y la mercantilización de los cuerpos de las mujeres para afirmar los mercados criminales. Con México como estudio de caso, se ofrece una tipología de las <i>guerras necropolíticas: la guerra por la gubernamentalización necropolítica del Estado y la guerra por la desposesión de los cuerpos de las mujeres</i> . Mientras que estas dos guerras tienen objetivos diferentes -cooptar y reconfigurar al Estado, y desposeer a las mujeres de sus cuerpos, respectivamente- comparten una característica: un espacio socio-legal disfuncional, permanentemente corrupto y deliberadamente letal que asegura la impunidad de las tecnologías de muerte del necropoder: masacre, feminicidio y desaparición forzada. Al analizar la violencia desde la perspectiva de las guerras necropolíticas, la violencia contra las mujeres se vuelve visible. | | género Col. Méx. , Ciudad de México , v. 3, n. 6, p. 69-100, dic. 2017 . Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2395-91852017000200069&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.24201/eg.v3i6.142 . |
| 55 | 2017 | Argentina | VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES. LLAMAR A LOS HECHOS POR SU NOMBRE | En este artículo nos proponemos conceptualizar e interpretar las distintas violencias que sufren las mujeres por ser del género opuesto al hegemónico y consideradas, por lo tanto, débiles, heterónomas, irracionales. Consideramos que la teoría feminista se redefine continuamente por eso presentamos algunos conceptos nuevos o reinterpretados sobre los tipos de violencia en las cuales la víctima es la mujer. Específicamente nos referiremos a la violencia doméstica; violación; prostitución; trata de mujeres, femicidio/feminicidio. | mujeres, víctimas, violencias, vulnerabilidad. | BONACCORSI, Nélida. VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES. LLAMAR A LOS HECHOS POR SU NOMBRE. <i>Aljaba</i> , Luján , v. 21, n. 2, p. 1-10, dic. 2017 . Disponible en < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-57042017000200005&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 56 | 2017 | Brasil | Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: | Feminicídios são assassinatos de mulheres decorrentes das desigualdades de gênero e representam a forma mais extrema da violência contra a mulher. O referencial teórico-metodológico utilizado neste estudo foi a teoria do patriarcado e a análise crítica do discurso. Foram analisados os discursos | Homicídio; Violência contra a Mulher; Sexismo | MENEGHEL, Stela Nazareth; MARGARITES, Ane Freitas. Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. <i>Cad. Saúde</i> |

| | | | | | | |
|----|------|------|---|--|---|---|
| | | | iniquidad es de género ao morrer | referentes ao relatório final de 64 inquéritos policiais categorizados como feminicídios, ocorridos na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, no período de 2006 a 2010. As vítimas eram majoritariamente mulheres pobres, jovens e moradoras de regiões de periferia, havendo uma frequência elevada de prostitutas e mulheres executadas pelo tráfico; mortes não consideradas feminicídios pelos operadores policiais. Muitos inquéritos foram arquivados devido à ausência de provas e outros não foram nem ao menos iniciados. Nos inquéritos, havia discursos que desqualificavam e culpavam as vítimas, embora alguns criticassem as desigualdades entre homens e mulheres e identificassem os efeitos letais do machismo. Inquéritos policiais são fontes importantes para estudar o feminicídio na sociedade, agregando grande quantidade de informações sobre vítimas, agressores e cenários dos crimes. | | Pública , Rio de Janeiro , v. 33, n. 12, e00168516, 2017 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001205014&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. Epub Dec 18, 2017. https://doi.org/10.1590/0102-311x00168516 . |
| 57 | 2018 | Peru | La caracterización del feminicidio de la pareja o expareja y los delitos de odio discriminatorio | El texto pretende ofrecer una interpretación coherente y útil de la conducta feminicida (o femicida, en la expresión preferida por la autora) contenida principalmente, de manera no uniforme, en diversos tipos penales de las legislaciones latinoamericanas. Efectivamente, luego de afirmar la necesidad de una individualización en la protección penal de la mujer frente a la violencia de género y de constatar lo loables que resultan los enunciados penales latinoamericanos (pese a su carácter disperso), concluye que estos no son el reflejo de una buena política criminal. En efecto, sus enunciados adolecen de imprecisiones, duplicidades y, en algunos casos, de exceso de punitivismo. Para tal efecto, la autora cuestiona la definición del feminicidio como la muerte de «una mujer por su condición de tal» u otras expresiones semejantes —es decir, la muerte por el simple hecho de ser mujer—. Refiriéndose en concreto a la muerte de | feminicidio, femicidio, delitos de odio, violencia de género, discriminación, violencia instrumental. | PEREZ MANZANO, Mercedes. La caracterización del feminicidio de la pareja o expareja y los delitos de odio discriminatorio. Derecho , Lima , n. 81, p. 163-196, 2018 . Disponible en < http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0251-34202018000200006&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.18800/derechopucp.201802.006 . |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|---|---|---|
| | | | | <p>una mujer a manos de su pareja o expareja, la autora caracteriza el feminicidio como una forma de violencia constitutiva de ser instrumento de dominación discriminatoria, es decir, violencia que se ejerce contra la mujer para mantener o restablecer las desiguales relaciones de poder o, simplemente, para reafirmar el sentido discriminatorio de su acto, negándole a la víctima su derecho a la igualdad. Desde esta perspectiva, la autora discute la consideración del feminicidio de la pareja o expareja como delito de odio, pues lo característico de este es su dimensión colectiva (el significado de amenaza implícita al colectivo) y la paralela condición fungible de la víctima. En opinión de la autora, en el feminicidio de la pareja o expareja la muerte de la mujer se relaciona con el comportamiento concreto asignado prejuiciosamente (machismo) y esperado de la mujer concreta. Es un fenómeno de una dimensión, fundamentalmente, individual. Bajo todas estas consideraciones, el texto culmina analizando el tipo penal peruano de feminicidio, reconociéndole algunos aciertos, pero también reiterando sus desaciertos.</p> | | |
| 58 | 2018 | Brasil | <p>Feminicídio em cena. Da dimensão simbólica à política</p> | <p>Em março de 2015, a lei n. 13.104/15 instituiu a qualificadora do <i>feminicídio</i>, incorporando-a aos discursos dos/as julgadores/as. Neste trabalho, cabe-nos ressaltar que o campo jurídico-penal é uma das diversas áreas em que se estabelecem complexas relações sociais, portanto, não apenas palco de lutas sociais, mas ele próprio objeto de disputas. Assim, temos por proposta central sistematizar as principais críticas levantadas, até então, sobre a criminalização do feminicídio e, com base nelas, produzir uma reflexão sobre o significado das paradoxais lutas por judicialização no cenário feminista nacional.</p> | <p>Judicialização; Feminicídio; Violência doméstica e familiar contra mulheres; Liberdade</p> | <p>MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia GG Rodrigues. <i>Feminicídio em cena. Da dimensão simbólica à política. Tempo soc.</i> São Paulo, v. 30, n. 1, p. 283-304, abril de 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100283&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de junho de 2020. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.115626.</p> |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|--|--|--|
| 59 | 2018 | México | Condiciones del desplazamiento forzado de mujeres en mesoamérica | Este texto se centra en las experiencias de las mujeres centroamericanas dentro de la diáspora masiva hacia el sobrevivir huyendo de las violencias sistemáticas de género y la situación de extrema precariedad en sus países de origen. Violencias que se extienden en el tránsito por el territorio mexicano. Se detiene en las mujeres que llegan al Centro de Atención del Migrante de FM4 Paso Libre en Guadalajara donde reciben acompañamiento psicológico y nos permiten conocer las tortuosas condiciones de su camino a través de México. | mujeres en desplazamiento forzado; sobrevivencia; cuerpos mercancia; feminicidio y femigenocidio | CAMUS, Manuela; EGUIA, Bernadette. Condiciones del desplazamiento forzado de mujeres en mesoamérica. La ventana , Guadalajara , v. 5, n. 47, p. 251-281, jun. 2018 . Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362018000100251&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 60 | 2018 | México | El caso de Mariana Lima Buendía: una radiografía sobre la violencia y discriminación contra la mujer | El 25 de marzo de 2015, la Suprema Corte de Justicia mexicana emitió la sentencia relativa a la investigación de la muerte violenta de Mariana Lima Buendía, constituyendo el primer pronunciamiento de este tribunal relacionado con el feminicidio. La decisión fue el reconocimiento del derecho de las mujeres a una vida libre de violencia y discriminación, así como de la obligatoriedad de investigar y juzgar con perspectiva de género, además de un esfuerzo por brindar la reparación integral por violaciones de derechos humanos. La sentencia abre, además, varios debates, como el alcance del parámetro de control de regularidad constitucional y la pertinencia de que un tribunal constitucional analice, a detalle, una investigación ministerial, o sobre el alcance de las reparaciones a través del amparo. Así, la decisión demuestra que una sentencia de amparo puede constituir una acción reparadora y una garantía del derecho a la verdad. | feminicidio; muerte violenta de mujer; violencia y discriminación contra la mujer; perspectiva de género; violación de derechos humanos; reparaciones; derecho a la verdad | QUINTANA OSUNA, Karla I. El caso de Mariana Lima Buendía: una radiografía sobre la violencia y discriminación contra la mujer. Cuest. Const. , México , n. 38, p. 143-168, jun. 2018 . Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-91932018000100143&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.22201/ij.24484881e.2018.38.11878 . |
| 61 | 2018 | Brasil | Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde | O artigo objetiva problematizar aspectos relacionados a gênero e direitos sexuais, bem como suas implicações no campo da saúde. Para isso, utiliza-se o ensaio como desenho metodológico. Na primeira parte, procura-se discutir o feminicídio, destacando-se que há mortes de mulheres devido ao fato de | Gênero; Direitos sexuais; Saúde | GOMES, Romeu et al . Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. Ciênc. saúde coletiva , Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1997-2006, June 2018 . Available from |

| | | | | | | |
|----|------|--------|--------------------------------------|---|---|---|
| | | | | serem mulheres que se constituem de situações de lesa humanidade ou feminicídio. Em seguida, trata-se da diversidade sexual e de gênero, com ênfase na fragilidade do direito a ter direitos, que se expressa na piora das condições de saúde da população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo). Por último, discute-se o reconhecimento da pluralidade de gênero e o limite aos direitos dos corpos fora da norma, criticando-se a reiteração da normatividade cisgênera e binária que pode reforçar a vulnerabilidade em saúde de pessoas trans e demais corpos e identidades não normativos. Conclui-se que, nos 30 anos de existência do Sistema Único de Saúde, não se pode desconsiderar avanços no campo político, muitos deles criados por conta de movimentos sociais e iniciativas que procuram enfrentar o feminicídio e a não assistência adequada às pessoas LGBTI. Frente aos desafios, reitera-se a relação necessária entre promoção da saúde e proteção de direitos humanos relacionados a gênero e a sexualidade. | | < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601997&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018 . |
| 62 | 2018 | Brasil | Feminicídios: um longo debate | O problema da mortalidade violenta de mulheres foi denunciado pelos movimentos feministas há mais de trinta anos e, portanto, há algum tempo já se sabe que a violência de gênero contra as mulheres tem uma expressão letal. Entretanto, o reconhecimento dessas mortes como um “feminicídio” é um processo mais recente. O objetivo deste artigo é apresentar um panorama da produção epistemológica feminista latino-americana que reconhece três ênfases na análise, compreensão e resposta para os feminicídios: um conjunto de diversas mortes violentas em razão do gênero, os assassinatos cujas características conformam feminicídios e, dentre estes, a reivindicação de uma resposta penal específica ao fenômeno. O caminho deste debate é longo, mas de extrema necessidade frente à realidade | feminicídios; violência de gênero; epistemologia feminista. | GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 26, n. 2, e39651, 2018. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200201&lng=en&nrm=iso >. acess o em 05 de junho de 2020. Epub 11 de junho de 2018. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651 . |

| | | | | | | |
|----|------|--------|--|--|--|---|
| | | | | de <i>matança</i> das mulheres. | | |
| 63 | 2018 | Brasil | A performance pós-moderna de Nélide Piñon contra o feminicídio em <i>Vozes do deserto</i> | Este artigo apresenta um estudo sobre as estratégias de resistência contra o feminicídio no romance pós-moderno <i>Vozes do deserto</i> (2004), de Nélide Piñon. Essa obra, além de retomar o imaginário árabe, descreve a luta feminista da protagonista, Scherezade, por liberdade e pelo fim da execução das esposas do Califa, possibilitando um debate aprofundado sobre o sacrifício feminino como parte de uma estrutura social de manutenção do poder masculino por meio da violência de gênero. Esse poder se impõe por meio de assédios, de agressões físicas e da tirania da execução da esposa/companheira, quando fora dos padrões morais impostos pelos valores patriarcais, conforme os estudos antropológicos de Rita Laura Segato, Henrietta Moore e Lia Zanotta Machado. | Feminicídio; Intertextualidade; Estudos Feministas | GOMES, Anderson Magno. Uma performance pós-moderna de Nélide Piñon contra o feminicídio em <i>Vozes do deserto</i> . Cafajeste. Pagu , Campinas, n. 53, e185311, 2018. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200503&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. Epub 04 de outubro de 2018. https://doi.org/10.1590/18094449201800530011 |
| 64 | 2018 | Brasil | O feminicídio e a legislação brasileira | Este ensaio avalia as consequências do dissenso entre as noções de gênero e sexo nos estudos de especialistas, tendo em vista o combate ao feminicídio no Brasil. Enquanto a legislação reconhece a noção de sexo para definição do crime, o Executivo, em suas políticas públicas, trabalha com a noção de gênero. O objetivo é analisar a origem do conceito de feminicídio, a identidade de seus perpetradores, a dissensão dos conceitos de sexo e gênero e a dualidade na legislação e nas políticas públicas brasileiras. Divide-se em três partes, cada seção analisando os diferentes conteúdos do objetivo principal. Em seus resultados, concluiu-se pela emergência da noção de gênero na definição de feminicídio como forma de empoderamento feminino. | Feminicídio; Gênero; Políticas públicas; Feminismo | SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. O feminicídio e a legislação brasileira. Rev. katálysis , Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 534-543, Dec. 2018. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000300534&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p534 . |
| 65 | 2018 | México | Las mujeres en un país plurinacional e intercultural, | El texto analiza la manera cómo la Constitución plurinacional e intercultural del Ecuador, aprobada en el 2008, por un lado, incorpora normativas que establecen sanciones penales contra la discriminación y violencia de género, exige a los partidos políticos la | Constitución 2008; feminicidio; política electoral; mujeres; interculturalidad | ILLICACHI GUZNAY, Juan. Las mujeres en un país plurinacional e intercultural, Ecuador. La ventana , Guadalajara, v. 6, n. 48, p. 358-389, dic. |

| | | | | | | |
|----|------|----------|--|---|--|---|
| | | | Ecuador | aplicación del principio de paridad, genera el Código Penal Integral; similarmente, el gobierno nacional firma los convenios con varias instituciones estatales y declara campaña nacional contra la violencia de género; por otro, a pesar de estos discursos y atributos, la violencia de género no se elimina, se configura y, en la práctica, no sólo persiste la violencia y el feminicidio, sino que, lo que es peor, va en aumento. El texto pretende ampliar el debate sobre el tema y se desea que las páginas que siguen sean leídas no únicamente como ejercicio de conocimiento sino también del reconocimiento y cuestionamiento a la distancia entre lo que se dice y lo que se hace. Los datos de este estudio se recogieron de forma colaborativa por el autor y un grupo de estudiantes de la Escuela de Psicología de la UNACH. | | 2018 . Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362018000200358&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. |
| 66 | 2018 | Colômbia | El acontecimiento feminicidio: interpelación bioética | ¿Puede el <i>feminicidio</i> abordarse desde la bioética? Hasta ahora, este tema ha sido tratado por el feminismo como un delito de género. El presente trabajo reubica el concepto a partir de su significación, a fin de posibilitar su inclusión dentro del saber de la bioética. Para esto, construye una hipótesis que examina el término como acontecimiento y desarrolla una explicación a partir del método abductivo. Plantea tres momentos: un sitio acontecimental, unas categorías explicativas y la interpelación. El resultado es la postulación del término <i>acontecimiento-feminicidio</i> , lo cual permite efectuar la inclusión dentro del saber de la bioética y posibilitar la interpelación. | acontecimiento; bioética; feminicidio; interpelación | VELASQUEZ FANDINO, Leigo A .. O acontecimiento femenino: interpelación bioética. rev.latinoam. bioet. Bogotá, v. 18, n. 2, p. 80-99, dezembro de 2018. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-47022018000200080&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. http://dx.doi.org/10.18359/r/bi.2822 . |
| 67 | 2018 | Brasil | A VIDA PSÍQUICA DO HOMEM E A MORTE DE MULHERES | A promulgação da Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104, 2015) colocou em evidência as condições de julgamento e compreensão da violência fatal contra mulheres por razões de gênero assim como a falta de comprometimento com as convenções das quais o Brasil é signatário, o que exige a ação legislativa para que se produzam outras respostas. Este trabalho tenta estabelecer a relação entre | feminicídio; feminicídio; direitos humanos; masculinidades | LODETTI, Alex Simon et al . A VIDA PSÍQUICA DO HOMEM E A MORTE DE MULHERES. Psicol. Soc. , Belo Horizonte , v. 30, e161068, 2018 . Available from < http://www.scielo.br/s |

| | | | | | | |
|----|------|--------|--|--|--|--|
| | | | | os conceitos de femicídio e feminicídio com os estudos sobre as masculinidades no contexto da violência feminicida, tendo como pano de fundo os ordenamentos jurídicos internacional e nacional, assim como os estudos feministas sobre a violência. O trajeto dos avanços legislativos e jurídicos é recuperado e discutido, compreendendo-se que a Lei do Feminicídio é um novo passo na produção de uma sociedade mais igualitária, mas só poderá lograr sucesso se reconsiderar as vivências masculinas e o androcentrismo do poder judiciário brasileiro. | | cielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100230&lng=en&nrm=iso>. access on 05 June 2020. Epub Dec 03, 2018. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30161068 . |
| 68 | 2019 | Brasil | Os dicionários brasileiros e o palavrício | Este artigo propõe a análise de dicionários brasileiros em relação a suas macroestruturas com o objetivo de refletir o propósito da Lexicografia atual no Brasil. Visto que o dinamismo lexical está em constante evolução e deva ser considerado na feitura e na atualização de dicionários, procuramos discorrer como uma única forma lexical, “feminicídio”, é inexistente nos repertórios vocabulares analisados, embora esteja em circulação há vários anos no país e mais do que viva na atualidade sociocultural. A Lexicografia tem por dever atentar-se à realidade, principalmente àquela tecnológica ao seu redor, e colocar à disposição de seus usuários obras que estejam em harmonia com o conjunto daquilo que é realmente condizente com a verdade do cotidiano, com unidades lexicais que estejam, de fato, em uso, e que possam, realmente, traduzir a realidade que os envolve e os atinge, com celeridade, aquela mesma com a qual os fatos as criam. | Dicionário; Lexicografia brasileira; Dinamismo Lexical; Feminicídio | ZAVAGLIA, Claudia. Os dicionários brasileiros e o palavrício. DELTA , São Paulo, v. 35, n. 1, e2019350103, 2019. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502019000100402&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de junho de 2020. Epub 28/03/2019. https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350103 |
| 69 | 2019 | Brasil | Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil | O femicídio é a morte intencional de uma mulher pelo fato de ser mulher. O termo permite diferenciar os crimes por violência de gênero dos homicídios de mulheres em outras circunstâncias. O objetivo deste trabalho é caracterizar os femicídios, também chamados feminicídios, que ocorreram em 2015 em Campinas, São Paulo, Brasil. Foram | Violência de Gênero; Violência Contra a Mulher; Violência Doméstica; Violência por Parceiro Íntimo | CAICEDO-ROA, Monica et al. Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, e00110718, 2019. Available from |

| | | | | | | |
|----|------|--------|--|--|--|--|
| | | | | <p>tomadas como fonte de informação as declarações de óbitos de residentes da cidade cuja causa básica do óbito foi classificada como causa externa. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas aplicando-se o método de autópsia verbal, e, classificados os casos de femicídio como: íntimo, não íntimo e por conexão. No ano de 2015, foram recebidas 582 declarações de óbitos por causas externas, 185 corresponderam a homicídios, sendo 26 (14,1%) femininos. Dentre esses, 19 foram classificados como femicídio. A média de idade das vítimas foi de 31,5 anos (desvio padrão 7,18 anos). A maioria correspondeu a mulheres brancas (47,4%), com Ensino Fundamental (52,6%), solteiras (63,2%), com filhos (84,2%). As mortes, em geral, ocorreram por mecanismos altamente violentos, na forma de agressão física e sexual. Os assassinatos foram perpetrados no domicílio da vítima, com arma branca ou de fogo, com expressiva violência, motivados, principalmente, pelo desejo de separação da vítima, ciúmes e desentendimento com o agressor. Em Campinas, o coeficiente de mortalidade por femicídio foi de 3,2 por 100 mil mulheres em 2015, o que correspondeu à morte de uma em cada 31.250 mulheres no ano. Os resultados da pesquisa permitem ver que o femicídio na cidade é a principal categoria entre os homicídios femininos. As consequências desse tipo de violência são consideráveis em termos de violação de direitos humanos. Este estudo auxilia a compreensão das motivações e consequências da violência contra a mulher e contribui para uma melhor visibilidade sobre o tema.</p> | | <p><http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000705014&lng=en&nrm=iso>. access on 05 June 2020. Epub July 04, 2019. https://doi.org/10.1590/0102-311x00110718.</p> |
| 70 | 2019 | Brasil | Violência urbana e fatores de risco relacionados ao | <p>Apesar de sua gravidade, o feminicídio é pouco investigado e suas estimativas dependem das estratégias usadas à sua caracterização, do contexto sociocultural e político. Este estudo teve como objetivo avaliar os homicídios</p> | <p>Violência Doméstica; Homicídio; Escolaridade; Estupro; Fatores de Risco</p> | <p>ORELLANA, Jesem Douglas Yamall et al . Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto</p> |

| | | | | | |
|----|------|----------|---|---|---|
| | | | <p>feminicídio em contexto amazônico brasileiro</p> <p>intencionais de mulheres, com enfoque nos feminicídios, destacando suas características e fatores de risco. Estudo transversal, baseado em vigilância diária de homicídios na imprensa e em registros de mortalidade. Foram consideradas vítimas fatais por agressões, mortes de mulheres maiores de 11 anos, residentes em Manaus, Amazonas, Brasil, em 2016-2017. A classificação de feminicídios baseou-se na <i>Lei nº 13.104/2015</i>. O risco relativo foi estimado mediante regressão de Poisson e um modelo hierárquico foi empregado para a introdução das variáveis nos modelos. As análises foram efetuadas no software R. De 138 vítimas fatais por agressões, 52 foram feminicídios, 37,7% (IC: 29,4-45,5). A cada acréscimo unitário de idade o risco de feminicídio reduzia em 3% (IC: 0,95-0,99). O risco de feminicídio foi 40% menor (IC: 0,40-0,90) nas mulheres com até sete anos de escolaridade, em comparação às que tinham oito anos ou mais; as mulheres agredidas mediante força corporal tiveram risco 5,5 (IC: 2,6-11,3) vezes maior de feminicídio, em comparação às que foram agredidas com arma de fogo; e risco de feminicídio de 1,4 (IC: 1,1-2,7) nas que foram mortas durante o dia, em relação às que morreram de noite. A proporção de feminicídio deste estudo foi inferior a estimativas prévias no Brasil e a carga local da criminalidade urbana parece explicar parte desta divergência. Este trabalho demonstrou que idade, escolaridade, uso da força corporal e turno da agressão estão associados ao feminicídio.</p> | | <p>amazônico brasileiro. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 8, e00230418, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001005003&lng=en&nrm=iso>. access on 05 June 2020. Epub Aug 22, 2019. https://doi.org/10.1590/0102-311x00230418.</p> |
| 71 | 2019 | Colômbia | <p>Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia</p> <p>Introdução A violência contra a mulher é um fenômeno grave que atinge os mais variados grupos. O Norte do Brasil é líder nacional em casos de violência contra a mulher, e o estado de Rondônia, é detentor da sétima maior taxa de feminicídio no Brasil.</p> <p>Objetivos investigar o perfil da vítima e</p> | <p>Violência Contra a Mulher; Saúde da Mulher; Estudos Ecológicos</p> | <p>OLIVEIRA, Caio Alves Barbosa de et al. Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia - Brasil. Rev Cuid, Bucaramanga, v. 10, n. 1, e573, Apr.</p> |

| | | | | | |
|----|------|--------|---|--|---|
| | | | <p>- Brasil</p> <p>as características da violência contra a mulher no estado de Rondônia no período de 2007 a 2015.</p> <p>Materiais e Métodos Trata-se de um estudo ecológico, descritivo, de abordagem quantitativa. As informações utilizadas foram processadas na base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação.</p> <p>Resultados De 2007 a 2015 foram notificados 1696 casos de violência contra a mulher no estado de Rondônia, com os maiores índices de prevalência na região de saúde Madeira-Mamoré e Cone Sul. A faixa etária foi a de jovens adultas, dos 19 aos 39 anos, negras/pardas, solteiras e que possuíam o ensino fundamental. As agressões ocorreram em zona urbana, na própria residência da usuária, sendo perpetrada pelo seu parceiro íntimo. A violência física foi vista em 1147 (47,36%) casos notificados, porém, destacou-se também a violência sexual – estupro em 491 (85,99%) mulheres. Sendo que as principais condutas assistenciais tomadas foram a coleta de sangue (26,03%) e as profilaxias contra IST (21,75%) e HIV (21,75%).</p> <p>Discussão e Conclusões Este estudo demonstrou um elevado número de notificações de violência contra a mulher, tornando-se necessário ampliar os pontos de atenção e fortalecer os já existentes, bem como qualificar os profissionais das diversas áreas de atendimento à mulher em situação de violência.</p> | | <p>2019 . Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732019000100203&lng=en&nrm=iso>. access on 05 June 2020. Epub Nov 04, 2019. http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.v10i1.573.</p> |
| 72 | 2019 | Brasil | <p>A ética da monogamia e o espírito do feminicídio:</p> <p>A partir do tema da criminalização do adultério feminino, este artigo apresenta algumas questões do debate conceitual em torno do termo “patriarcado”, principalmente aquelas debatidas por Engels e autoras marxistas do século XX. O contexto patriarcal romano da</p> | <p>patriarcado; adultério; direito romano; feminicídio</p> | <p>AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de. A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil</p> |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|--|--|--|
| | | | marxismo, patriarcalismo e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual | época augustana é discutido com o objetivo de apontar especificidades históricas de realidades distintas que se dialogam. Nesse sentido, elementos do Direito Romano e do Direito Penal Brasileiro são analisados para uma breve discussão sobre violência contra a mulher e feminicídio. | | Atual. História , Assis/Franca , v. 38, e2019053, 2019 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100310&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. Epub Dec 02, 2019. https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019053 . |
| 73 | 2019 | Brasil | Notas sobre o status de Mulheres Negras no Pós-Abolição em Barbados a partir de um Femicídio | Este estudo propõe-se a discutir o femicídio, a partir do caso do assassinato de Millicent Gittens em Barbados, em 1916. Utiliza-se o termo femicídio conforme proposto por Diane Russell, como o crime perpetrado por homens contra mulheres, cuja motivação central é a imposição da hegemonia masculina. O baixo estatus da população feminina pobre e negra no pós-abolição em Barbados é analisado com base na produção acadêmica brasileira e estrangeira sobre estudos de gênero, de Bell Hooks a Olívia Gomes da Cunha, e no pensamento de autores como Pierre Bourdieu e Michel Foucault sobre as relações de poder. A base documental desta pesquisa é formada por documentos primários como jornais, relatórios e documentos oficiais sobre o crime e sobre as condições de vida em Barbados no pós-abolição. Ao focalizar este estudo na ilha de Barbados, é possível estabelecer aquela sociedade como um “estudo de caso”, por tratar-se de um grupo relativamente isolado e de uma população que hoje se encontra em torno de 280 mil pessoas. Em 1916 a população total da ilha era de aproximadamente 100 mil habitantes, naquele ano apenas dois assassinatos foram registrados em Barbados, ambos tendo mulheres negras como vítimas de seus parceiros íntimos. | femicídio; pós-abolição; Barbados; feminismo negro; gênero | ROCHA, Elaine. Notas sobre o status de Mulheres Negras no Pós-Abolição em Barbados a partir de um Femicídio. História , Assis/Franca , v. 38, e2019051, 2019 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100308&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. Epub Dec 02, 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019051 . |
| 74 | 2019 | Brasil | Sobre o | Este artigo pretende ser uma | gênero; crime; | MAIA, Cláudia. Sobre |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|---|--|---|
| | | | (des)valor da vida: feminicídio e biopolítica | contribuição aos estudos sobre gênero e crime, em específico os relativos ao feminicídio, por meio da análise de dois processos-crime de assassinato de mulheres estruturalmente diferentes ocorridos na cidade de Montes Claros (MG) nos anos de 1996 e 2006. Para isso, busca, por um lado, entender como as representações de gênero operam, como são acionadas nos discursos que circulam nos processos e como elas acabam constituindo a base para a atribuição das penas; por outro, investiga como esses crimes possibilitam pensar a vida das mulheres na biopolítica contemporânea. O descaso da justiça, as penas brandas, a tentativa de banalização dos crimes e de desqualificação das vítimas, nos processos, deixam explícita a precariedade da vida das mulheres e assinalam como são pouco valiosas para o Estado. | poder; feminicídio | o (des)valor da vida: feminicídio e biopolítica. História , Assis/Franca, v. 38, e2019052, 2019. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100309&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. Epub Dec 02, 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019052 . |
| 75 | 2019 | México | Ensamblajes entre cuerpo y lenguaje: la potencia política de las lamentaciones públicas de las madres de víctimas de feminicidio en México | Este trabajo propone una problematización en torno a las maneras hegemónicas en que ha sido leído el sufrimiento de las madres que han perdido a sus hijas como consecuencia de las violencias feminicidas que prevalecen en México. Así, se recurrirá a la evidencia de un patrón gestual, registrado en un grupo de fotografías periodísticas recientes, donde las madres aparecen sosteniendo el retrato de sus hijas asesinadas/desaparecidas. Estos materiales visuales serán interpretados bajo una perspectiva metodológica de una estética de los fragmentos, como una herramienta analítica que posibilita articular una interpretación del dolor no sólo en una relación individual madre/hija, sino en una matriz cultural de memoria colectiva y justicia. | feminicidio; maternidad; dolor; memoria; justicia anamnética; fotografía | GUTIERREZ VARGAS, José Ricardo. Ensamblajes entre cuerpo y lenguaje: la potencia política de las lamentaciones públicas de las madres de víctimas de feminicidio en México. Rev. interdiscip. estud. género Col. Méx. , Ciudad de México, v. 5, e370, 2019. Disponible en < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2395-91852019000100104&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. Epub 15-Feb-2020. http://dx.doi.org/10.24201/reg.v5i0.370 . |
| 76 | 2020 | Chile | ESTRATEGIAS, | En el presente artículo se analiza el desarrollo de un caso de defensa penal | defensa penal; mapuche; | BERHO, Marcelo; MARTINEZ, Wladimir. |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|---|---|---|
| | | | ARGUMENTOS, LÍMITES Y POTENCIALIDADES EN LA DEFENSA PENAL EN LA ARAUCANÍA MAPUCHE DE CHILE | realizado en La Araucanía de Chile, en el que se condenó a un hombre mapuche por femicidio, el cual contó con la defensa especializada de la Defensoría Penal Mapuche el año 2013. A través del caso nos preguntamos en qué consistió la defensa realizada, de qué modo encaró la singularidad sociocultural, qué marcos de referencia teórico-metodológicos y recursos jurídicos incorporó en su argumentación y qué límites internos tuvo dicha práctica en el orden del convencimiento jurídico. El análisis considera las acciones de la defensa, la argumentación y la asimilación de categorías jurídicas exculpatorias y categorías de comprensión provenientes del universo cognitivo y médico mapuche. El valor de este caso radica en que, a través de él, es posible reconocer una forma de defensa penal sociocultural y visualizar los límites y potenciales pedagógicos que ésta tiene para una teoría y práctica penal pluralista y transformadora en contextos multiétnicos y multiculturales como el chileno actual. | estrategias; argumentación; homologación | ESTRATEGIAS, ARGUMENTOS, LÍMITES Y POTENCIALIDADES EN LA DEFENSA PENAL EN LA ARAUCANÍA MAPUCHE DE CHILE. Chungará (Arica) , Arica , v. 52, n. 1, p. 133-142, marzo 2020 . Disponible en < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-73562020000100133&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. http://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562020005000201 . |
| 77 | 2020 | Brasil | Estrategias del Estado mexicano para minimizar los femicidios | Este artículo es producto de una investigación empírica realizada en Ciudad Juárez (México), que analizó los efectos que el proceso de militarización que allí se realizó entre 2008-2015 tuvo en las desapariciones y femicidios de mujeres. El trabajo, que aporta datos y análisis actualizados sobre este fenómeno, tiene como objetivo evidenciar la existencia de estrategias de las autoridades para minimizar los hechos y culpabilizar a las víctimas. Para el desarrollo de esta investigación, se recurrió a trabajos y autoras referentes en el marco de los estudios de género, así como de los femicidios en Juárez, soportado todo ello en una labor documental reforzada con datos oficiales de la Fiscalía e informes de organizaciones no gubernamentales. Se empleó una metodología de enfoque cualitativo donde primó la etnografía, | Femicidios; Estado; Militarización; Patriarcado; México | RODRIGUEZ, Javier Juárez; ESCOBAR, Nora Elena Botero; RAMIREZ, Natalia Grisales. Estrategias del Estado mexicano para minimizar los femicidios. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 28, n. 1, e57811, 2020 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100209&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. Epub Mar 09, 2020. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157811 . |

| | | | | | | |
|----|------|--------|---|---|--|---|
| | | | | con el empleo de la observación participante y la realización de entrevistas personales. | | |
| 78 | 2020 | Brasil | Feminicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana | Na presente pesquisa tem-se por objetivo analisar a Lei nº 13.104/2015, sua abrangência e hipóteses de aplicação, sua natureza jurídica, o sujeito ativo e o sujeito passivo, e a [in]adequação da qualificadora com o princípio constitucional da igualdade. O método utilizado foi o bibliográfico, visando, a partir do estudo de textos científicos, doutrinários e legais, ao incentivo do debate sobre a violência de gênero, objetivando a evolução cultural e a construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária. Em conclusão, aponta-se para o simbolismo parcial exercido pela norma, a aplicabilidade da Lei às mulheres <i>cis e trans</i> , a constitucionalidade e natureza jurídica mista da qualificadora, com traços objetivos e subjetivos, nesta ordem, e, por fim, para os inegáveis equívocos legislativos que sugerem, mais uma vez, o simbolismo penal. | feminicídio; violência de gênero; lei nº 13.104/2015 | MESSIAS, Ewerton Ricardo; CARMO, Valter Moura do; ALMEIDA, Victória Martins de. Feminicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 28, n. 1, e60946, 2020. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100208&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. Epub Mar 09, 2020. http://dx.doi.org/10.1590/01806-9584-2020v28n160946 . |
| 79 | 2020 | Brasil | Homicídios do Brasil na última década: uma revisão integrativa | O homicídio é a forma mais grave de violência com impacto negativo na população. Amplamente estudado no campo científico e divulgado por meios impressos e virtuais. O objetivo deste artigo é resgatar artigos de periódicos nacionais e internacionais, buscando a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos. Revisão integrativa a partir da plataforma SciELO, PubMed e LILACS dos artigos publicados entre 2006 e 2016. Utilizaram-se os descritores: Homicídio e Brasil. Selecionaram-se os artigos através da leitura do título, resumo e metodologia. Foram encontrados 427 artigos, dos quais 98 se referiam a estudos de homicídios e saúde no Brasil. Verificou-se publicações com destaque para o cenário nacional, seguido do estado de São Paulo e Pernambuco. O estudo quantitativo foi o mais utilizado, com a | Homicídio; Violência; Saúde Pública; Pesquisa | OLIVEIRA, André Luiz Sá de; LUNA, Anderson Feitosa; SILVA, Maria Gabriella Pacheco da. Homicídios do Brasil na última década: uma revisão integrativa. Ciênc. saúde coletiva , Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1925-1934, May 2020. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501925&lng=en&nrm=iso >. access on 05 June 2020. Epub May 08, 2020. https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.09932018 . |

| | | | | | | |
|----|------|---------|--|--|---|--|
| | | | | coleta através de dados secundários. Os artigos abordaram os homicídios na população em geral (48%), Femicídio (14,3%) e Determinantes Sociais (7,1%). A produção científica brasileira em homicídios e saúde se encontra em fase de ascensão. É importante que os pesquisadores, analistas e editores voltem a atenção para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito desse tema, objetivando aprimorar a qualidade dos artigos publicados. | | |
| 80 | 2020 | Uruguai | Suicídios, femicídios -suicídios y armas de fuego en Argentina . La masculinidad hegemónica en debate | La perspectiva de género permite comprender la mayor tasa masculina de suicídios y el suicidio de los femicidas, incluyendo el de los miembros de fuerzas de seguridad. Estos fenómenos, así como la preferencia por las armas de fuego y el fácil acceso a ellas, parecen responder al mandato de la masculinidad hegemónica. Para estudiarlos en el caso argentino, se realizaron análisis estadísticos a partir de datos secundarios provenientes de fuentes oficiales y no oficiales. Los resultados sugieren que para reducir el nivel de suicídios y de femicídios la estrategia debe integrar las perspectivas de desarme y de género, mediante la limitación del acceso a las armas de fuego y la deconstrucción de la identidad masculina hegemónica que legitima y motiva la tenencia de armas y la violencia de género. | suicidio; femicidio-suicidio; armas de fuego; masculinidad hegemónica; fuerzas de seguridad | OTAMENDI, María Alejandra. Suicídios, femicídios-suicídios y armas de fuego en Argentina. La masculinidad hegemónica en debate. Rev. Cien. Soc. , Montevideo , v. 33, n. 46, p. 107-130, jun. 2020 . Disponible en < http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382020000100107&lng=es&nrm=iso >. accedido en 05 jun. 2020. Epub 01-Jun-2020. http://dx.doi.org/10.26489/rvs.v33i46.6 . |

Anexo 2. Teses sobre feminicídio/femicídio disponíveis na Capes/Sucupira

| TESES SOBRE FEMINICÍDIO/FEMICÍDIO DISPONÍVEIS NA CAPES/SUCUPIRA | | | | | | | |
|--|-----------------|----------------------|-----------------------|--|--|---|--|
| | AN O | PROGRA MA | CIDADE/U F | TÍTUL O | RESUMO | PALAVRAS -CHAVE | REFERÊNCIAS |
| 1 | 2014 | Serviço Social | Rio de Janeiro/RJ | Morreram porque mataram: tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio. | A violência de gênero praticada contra as mulheres é uma grave violação aos direitos humanos. Esta tese trata da necessidade de reconhecer tal violência em sua expressão letal: os feminicídios. Muitas mortes violentas de mulheres devem ser consideradas feminicídios quando verificada a existência da discriminação de gênero na sua ocorrência. A condição desigual vivenciada pelas mulheres possibilita que suas mortes não sejam acidentais tampouco ocasionais, mas constituídas e fomentadas por um conjunto de vulnerabilidade a que são expostas ao longo da vida. A identificação de um feminicídio é tarefa árdua e sua compreensão teórico-política, também. Contudo, tarefa necessária, a ser empreendida no escopo do enfrentamento da violência de gênero. Os objetivos desta tese compreendem: trazer o debate conceitual sobre | feminicídio, violência de gênero, mortes violentas. | GOMES, Izabel Solysko. Morreram porque mataram: tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio. 2014. 203f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. |

| | | | | | | | |
|---|------|------------|----------------|--|---|---|--|
| | | | | | o feminicídio; examinar os dados sobre mortalidade violenta de mulheres com base neste mosaico teórico e problematizar os desafios do reconhecimento do feminicídio como fenômeno social sustentado pelo capitalismo e pelo patriarcado. Observa-se a importância de reconhecer vertentes conceituais no entendimento do fenômeno para adensar o debate e seu enfrentamento. O exame acurado da literatura permitiu identificar diferentes ênfases na análise, compreensão e resposta para os feminicídios quais sejam, reconhecer um conjunto de mortes violentas como tal, identificar dentre os assassinatos características que conformam feminicídios e, dentre os assassinatos, reivindicar uma resposta penal adequada ao fenômeno implicando sua judicialização específica. | | |
| 2 | 2014 | Sociologia | João Pessoa/PE | COMO MORRE UMA MULHER? CONFIGURAÇÕES DA VIOLÊNCIA | Esta tese tem como tema os homicídios de mulheres em Pernambuco e seu objetivo foi compreender e analisar as dinâmicas sociais que produzem este tipo de violência. O objeto | Homicídio; Violência contra a mulher; Crime violento; Femicídio | Gomes, Pâmela Portella Ferreira. Como morre uma mulher?: configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco. 2014. Tese |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|---|---|--|
| | | | | <p>N C I A L E T A L C O N T R A M U L H E R E S E M P E R N A M B U C O</p> | <p>do estudo foi o conjunto das situações as mulheres são assassinadas, mas, para isso, foi necessário também observar o conjunto das situações de homicídios de homens, para não tomar como específico aquilo que é comum aos dois grupos populacionais. Para isso, realizou-se análise comparativa para identificar as situações nas quais homens e mulheres são assassinados e construir configurações de homicídios específicas; identificar semelhanças e diferenças entre as configurações de homens e mulheres; calcular e analisar o risco diferencial de homens e mulheres para elementos associados às configurações de homicídios; identificar e explicar os fatores associados aos homicídios de homens e mulheres e explicar as configurações de homicídios de mulheres e os contextos nos quais elas ocorrem. Tratou-se de estudo quantitativo, cujas fontes de informações foram o banco de crimes violentos letais intencionais da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, o DATASUS e o IBGE, para o período de 2004 a 2012. Os</p> | <p>(Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.</p> |
|--|--|--|--|---|---|--|

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | <p>dados foram analisados por meio de análise de correspondência, análise log-linear e regressão linear multivariada. As principais referências teórico-metodológicas situam-se nas abordagens configuracionais e situacionais, em diálogo com a teoria social feminista e a sociologia brasileira. Foram identificadas quatro configurações de homicídios: criminalidade, violência doméstica e familiar, violência interpessoal e violência cometida por parceiro íntimo. As duas primeiras atingem homens e mulheres: jovens e adolescentes na criminalidade e crianças e idosos na violência doméstica. A violência interpessoal foi associada aos homens e a cometida por parceiro íntimo, às mulheres. A distribuição das configurações no território do estado não é homogênea e está associado a fatores macrossociais como, por exemplo, desigualdade de renda e taxa de urbanização, e a fatores relacionados às desigualdades de gênero, como chefia feminina do domicílio e taxa de fecundidade total. Os resultados</p> | |
|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|---|------|---------|---------------|---|--|---|--|
| | | | | | demonstram que os contextos dos homicídios de mulheres são diversificados e obedecem a dinâmicas sociais distintas, nas quais o marcador de gênero está sempre atuante, mas nem sempre da mesma forma. Esses achados trazem desafios teóricos, no sentido de compreender os modos de articulação entre contextos tradicionais e atuais de violência contra as mulheres, o que, por sua vez, coloca desafios para as políticas públicas, no sentido de articular o campo da segurança pública com as políticas para as mulheres | | |
| 3 | 2016 | Direito | Santa Cruz/RS | A IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA OS HOMENS | O objetivo com a presente tese doutoral é estudar a possibilidade da implementação das práticas restaurativas enquanto política pública de prevenção para os homens autores de violência de gênero nos CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) brasileiros, a partir da Lei 11.340/2006. Nesse contexto, questiona-se: como as práticas restaurativas enquanto políticas públicas de inclusão social, podem ser implementadas para homens autores de violência de gênero, objetivando-se a | feminicídio; políticas públicas; práticas restaurativas para os homens; violência de gênero | PORTO, Rosane Teresinha Carvalho. ROSANE TERESINHA CARVALHO. A implementação das práticas restaurativas na prevenção ao feminicídio enquanto política pública para os homens autores de violência de gênero no Brasil. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016. |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|---|--|--|
| | | | | <p>AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL</p> | <p>prevenção do feminicídio no Brasil? Sendo assim, trabalhar-se-á os objetivos específicos, sendo que cada um corresponde ao seu respectivo capítulo, onde tem-se como primeiro objetivo específico a preocupação em abordar os aportes teóricos e suas especificidades conceituais que circundam a violência de gênero ao longo dos tempos na legislação nacional e internacional. Desse modo, como mecanismo à plena compreensão das categorias conceituais de gênero, Justiça Restaurativa e Políticas públicas, enfrenta-se no segundo objetivo específico estudar o feminicídio como um fenômeno sociojurídico e de violação extrema dos direitos humanos da mulher. Com suporte nas temáticas já compreendidas, o terceiro objetivo tem por finalidade central refletir sobre a transversalização das políticas públicas voltadas à questão de gênero. O quarto objetivo específico busca distinguir a Justiça Restaurativa das práticas restaurativas desenvolvidas pelo Judiciário no Brasil. E no quinto e último</p> | | |
|--|--|--|--|--|---|--|--|

| | | | | | | | |
|---|------|------------|------------------|---|--|---|--|
| | | | | | capítulo propõe-se a implementação das práticas restaurativas no CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) enquanto política socioeducativa para homens autores de violência de gênero, por meio de uma política interinstitucional em parceria com o município e principalmente, a comunidade. Percebe-se o grande potencial dessas ações locais enquanto instrumento para a plena efetivação das práticas restaurativas como política pública de prevenção a violência de gênero. E por fim, como mecanismo de construção da Tese utiliza-se o método hipotético-dedutivo, baseado em pesquisa bibliográfica. | | |
| 4 | 2016 | Psicologia | Florianópolis/SC | A produção do feminicídio: uma arqueologia dos discursos feministas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal 2011-2015 | Esta tese realiza uma arqueologia dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, durante o período entre 2011 e 2015, sobre a atual Lei do Femicídio (Lei nº 13.104, de 9.3.2015). Inicialmente os conceitos propostos por teóricas e militantes feministas tinham como proposta visibilizar as condições específicas nas quais mulheres são assassinadas, | Femicídio; Arqueologia; Discurso; Feminismo | LODETTI, Alex Simon. A produção do feminicídio: uma arqueologia dos discursos feministas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal 2011-2015. 2016 275 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|-------|
| | | | | | <p>entendendo um continuum de violências específicas contra a mulher que chega ao seu máximo. As amplas categorias iniciais que envolviam desde a morte em decorrência de mutilação genital, morte em condições de aborto clandestino ou mesmo morte por cirurgias cosméticas foram sendo alteradas ao longo das últimas duas décadas até chegar-se ao conceito que se sagrou na legislação nacional: a morte de uma mulher por razões da condição de sexo feminino. Foram analisados cento e oito discursos realizados em plenária na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como uma Oficina sobre o Femicídio realizada pelo Conselho Nacional de Justiça com operadores do Direito. Suas enunciações foram avaliadas na tentativa de compreender quais formações discursivas estavam presentes e como estas produziram um discurso – não sem suas próprias contradições – que teve como efeito final a aprovação da Lei. Os discursos feministas figuram centralmente nas enunciações analisadas, e uma das</p> | 2016. |
|--|--|--|--|--|--|-------|

| | | | | | | | |
|---|------|---------|-------------------|---|---|---|---|
| | | | | | conclusões da presente tese é que foi a sua entrada no campo político brasileiro que fundamentou e possibilitou a problematização, discussão e ação política sobre o feminicídio no Brasil. | | |
| 5 | 2017 | Direito | Rio de Janeiro/RJ | Feminicídio: uma análise do direito penal como instrumento de proteção da mulher vítima de violências | O presente trabalho se propõe a uma discussão sobre a tipificação ou, no caso específico brasileiro, a inclusão do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio como um dos instrumentos de tutela da mulher em situação de violência. A questão que se coloca é se o direito penal, tradicionalmente patriarcal e utilizado como mecanismo de controle e associado às mais diversas formas de opressão de minorias pode ser convertido em uma estrutura capaz de preservar direitos destes grupos. Para abordar a questão sobre a necessidade de tratamento do feminicídio pelo direito penal, serão contextualizadas as situações de homicídios onde a vítima é mulher e que tenha sido praticado por razões de gênero. Pretende-se também trazer a dicotomia femicídio / feminicídio e as possibilidades | Femicídio; Feminicídio; Violência contra a mulher; Gênero | MIGUENS, Marcela Siqueira. Feminicídio: uma análise do direito penal como instrumento de proteção da mulher vítima de violência. 2017. 174 p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. |

| | | | | | | | |
|---|------|------------|-------------|---|--|---|--|
| | | | | | interpretativas e conceituais de suas derivações da tradução da expressão inglesa. Serão discutidos elementos necessários à caracterização do feminicídio e como melhor defini-lo para que ele possa abranger os mais variados matizes e, ao mesmo tempo, estar adstrito às situações de vulnerabilidade relacionadas ao gênero da vítima. | | |
| 6 | 2017 | Demografia | Campinas/SP | Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde | A pesquisa de tese se propôs a investigar a mortalidade feminina por feminicídios no Brasil, com dados do setor de saúde de 1996 a 2014. Como feminicídios são entendidos os óbitos femininos que tenha relação com a opressão de gênero, para os objetivos da tese foram compreendidos os feminicídios em três categorias: os feminicídio reprodutivo, ligados às mortes por aborto, feminicídio doméstico, ligados às violências letais no espaço da residência ou relações familiares e/ou conjugais, e feminicídio sexual, ligados às violências letais com evidência de violência sexual. Esta proposta visa a articulação entre teoria feminista e análise empírica da | Discriminação de sexo contra as mulheres; Violência contra a mulher; Saúde reprodutiva; Mortes violentas; Feminismo | ROMIO, JACKELINE APARECIDA FERREIRA. Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde' 2017. 215 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2017. |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|---|--|
| | | | | | <p>mortalidade feminina em base a fontes de informação secundárias. Esse entendimento é fruto de trabalho de estudo da arte do conceito de Femicídio, estudo do diferencial de sexo na mortalidade geral, e abordagem histórico-social para as opressões de gênero e suas tipologias de violência. O estudo empírico tomou como base de dados os registros da saúde, especificamente informações de bases da saúde, as Autorizações de Internação Hospitalares (AIH/SIH/SUS); Declarações de óbito (DO/SIM/SUS); e as Fichas de Notificação compulsória da violência sexual e doméstica contra mulheres (SINAN/SVS/SUS). Como metodologia opta-se por produção de dados sobre mortalidade proporcional, taxas de mortalidade específicas norteadas por três grupos etários: 0 a 14 anos, 15 a 49 anos, 50 anos e mais. Para estes grupos foi conduzido estudo do diferencial de sexo, estudo geográfico da dispersão das mortes no território brasileiro, e análise estatística em busca de preditores dos feminicídios com base em dados brutos do</p> | |
|--|--|--|--|--|---|--|

| | | | | | SINAN | | |
|---|------|------------|----------------|---|--|--|---|
| 7 | 2019 | Sociologia | João Pessoa/PB | O CRIME DE FEMINICÍDIO E A PERCEPÇÃO DOS AGENTES DA JUSTIÇA: Uma Análise Sociológica a partir dos Tribunais do Júri de João Pessoa, Paraíba | O objeto de estudo deste trabalho é o feminicídio, isto é, os assassinatos de mulheres decorrentes de práticas machistas e misóginas fomentadas pela cultura de desigualdade de gênero que normatizam o modo como sujeitas devem performar seus atos, gestos, atitudes, desejos, de acordo com certos enquadramentos sociais e morais do ser mulher. O feminicídio pode ser entendido como uma categoria social e sociológica que adquiriu o “status” de categoria jurídica. Em 9 de março de 2015, a lei n. 13.104, aprovada pelo Congresso Nacional, definiu as mortes violentas de mulheres cometidas em razão da condição de sexo feminino como qualificadora do crime de homicídio, estando, portanto, compreendida a gravidade de ser um crime hediondo. A categoria envolve duas circunstâncias, a saber: violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Diante desta mudança legislativa busco investigar a percepção dos agentes de justiça quanto a este crime, nos primeiros anos em que a categoria feminicídio foi inserida | Feminicídio; Agentes da Justiça; Tribunal do Júri. | OLIVEIRA, Helma Janielle Souza de. O CRIME DE FEMINICÍDIO E A PERCEPÇÃO DOS AGENTES DA JUSTIÇA: Uma Análise Sociológica a partir dos Tribunais do Júri de João Pessoa, Paraíba. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | <p>no mundo do direito. Os agentes da justiça escolhidos foram os juízes de direito, promotores de justiça e defensores públicos integrantes dos Tribunais do Júri de João Pessoa, Paraíba, bem como os juízes leigos, cidadão que representam a sociedade na função institucional de “fazer justiça”. Diante do crescente número e/ou anúncio de violências letais de mulheres, tornou-se imperioso conhecer as escalas de apreensão e inteligibilidade dos sentidos e da amplitude da desigualdade de gênero que, por ventura, tornem as circunstâncias dos assassinatos de mulheres reconhecíveis. Portanto, os recursos da pesquisa sociológica instrumentalizaram a análise de quais as noções primeiras e que significados vem sendo incorporados ao crime de feminicídio; permitiram analisar como mulheres e homens vêm sendo performados através dos discursos morais acionados e argumentos jurídicos manipulados quando os agentes de justiça pensam e/ou operam nos julgamentos de assassinatos de</p> | |
|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | <p>mulheres. Para tanto, a pesquisa qualitativa mostrou-se o melhor caminho para esta análise diante do meu objetivo e do meu período de estudo. Assim, as técnicas de entrevistas semiestruturadas – a fim de facilitar a obtenção de informações não programadas – e as observações participantes facilitadas pelo olhar etnográfico das sessões dos tribunais do júri compuseram o material de estudo. Apliquei o roteiro de entrevistas majoritariamente no segundo semestre de 2016 para dez profissionais do direito e entre os meses de agosto de 2016 e agosto de 2017 para dezoito juízes leigos. Ainda, assisti a doze julgamentos com vítima mulher no percurso dos quatro anos do doutorado. Os achados de pesquisa suscitaram também noções sobre um “duplo fazer” de Estado e gênero, quando vemos significados de gênero adentrando nos aparelhos de justiça criminal e exigindo a apreensão por parte dos seus sujeitos, os agentes da justiça, ao passo que estes manipulam discursos e acionam a linguagem</p> | |
|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | de gênero de acordo com a posição que ocupam no cenário do Júri e do nível de inteligibilidade apreendida. | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

Anexo 3 – Roteiro dos Diários Solicitados

Prezada autora,

Muito obrigada por participar desta pesquisa! Você está ajudando a compreender por que ocorrem determinados conflitos e violências entre o gênero feminino e masculino na nossa sociedade. Através de seu relato de experiência será possível pensar formas de combater a violência contra o gênero feminino. E escrever um diário possibilita a você contar suas histórias pessoais com mais descrição do que em entrevistas, podendo pensar sobre ela, escolher onde e quando irá escrever e dar pausas se achar necessário.

Você pode escrever sobre o que quiser no diário, mas meu interesse específico é sobre suas experiências com a violência de gênero, ou seja, àquelas que pode ter sofrido ou testemunhado em toda sua vida, desde a infância, e acredita que ocorreram especificamente devido ao seu gênero (ou da pessoa que a sofreu), no seu caso, por ser mulher. Você deve narrar apenas aquilo que quiser e caso não se sinta à vontade, sugiro que faça uma pausa. Também estou sempre à disposição se tiver alguma dúvida ou desejar conversar sobre. Abaixo vou incluir algumas perguntas que desejo saber sobre estas experiências, mas você não precisa respondê-las como um questionário ou um roteiro. São um modelo de informações que você pode incluir no seu relato. Em torno dos registros do seu diário você pode escrever sobre acontecimentos, sentimentos e o que você pensa sobre algo que ocorreu ou está ocorrendo na sua vida ou na vida de outra pessoa conhecida e que envolva violência de gênero. É importante saber quais foram estas experiências, como você reagiu a elas e inclusive o que pensa que poderia ter sido feito diferente.

Não existe jeito certo ou errado de escrever seu diário, o que pode ou não escrever ou quantidade de tempo ou páginas. Se quiser ilustrar seu diário com desenhos, também pode ser feito. Ou se quiser mudar a forma de registro, como por exemplo para áudios, entre em contato comigo. Está garantido seu anonimato em todas as fases da pesquisa e os diários não serão publicados.

Informações que você pode incluir nos seus relatos sobre experiências específicas de violência:

O que aconteceu?

Onde? (local público ou privado; residência; escola; trabalho; rua; lancheria; casa de outras pessoas; terreno baldio etc).

No seu entendimento, por que aconteceu? (sobre uma situação específico ou a história toda)

Como aconteceu? (por exemplo, agressão física, sexual, psicológica, econômica, patrimonial etc; golpes, facas, armas, chantagens, ameaças etc.)

Quando? (Data e/ou período e/ou com que frequência ocorreu)

Com quem? (quem estava presente, quem agrediu, alguém testemunhou etc)

O que você fez? (como você agiu ou reagiu na hora ou no pós-agressão? Denunciou para algum órgão? Levou a público? Contou pra alguém? Pediu socorro? Por quê? Ou por que não?)

O que as outras pessoas presentes fizeram ou falaram?

Se contou para alguém, por que para essa pessoa? Qual foi a reação dela?

É comum que isso ocorra ou ocorresse?

Procurou algum serviço ou instituição? (Saúde; Jurídico; Segurança; Assistência Social; Ong; Terapeuta; Escola; Igreja; Associação etc)

Relate sobre os serviços/instituições e atuação das pessoas pertencentes a ele.

De que forma entende que deveriam agir a família, amigos, serviços, vizinhança em relação a ocorridos como esse?

Afetou de alguma forma outras pessoas?

O que você faria se ocorresse novamente ou com outra pessoa?

Estas são informações que você pode incluir no seu diário. Mas sugiro que inicie seu relato falando sobre você. Informações como idade, cor ou raça, gênero, orientação sexual, de onde é, onde vive, com quem, seu estado civil, se tem filhos, profissão, escolaridade e o que mais quiser me contar sobre você. Além disso, peço que inclua neste relato o motivo de ter aceitado participar desta pesquisa. Como combinamos, temos um primeiro prazo de dois meses para a devolução do diário. Quando estiver próximo a este prazo, entro em contato para conversarmos sobre a entrega. Ao final do diário também constam informações sobre a Rede

de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de São Leopoldo/RS, e se houver alguma dúvida, estou à disposição.

Obrigada pela sua participação!

Kathleen Aguirre

Anexo 4**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa realizada pela doutoranda Kathleen Kate Dominguez Aguirre, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), intitulada: “Gênero, Neoliberalismo e Necropolítica: enfrentando o feminicídio desde as redes comunitárias” que se propõe a analisar as narrativas sobre a violência de gênero em São Leopoldo, tendo por objetivo contribuir às políticas de enfrentamento aos feminicídios na América Latina, mais especificamente no Brasil e promover a mobilidade entre agentes e órgãos da rede e comunidade, ampliando conhecimentos e políticas, em benefício de todas as partes envolvidas.

Para alcançar os objetivos do estudo será realizada uma ou mais entrevistas individuais, com gravação aproximada de uma hora, para contextualização da pesquisa e registro de suas experiências de vida e com a violência de gênero. A sua identidade será mantida confidencial e os nomes reservados. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de investigação, sendo os mesmos devidamente armazenados pela pesquisadora. Sua participação é voluntária e terá liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso traga qualquer prejuízo.

Sobre o projeto de pesquisa e a forma como será conduzido ou em caso de dúvidas você pode entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (51) 985831536 ou pelo e-mail katedominguezaguirre@gmail.com. Você receberá resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento acerca dos assuntos relacionados a esta pesquisa.

Este termo será assinado em duas vias, ficando uma em seu poder e a outra com a pesquisadora responsável.

São Leopoldo, __ de _____ de 20__.

Assinatura da participante

Kathleen Kate D. Aguirre

Assinatura da pesquisadora
Kathleen Kate Dominguez Aguirre

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GÊNERO, NEOLIBERALISMO E NECROPOLÍTICA: enfrentando o feminicídio desde as redes comunitárias

Pesquisador: Kathleen Kate Dominguez Aguirre

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 47494721.2.0000.5344

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Patrocinador Principal: Capes Coordenação Aperf Pessoal Nível Superior

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.848.527

Apresentação do Projeto:

O projeto de tese de doutorado intitulado Gênero, neoliberalismo e necropolítica: enfrentando o feminicídio desde as redes comunitárias, desenvolvido no Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos, propõe abordar o fenômeno do feminicídio a partir de três dimensões. A dimensão macro, no contexto neoliberal na América Latina; a dimensão meso, que trata das políticas públicas e A relação do Estado com esse tipo de crime; e, por fim, a dimensão micro, que centra a análise nas experiências das mulheres cis, mulheres trans, travestis e homens periféricos em situação de violência de gênero usuárias/os de políticas públicas gerenciadas pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de São Leopoldo/RS, Brasil. Para desenvolver a pesquisa, a doutoranda irá utilizar uma etnográfica multilocalizada, que consiste na utilização de diários solicitados às mulheres selecionadas. Nesse sentido, o objetivo geral da proposta é contribuir para as políticas de enfrentamento aos feminicídios na América Latina, mais especificamente no Brasil, em parceria com órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de São Leopoldo/RS, como o Centro Jacobina, o Projeto de Escuta de Mulheres do PAAS/UNISINOS e a ONG Ponto Gênero.

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-3219

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

Continuação do Parecer: 4.848.527

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Analisar feminicídio como tecnologia moderno-colonial, articulando conexões do nível local ao global a partir da experiência de sujeitos/as em situação de violência de gênero, mais especificamente que envolvam homicídio ou tentativa de homicídio de mulheres cis, trans e travestis por razões de gênero, no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. Promover a mobilidade entre agentes e órgãos da rede e comunidade, ampliando conhecimentos e políticas, em benefício de todas as partes envolvidas.

Objetivos específicos:

- Compreender de que forma as estruturas moderno-coloniais de gênero produzem e se mantêm através do assassinato de mulheres cis, trans e travestis na etapa neoliberal Latinoamericana;
- Condensar teoricamente o constructo continuum de violência patriarcal moderno-colonial, contemplando uma sistematização histórica que conecte fatores de ordem global, econômica e política a motivações subjetivas que resultam em feminicídios;
- Identificar e avaliar as políticas e serviços públicos de enfrentamento à violência de gênero contra mulheres cis, trans e travestis e de prevenção ao feminicídio no Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul e no município de São Leopoldo;
- Conhecer e analisar as experiências de autores ou vítimas de violência de gênero periféricos, respectivamente homens ou mulheres cis, mulheres trans e travestis, com este tipo de violência e com os serviços da rede municipal de enfrentamento a violência contra a mulher de São Leopoldo/RS;
- Elaborar alternativas de enfrentamento ao feminicídio que engendrem políticas públicas e redes comunitárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A produção dos relatos pode provocar algum desconforto e ansiedade às participantes, aspecto esse que deve ser levado em conta quando da escolha das participantes e no momento de análise dos dados produzidos. Uma vez que os relatos serão produzidos na ausência da pesquisadora, as participantes não se sentirão pressionadas ou surpreendidas, deixando-as mais a vontade para elaborarem seus relatos.

Como benefício, a técnica da realização de diários pode evidenciar práticas e saberes que não seriam expostas em contextos de estranhamento, por conta de fatores como intimidade, moralidade, padrões de gênero etc. O estabelecimento de uma relação de confiança, visto a

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-3219

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

Continuação do Parecer: 4.848.527

pesquisa se realizar durante um longo período, é apontado como um elemento benéfico para o participante, que irá refletir sobre suas próprias ações e pensamentos que poderiam perder importância ao longo do tempo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Essa técnica não prevê a realização de local específico para realização das entrevistas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Quanto aos termos, não encontramos problemas.

Apresenta no TCLE a maneira como será conduzida a conversa inicial com as 10 participantes do projeto. A primeira entrevista será explicativa em relação a apresentação do método dos Diários Solicitados, as combinações e o tempo que terão para elaborar o material pedido. É esclarecido o que as participantes poderão relatar, tendo cada uma o período de dois meses. Quanto à identidade das participantes e informações apresentadas, é também explicitado claramente que elas terão seu nome mantido em confidencialidade e os dados usados apenas para fins acadêmicos. É assegurado que a participação é voluntária, tendo cada participante a liberdade de retirar o seu consentimento a qualquer momento do andamento da pesquisa, deixando, assim, de participar do estudo, sem prejuízo algum.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram solicitados ajustes e maiores esclarecimentos quanto ao cronograma da pesquisa de campo e a realização das entrevistas. Tudo foi realizado pela pesquisadora.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---------------------------------|---|------------------------|---------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1745256.pdf | 05/07/2021 08:42:17 | | Aceito |
| Outros | projeto_de_tese_cep_revisado.pdf | 05/07/2021 08:41:28 | Kathleen Kate Dominguez Aguirre | Aceito |
| Solicitação registrada pelo CEP | cartas_anuencia.pdf | 28/05/2021 16:37:13 | Kathleen Kate Dominguez Aguirre | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRostoCEP_Ok.pdf | 01/05/2021 | Kathleen Kate | Aceito |

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-3219

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br

Continuação do Parecer: 4.848.527

| | | | | |
|---|---------------------------------------|------------------------|---------------------------------|--------|
| Folha de Rosto | folhaDeRostoCEP_Ok.pdf | 21:43:54 | Dominguez Aguirre | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | tcle_cep.pdf | 30/04/2021 17:34:24 | Kathleen Kate Dominguez Aguirre | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | projeto_de_tese_cep.pdf | 30/04/2021 17:33:47 | Kathleen Kate Dominguez Aguirre | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_KathleenKateDominguezAguirre.pdf | 15/07/2021 10:07:59 | José Roque Junges | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LEOPOLDO, 15 de Julho de 2021

Assinado por:
José Roque Junges
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Unisinos, 950

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-3219

Fax: (51)3590-8118

E-mail: cep@unisinos.br